

Relatório e Contas 2021



aicep Portugal Global

Relatório e Contas 2021

Relatório de Gestão

Demonstrações Financeiras e Orçamentais



Índice

Parte I – Relatório de Gestão.....	7
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	8
Enquadramento económico.....	11
Atividade desenvolvida	26
A. Áreas de Negócio.....	29
A.1 Áreas Comerciais de interação direta com as empresas.....	29
A. 1.a) Atendimento de primeira linha e proximidade	29
A. 1.b) Promoção de Investimento estrangeiro	29
A. 1.c) Desenvolvimento do negócio internacional das empresas presentes em Portugal	32
A. 1.d) Apoio a fileiras setoriais.....	33
A.2 Rede Externa e Institucionais	35
A. 2.a) Ações com intervenção da Rede Externa	36
Ações transversais e de imagem	36
Missões empresariais, seminários e visitas institucionais ao estrangeiro	41
Missões empresariais, seminários e visitas institucionais a Portugal	43
Multilaterais.....	44
A. 2.c) Acompanhamento de entidades externas.....	45
A. 2.d) Protocolos de cooperação, memorandos de entendimento e contratos	46
A.3 Organização da participação portuguesa em grandes eventos - Expo 2020 e Hannover 2022	47
A.4 Marca Portugal.....	49
B. Áreas de Apoio ao Negócio.....	51
B.1 Produtos e serviços	51
B.1 a) Capacitação.....	51
Academia AICEP	51
Portfolio de Produtos	52
Capacitação Interna	55
Programa Qualificação para a Internacionalização	55
Reforço da rede de parceiros	56
B.1 b) Intelligence externa	56
Conteúdos técnicos (Mercados, Setorial, Regulamentar, Estatística)	56
Oportunidades de negócio	60
Análise estratégica e prospetiva.....	61



B.1 c) <i>Intelligence</i> interna	63
B.2 Digital e Comunicação	64
B.3 Gestão de incentivos	67
B.3 a) Análise.....	67
B.3 b) Pagamentos	69
B.4 Programa Inov Contacto.....	70
B.4 a) Campanha de comunicação e divulgação	70
B.4 b) Preparação para a 25ª Edição	71
B.5 Projetos de Interesse Nacional (PIN) e Custos de Contexto.....	74
Recursos humanos	76
A AICEP Global Parques.....	78
Cumprimento das orientações legais.....	91
Análise às contas do exercício.....	113
Perímetro de consolidação	120
Dados financeiros consolidados.....	121
Evolução da atividade do Grupo	124
Proposta de aplicação de resultados	125
Parte II – Demonstrações Financeiras e Orçamentais	127
Contas individuais	128
Demonstrações Financeiras.....	128
Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	134
1. Nota introdutória – Identificação da Sociedade	135
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	147
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	148
4. Fluxos de Caixa	157
5. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis.....	158
6. Propriedades de Investimento	160
7. Participações Financeiras	161
8. Imparidade de Ativos	164
9. Impostos sobre o Rendimento	164
10. Ativos financeiros e outras contas a receber	166
11. Diferimentos ativos	167
12. Património Líquido	168



13.	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	171
14.	Passivos Financeiros e outras contas a pagar	173
15.	Estado e outros entes públicos	176
16.	Diferimentos Passivos	176
17.	Rédito	177
18.	Transferências e subsídios concedidos	178
19.	Fornecimentos e Serviços Externos.....	178
20.	Gastos com o Pessoal	179
21.	Amortizações.....	179
22.	Outros Rendimentos	180
23.	Outros Gastos.....	180
24.	Juros e outros rendimentos similares	181
25.	Juros e gastos similares suportados	181
25.	Partes relacionadas	181
26.	Divulgações exigidas por diplomas legais e outras	183
27.	Acontecimentos após a data do balanço	184
	Demonstrações Orçamentais.....	185
	Contas consolidadas.....	207
	Demonstrações Financeiras.....	207
	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	213
1.	Nota introdutória – Identificação da Sociedade	214
2.	Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	226
3.	Principais políticas contabilísticas	227
4.	Investimentos em Subsidiárias.....	239
5.	Partes relacionadas	240
6.	Fluxos de Caixa	241
7.	Ativos fixos tangíveis	241
8.	Ativos intangíveis	242
9.	Propriedades de investimento	243
10.	Participações Financeiras	244
11.	Imparidade de Ativos	246
12.	Impostos sobre o Rendimento	246
13.	Ativos Financeiros e outros créditos a receber	249



14.	Diferimentos Ativos.....	250
15.	Património Líquido	251
16.	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	254
17.	Passivos Financeiros e outras contas a pagar	256
18.	Estado e Outros Entes Públicos	259
19.	Diferimentos Passivos	260
20.	Rédito	261
21.	Fornecimentos e serviços externos.....	262
22.	Gastos com o Pessoal.....	263
23.	Amortizações.....	263
24.	Outros Rendimentos	264
25.	Outros Gastos.....	264
26.	Juros e outros rendimentos similares	265
27.	Juros e gastos similares suportados	265
28.	Loações operacionais.....	265
29.	Divulgações exigidas por diplomas legais e outras	266
30.	Acontecimentos após a data do Balanço	266
	Demonstrações Orçamentais.....	267



aicep Portugal Global

Relatório e Contas 2021

Parte I - Relatório de Gestão



Parte I – Relatório de Gestão

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Enquadramento económico

Atividade desenvolvida

A AICEP Global Parques

Cumprimento das orientações legais

Análise às contas do exercício

Perímetro de consolidação

Dados financeiros consolidados

Evolução da atividade do Grupo

Proposta de aplicação de resultados



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O Plano Estratégico da AICEP para o triénio 2020-2022 tem vindo a ser implementado com sucesso e rigor, contribuindo para o cumprimento da missão da AICEP: aumentar a competitividade e notoriedade de Portugal, através da captação de investimento estruturante e da internacionalização das empresas portuguesas.

Em 2021, e após o ano atípico de 2020 devido à pandemia COVID-19, Portugal voltou a bater recordes de investimento e as exportações de bens superaram os níveis pré-pandemia. As empresas portuguesas demonstraram ao País e ao mundo a sua resiliência e capacidade de adaptação, apostando na tecnologia e inovação dos seus produtos. E a AICEP, sempre ao lado das empresas, adaptou os seus produtos e serviços para rapidamente corresponder às necessidades e ao novo enquadramento geoeconómico.



Um dos pilares fundamentais de atuação da AICEP e apoio às empresas é a sua Rede Externa espalhada por mais de 50 mercados no mundo. A diversificação de mercados continua a ser uma necessidade para as empresas portuguesas e consideramos que a ação da Agência deve ser reforçada em Países onde temos um posicionamento forte, como é o caso da Europa. Ao longo desta década temos obtido resultados muito positivos na Europa, que demonstram bem a competitividade das empresas portuguesas e, por isso, acreditamos que na União Europeia – que é o nosso verdadeiro mercado interno – conseguimos continuar a aumentar quota. Neste sentido, alargámos a atividade da Agência nos países nórdicos, incluindo a Noruega e Finlândia.

Além disso, os países com Acordos de Comércio Livre, como são os casos do Japão, Coreia do Sul, Canadá e México, têm merecido uma atenção especial, bem como os Países de Língua Portuguesa, onde a presença das empresas portuguesas é uma aposta de longo prazo. Por fim, para adequar a capacidade de apoio num mercado de grande escala e onde existem boas oportunidades para as empresas e espaço de crescimento, está prevista a abertura de uma Delegação em Chicago, nos EUA, já em 2022.

Outra das grandes apostas que se manteve e foi reforçada em 2021 foi o Digital e a capacitação das empresas, com especial foco para as exportações online. Desde 2018 que a AICEP tem vindo a dinamizar as exportações online, algo que ganhou uma força adicional e mais urgente na conjuntura de pandemia.

PORTUGAL EXPORTA
QUER EXPANDIR O SEU NEGÓCIO NO E-COMMERCE?
A AICEP lançou novos serviços para o ajudar a exportar online.
DIAGNÓSTICO E-COMMERCE CONHECER EXPORTAR ONLINE

Todas as iniciativas da AICEP sobre E-Commerce têm tido uma grande adesão por parte das empresas. Continuámos a estabelecer parcerias com *marketplaces* internacionais, dinamizámos o Acelerador de Internacionalização Online, aprofundando a ferramenta de Diagnóstico E-Commerce, que ajuda as empresas a iniciarem-se na exportação online, bem como a informação

sobre mercados, numa perspetiva de abordagem digital. Além disso, desenvolvemos novos webinars, programas de *e-learning* e de capacitação, em particular com foco no digital, nas exportações online e em novas macro-tendências, como a sustentabilidade, alguns em parceria com Universidades.



Para aumentar a notoriedade de Portugal no exterior, a AICEP continuou a dinamizar grandes campanhas de promoção, nomeadamente apostando no Cross-Selling, a promoção cruzada de Fileiras. Em 2021, lançámos a campanha internacional MADE IN PORTUGAL *naturally*, das fileiras Casa e Materiais de Construção, com o objetivo de dar a conhecer ao mundo o melhor da oferta de Portugal em matéria de decoração e *lifestyle*. O objetivo desta campanha totalmente digital foi captar o interesse da procura internacional, dando a conhecer a inovação ancorada na qualidade e tradição dos produtos produzidos em Portugal e a sua oferta de valor diferenciadora.

A AICEP foi também responsável pelo planeamento da operação, organização e implementação da participação de Portugal na Expo 2020 Dubai, que marcou o regresso do País às Exposições Universais. Um evento de larga escala mundial, com a participação de 195 países, foi uma excelente oportunidade para promover Portugal, a sua diversidade, língua e carácter universalista, sob o mote “Portugal - um mundo num país | Portugal - A world in one country”.



Em 2021, realizámos a Conferência Anual da AICEP – Exportações & Investimento, novamente em formato presencial. Houve lugar à atribuição dos Prémios AICEP Exportação & Investimento que distinguiram a “Melhor Exportadora” e o “Melhor Investimento” com o objetivo de premiar as empresas que se destacaram pelo seu desempenho no desenvolvimento das estratégias de internacionalização e/ou de investimento, e que foram apoiadas no âmbito dos projetos financiados pelo Portugal2020, da responsabilidade da AICEP.



Ao longo de 2021, prosseguiu o acompanhamento personalizado por parte da equipa Comercial da AICEP às empresas afetadas pelos impactos da pandemia, além da continuação do reforço da capacidade de resposta da equipa dedicada à verificação e

pagamento de incentivos.

De salientar, o lançamento de uma ferramenta digital dedicada ao PRR, para facilitar a pesquisa nos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) da União Europeia, que permite às empresas portuguesas aceder aos projetos financiados no âmbito dos PRR dos demais países da UE, de forma a poderem candidatar-se diretamente, caso estejam estabelecidas no respetivo país, ou então identificar setores de aposta para investimento direto no estrangeiro e outras oportunidades junto das entidades locais que beneficiem desses incentivos.

Destaque, ainda, para as iniciativas que têm vindo a ser impulsionadas das Redes de Fornecedores e *Sourcing in Portugal* com vista a fomentar o encontro entre a oferta e a procura, estimular o relacionamento integrado em rede entre empresas nacionais e promover a integração da indústria nacional, sobretudo das PME, na cadeia de fornecimento de grandes empresas, quer no mercado nacional, substituindo importações, quer no mercado internacional, pelo efeito âncora dos seus projetos de internacionalização.



aicep Portugal Global

Já o Programa INOV Contacto realizou a sua 25ª edição, continuando a apoiar a formação de jovens com qualificação superior em contexto internacional com resultados assinaláveis quer ao nível do impacto na competitividade das empresas, quer da progressão na carreira dos jovens.

Por fim, durante 2021, continuou o acompanhamento e implementação das medidas executadas sob a égide do Programa Internacionalizar, respeitantes à AICEP.

Em 2021, as exportações de bens cresceram 18% em relação a 2020, ultrapassando os 63 mil milhões de euros, e ficando já num patamar superior àquele em que se encontravam antes da pandemia. Espanha, França e Alemanha continuaram a ser os três mercados para onde Portugal mais exportou produtos. A percentagem das exportações no PIB, que em 2020 tinha caído para 37%, em 2021 recuperou para 42%.

A AICEP bateu o recorde histórico de investimento contratualizado, duplicando o melhor ano de sempre (2019), tendo alcançado quase 2,7 mil milhões de euros, em 2021. A Agência acompanhou e angariou 41 novos projetos de investimento, o maior número de sempre, sendo que mais de metade corresponderam a centros de competências/centros de serviços, muitos deles com uma forte componente tecnológica, o que demonstra o reconhecimento da qualidade do talento nacional.



No plano interno, a execução e conclusão das medidas do Plano Estratégico 2020-2022 têm vindo a contribuir para uma AICEP mais forte, mais capacitada e mais digital para responder aos novos desafios do atual contexto económico e mundial.

Tendo em conta a situação de incerteza global, o ano de 2022 prevê-se desafiante ao nível do crescimento das exportações e angariação de novo investimento, mas a AICEP continuará a trabalhar diariamente no cumprimento da sua missão de apoiar as empresas, com toda a energia, eficácia e vontade de inovar.



Termino esta nota com um agradecimento especial a todos os que, com o seu trabalho e empenho diários, fazem da AICEP uma instituição de referência. Contamos com todos para continuar a prestar um serviço de excelência às empresas portuguesas, sempre com o desiderato de cumprir a missão de aumentar as exportações nacionais, reforçar a captação de investimento e promover a imagem de Portugal no exterior.

Luís Castro Henriques

Presidente aicep Portugal Global



Enquadramento económico

Enquadramento Internacional

A pandemia Covid-19, para além de ter causado grande sofrimento humano, desencadeou, em 2020, uma profunda recessão económica a nível mundial. Apesar de as economias recuperarem rapidamente, apoiadas por políticas governamentais e em termos sociais se tentar retomar alguma normalidade, a incerteza quanto ao futuro continua grande, agravada pelo conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia que deflagrou no final de fevereiro de 2022.

Em 2021, a economia mundial entrou numa fase de recuperação económica, devido à reabertura gradual da atividade económica e ao avanço da vacinação, pese embora o ressurgimento da pandemia Covid-19 e a existência de estrangulamentos generalizados do lado da oferta que pesaram sobre a atividade global na segunda metade do ano.

Segundo estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) ¹, após quebra do Produto Interno Bruto (PIB) mundial de 3,1% em 2020, o crescimento da economia mundial foi de 5,9% em 2021, o ritmo de crescimento pós-recessão mais forte em 80 anos², em resultado do relaxamento de medidas anti-COVID em muitos países, que ajudaram a impulsionar o lado da procura.

A recuperação económica generalizou-se geograficamente a todas as economias, em particular às economias emergentes e em desenvolvimento, com um crescimento de 6,5%, enquanto as economias mais desenvolvidas registaram uma subida do PIB de 5,0%, num cenário de recuperação do comércio mundial, apesar das disrupções das cadeias de abastecimento globais e do aumento do preço do petróleo e da inflação. Por países, ao nível das economias mais desenvolvidas, os EUA registaram um crescimento do PIB de 5,6% em 2021, enquanto o conjunto da Zona Euro cresceu 5,2%, com as principais economias a observarem aumentos entre os 2,7% da Alemanha, os 4,9% da Itália e os 6,7% da França. De assinalar, também, os crescimentos económicos de 7,2% do Reino Unido, de 4,7% do Canadá e 1,6% do Japão.

Quanto aos mercados emergentes e em desenvolvimento é de destacar o comportamento da China, com um crescimento de 8,1% face a 2020, período em que, no âmbito da recessão, foi o único país a crescer de forma positiva entre as principais economias mundiais. Em termos globais, em 2021, a Ásia verificou um crescimento de 7,2%, com a Índia a crescer 9,0% e os países da ASEAN 3,1%. Na Europa emergente, a Rússia viu o seu PIB aumentar 4,5% num contexto regional de 6,5%, enquanto na América Latina e Caraíbas, a economia brasileira cresceu 4,7% e o México 5,3%. No Médio Oriente a Arábia Saudita observou um aumento do PIB de 2,9%, enquanto na África Subsariana é de salientar o comportamento da África do Sul (4,6%) a seguir a um crescimento negativo no ano anterior (-6,4%). Nesta região, a Nigéria registou um crescimento económico de 3,0%.

¹ IMF - World Economic Outlook Update (January 2022)

² World Bank - Global Economic Prospects (February 2022)

**Produto Interno Bruto, em volume (taxa de variação anual %)**

	2020	2021	Var. p.p.
PIB Mundial	-3,1	5,9	9,0
Economias Desenvolvidas	-4,5	5,0	9,5
EUA	-3,4	5,6	9,0
Zona Euro	-6,4	5,2	11,6
Alemanha	-4,6	2,7	7,3
França	-8,0	6,7	14,7
Itália	-8,9	6,2	15,1
Espanha	-10,8	4,9	15,7
Japão	-4,5	1,6	6,1
Reino Unido	-9,4	7,2	16,6
Canadá	-5,2	4,7	9,9
Outras	-1,9	4,7	6,6
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	-2,0	6,5	8,5
Ásia	-0,9	7,2	8,1
China	2,3	8,1	5,8
Índia	-7,3	9,0	16,3
ASEAN	-3,4	3,1	6,5
Europa	-1,8	6,5	8,3
Rússia	-2,7	4,5	7,2
América Latina e Caraíbas	-6,9	6,8	13,7
Brasil	-3,9	4,7	8,6
México	-8,2	5,3	13,5
Médio Oriente e Ásia Central	-2,8	4,2	7,0
Árabe Saudita	-4,1	2,9	7,0
África Subsaariana	-1,7	4,0	5,7
Nigéria	-1,8	3,0	4,8
África do Sul	-6,4	4,6	11,0

Fonte: IMF - World Economic Outlook Update (January 2022)

Nota: p.p. – pontos percentuais

Ainda segundo o FMI, o comércio mundial de bens e serviços aumentou 9,3% em 2021, em volume, após crescimento negativo de 8,2% no ano anterior.

Comércio Mundial de Bens e Serviços, em volume (taxa de variação anual %)

	2020	2021	Var. p.p.
Comércio Mundial	-8,2	9,3	17,5
Economias Desenvolvidas	-9,0	8,3	17,3
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	-6,7	11,1	17,8

Fonte: IMF - World Economic Outlook Update (January 2022)

Nota: p.p. – pontos percentuais



De acordo com a UNCTAD³, a tendência positiva do comércio mundial em 2021 foi em grande parte resultado de aumentos nos preços das *commodities*, de apoios no âmbito da implementação de restrições sanitárias, e de uma forte recuperação da procura devido aos pacotes de estímulos económicos. Assim, em 2021, o comércio mundial atingiu um nível recorde, de 26 biliões USD (US\$) registando crescimentos nominais de 25% face a 2020 e de 13% em comparação com 2019, antes da pandemia COVID-19.

Todas as principais economias viram as respetivas importações e exportações subirem acima dos níveis pré-pandemia no quarto trimestre de 2021, com o comércio de bens a aumentar mais fortemente nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos.

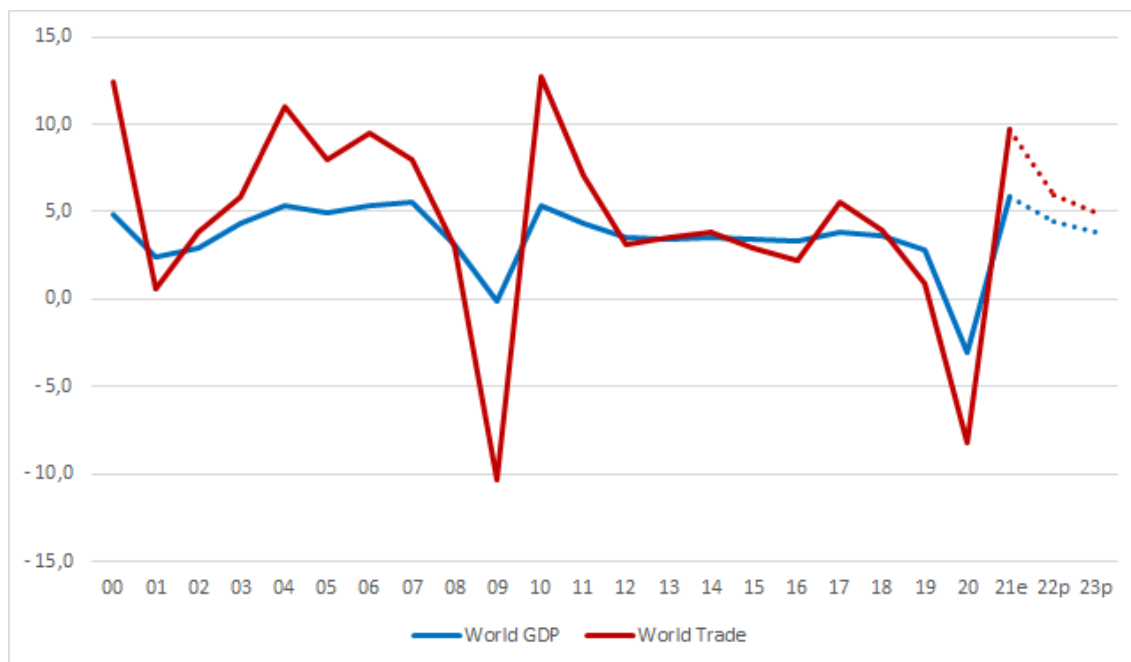
Embora a maior parte do crescimento do comércio global tenha ocorrido durante o primeiro semestre de 2021, o progresso continuou no segundo semestre do ano. Após um terceiro trimestre relativamente lento, o crescimento do comércio acelerou novamente no quarto trimestre, quando o comércio de mercadorias aumentou quase 200 mil milhões US\$ (mil MUS\$), atingindo um novo recorde de 6 biliões US\$ naquele período. Enquanto isso, o comércio de serviços aumentou 50 mil MUS\$, atingindo um total de 1,6 biliões US\$, um pouco acima dos níveis pré-pandemia.

Com base nas projeções do FMI, em 2022 e 2023, o comércio mundial deverá moderar o crescimento, em linha com o ritmo geral do crescimento económico global.

Para aquela Instituição, partindo do princípio de que a pandemia venha a perder força ao longo de 2022, é expectável que os problemas das cadeias de abastecimento diminuam no final do ano. A moderação que acompanha a procura global de bens também ajudará a reduzir os desequilíbrios, mas espera que o comércio de serviços transfronteiriços, em particular o turismo, permaneça sob pressão. Deste modo, após um crescimento económico global estimado de 5,9% em 2021, o FMI projeta aumentos do PIB de 4,4% em 2022 e 3,8% em 2023, com o comércio mundial a crescer 6,0% e 4,9%, nos mesmos períodos e pela mesma ordem.

A informação de base às projeções incorpora efeitos antecipados de restrições de mobilidade, fecho de fronteiras e impactos da disseminação da variante Omicron. Estes efeitos variam de país para país, dependendo da suscetibilidade da população, da gravidade das restrições de mobilidade e da importância dos setores de contato intensivo. Esses impedimentos deverão pesar sobre o crescimento no primeiro trimestre de 2022, cujo impacto negativo deverá desaparecer a partir do segundo trimestre, supondo que o aumento global de infeções por Omicron diminua e o vírus não sofra mutação em novas variantes que exijam mais restrições de mobilidade.

³ UNCTAD - Global Trade Update (February 2022)

**PIB e Comércio de Bens e Serviços Mundiais 2000-2023 (Tvh %), em volume**

Fonte: Fundo Monetário Internacional (World Economic Database)

Notas: e – estimativa; p - projeções

De notar, contudo, que as projeções do FMI foram divulgadas antes do deflagrar do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia. Posteriormente, em março de 2022, a OCDE⁴, projetou que a magnitude do impacto económico do conflito entre a Rússia e Ucrânia é altamente incerta, e dependerá em parte da duração da guerra e da resposta política. Sugere a OCDE que o crescimento económico mundial poderá reduzir mais de um ponto percentual e a inflação global poderá aumentar cerca de 2,5 pontos percentuais (p.p.) no final do primeiro ano após o início do conflito.

A OCDE estima que as economias europeias, coletivamente, sofrerão o maior golpe, em especial as que fazem fronteira com a Rússia ou com a Ucrânia, refletindo maiores aumentos do preço do gás que no resto do mundo e as ligações económicas e energéticas mais fortes com a Rússia existentes antes do conflito.

No que respeita aos fluxos de investimento direto estrangeiro mundial (inflow líquido), de acordo com dados da UNCTAD⁵, aumentaram fortemente em 2021, apresentando um crescimento de 77% (+718 mil MUS\$) comparativamente a 2020, atingindo o montante de 1.647 mil MUS\$, ultrapassando o nível pré-pandemia (1.473 mil MUS\$, em 2019).

⁴ OCDE - Economic and Social Impacts and Policy Implications of the War in Ukraine (17th March 2022)

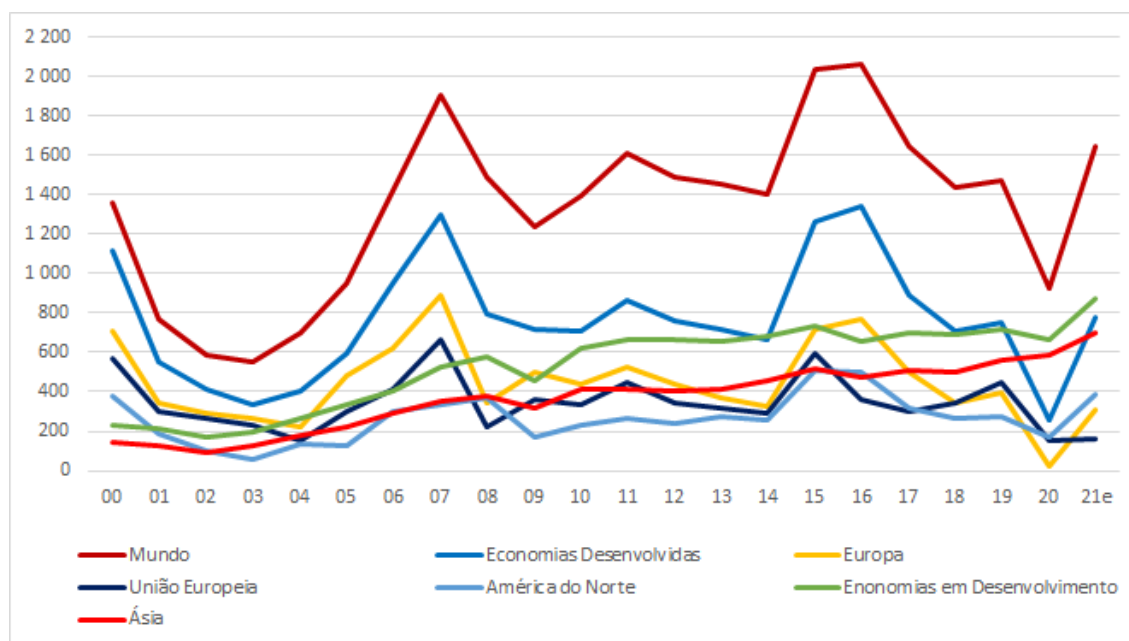
⁵ UNCTAD - Global Investment Trends Monitor (January 2022)



Os países desenvolvidos foram os que mais cresceram com os fluxos de IDE contabilizando 777 mil MUS\$, um aumento de 199% e três vezes mais que o nível significativamente baixo de 2020. Na América do Norte o IDE cresceu 120%, para um total de 383 mil MUS\$ enquanto na Europa o IDE subiu para 305 mil MUS\$ (+1.450%). Nas economias em desenvolvimento os fluxos de IDE aumentaram cerca de 30%, para um total de 870 mil MUS\$, com forte aumento particularmente na Ásia (total de 696 mil MUS\$; +18%). Na América Latina e Caraíbas o IDE aumentou 75% para 147 mil MUS\$. Quanto às economias menos desenvolvidas, totalizaram 28 mil MUS\$, observando uma subida de 18%.

Por países, destaque para os EUA, principal recetor de IDE mundial com 323 mil MUS\$ (+144%), a China com 179 mil MUS\$ (+20%) e o Brasil com 58 mil MUS\$ (cerca do dobro de 2020).

IDE Mundial por Região 2020-2021 (mil milhões USD)



Fonte: UNCTAD e – estimativa

Para 2022, as perspetivas da UNCTAD para o IDE global são positivas, embora seja improvável que a taxa de crescimento observada em 2021 se repita. O financiamento de projetos internacionais em infraestruturas continuará a impulsionar o crescimento, mas a duração prolongada da crise sanitária com sucessivas novas ondas da pandemia continua a ser um grande risco negativo. O ritmo da vacinação, especialmente nos países em desenvolvimento, bem como a velocidade de implementação de estímulos ao investimento continuam a ser importantes fatores de incerteza. Outros riscos importantes, incluindo estrangulamentos no mercado de trabalho e nas cadeias de abastecimento globais, o preço da energia e pressões inflacionistas também afetarão os resultados.

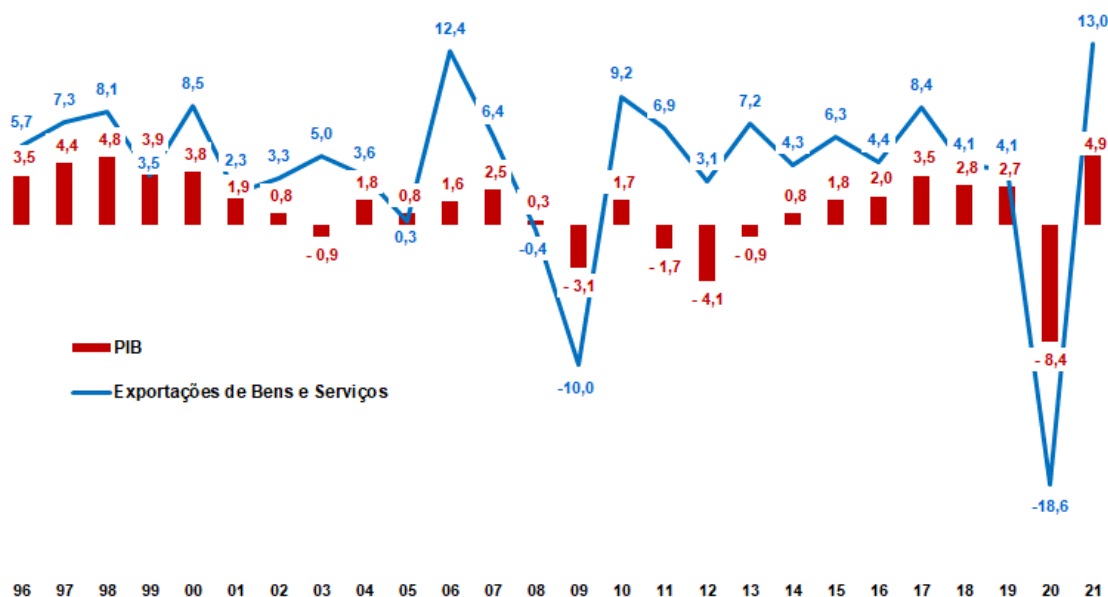


Enquadramento Nacional

Segundo dados do INE⁶, em 2021 o PIB registou um crescimento real homólogo de 4,9% face a 2020, o mais elevado desde 1990, após a histórica diminuição de 8,4% em 2020, que refletiu o efeito negativo extraordinário da pandemia Covid-19 na atividade económica. Em termos nominais, o PIB aumentou 5,7% em 2021 (diminuição de 6,7% em 2020), atingindo cerca de 211 mil milhões de euros (mil M€).

No mesmo período, as Exportações observaram um crescimento real de 13,0%, o registo mais elevado desde 1996, e as Importações 12,8% (maior crescimento desde 1998).

Crescimento Real do PIB e das Exportações de Bens e Serviços (%)



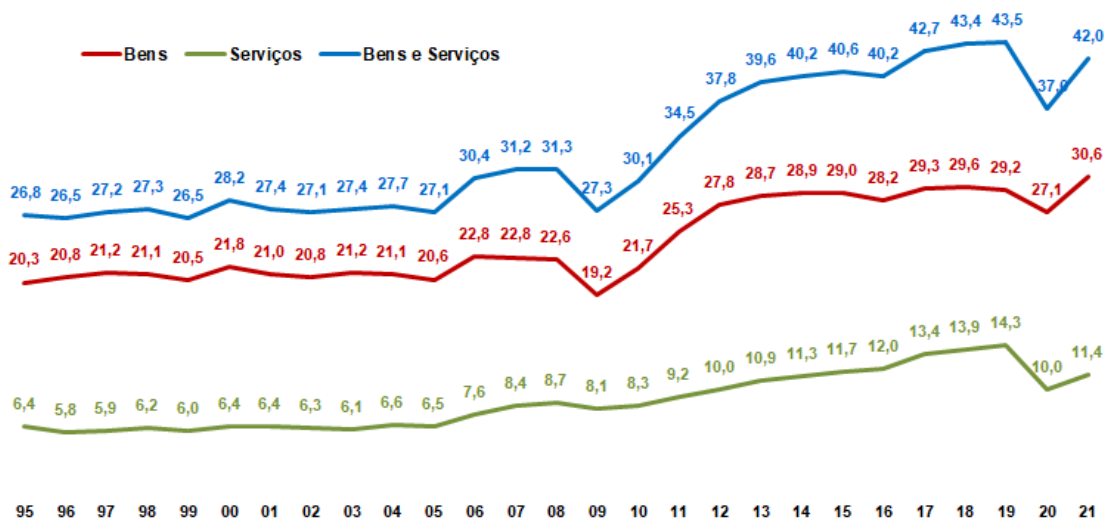
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

Em 2021, em termos nominais, com um valor total de exportação de 88,7 mil M€ (64,7 mil M€ em bens e 24,1 mil M€ em serviços), a componente das Exportações atingiu um peso no PIB (211,5 mil M€) de 42,0% (30,6% em bens e 11,4% em serviços), uma subida de 4,9 p.p. face ao ano anterior (3,5 p.p. em bens e 1,4 p.p. em serviços), mas um nível ainda inferior aos 43,5% registados em 2019.

⁶ “Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares 4º Trimestre 2021 e Ano 2021”, INE (fevereiro de 2022)



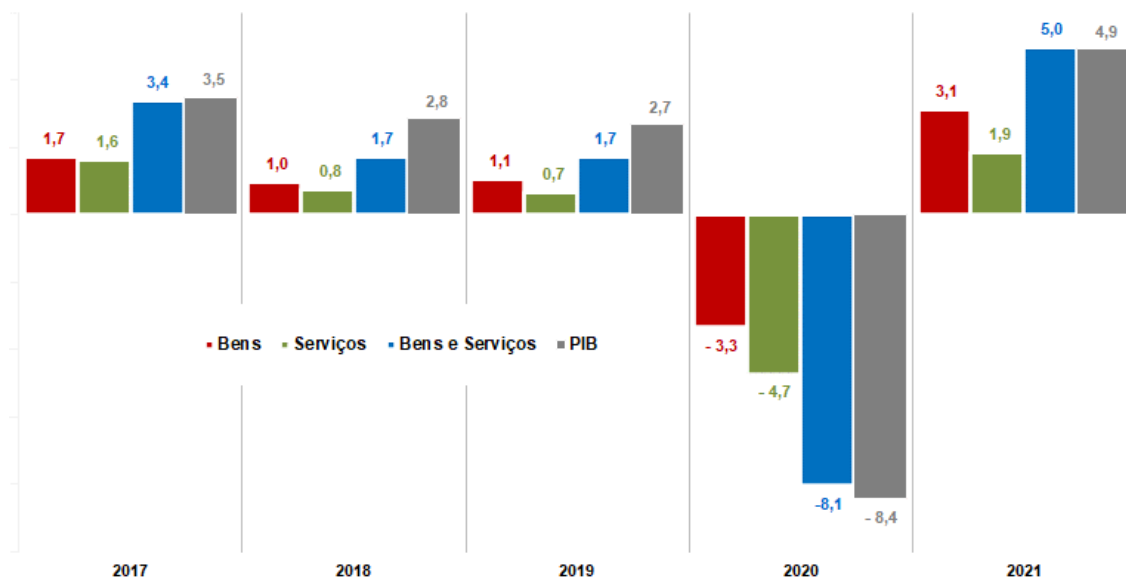
Participação das Exportações de Bens e Serviços no PIB (%)



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística; Unidade: % do PIB (a preços correntes).

No período em análise, o aumento, em volume, das Exportações totais foi de 9,3 mil M€ (5,9 mil M€ em bens e 3,5 mil M€ em serviços). Considerando que o crescimento do PIB foi de 9,2 mil M€, correspondente a uma taxa de variação real de 4,9%, as Exportações apresentam um contributo de 5,0 p.p. para o crescimento económico (3,1 p.p. em bens e 1,9 p.p. em serviços).

Contributo das Exportações de Bens e Serviços para o Crescimento Real do PIB (p.p.)

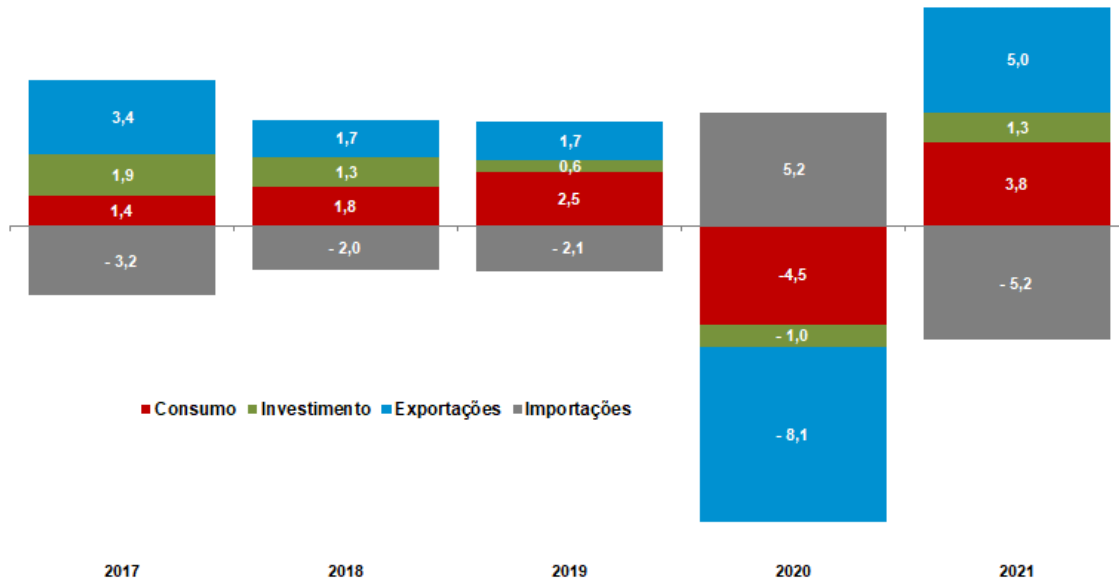


Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística; Unidade: Pontos percentuais (em volume).



Deste modo, com o Investimento (Formação Bruta de Capital) a contribuir com 1,3 p.p., o Consumo com 3,8 p.p. e as Importações a diminuir 5,2 p.p., as Exportações foram o fator que mais contribuiu para o crescimento económico em 2021.

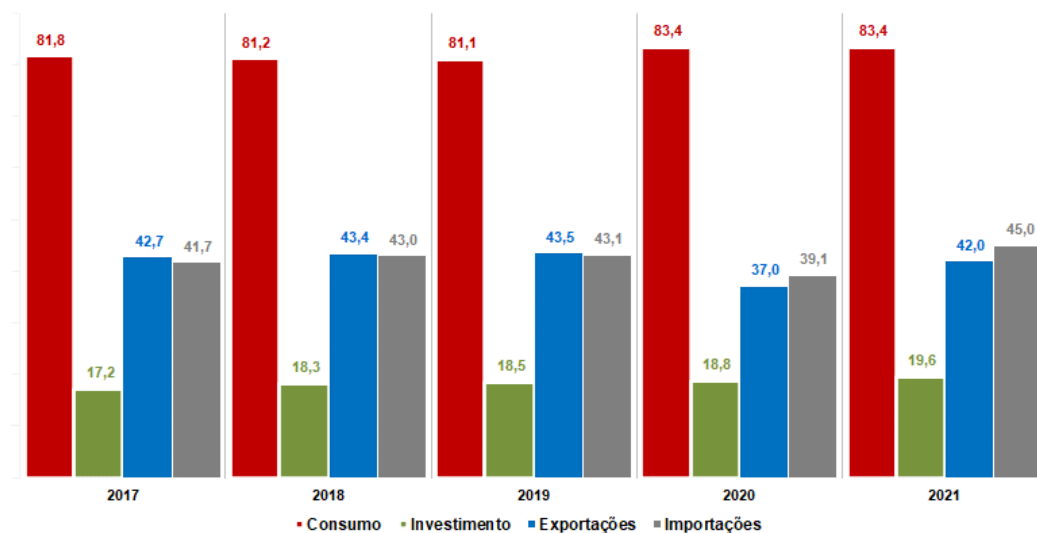
Contributo para o Crescimento Real do PIB por Componente (p.p.)



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística; Unidade: Pontos percentuais (em volume).

De referir, com base em preços correntes, que no período em análise o Consumo registou um peso no PIB de 83,4%, o Investimento 19,6% e as Importações 45,0%. Como já referido, o peso das Exportações foi de 42,0%.

Participação no PIB por Componente

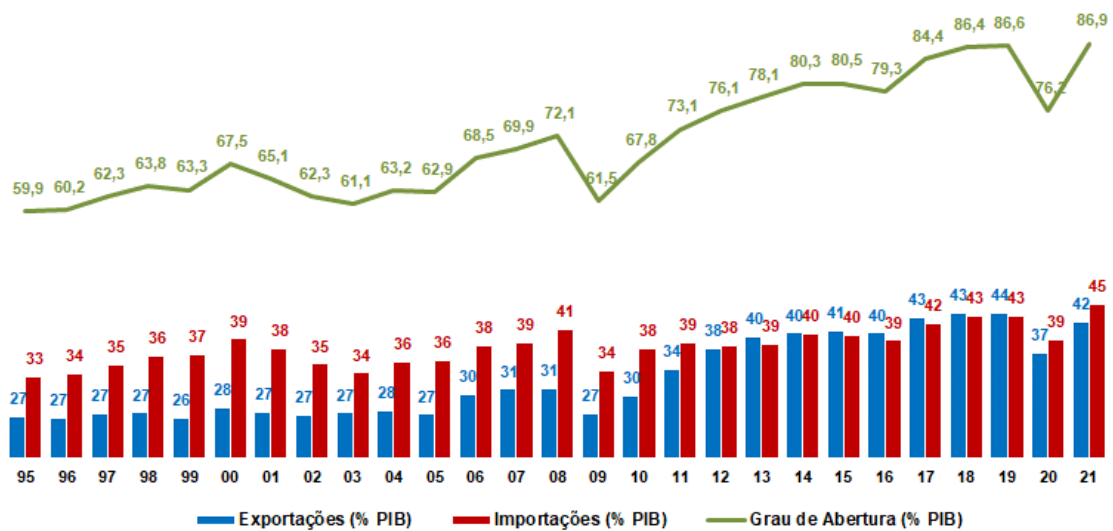


Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística; Unidade: % do PIB (a preços correntes).



Do ponto de vista do Grau de Abertura, em 2021, observou-se um registo de 86,9%, ou seja, um aumento de 10,8 p.p. comparativamente a 2020, e superior em 25,4 p.p. quando comparado com a recessão de 2009, e aos 86,6% de 2019.

Grau de Abertura da Economia Portuguesa



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Unidade: % do PIB (a preços correntes).

Nota: Grau de Abertura = (Exportações + Importações) / PIB x 100

De acordo com dados do Banco de Portugal⁷, na ótica das estatísticas da balança de pagamentos, as exportações de bens e serviços atingiram 89,1 mil M€ em 2021 (tvh 19,8%), enquanto as importações totalizaram 94,7 mil M€ (tvh 21,0%), do que resultou um défice comercial de 5,6 mil M€ e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 94,1%. Por componentes, os bens representaram 69,6% das exportações totais, e os serviços 30,4%.

⁷ Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos (fevereiro de 2022)

**Balança Comercial Portuguesa de Bens e Serviços, valores nominais (M€)**

	2020	% Total 2020	2021	% Total 2021	Var. Valor 21/20	Var. % 21/20
TOTAL BENS E SERVIÇOS						
Exportações	74 427	100,0	89 143	100,0	14 716	19,8
Importações	78 303	100,0	94 712	100,0	16 409	21,0
Saldo	-3 876	--	-5 569	--	-1 693	43,7
Tx. Cobertura (%)	95,0	--	94,1	--	-0,9	--
UNIÃO EUROPEIA						
Exportações	50 627	68,0	60 910	68,3	10 283	20,3
Importações	57 726	73,7	68 815	72,7	11 088	19,2
Saldo	-7 099	--	-7 904	--	-805	11,3
Tx. Cobertura (%)	87,7	--	88,5	--	0,8	
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	13,8
PAISES TERCEIROS						
Exportações	23 800	32,0	28 232	31,7	4 432	18,6
Importações	20 577	26,3	25 898	27,3	5 321	25,9
Saldo	3 223	--	2 335	--	-888	-27,6
Tx. Cobertura (%)	115,7	--	109,0	--	-6,6	
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	6,0
BENS						
Exportações	52 113	70,0	62 087	69,6	9 974	19,1
Importações	64 621	82,5	77 120	81,4	12 499	19,3
Saldo	-12 508	--	-15 033	--	-2 525	-20,2
Tx. Cobertura (%)	80,6	--	80,5	--	-0,1	
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	13,4
SERVIÇOS						
Exportações	22 314	30,0	27 056	30,4	4 742	21,2
Importações	13 683	17,5	17 592	18,6	3 910	28,6
Saldo	8 631	--	9 464	--	832	9,6
Tx. Cobertura (%)	163,1	--	153,8	--	-9,3	
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	6,4

Fonte: Banco de Portugal

Unidade: Milhões de euros, exceto quando indicado.

Valores FOB

Os países da União Europeia 27 (UE) foram os principais parceiros comerciais de Portugal, absorvendo 68,3% do total das nossas exportações de bens e serviços e fornecedores de 72,7% das importações. Em 2021, as exportações e importações de bens e serviços com a UE cresceram 20,3% e 19,2%, respetivamente. Para os países terceiros as exportações observaram uma subida de 18,6%, registando uma quota de 31,7% do total, enquanto as importações (27,3% do total) aumentaram 25,9%.



Em relação especificamente à componente de bens, e segundo informação do INE – Instituto Nacional de Estatística⁸, em 2021, as exportações de bens a 63,5 mil M€, contra 53,8 mil M€ em 2020, ou seja, um aumento de 9,7 mil M€, correspondente a uma taxa de variação homóloga (tvh) de 18,1%. No mesmo período, as importações totalizaram 82,5 mil M€ e cresceram 14,4 mil M€, apresentando uma tvh 21,1%. Estes resultados determinaram um défice da balança comercial de 19,0 mil M€, correspondente a um agravamento de 4,7 mil M€ relativamente a 2020. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 76,9% que corresponde a uma quebra de 2,0 p.p. em comparação com a taxa registada em 2020. Excluindo a rubrica referente aos Combustíveis Minerais, em 2021 as exportações de bens não-energéticos aumentaram 16,7% (mais 8,6 mil M€) enquanto as importações cresceram 17,2% (mais 10,7 mil M€), respetivamente. O défice comercial dos bens não-energéticos foi de 13,1 mil M€, que significa um agravamento de 2,1 mil M€.

Em 2021, as exportações para a UE aumentaram 18,2%, registando uma quota nas exportações totais de 71,4%. Espanha foi o principal destino das nossas exportações de bens com uma quota de 26,7% no total (25,4% em 2020), seguindo-se França (13,1%) e Alemanha (11,0%).

Quanto às vendas extracomunitárias aumentaram 17,8% em termos homólogos, observando um peso no total de 28,6%. Os EUA e o Reino Unido, com quotas de 5,6% e 5,2%, respetivamente, foram os principais clientes extracomunitários e quarto e quinto em termos globais. Espanha, com um aumento de 3,3 mil M€ (tvh 24,2%), apresenta o maior contributo positivo para o crescimento global das exportações, seguindo-se França (1,0 mil M€; tvh 14,0%), EUA (879 M€; tvh 32,9%) e Alemanha (620 M€; tvh 9,7%). As principais quebras ocorreram com Taiwan (-77 M€; tvh -36,7%), Irlanda (-72 M€; tvh -14,7%) e Roménia (-36 M€; tvh -7,5%).

Na importação, as compras à UE (73,6% do total) aumentaram 19,3% e aos Países Terceiros 26,4% (26,4% da importação total). Espanha foi o nosso principal fornecedor, com uma quota de 32,8%, seguida da Alemanha (12,5%) e da França (6,7%). O principal fornecedor extracomunitário, e sexto no ranking global, foi a China, com um peso de 4,7%. De notar os aumentos das importações a Espanha (4,9 mil M€; tvh 22,4%), Alemanha (1,2 mil M€; tvh 13,4%), Brasil (945 M€; tvh 59,0%) e China (828 M€; tvh 26,8%), e a diminuição das compras ao Reino Unido (-973 M€; tvh -50,4%), Angola (-309 M€; tvh -79,3%) e Guiné Equatorial (-232 M€; tvh -67,5%).

Por grupos de produtos, as Máquinas e Aparelhos constituíram a principal exportação com uma quota de 14,3% do total, seguindo-se os Veículos e Outro Material de Transporte (13,2%). De destacar os aumentos das vendas ao exterior de Metais Comuns (1,6 mil M€; tvh 39,0%), Máquinas e Aparelhos (1,2 mil M€; tvh 15,0%) e Combustíveis Minerais (1,2 mil M€; tvh 46,5%). Não ocorreram quebras nas exportações por grupos de produtos.

Do lado das compras ao exterior prevaleceram também as Máquinas e Aparelhos (18,4% do total), seguindo-se os Químicos (12,4%), Combustíveis Minerais (11,6%), Veículos e Outro Material de Transporte (10,4%) e produtos Agrícolas (10,1%). Assinalam-se os aumentos em Combustíveis Minerais (3,7 mil M€; tvh 62,7%), Metais Comuns (2,3 mil M€; tvh 44,5%), Máquinas e Aparelhos (2,0 mil M€; tvh 14,8%), Químicos (1,9 mil M€; tvh 22,8%) e

⁸ INE – Estatísticas Correntes do Comércio Internacional Português (1º apuramento; fevereiro de 2022)

Nota: Devido a diferenças metodológicas de apuramento, os resultados globais apurados pelo INE para a componente de bens são diferentes dos do Banco de Portugal.



Plásticos e Borracha (1,3 mil M€; tvh 30,6%). Também não ocorreram quebras nas importações por grupos de produtos.

Em relação à componente de serviços, de acordo com dados do Banco de Portugal⁹, em 2021 as exportações e importações atingiram, respetivamente, 27,1 mil M€ (tvh 21,2%) e 17,6 mil M€ (tvh 28,6%), registando-se um excedente comercial no montante de 9,5 mil M€, que corresponde a um aumento de 9,6% face ao ano anterior. Os principais clientes de serviços, no ano passado, foram França (14,8% do total), Espanha (14,0%), Reino Unido (13,8%), Alemanha (10,4%) e EUA (6,7%), que em conjunto absorveram 59,9% do total exportado. Em termos de crescimento relativamente a 2020, de destacar Espanha (+714 M€; tvh 23,2%), França (+665 M€; tvh 19,9%), Reino Unido (+506 M€; tvh 15,6%), Alemanha (428 M€; tvh 17,9%) e EUA (+399 M€; tvh 28,0%). A principal quebra foi do Brasil, com -69 M€ (tvh -12,9%).

Os serviços relacionados com as atividades das Viagens e Turismo (36,8% do total) e os Transportes (20,6% do total), representaram, em conjunto, 57,4% do total exportado em serviços, em 2021. De salientar os aumentos de 2,2 mil M€ (tvh 28,9%) nas receitas de Viagens e Turismo, de 836 M€ em serviços de Telecomunicações, Informáticos e de Informação (tvh 3,7%) e de Transportes (+818 M€; tvh 3,7%).

Na importação de serviços, Espanha, Reino Unido e EUA foram os nossos principais fornecedores, com quotas de 17,1%, 10,1% e 8,0%, respetivamente. Os principais aumentos em termos de importação de serviços ocorreram com Espanha (+580 M€; tvh 23,9%), EUA (+487 M€; tvh 53,0%) e China (+400 M€; tvh 92,5%).

No que respeita ao investimento direto de Portugal com o exterior¹⁰, no âmbito do Princípio Direcional¹¹, e segundo informação do Banco de Portugal, em 2021, a variação líquida total dos fluxos de Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE) foi de 6,8 mil M€, que representa uma diminuição de 10 M€ face ao ano anterior.

Por mercados de origem do IDE, Espanha, França e Luxemburgo foram os principais com 1,2 mil M€, 1,2 mil M€ e 837 M€, pela mesma ordem. Com registo líquido negativo há a salientar o IDE de Itália (-99 M€) e do Brasil (-21 M€).

Por setor de atividade residente, os Serviços captaram 4,4 mil M€ de IDE líquido, com destaque para as Atividades Financeiras e de Seguros, com 2,3 mil M€.

Por tipo de instrumento financeiro, os Títulos de Participação em Capital contribuíram com 5,6 mil M€, enquanto os Instrumentos de Dívida registaram uma variação líquida de 1,2 mil M€.

No final de dezembro de 2021, a posição (stock) de IDE era de 155,0 mil M€, um aumento de 7,2% relativamente a dezembro de 2020. Espanha representou 21,5% do total, os Países Baixos 20,7%, o Luxemburgo 17,1% e França 8,1%, enquanto o principal país extracomunitário foi o Reino Unido, com 6,3% do total.

⁹ Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos (fevereiro de 2022)

¹⁰ Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (fevereiro de 2022)

¹¹ Princípio Direcional: reflete a direção ou influência do investimento, isto é, o Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) e o Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE).



Por setores de atividade, salientam-se as Atividades Financeiras e de Seguros, com 21,7% do total, seguida das Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares com 18,6%. Em termos globais, os serviços representam 66,7% do stock total de IDE em Portugal.

Quanto à variação líquida dos fluxos de Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE), ascendeu a -1,2 mil M€, que significa um decréscimo de -3,3 mil M€ comparativamente a 2020.

Por países de destino, os Países Baixos, Alemanha e Polónia observaram os maiores valores positivos, com 1,2 mil M€, 205 M€ e 186 M€, respetivamente. Em termos negativos de referir Espanha, Suíça e Angola, com -1,8 mil M€, -289 M€ e -264 M€, respetivamente.

Sectorialmente (por sector da empresa residente), o setor da Eletricidade, Gás e Água investiu 1,6 mil M€. Em sentido contrário, assinala-se o valor líquido negativo das Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares (-875 M€).

Por tipo de instrumento financeiro, dos -1,2 mil M€ de IDPE total, 1,6 mil M€ foram relativos a Instrumentos de Dívida e -2,9 mil M€ a Títulos de Participação em Capital.

No final de dezembro de 2021, a posição (stock) de IDPE ascendia a 50,4 mil M€, uma variação de 2,5% comparativamente a dezembro de 2020. Por mercados de destino do IDPE, Espanha e os Países Baixos registaram 29,4% e 27,7% do stock total de IDPE, respetivamente. Os principais países extracomunitários foram Brasil e Angola com 4,6% do total, cada. Por setor de atividade residente, as Atividades Financeiras e de Seguros observaram a maior parcela do stock de IDPE, com 40,5%.

Relativamente a projeções económicas, segundo o Banco de Portugal¹², a economia portuguesa deverá manter um perfil de crescimento no horizonte de projeção 2022-2024, num contexto em que a invasão militar da Rússia à Ucrânia introduz elevada incerteza. O PIB cresce 4,9% em 2022 (4,9% em 2021) e converge nos anos seguintes para taxas mais próximas do ritmo estimado de crescimento de longo prazo: 2,9% em 2023 e 2,0% em 2024. A expansão da atividade económica traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego.

Projeções para a Economia Portuguesa, em volume (taxa de variação anual %)

	2021	2022p	2023p	2024p
PIB	4,9	4,9	2,9	2,0
Consumo Privado	4,4	3,6	1,9	1,6
Consumo Público	5,0	1,5	-1,5	-0,1
Formação Bruta de Capital Fixo	6,1	9,2	6,0	3,9
Exportações	13,0	14,2	7,5	3,8
Importações	12,8	12,3	5,5	3,3
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	0,7	-0,4	1,8	0,7
Balança de Bens e Serviços (% PIB)	-2,6	-4,1	-2,7	-2,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	0,9	4,0	1,6	1,6
Taxa de Desemprego	6,6	5,9	5,7	5,6

Fonte: Banco de Portugal – Boletim Económico (março de 2022)

¹² Boletim Económico (março de 2022)



A inflação aumenta em 2022 para 4,0%, e reduz-se para 1,6% em 2023 e 2024. O aumento da inflação em 2022 está associado à subida do preço das matérias-primas, energéticas e outras, e à manutenção de estrangulamentos nas cadeias de abastecimento globais. A recuperação da procura dos serviços mais afetados pela pandemia contribui também para o aumento da inflação. Estes efeitos dissipam-se no horizonte de projeção, mas são parcialmente contrabalançados por pressões acrescidas sobre salários e preços, num contexto de utilização mais intensiva dos recursos na economia portuguesa.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro contribui para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros. No exercício de projeção, assume-se que não se verifica uma escalada do conflito e o impacto destes fatores se dissipa no médio prazo.

A atividade económica beneficia de maiores recebimentos de fundos da União Europeia e da manutenção de condições financeiras favoráveis, apesar de o mercado antecipar um aumento gradual das taxas de juro. A projeção assenta também no pressuposto de que os estrangulamentos de oferta global se extinguem em 2023.

Para o Banco Central, a economia portuguesa volta a convergir com a Zona Euro no período 2022-24 e continua a apresentar taxas de inflação inferiores. A taxa de crescimento média do PIB em Portugal no período 2022-24 é superior em 0,6 p.p. à projetada pelo BCE para a área do euro. À semelhança do observado em 2021, a evolução do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) é mais moderada em Portugal, traduzindo-se num diferencial de inflação de -0,7 p.p. em média no período considerado.

As projeções apresentam uma incerteza acrescida e o balanço de riscos é enviesado em alta para a inflação e em baixa para a atividade, especialmente em 2022. Uma deterioração do enquadramento externo da economia portuguesa, determinada pelo escalar do conflito na Ucrânia, constitui o principal fator de risco. Tal implicaria uma intensificação das pressões inflacionistas e um impacto mais negativo sobre a confiança e os fluxos comerciais – incluindo a possibilidade de maiores problemas nas cadeias de fornecimento globais. O aumento de incerteza é parcialmente contrabalançado por uma melhoria da situação epidemiológica.

O consumo privado cresce 3,6% em 2022 (4,4% em 2021) e desacelera para 1,9% em 2023 e 1,6% em 2024. O rendimento disponível nominal apresenta um crescimento de 3,6%, em média, no período 2022-24, refletindo o crescimento do emprego, embora progressivamente menor, e o dinamismo dos salários. A aceleração do deflator do consumo implica, no entanto, um menor crescimento do rendimento disponível real, que contribui negativamente para a variação do consumo privado, em particular em 2022. Em termos reais, o rendimento disponível aumenta em média 1,3% no mesmo período (1,6% em 2021).

O consumo público apresenta uma evolução mais moderada no período de projeção, após o forte crescimento de 2021, por via da dissipação do impacto das medidas de resposta à pandemia. O consumo público cresce 1,5% em 2022 (5,0% em 2021) e diminui 1,5% em 2023 e 0,1% em 2024. Esta evolução incorpora, em 2022, a eliminação gradual das medidas de contenção da pandemia, em particular na área da saúde, e a redução do efeito de recuperação das horas trabalhadas nas administrações públicas. Estes impactos são, em parte, compensados pela implementação das medidas previstas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com impacto



no consumo público, especialmente concentradas neste ano. A projeção para 2023 e 2024 traduz o retorno das compras e vendas das administrações públicas a valores pré-pandémicos e a estabilização do emprego público no final do horizonte, refletindo ainda, especialmente em 2023, a desaceleração associada ao PRR.

O dinamismo do investimento em 2022-24 é suportado por maiores recebimentos de fundos europeus e por condições de financiamento favoráveis. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresce 7,6% em média em 2022-23 e 3,9% em 2024 (6,1% em 2021), o que determina um aumento do stock de capital privado e público da economia. O investimento beneficia também das perspetivas de recuperação da procura e da dissipação progressiva dos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A FBCF empresarial cresce 7,2% em 2022 (2,8% em 2021) e desacelera para 5,0% em 2023 e 4,7% em 2024.

O investimento público aumenta como previsto no Programa de Estabilidade, a uma taxa média anual de 13,5% no período 2022-2024 (23,1% em 2021). Esta evolução tem subjacente uma aceleração significativa, e acima do observado nos últimos anos, da implementação de projetos financiados por fundos europeus, com destaque para os previstos no PRR e de outros investimentos estruturantes. A redução de fundos europeus com a transição entre Quadros Financeiros Plurianuais (QFP) deverá determinar uma desaceleração do investimento público em 2024.

As exportações continuam a conjugar a dinâmica favorável da procura externa de bens com a recuperação dos fluxos internacionais de turismo, assumindo-se efeitos negativos limitados do conflito na Ucrânia. As exportações crescem 14,2% em 2022 (13,0% em 2021) e desaceleram para 7,5% em 2023 e 3,8% em 2024. Depois de aumentarem 10,5% em 2021, as exportações de bens crescem 3,6% em 2022 e, beneficiando da hipótese de dissipação gradual das perturbações nas cadeias de abastecimento internacionais, 5,2% em 2023 e 3,2% em 2024.

A melhoria da situação epidemiológica e a eliminação das restrições à mobilidade internacional conduzem a uma forte aceleração das exportações de serviços, antecipando-se que o nível pré-pandemia seja ultrapassado no primeiro semestre de 2022 e que a variação anual atinja 38,5% (19,2% em 2021). Nos anos seguintes, estas exportações crescem mais moderadamente (11,5% em 2023 e 4,9% em 2024).

As importações desaceleram ao longo do horizonte de projeção. O crescimento médio anual reduz-se de 12,3% em 2022 (12,8% em 2021), para 5,5% e 3,3% em 2023 e 2024, respetivamente. As importações de bens refletem a evolução esperada da procura global ponderada pelos conteúdos importados. A componente de serviços regista um crescimento muito forte, refletindo a evolução marcada do turismo.



Atividade desenvolvida

Como já foi referido anteriormente, a atividade desenvolvida pela Agência ao longo de 2020 e de 2021 ficou profundamente marcada pela situação vivida no país em consequência da pandemia COVID-19. Os objetivos inicialmente traçados tiveram de ser ajustados, as ações já reservadas foram canceladas, investimentos sinalizados tiveram de ser repensados. A postura da AICEP foi, desde a primeira hora, manter-se alerta e responder à sua missão sempre que fosse chamada a tal.

A atividade da Agência tem assentado em cada triénio num Plano Estratégico delineado pelo Conselho de Administração, que define objetivos e métricas para toda a organização. Devido às circunstâncias excecionais do ano de 2020 o novo Plano Estratégico de 2020/2022 foi aprovado apenas no início de 2021. Este encontra-se alinhado com o Plano Internacionalizar 2030 definido pela Tutela. Em consequência da pandemia, o Plano Internacionalizar veio já definir dois tempos para a sua implementação: “um primeiro, de resposta rápida à crise, procurando o relançamento da atividade exportadora e das ações de captação de investimento, e um segundo, de reposicionamento de Portugal num contexto económico mundial que se antevê ainda mais adverso e competitivo”.

O relatório que se apresenta descreve a atividade de 2021 da Agência, neste contexto ainda de final de pandemia. O sucesso do processo de vacinação e o consequente alívio das restrições impostas pela pandemia, que permitiu a recuperação da atividade das empresas e o dinamismo dos negócios, foram fatores determinantes para o significativo crescimento da atividade promocional desencadeada pela AICEP em 2021, principalmente quando a comparamos com o desempenho das iniciativas no ano anterior. Procurou-se já normalizar a atividade nomeadamente no 2º semestre do ano, ainda que não se tenha conseguido regressar totalmente à situação de 2019. De referir que a Agência, neste período conturbado, procurou acompanhar as empresas, agentes económicos e investidores, reinventando e propondo novas iniciativas, ajustando os meios e os recursos e estando atenta para responder as suas necessidades.

No capítulo que se segue será dada, de forma pormenorizada, informação das iniciativas que as várias áreas da AICEP desenvolveram. No final do relatório é ainda acrescentado um ponto autónomo sobre a organização da participação de Portugal na Expo 2020, na sequência da atribuição à Agência de competências no âmbito da organização deste tipo de eventos, bem como na Feira de Hannover em 2022.



Identificaram-se 405 iniciativas (+60% do que em 2020), na sua maioria sem envolvimento financeiro da parte da AICEP, cerca de 290 foram ações novas (+54% do que no ano anterior). Incluem-se neste número mais de 65 ações de *sourcing* e visitas de importadores, 76 seminários/webinars dedicados a diversas temáticas, incluindo o e-commerce, e realizados no estrangeiro e em Portugal, ações de rede de fornecedores (destaque para a Mercadona e El Corte Inglés), cerca de 40 visitas a feiras internacionais (que foram acontecendo entre o final do primeiro semestre e o resto do ano de 2021) para acompanhamento da presença de empresas portuguesas e ainda, 35 visitas institucionais (Presidência da República e Membros do Governo) ao estrangeiro e 4 a Portugal.



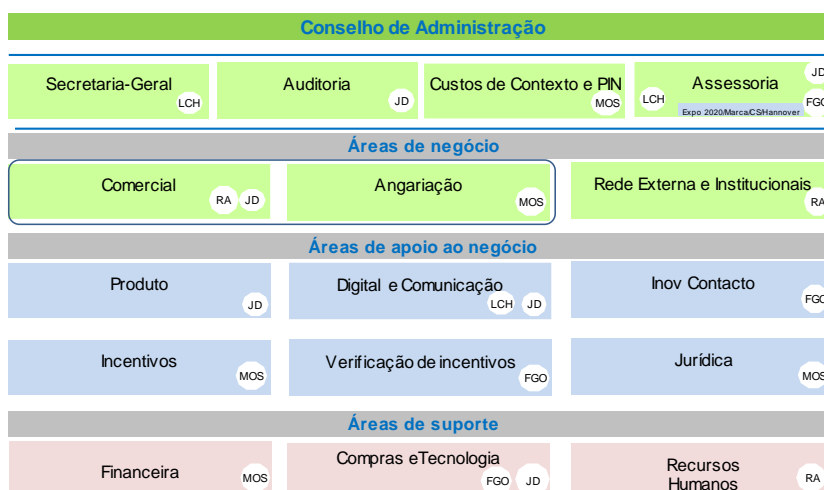
Em termos regionais, a Europa concentrou a maioria das ações promocionais desencadeadas ao longo do ano de 2021 (cerca de 190), a cargo da AICEP ou em parceria com outras entidades/associações/câmaras de comércio/portuguesas e locais, envolvendo 28 mercados. Em termos setoriais a Fileira dos agroalimentares e vinhos foi, sem dúvida, a que teve mais ações de promoção realizadas ao longo do ano e a mais diversificada em mercados de aposta (cerca de 60 iniciativas envolvendo 22 mercados externos e Portugal), seguindo-se as Fileiras Moda com cerca de 43 iniciativas e Casa com 37 iniciativas, envolvendo 17 e 14 mercados externos, respetivamente.



Na vertente do investimento, cabe referir que, no ano de 2021, a Agência apresentou um novo recorde de contratualização de investimento, tendo atingido o montante de 2,6 mil milhões de volume de investimento contratualizado, nas tipologias de Inovação produtiva e de investigação e desenvolvimento, ultrapassando, em mais do dobro, o melhor dos últimos dez anos, que tinha sido o ano de 2019, com 1,17 mil milhões de investimento contratualizado.

Para além das atividades promocionais e de captação de investimento, áreas core da Agência, cumpre incluir neste ponto a referência ao projeto de Transformação Digital que a Agência tem desenvolvido desde 2018, o qual tem impacto em toda a organização. O ano de 2021 foi de incubação de novos projetos digitais e implementação dos que já estavam em curso, cumprindo-se mais uma etapa com o desenvolvimento e implementação do Datalake da AICEP. Este consubstancia um repositório de dados estruturados e não estruturados, captados internamente e de fontes externas, que armazena e organiza dados relevantes para o negócio, servindo de base ao trabalho operacional, analítico e à construção de modelos de Inteligência Artificial, já em teste: modelo de segmentação de empresas; modelo de recomendação de Mercados e Next Best Action; modelos de Potencial de Exportações; modelo de Forecast de Exportações.

A estrutura organizacional da Agência em 2021 é a que se apresenta no seguinte organograma:





aicep Portugal Global

As áreas designadas de negócio são as de *front office* da Agência, estando em contacto direto com o cliente da organização, ou seja, com as empresas e agentes económicos, sejam portugueses ou estrangeiros. As áreas de apoio ao negócio funcionam em estreita ligação com as anteriores e fornecem instrumentos e ferramentas a toda a organização para entregar ao cliente. As áreas de suporte contribuem para o funcionamento geral da estrutura organizacional.

Descreve-se de seguida a atividade da Agência nas suas várias áreas de atuação.



A. Áreas de Negócio

A.1 Áreas Comerciais de interação direta com as empresas

A atividade da AICEP assenta nos dois pilares fundamentais da sua missão - apoio à internacionalização da economia portuguesa e promoção do investimento em Portugal, de origem nacional ou estrangeira. A Agência procura ser instrumento facilitador do processo de internacionalização do tecido empresarial português, estando fortemente orientada para o cliente. A AICEP coloca à sua disposição o conhecimento de mercados e todos os serviços associados, procurando estabelecer uma verdadeira relação de parceria que facilite o processo de internacionalização e de investimento das empresas. A Agência dispõe de quatro áreas de intervenção a nível comercial: (a) atendimento de primeira linha, (b) angariação de investimento estrangeiro; (c) desenvolvimento do negócio internacional das empresas presentes em Portugal e (d) apoio a fileiras setoriais.

A. 1.a) Atendimento de primeira linha e proximidade

A AICEP possui uma equipa de 17 gestores de atendimento e uma rede de Lojas da Exportação em território nacional, que asseguram, por um lado, a interlocução de primeira linha com as empresas e, por outro, o acompanhamento técnico corrente de apoio aos temas de internacionalização que estas empresas solicitam à AICEP. Está presente no Porto, em Lisboa e nas 6 Lojas de Exportação situadas em Braga, Aveiro, Coimbra, Viseu, Leiria e Faro.

A. 1.b) Promoção de Investimento estrangeiro

Em 2021, no investimento contratualizado pela AICEP os números são extremamente positivos, com Portugal a atingir um valor recorde de 2,7 mil milhões de euros, o maior valor de sempre que mais do que duplica o resultado de 2019, a melhor marca anterior.

A atuação no âmbito do investimento estrangeiro é feita em primeira linha pelos FDI Scouts da Agência que visam promover Portugal para localização de novos projetos de investimento produtivo junto de grandes empresas sem presença produtiva em Portugal, assegurando a identificação, qualificação e contacto com potenciais investidores para apresentação de propostas de valor customizadas. Esta atividade é desenvolvida nos mercados externos.



O desenvolvimento de projetos de investimento é assegurado pelas equipas de *Investment Managers* que garantem o acompanhamento e desenvolvimento de projetos de investimento produtivo já identificados (leads) promovidos por empresas sem presença em Portugal, através da preparação e apresentação aos investidores de informação crítica para tomada de decisão, bem como apoiar na identificação e seleção de localizações e de potenciais parceiros/fornecedores.

Em 2021, prosseguiu-se com a consolidação da atividade da rede de FDI Scouts, com a cobertura dos mercados da China e Estados Unidos com FDI Scouts residentes, bem como do mercados da Bélgica, França, Itália, Suíça, Alemanha



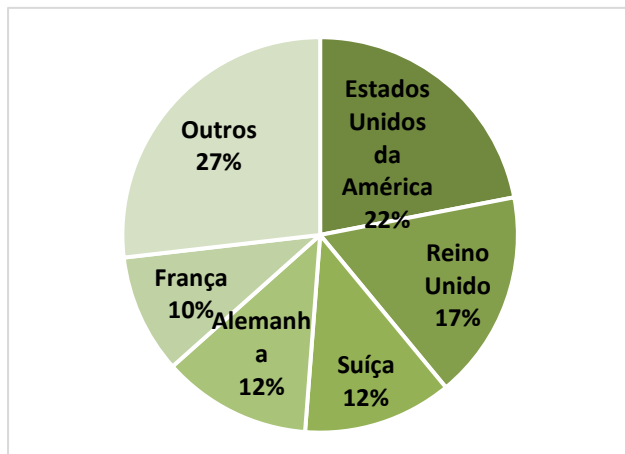
com FDI Scouts desenvolvendo a sua atividade a partir de Portugal. A rede de FDI Scouts, em conjunto com as Delegações da AICEP e as Representações Diplomáticas de Portugal nesses países, tem como objetivo promover a atração e retenção de mais e melhor investimento em Portugal, gerador de crescimento e emprego.

Foram desenvolvidas ações proativas de angariação de novas leads de investimento junto de empresas targets nos mercados da Alemanha, Bélgica, China, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão e Suíça. As missões de angariação de IDE têm como objetivo apresentar a empresas targets selecionadas as vantagens competitivas de Portugal como destino de projetos de investimento.

Foram realizadas reuniões individuais com empresas destes países, tendo havido oportunidade para apresentação de propostas de valor individuais, direcionadas a cada situação concreta, potenciadoras do incremento de awareness sobre Portugal. Em resultado da pandemia covid-19, em 2021, privilegiou-se a realização de contactos em formato remoto. Em 2021, realizaram-se mais de 200 reuniões com empresas targets, ou seja, multinacionais atuando em setores de atividade com potencial de crescimento em Portugal, e com multipliers, consultoras especializadas na área de Site Location, para promover a atratividade de Portugal e a dinâmica de crescimento dos setores de atividade com maior potencial de criação de emprego e valor para a economia nacional.

No âmbito das equipas de Investment Managers foram objeto de acompanhamento 164 leads investimento, das quais 94 novas leads de investimento em 2021, tendo sido garantidas 41 decisões de investimento.

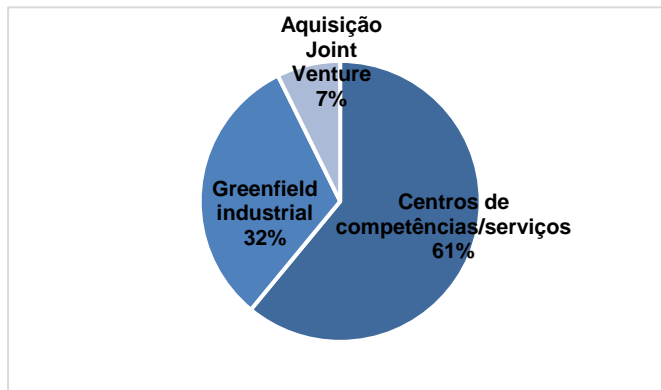
DECISÕES DE INVESTIMENTO POR PAÍS DE ORIGEM DO INVESTIDOR



Os 5 principais mercados de origem representam 73% dos projetos angariados em 2021. Os outros mercados, responsáveis por 27% das decisões de investimento são: Países Baixos, Espanha, Suécia, Bélgica, Áustria, Canada, Finlândia e Irlanda.



DECISÕES DE INVESTIMENTO POR TIPO DE ATIVIDADE



Destaca-se na atividade de acompanhamento de projetos de novos investidores:

- a perceção da posição competitiva favorável de Portugal no setor dos Serviços, como destino de excelência para projetos de centros de competências de dimensão internacional e de apoio ao negócio, em áreas de engenharia, desenvolvimento de software, contabilidade e finanças, compras e logística e outras;

- a confirmação da relevância dos países europeus (França, Alemanha, Suíça e Reino Unido) como principais mercados emissores de IDE em Portugal, com destaque para o setor dos serviços de alto valor acrescentado (centros de engenharia, Hub tecnológicos);
- o aumento de interesse dos EUA em Portugal como destino competitivo de IDE no contexto europeu;
- o surgimento de novas intenções de investimento com origem no mercado da China com inclusão de Portugal na opções em avaliação;
- uma dilatação dos prazos de decisão;
- surgimento de projetos de investimento de menor dimensão, sinal de conservadorismo dos investidores, enquanto houver incertezas quanto à evolução da pandemia covid-19.

Para além da atividade comercial corrente de angariação de IDE, abordagem direta e customizada junto de empresas targets e desenvolvimento de leads de investimento, a DA promove e participa em Ações de promoção de Portugal como país atrativo para desenvolvimento de investimento. Estas ações de natureza mais coletiva, por serem de divulgação ampla dos fatores de atratividade de Portugal, com foco setorial ou de mercado, contribuem para a notoriedade e a imagem de Portugal enquanto potencial destino de investimento. As principais ações desenvolvidas são: participação em eventos setoriais de promoção de investimento, acompanhamento de missões de empresas estrangeiras a Portugal na ótica de angariação de IDE. As principais ações desenvolvidas foram as seguintes:

- Desenvolvimento e publicação da newsletter Invest in Portugal, em formato digital e língua inglesa, com o objetivo de destacar factos e notícias de interesse para investidores internacionais e multipliers na área de site location. Newsletter com periodicidade mensal.
- Publicação em junho de 2021, do dossier Portugal a Top Tech Destination, em formato digital e língua inglesa.
- Participação da AICEP enquanto entidade parceira da edição 2021 da Conferência Deloitte Shared Services, edição em formato presencial em Farnborough, Reino Unido Participação com stand e presença no evento para realização de contactos comerciais com as empresas presentes no evento.



- Organização de Master Class a 11 de maio 2021, em parceria com o IQPC, entidade responsável pela Shared Services Outsourcing Week em formato virtual, sobre o tema Location Strategy, com participação de empresas internacionais, potenciais investidores.

- Publicação de Investment Profile na edição de janeiro 2022 da revista Norte Americana Site Selection Magazine

A. 1.c) Desenvolvimento do negócio internacional das empresas presentes em Portugal

No âmbito do acompanhamento das empresas na expansão dos projetos de investimento em Portugal e nos seus processos de Internacionalização (Exportação e IDPE), a AICEP possui os 19 Gestores de Clientes.

As duas áreas de atendimento, primeira linha e desenvolvimento, acompanharam em 2021 um total de 17.792 clientes, 1.262 “Grandes Empresas” (GE), 16.450 “Pequenas e Médias Empresas” (PME) e 220 Associações. As 6 Lojas de Exportação localizadas em território nacional continental acompanharam 5.822 empresas. A AICEP também apoia empresas nas Regiões Autónomas, com 2 Lojas de Exportação numa parceria da AICEP com SDEA (Açores), e um protocolo com o Centro de Formalidades de Empresas no Funchal. Em 2021, a AICEP passou a acompanhar 767 novos clientes (empresas), realizou 2.199 reuniões e 701 vídeo conferências e apesar dos constrangimentos devidos à pandemia realizou 113 visitas a empresas.

Na sua atividade corrente, os gestores trabalham diariamente na internacionalização dos seus clientes, em articulação com a Rede Externa e acompanha os projetos de investimento em Portugal. A AICEP acompanha ainda os projetos das empresas que se candidatam aos fundos comunitários nas áreas em que a Agência atua, desde a candidatura até ao final do contrato de investimento, estando os gestores em permanente contacto com os beneficiários e com os colaboradores da Agência que tratam especificamente desta temática dos incentivos financeiros.

Adicionalmente, a AICEP tem mantido o seu objetivo de reforçar a comunicação e visibilidade dos seus clientes, mediante a produção de conteúdos e informação sobre empresas, associações e sectores, o que representa um instrumento fundamental de promoção no mercado nacional e internacional. Os Flash Setoriais são um exemplo deste trabalho, assim como a produção de artigos sobre empresas e sectores na Revista da Agência, Portugalglobal.

As empresas têm colaborado ativamente com a organização de novas iniciativas, como o desenvolvimento de Redes de Fornecedores (7 ações em 2021) e Sourcing in Portugal (46 ações em 2021), para reforçar a oferta nacional e a articulação entre GE e PME.

O acompanhamento próximo das empresas, Associações e Clusters permite apoiar, através das fileiras dinamizadas na AICEP, o plano de promoção externa da Agência, em articulação com as referidas entidades, contribuindo para uma estratégia de promoção sectorial integrada. Neste âmbito, foi feito o acompanhamento dos Projetos Conjuntos de Internacionalização das Associações Setoriais, bem como dos seus projetos de natureza coletiva SIAC Internacionalização.



A. 1.d) Apoio a fileiras setoriais

O apoio à promoção externa a nível setorial assegura um conhecimento setorial mais especializado que permita reforçar o apoio às empresas nos seus processos de internacionalização e investimento, assim como assegura uma abordagem setorial integrada. A AICEP dispõe de 11 especialistas, responsáveis pelo acompanhamento das seguintes fileiras: TIC; Saúde; Moda; Indústrias da Mobilidade Espaço e Defesa; Metalomecânica; Economia do Mar, Floresta, Químicos; Indústrias Culturais e Criativas; Construção Civil e Materiais de Construção; Ambiente e Energia; Casa; Agroalimentar.

Na sua atividade corrente, a DC trabalha diariamente na internacionalização dos seus clientes, em articulação com a Rede Externa no Mundo, e acompanha os projetos de investimento em Portugal.

Das atividades de promoção realizadas em 2021, destacam-se as seguintes abaixo:

- Campanha de promoção internacional “MADE IN PORTUGAL naturally” das fileiras Casa e Materiais de Construção, uma ação de cross-selling para promover a oferta portuguesa em matéria de decoração e lifestyle. Com uma comunicação assente em meios digitais, esta inovadora campanha sob a marca chapéu “MADE IN PORTUGAL naturally”, foi especialmente dirigida a seis mercados alvo - Alemanha, Canadá, Espanha, EUA, França e Reino Unido - tendo contudo um alcance de trinta países, com mais de 1.600 notícias publicadas e perto de 15.000 visitas ao site portugalnaturally.pt, plataforma que engloba todos os suportes da campanha (vídeo promocional, showroom virtual, diretório de empresas e de eventos e área de media). Esta ação será detalhada no ponto seguinte dedicado à rede externa.



- Roteiro Internacionalização Azul - ação no âmbito da fileira da economia do mar, desenvolvida no quadro da preparação da Conferência dos Oceanos e do respetivo Fórum Empresarial, com programa de visitas dedicado a empresas, centros de investigação e incubadoras/aceleradoras no domínio da Economia Azul.

- MIL - Lisbon International Music Network - setembro, convite a Prescritor Internacional para encontros com agentes e profissionais da indústria da música portuguesa.

- Bial de Veneza 2021 - Exposição Internacional de Arquitetura - Realização de spot publicitário para a representação oficial portuguesa, no contexto da articulação institucional com a DGARTES, no âmbito da Ação Cultural Externa.

- Relatório do Questionário de Identificação e Segmentação de Empresas Portuguesas do Setor de eHealth - realização de questionário, preparação do relatório e realização de Sessão de apresentação do Relatório do Setor de eHealth, outubro 2021.

- Assinatura Protocolo de cooperação com Mercadona e com o El Corte Inglés para promover a participação de empresas portuguesas como fornecedoras destas importantes cadeias.



- “Startups Connecting Links”: esta iniciativa lançada em 2020 tem vindo a ser reforçada para garantir o apoio à internacionalização do ecossistema de startups nacionais. Promover a ligação entre as start-ups nacionais e as GE, com o objetivo de as apoiar na apresentação e venda do seu produto ou serviço inovador, tanto em Portugal como no estrangeiro. Durante o ano de 2021 esta iniciativa foi caracterizada por 45 ações oriundas de 11 mercados diferentes e foram abrangidos 16 setores/áreas diferentes. O trabalho incluiu a identificação de mais de 1.807 startups e das listas enviadas concretizaram-se reuniões bilaterais entre GE’s e 46 startups (one-to-one).
- Programa Exportar Online 2.0: no âmbito do programa registaram-se 14 ações de capacitação e foram lançados importantes projetos, como o Diagnóstico de E-commerce no Setor Agroalimentar Português e o Projeto Agregador do Agroalimentar Português na Alibaba.com. Relativamente ao trabalho desenvolvido com Marketplaces, salientamos a assinatura de um MoU com a Amazon, que resultou na organização de um ciclo de 8 webinars de apresentação deste Marketplace, bem como o seu modelo de funcionamento para as empresas portuguesas.

De referir que a área comercial operacionaliza e acompanha diversas ações em colaboração e propostas pela rede externa da Agência que se descrevem no ponto A.2, bem como outras ações transversais como a Expo 2020, participação na Feira de Hannover 2022 com país parceiro e Portugal Concept Store, que se descrevem mais adiante.



A.2 Rede Externa e Institucionais

No seu desígnio de apoiar as empresas nos processos de internacionalização pelo conhecimento e diversificação dos mercados, a rede externa constitui-se como uma das mais relevantes valências da AICEP. A operacionalização das nossas delegações no estrangeiro resulta de uma constante articulação com as mais variadas áreas da sede, tendo presente que a Agência dispõe de cerca de 50 escritórios espalhados pelo mundo.

A AICEP integra ainda uma área dedicada ao acompanhamento das multilaterais e das organizações internacionais, atuando como elo de ligação entre estas entidades e as empresas e outros agentes com interesse no mercado das multilaterais, divulgando as oportunidades de negócio financiadas pelas mesmas.

No que respeita às relações institucionais, a Agência é chamada para a preparação e apresentação de informação sobre o relacionamento de Portugal com os mercados externos e o acompanhamento operacional de clientes institucionais e oficiais. Ainda neste âmbito, a AICEP acompanha os projetos de internacionalização das Associações empresariais multissetoriais e regionais, das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas e Câmaras Municipais, proactivamente pelos respetivos gestores de cliente, em estreita ligação com a rede externa e outros serviços da Agência, promovendo-se igualmente a sua articulação com as ações da AICEP ou de outras entidades públicas, nomeadamente no âmbito das missões oficiais de membros do Governo.

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer a atividade desta área de articulação com a rede externa e institucionais. Previamente refira-se o tema da presidência do Conselho da União Europeia. No primeiro semestre de 2021 Portugal assumiu a presidência do Conselho da UE (PPUE), sucedendo à Alemanha e precedendo a Eslovénia, países com os quais integrou o trio de Presidências, que em conjunto elaboraram um programa para 18 meses, a partir do qual cada um dos países definiu o seu programa específico sob o tema “Tempo de agir: por uma recuperação, justa, verde e digital”. A AICEP colaborou com a Rede Diplomática na organização de diversas iniciativas. Refiram-se as “Green Talks”, webinars dedicados a temáticas específicas como a mobilidade elétrica, eficiência energética, impactos das alterações climáticas (água, desertificação, reflorestação), realizados em diversos mercados europeus, mas também noutras geografias, como por exemplo, Marrocos, Argélia, Senegal e México. A Agência organizou ainda o Fórum Empresarial Portugal-África – Exportar Verde e o Portugal-Belgium Seminar – Business and Investment Opportunities.

A Presidência Portuguesa em números

Uma Presidência resiliente, digital e pronta a responder a novos desafios

Em Portugal

554

Eventos oficiais

Em Bruxelas

23

Acordos concluídos

Nas redes sociais

29.709

Seguidores

No website

307.989

Visitantes



A. 2.a) Ações com intervenção da Rede Externa

Detalhamos, em seguida, as ações com maior intervenção da Rede Externa da AICEP, nomeadamente:

- Ações transversais e de imagem;
- Missões empresariais/Seminários e Visitas Institucionais ao Estrangeiro;
- Missões empresariais, Seminários e Visitas Institucionais e de importadores e decisores a Portugal;
- Multilaterais.

Ações transversais e de imagem

Campanhas Made in Portugal Naturally

Em 2021 foi dada continuidade a campanhas de promoção em diversos mercados, nomeadamente em formato digital. Destaque-se, neste âmbito, a ação já referida no ponto anterior (A.1.d)), a campanha nos EUA - MADE IN PORTUGAL naturally, para as áreas do comércio (fileira casa, materiais de construção, moldes, produtos alimentares, etc.) e investimento (life sciences, tecnologia e shared service centers (SSC)). O plano dirigido à captação de investimento assentou nos fatores-chave talento, inovação, oportunidade, segurança e estabilidade, e transmitiu as vantagens de Portugal para o investimento estrangeiro americano através do slogan: Invest in Portugal. Para a vertente do comércio, a mensagem comum transmitida foi que a oferta portuguesa se destaca pela qualidade, capacidade de inovação e sustentabilidade dos seus produtos.

A implementação desta campanha teve uma abordagem multicanal e multiplataforma, tendo desenvolvido um Website, comunicação em redes sociais, uma estratégia integrada de relações públicas e relações com os media, uma campanha de email marketing para bases de clientes



segmentadas para cada indústria, uma estratégia de marketing em motores de busca com a plataforma Google Ads e uma campanha B2C através de *influencer marketing*. A campanha gerou 17 leads qualificadas de importadores situados não somente nos EUA, como também no Canadá, Japão, Dinamarca, Alemanha e Reino Unido, o que comprova que a campanha teve uma abrangência muito maior do que o mercado

dos EUA. Vários destes leads foram convertidos em "ações de sourcing" a Portugal.

Campanhas adaptadas a outros mercados foram desenvolvidas com o mesmo mote, em França - MADE IN PORTUGAL naturally (fileiras moda, casa/materiais de construção e agroalimentar), na Suécia - MADE IN PORTUGAL naturally - Campanha de Comunicação e na Grécia – MADE IN PORTUGAL naturally – XENIA – Campanha de Promoção, com aposta no marketing digital, na utilização das redes sociais e na promoção de





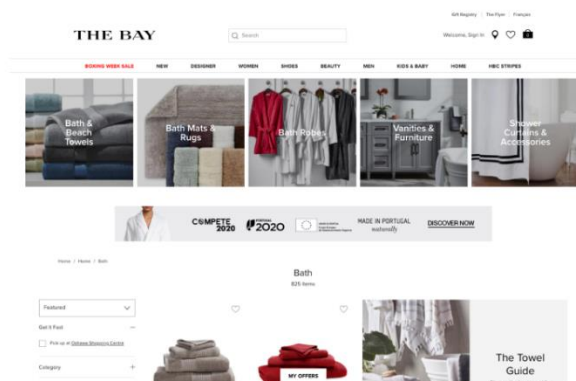
uma missão de negócios de empresas gregas com a realização de encontros bilaterais.

Em França utilizaram-se as redes sociais - nomeadamente LinkedIn e Google Ads – direcionadas para as fileiras de materiais de construção, casa, moda e agroalimentar, em diferentes meios digitais (LinkedIn Ads, Google Search e Display Advertising). À AICEP coube a responsabilidade de providenciar os conteúdos (gráficos e textos) e definir os públicos-alvo e objetivos para cada uma das fileiras envolvidas

No mercado sueco a campanha decorreu até março 2022 e teve como objetivo criar notoriedade das marcas, produtos e serviços portugueses, bem como a atração de investimento estrangeiro. A campanha procurou associar a imagem global de Portugal à sustentabilidade, inovação e qualidade. Em simultâneo com a ação, foram realizados eventos setoriais (Food & Wine / Industry / IT, Start up & Innovation / Fashion & Footwear / Design, Decor & Homeware) articulados com as outras fileiras e as associações nacionais de diversos setores. Os principais resultados com base em técnicas de análise de redes sociais foram a produção de um website, 15 *landing pages*, 1,6 K visualizações, 3 plataformas (Facebook, LinkedIn e Instagram), 558 media posts, 1,3 K pessoas atingidas e 9,5% de community engagement.

Aproveitando a participação de um conjunto de empresas portuguesas na feira Xenia - *International Hotel Equipment Exhibition* em Atenas, a AICEP apostou numa campanha de comunicação nas redes sociais dirigida à fileira casa. Contratou ainda serviços profissionais para fotografar os produtos e produziu um filme, bem como promoveu uma missão de negócios com a realização de encontros bilaterais. Foi possível promover contactos diretos com a procura, tendo alguns deles resultado em pedidos de cotações para projetos em curso.

No início em dezembro foi lançada no Canadá uma campanha de promoção digital “Made in Portugal Naturally” direcionada à fileira casa (cerâmicas de mesa, cutelarias, toalhados, roupa de cama, acessórios de decoração e outros), na loja online da cadeia HBC - Hudson’s Bay Co (The Bay Marketplace), a maior cadeia department store no Canadá, durante seis semanas.



Esta ação dá continuidade à promoção realizada em 2019 na principal loja flagship em Toronto desta mesma cadeia, a qual teve grande sucesso junto dos consumidores, resultando num significativo aumento de vendas (mais de \$40 mil dólares nos expositores na loja e acima de \$1 milhão nas várias lojas durante o período da promoção).

Esta campanha inclui fundamentalmente as private home brands Glucksteinhome (o maior sucesso na cadeia HBC, desenvolvida com o famoso designer Brian Gluckstein), Distinctly Home, Boutique by Distinctly Home, Kode e a marca icónica HBC Stripes. Os consumidores ao pesquisarem este tipo de produtos são direcionados para páginas mostrando artigos destas coleções "Made in Portugal Naturally".

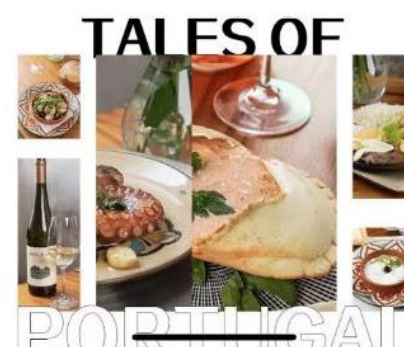


China - Tales of Portugal - Campanha de Comunicação Digital (novembro de 2021 a abril de 2022)

A campanha de comunicação designada por Tales of Portugal foi dirigida ao setor agroalimentar e visou aumentar o conhecimento dos produtos portugueses já presentes na China, elevando a sua reputação de país produtor de bens de qualidade.

Não sendo a China um mercado tradicional de Portugal, como são a UE, os PLP ou os EUA, mas tendo presente o crescente e inevitável peso da China no mercado mundial, pretende-se com esta campanha reforçar a aposta de Portugal neste país, através dos canais de comunicação digitais. As plataformas digitais assumem uma importância crucial no que diz respeito à disseminação de mensagens pelo território chinês e são pontos de influência incontornáveis junto da sociedade civil local e dos *decision makers* chineses.

A primeira ação da campanha assumiu o nome de A Bite of a Big Journey e decorreu em plataformas de lifestyle. Foram convidados diversos jornalistas para uma prova gastronómica em dois restaurantes portugueses na China em Xangai e em Cantão) a qual foi acompanhada de uma apresentação setorial em mandarim. Em Xangai realizou-se ainda uma mostra de produtos no Centro Comercial de Xintiandi, um dos mais prestigiados na cidade, tendo estado presentes 10 marcas portuguesas. Na plataforma Shanghai STYLE foi publicado um artigo sobre as empresas do setor agroalimentar envolvidas na campanha. Esta plataforma conta com mais de 1,4 milhões de seguidores na sua página na oficial de WeChate, 63% dos quais são mulheres e 37%, homens.



Marrocos – Campanha “Portugal – Une Nation à Découvrir” (setembro de 2021 a junho de 2022)

Destinada ao segmento alto e de luxo, a campanha desenvolveu-se nos vários meios de comunicação do grupo editorial Déco Actuelle, ao qual pertence a principal revista de decoração e lifestyle marroquina, a Maroc Déco Actuelle. Foram realizadas inserções na revista bimensal (em papel) e utilizadas as redes sociais do grupo. A campanha, com a assinatura *Portugal – Une Nation Créative à Découvrir*, deu a conhecer aos profissionais do setor e aos consumidores a fileira casa nas suas várias dimensões, sendo que cada edição da revista desenvolveu um tema específico, na seção intitulada “À aimer”.

A primeira edição da campanha (setembro/outubro 2021) designada como *Portugal, pays de design et de créativité*, pretendeu apresentar a fileira casa na sua vertente de criatividade, mix de inovação e tradição, sofisticação e a sustentabilidade. Contou ainda com uma entrevista ao mais reputado designer marroquino Hicham Lahlou que referiu a excelência de algumas marcas portuguesas e da sua experiência com Portugal.



O segunda inserção da campanha (novembro/dezembro 2021) teve como tema “Rencontre avec le design portugais” e apresentou uma retrospectiva do design português e das suas diversas fontes de inspiração ao longo



dos anos. Evidenciou os traços de cosmopolitismo, criatividade e sofisticação nos trabalhos da velha e da nova geração de designers portugueses.

A terceira edição da campanha será realizada em 2022 (janeiro-fevereiro), sob o tema “Passer à table à l’heure portugaise”.

França - Olá Portugal” (agroalimentares) na cadeia Carrefour

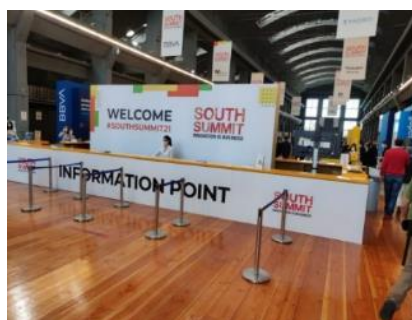
Com o apoio da AICEP Paris, a cadeia Carrefour deu destaque aos sabores tradicionais portugueses em mais de uma centena de hipermercados por toda a França. A operação teve como objetivo dar a conhecer a vasta e rica cultura gastronómica portuguesa, e decorreu de 20 de abril a 3 de maio. Os produtos alimentares disponíveis encontravam-se destacados nos corredores centrais em vários hipermercados e, no caso do Carrefour em Pontault Combault, o espaço dedicado aos sabores portugueses contou ainda com um stand da empresa Canelas que visa a promoção do fabrico artesanal português.

Ecosistema Empreendedor de Portugal (Startups) - Viva Technology e South Summit

O trabalho sobre este ecossistema incidiu sobre duas iniciativas, a Viva Technology em Paris e a South Summit em Madrid. A Viva Technology é uma das maiores feiras tecnológicas do mundo e é organizada pelo principal jornal económico Francês Les Echos. Esta feira é realizada anualmente desde 2016 sempre com grande cobertura mediática e presença de grandes figuras mundiais do setor público e privado. Em 2021, a feira teve lugar de 16 a 19 de junho e acolheu 140.000 visitantes, 26.000 dos quais presencialmente (na data da feira estava em vigor uma restrição de 5.000 pessoas em simultâneo no recinto para eventos desta natureza). A AICEP organizou, em parceria com a Startup Portugal, a primeira participação de Portugal neste evento em formato de apresentação de *pitchs* perante investidores e grandes grupos franceses e internacionais. O *pitch* de Portugal contou com a apresentação do ecossistema empreendedor português pela Startup Portugal, dos *pitchs* de seis startups portuguesas e apresentação de Portugal como destino de Investimento pela AICEP.



O *South Summit* realizou-se de 5 a 7 de outubro em Madrid, num formato omnicanal e recebeu os mais importantes investidores internacionais, corporações e fundadores de *startups* globais de sucesso. Esta iniciativa serviu para consolidar o posicionamento da plataforma global de conexão, inovação e negócios tendo gerado grandes resultados nas edições anteriores e que, a partir deste ano, inclui a sustentabilidade entre os seus pilares fundamentais. Como nas edições anteriores, o *South Summit* contou com a presença das 100 melhores startups do ecossistema global e espanhol, escolhidas entre os mais de 3.800 projetos inscritos no Startup Competition desta edição. Contou com 11.500 visitantes, 7.000 empreendedores, mais de 680 speakers, 1.825 investidores e 6 palcos diferentes para apresentações.



A AICEP organizou, também em parceria com a Startup Portugal, a participação portuguesa no evento, num formato de apresentação de *pitchs* de *startups* para potenciais investidores e grandes grupos espanhóis e estrangeiros presentes. O



pitch de Portugal, com a duração de uma hora, teve lugar no dia 6 de outubro, tendo sido apresentada pela *Startup* Portugal uma introdução ao ecossistema empreendedor português, seguida de uma ronda de apresentações de 10 *startups* portuguesas participantes. No mesmo dia foi ainda organizado um encontro de networking entre as 10 startups portuguesas presentes e a Startup Portugal com potenciais investidores, nomeadamente Capital Ventures.

Portugal Abraza Chile

No contexto das comemorações do V Centenário da Viagem de Circum-Navegação, a Associação para a Promoção da Gastronomia, Vinhos, Produtos Regionais e Biodiversidade (AGAVI) promoveu, em estreita colaboração da Delegação da AICEP em Santiago, em maio uma ação no Chile com o objetivo de promover a Cultura, a Gastronomia e os Vinhos Portugueses e contribuir para o aumento das exportações para este mercado sul-americano. Face às circunstâncias criadas pela pandemia, apostou-se numa estratégia centrada na organização de eventos interativos à distância, dirigidos a um público-alvo de importadores e *key opinion leaders*, e na produção de um especial dedicado a Portugal, divulgado a um número alargado de consumidores através da plataforma Youtube.

Contou-se, para tal, com um importante *influencer* chileno, o reconhecido cronista gastronómico Daniel Greve - juri do *The Worlds 50 Best Restaurants* e autor de inúmeros formatos, dedicados à gastronomia, de grande sucesso nos media locais, que foi o anfitrião de cada um dos eventos, e foi responsável pela interpretação da gastronomia portuguesa em colaboração com a chef chilena Francisca Albornoz.



“Portuguese Box 414”

Com o objetivo de promover e reforçar a imagem de Portugal como destino de investimento, realizou-se no dia 11 de novembro, por ocasião do jogo futebol Portugal Irlanda, uma ação de networking no estádio de futebol, designada por “Portuguese Box 414”.

Dirigida a atuais e potenciais investidores, maioritariamente nos setores das TI e Medtech, atuando quer junto de empresas em forte crescimento e grandes empresas irlandesas, quer de multinacionais com sede europeia/centro de decisão na Irlanda, estiveram presentes 14 CEO's, CTO's e outros decisores de empresas irlandesas e de duas empresas de origem de capital dos EUA, representando um valor de mercado superior a 100 mil milhões de euros. Estando presentes decisores de empresas com investimento em Portugal, de empresas com *leads* ativas e potenciais investidores, foi particularmente interessante a dinâmica e partilha de experiências entre os participantes, com impacto muito positivo nos projetos em fase de decisão de localização/expansão. Desenvolveu-se ainda *networking* com decisores de mais 15 empresas, que não tinham disponibilidade de agenda para a data do evento.



Portugal a Green Energy Location

Nos últimos anos, tem havido uma cada vez maior preocupação da comunidade empresarial em contribuir positivamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. A inclusão das prioridades de desenvolvimento socioeconómico e ambiental nos valores e missões das empresas, e ao mesmo tempo o aumento da preocupação da sociedade civil para com os temas de proteção do ambiente e transição energética, estão a influenciar os processos de decisão das empresas em matéria de investimento, mas também em matéria de concretização de parcerias de negócios. Os fatores i) contributo para desenvolvimento sustentável e ii) contributo para a redução das emissões de CO2 surgem nos critérios de decisão das empresas para desenvolvimento de novos negócios.

O relatório World Investment Report 2021 da UNCTAD, destaca a estratégia *building back better: Resilience and sustainability* como principal prioridade de desenvolvimento e investimento das empresas e governos. A transição energética tem um papel importante para o alcance da sustentabilidade do desenvolvimento económico. A integração de energias renováveis no mix de energia consumida é um dos fatores valorizados pelas empresas para seleção de países para localização de novos projetos de investimento e/ou países de localização de potenciais parceiros de negócio.

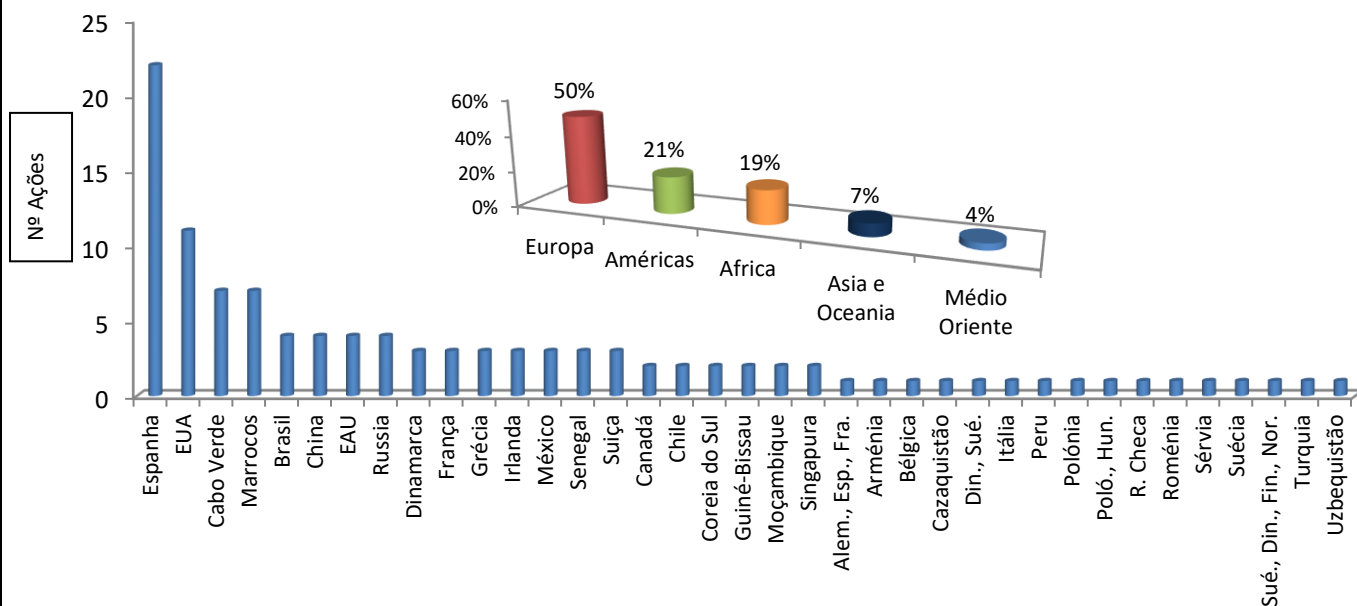
Portugal é um dos países europeus com maior percentagem de consumo de energia com fontes renováveis (7º melhor país) e com frequência é destacado como sendo um país com muito bom desempenho ambiental (*climate change performance index 2021*, Portugal é o 16º país num conjunto de 60 países com melhor desempenho ambiental).

O encerramento da central termoelétrica do Pego, a última central termoelétrica a carvão do país, em finais de novembro, colocou Portugal como sendo o 4º país Europeu a alcançar o objetivo de produção de energia elétrica sem recurso ao carvão (fonte de poluição através de emissões de CO2). Procurando aproveitar este marco na política energética nacional, foi lançada uma campanha de promoção internacional (inserções publicitárias) nos principais países emissores de IDE, no dia 1 de dezembro: Alemanha – Handelsblatt (meia página) ; França – Les Echos (1 página); Espanha – Expansión (1 página); Suécia – Dagens Industri (1 página); Reino Unido – Financial Times (1 página); Estados Unidos da América – Financial Times (1 página); China – Global Times (meia página); Japão – The Japan Times (meia página).



Missões empresariais, seminários e visitas institucionais ao estrangeiro

A AICEP foi responsável pela organização de 36 visitas institucionais ao estrangeiro, que envolveram 19 mercados, 16 missões empresariais envolvendo 9 mercados e 60 seminários/webinars, envolvendo 26 mercados. Em termos globais, temos um total de 112 eventos, realizados em 36 países, que contaram, no seu conjunto, com 4.982 participantes. Em termos regionais, a Europa foi o destino do maior nº visitas oficiais/missões/seminários (55), seguindo-se a América com 23 e África (inclui Magrebe) com 21, Ásia e Oceânia com 8 e Médio Oriente com 4.



Mercados	Nº Part.	Nº Eventos	Mercados	Nº Part.	Nº Eventos
Alem., Esp., Fra.	175	1	Itália	5	1
Arménia	5	1	Marrocos	220	7
Bélgica	45	1	México	10	3
Brasil	152	4	Moçambique	60	2
Cabo Verde	290	7	Peru	50	1
Canadá	80	2	Polónia	50	1
Cazaquistão	5	1	Poló., Hun.	24	1
Chile	60	2	R. Checa	120	1
China	430	4	Roménia	45	1
Coreia do Sul	10	2	Rússia	120	4
Dinamarca	63	3	Senegal	225	3
Din., Sué.	0	1	Sérvia	5	1
EAU	35	4	Singapura	215	2
Espanha	1492	22	Suécia	5	1
EUA	546	11	Sué., Din., Fin., Nor.	120	1
França	55	3	Suíça	153	3
Grécia	23	3	Turquia	6	1
Guiné-Bissau	35	2	Uzbequistão	5	1
Irlanda	43	3			
			36	4.982	112



Neste conjunto de iniciativas realizadas destacamos: as visitas institucionais de SEXA o Presidente da República Portuguesa: (i) a Cabo Verde (maio e novembro); (ii) à Guiné-Bissau (maio); (iii) ao Brasil em julho.

Foram também organizadas diversas visitas institucionais de membros do governo, a vários mercados, com agendas de contactos com entidades locais, tanto na área da internacionalização como do investimento, destacando-se as realizadas por SEXA MENE à Rússia (maio), Suécia (outubro) e Brasil (novembro); SEXA SEINT à Grécia e Sérvia (maio), Coreia do Sul (junho) no quadro da 6ª Comissão Mista Portugal/Coreia do Sul, Espanha (setembro e outubro); França (setembro) e Marrocos (novembro), e ainda visitas de outros membros do Governo, das pastas da Energia, Ambiente, Economia, Agricultura, Cultura e Defesa a vários mercados.

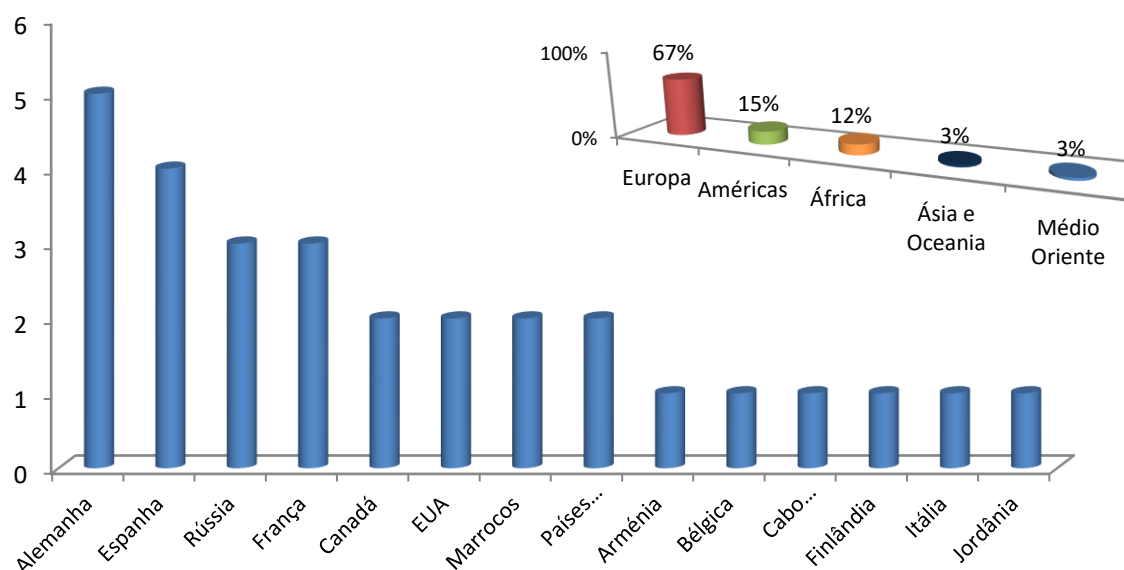
Com o objetivo de estreitar o relacionamento económico com Portugal, o Presidente da AICEP deslocou-se ao Uzbequistão em maio, Senegal em junho, Cazaquistão em julho, Arménia em setembro, e Turquia em novembro, para realização de reuniões/encontros com diversas entidades locais. Por ocasião das visitas ao Cazaquistão e Arménia foram assinados Memorandos de Entendimento entre a AICEP e congéneres locais, Kazakh Invest e Investment Support Center (ISC)- Enterprise Armenia, respetivamente.

Missões empresariais, seminários e visitas institucionais a Portugal

As restrições de circulação impostas pela pandemia continuaram a condicionar as visitas empresariais e institucionais a Portugal. No total foram realizadas 30 iniciativas, que envolveram 18 países, sendo 4 visitas institucionais: Jordânia – Visita a Portugal do Ministro dos Negócios Estrangeiros; Finlândia – visita do Ministro para a Cooperação e Desenvolvimento do Comércio Externo; Arménia- visita de representantes da Congénere da AICEP na Arménia; Rússia – visita de representantes da Solkovo Foundation por ocasião do Websummit; 13 missões empresariais envolvendo 10 mercados; 16 seminários/webinars sobre diversas temáticas relacionadas com 11 mercados. Estas iniciativas contaram com a participação, no seu conjunto (portugueses e estrangeiros), de 1.045 empresas/entidades.

Mercados	Nº Part.	Nº Eventos	Mercados	Nº Part.	Nº Eventos
Alemanha	292	5	Itália	40	1
Arménia	7	1	Jordânia	2	1
Bélgica	77	1	Marrocos	60	2
Cabo Verde	1	1	México	2	1
Canadá	67	2	Países Baixos	33	2
Espanha	85	4	Rússia	15	3
EUA	65	2	Sérvia	109	1
Finlândia	5	1	Tunísia	30	1
França	35	3	Vietname	120	1
			18	1.045	33

Na repartição por zona geográfica, destaca-se a Europa, origem de 22 missões/seminários/visitas institucionais, seguindo-se as Américas e a África com 5 e 4, respetivamente.



Multilaterais

Em 2021 deu-se continuidade ao trabalho de acompanhamento da atividade das organizações multilaterais em que Portugal participa (Bancos de Desenvolvimento/Instituições Financeiras Internacionais, União Europeia e Nações Unidas), atuando como elo de ligação com estas organizações, as empresas e os outros agentes com interesse no mercado destas organizações, capacitando as empresas e realizando eventos, de forma totalmente virtual. Adicionalmente, realizaram-se ações de divulgação e de promoção das oportunidades de Organizações Científicas e Tecnológicas Internacionais, potenciadas por uma maior aproximação ao Oficial de Ligação da ANI e à *Portugal Space*.

No total, realizaram-se 12 eventos, dos quais 11 no âmbito da atividade do Grupo de Trabalho das Multilaterais AICEP e GPEARI-MF (2 missões empresariais virtuais, 6 *webinars*, 2 encontros bilaterais e 1 encontro de *networking*) e 1 ação em parceria com a ANI de promoção da participação das empresas portuguesas nas oportunidades das Organizações Científicas e Tecnológicas Internacionais.

Entre os eventos, destaca-se, em janeiro, a missão virtual à UN City em Copenhaga – UN International *Procurement Seminar* (IPS) com 15 empresas. Esta foi a primeira iniciativa promovida em consórcio AICEP e agências congéneres europeias – Alemanha, Áustria, Espanha, Estónia, França e Portugal. Foram dois dias de sessões dedicadas e as empresas portuguesas realizaram 91 reuniões bilaterais nos dias do evento, das quais 55 com representantes das Nações Unidas e as restantes com outros participantes.

Em junho, realizou-se, também em formato virtual, a missão ao Banco Asiático de Desenvolvimento com 12 empresas, e que promoveu 69 reuniões bilaterais, 3 sessões conjuntas (*Procurement*, Timor-Leste e Índia), 3 *Bluebags/brownbags* (sessões especiais de apresentação a várias especialistas), 1 encontro informal de



networking com portugueses a trabalhar no BasD, para além de 1 encontro preparatório na semana antes e de 5 encontros diários com as empresas ao final de cada manhã da missão.

De destacar ainda que, ao nível de atividade das Multilaterais, a resposta a solicitações e esclarecimentos manteve-se ao nível dos anos pré-pandemia, registando-se mais de 200 interações não associadas a ações.

A. 2.c) Acompanhamento de entidades externas

Associações multissetoriais e regionais, Comissões Intermunicipais e Câmaras Municipais, Universidades e Politécnicos

A AICEP é organismo intermédio dos Projetos Conjuntos de Internacionalização das Associações, bem como de projetos no âmbito do SIAC e de outras fontes de financiamento de entidades associativas e institucionais. Nesse contexto acompanhou Associações de âmbito Nacional e Regional, Câmaras de Comércio, Confederações, Instituições do Sistema Científico e Tecnológico e outras entidades similares.

A execução, e por consequência, o acompanhamento dos projetos foi fortemente afetado pela o impacto da pandemia COVID-19. O sucessivo cancelamento de iniciativas nos mercados externos, bem como, os impedimentos relativos às deslocações internacionais, condicionaram a execução das atividades dos promotores, o que originou diversos pedidos de alteração, em termos de plano, ações, mercados e prazos de concretização.

Ao longo do ano foi efetuado um acompanhamento regular e de proximidade dos clientes associativos, tanto ao nível da execução dos projetos e respetivos problemas técnicos e de execução, bem como para articulação do PNAPE – Plano Nacional de Ações de Promoção Externa, dados os fortes impactos gerados pela crise pandémica. Foram realizadas em 2020, no âmbito da atividade dos clientes Associações, CCDR, CIM, Câmaras Municipais e Ensino Superior, um total de 467 interações, respetivamente de “Internacionalização” (280), e “Divulgação” (187), para acompanhamento ativo das ações destes clientes.



A. 2.d) Protocolos de cooperação, memorandos de entendimento e contratos

Numa lógica de reciprocidade, aprofundamento de conhecimento e competências e ainda partilha de informação em áreas especializadas, a AICEP celebrou um protocolo de colaboração, uma Convenção e 5 Memorandos de Entendimento com entidades institucionais nacionais e estrangeiras, ao longo do ano.

País	Entidade	Tipo
Portugal	Protocolo de Colaboração entre a AICEP e a Universidade Portucalense Infante D. Henrique	Protocolo
Cazaquistão	Memorando de Entend. entre a AICEP e a KAZACH INVEST National Company	MOU
Brasil	Memorando de Entend. entre a AICEP e o Instituto de Desenv. Integrado de Minas Gerais	MOU
China	Memorando de Entend. entre a AICEP e a IEDB – Hainan Provincial Bureau of Intern. Development	MOU
Marrocos	Convenção entre a AICEP, AMICA – Association Marocaine pour l’industrie et le commerce de l’Automobile e os IFMIA – Instituts de Formation aux Métiers de l’Industrie Automobile	Convenção
Marrocos	Memorando de Entend. entre a AICEP e a AMDIE – Agence Marocaine de Développement des Investissements et des Exportations	MOU
Arménia	Memorando de Entend. entre a AICEP e o Investment Support Center (ISC)- Enterprise Armenia	MOU



A.3 Organização da participação portuguesa em grandes eventos - Expo 2020 e Hannover 2022

Expo 2020

A Expo 2020 Dubai abriu as suas portas ao público no passado dia 1 de outubro de 2021 tendo encerrado no dia 31 de março de 2022. Esta exposição realizou-se sob o lema “Connecting Minds, Creating the Future” e é a primeira vez que um país do Médio Oriente organiza uma exposição mundial, coincidindo a sua realização com celebração dos 50 anos da criação dos EAU.

‘Portugal, um mundo num país’ é o tema da participação de Portugal na Expo 2020 Dubai e foi a partir deste que se construiu a narrativa criada para o desenvolvimento do projeto de conteúdos expositivos, projetado para



evidenciar características identitárias diferenciadoras do país: a aptidão para criar oportunidades numa multiplicidade de cenários, a vontade de contribuir para a mobilidade através da difusão de talento e cultura, a criatividade e a capacidade de reinvenção.

A participação portuguesa na Expo 2020 Dubai procurou, em primeira linha, contribuir para o aprofundamento

das relações políticas, económicas e culturais entre Portugal, os Emirados Árabes Unidos e os restantes países da região, posicionando o nosso País como um país acolhedor, onde se cruzam culturas e se constroem parcerias para o desenvolvimento de novos projetos e a língua portuguesa enquanto idioma de negócios e de interação cultural e científica entre povos. Será também uma oportunidade para explorar novos mercados e dinamizar a internacionalização da economia portuguesa, com destaque para os setores que apresentam soluções direcionadas à promoção do desenvolvimento sustentável e promover o nosso país como destino de investimento estrangeiro e um destino turístico de qualidade.



O pavilhão é composto por três pisos, onde o piso térreo é tratado como um prolongamento do espaço público, faz a introdução ao tema da participação de Portugal e integra uma Concept Store, um espaço informal de eventos e a sala protocolar. No piso 1 estão localizadas duas áreas de apresentação dos conteúdos expositivos mais relevantes, com uma área de experiência global, composta por um evento multimédia cíclico de grande impacto, e uma área de experiência personalizável, onde o visitante poderá escolher interagir com conteúdos multimédia sobre variados temas. O piso 2 integra o restaurante, um terraço que funcionará como esplanada do mesmo e uma sala polivalente.





of German Industries). Realizada no dia 13 de abril, teve como objetivo mostrar, pelo testemunho dos responsáveis máximos de quatro empresas alemãs em Portugal (SIEMENS, BOSCH, KIRCHHOFF e Mercedes Benz IO Portugal), as razões pelas quais *Portugal Makes Sense*, no sentido de colocar o nosso país em qualquer equação em matéria de reorganização industrial da Europa e que as empresas alemãs (e não só) continuem e reforcem os seus investimentos e as suas compras em Portugal.

Esta participação teve um balanço positivo a três níveis, um primeiro do ponto de vista da aprendizagem do que se pode explorar numa presença digital, uma dimensão que veio para ficar mesmo em futuros eventos presenciais; um segundo nível, o interesse que despertou em empresas portuguesas de perfil diferente das clientes habituais na Hannover Messe, mais tecnológico, fruto do trabalho de apresentação do Projeto HM'22 Portugal Partner Country iniciado em outubro de 2020; e um terceiro, de preparação para a presença de Portugal na Hannover Messe'22 com o estatuto de País parceiro, que se concretizou de 30 de maio a 2 de junho de 2022.

A presença portuguesa na edição de 2022 apresenta-se com um pavilhão central (nacional) com 1.300 m² e três pavilhões temáticos com 200 m² cada. A participação será focada nas áreas Engineered Parts & Solutions, Energy Solutions e Digital Ecosystems, representativos

Engineered Parts & Solutions
Technology and innovation distinguish Portuguese industry

da oferta nacional de clusters de excelência, designadamente nos setores dos equipamentos e da metalomecânica, da mobilidade, dos setores automóvel e aeronáutico, dos têxteis e plásticos

Energy Solutions
Portugal is committed to achieving carbon neutrality by 2050

técnicos, dos moldes, das tecnologias de produção e das energias renováveis, áreas onde Portugal e Alemanha têm revelado grande afinidade e um caminho promissor a percorrer com um crescente número de projetos em

Digital Ecosystems
Portugal has one of Europe's most vibrant business ecosystems

coordenada pela AICEP e coorganizada com a AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal e a CCILA - Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã.

Automation, Motion & Drives
Portugal offers solutions for digital transformation worldwide for the automotive, electronics.

parceria visando o lançamento de novos produtos. A participação portuguesa é

A.4 Marca Portugal

A Missão Marca Portugal em 2021 iniciou a preparação do Plano Estratégico para a Marca Portugal. Neste âmbito, foram realizadas auscultações a diversos setores da sociedade portuguesa no âmbito do Conselho Consultivo da AICEP, envolvendo mais de uma centena de personalidades, que assim contribuíram com ideias para a elaboração do Plano Estratégico para a Marca Portugal, que será entregue ao Governo no decorrer de 2022. O Plano visa aumentar o valor percebido da Marca-país nos mercados externos, contribuindo para aumentar a notoriedade de Portugal. No Plano deve constar um conjunto de ações que incluam todas as valências para trabalhar uma perceção de valor e diferenciada de Portugal. Além disso, tem de estabelecer adequadamente todos os recursos necessários para concretizar esta estratégia estruturante para o país.



aicep Portugal Global

Em setembro foi realizada uma Conferência Marca Portugal, em formato digital, que superou as 2 mil visualizações e apresentou algumas das conclusões das auscultações realizadas e apontou pistas para o futuro do desenvolvimento da Marca Portugal. A conferência contou com Simon Anholt, um dos maiores especialistas mundiais no tema Marca-país que tem vindo a apoiar a AICEP no desenvolvimento do Plano Estratégico para a Marca Portugal. O seu conselho é que o mais importante na imagem de um país são as suas ações. Portugal que pense naquilo que dá ao mundo, ou seja, o que pode vender que os outros queiram comprar, o que pode ensinar que queiram aprender e o que pode corrigir. Se for útil vai melhor a sua imagem.



B. Áreas de Apoio ao Negócio

B.1 Produtos e serviços

O crescimento das exportações nacionais, o alargamento da base exportadora, a diversificação de mercados, o aumento do valor acrescentado das exportações de bens e serviços nacionais e o reforço da presença de empresas portuguesas em mercados estratégicos continuam a ser desígnios da AICEP. A atividade da oferta de Produtos e Serviços teve como objetivo dotar as empresas de know-how e ferramentas de conhecimento sobre mercados e temáticas de comércio internacional, numa ótica de exportação e/ou de investimento no exterior, através da oferta de produtos e serviços progressivamente mais direcionados e com características de serviço personalizado para segmentos-alvo específicos de clientes e *stakeholders*.

Neste contexto, a atividade foi desenvolvida em conformidade com o estabelecido no Plano Estratégico da AICEP, em particular no que respeita à implementação do processo de transformação digital em curso, desdobrando a sua ação em três vertentes principais - a da Capacitação, a da Intelligence Externa e a da Intelligence Interna.

B.1 a) Capacitação

A área de Capacitação da AICEP realizou as seguintes ações em 2021: (1) criação da marca Academia AICEP, como agregadora de valor para os clientes da AICEP (empresariais e internos); (2) reorganização do portfolio de produtos de capacitação empresarial, tendo em vista a customer journey dos clientes e o desenvolvimento de produtos inovadores como o Internacionalizar Clusters; (3) criação da área de capacitação interna e sua organização em torno de 4 programas específicos, de acordo com os destinatários na Agência; (4) consolidação do reconhecimento da AICEP como entidade formadora, reforçada pela criação do Programa de Qualificação para a Internacionalização, no âmbito do Programa Internacionalizar 2030, em parceria com a ANQEP e IEFP; (5) reforço da rede de parceiros da Academia e o desenvolvimento de novas propostas para programas avançados em colaboração com Universidades, a implementar em 2022.

Academia AICEP

No âmbito do Plano Estratégico da AICEP foi criada a Academia AICEP com a missão de procurar sempre, de forma pioneira e com recursos às abordagens mais inovadoras, levar o conhecimento das várias temáticas de internacionalização e capacitar as empresas exportadoras para o negócio internacional

A Academia AICEP visa facilitar o acesso a conteúdos online (plataforma e.Academia Internacionalizar, sessões síncronas e assíncronas) e o desenvolvimento de atividades presenciais (seminários, workshops, sessões de networking).

Foi também desenvolvido o processo de registo da marca Academia AICEP (a nível nacional e europeu e internacional), que passa a ser a marca agregadora de valor dos produtos de capacitação empresarial e de capacitação interna.



Portfólio de Produtos

Os produtos de Capacitação empresarial são desenvolvidos tendo em conta a *customer journey* dos destinatários no processo de internacionalização, em várias fases (iniciação à exportação, seleção de mercado, entrada no mercado, desenvolvimento) ou de acordo com temáticas que potenciam o negócio internacional.

Os produtos de capacitação empresarial são também classificados de acordo com 4 tipologias, tendo em conta a sua duração e custo:

- Tipologia 1: Cursos síncronos de média/longa duração (a partir de 25 horas), pagos;
- Tipologia 2: Cursos síncronos de média duração (até 25 horas), gratuitos;
- Tipologia 3: Cursos assíncronos de curta duração (até 8 horas), gratuitos;
- Tipologia 4: Ações de capacitação sobre temáticas relevantes para a internacionalização de curta duração, gratuitos ou pagos.

PRODUTOS DE CAPACITAÇÃO



A Academia AICEP desenvolveu diversas iniciativas de capacitação online em 2021: 21 webinars sobre mercados, setores ou temáticas e 15 webinars sobre e-commerce. A duração média destas iniciativas foi de 90 minutos, tendo-se realizado maioritariamente através do sistema de videoconferência na plataforma de e-learning e.Academia Internacionalizar (BigBlueButton). Este sistema, com uma limitação máxima de 100 pessoas, permite aos participantes interagir, colocando questões no chat público e vê-las respondidas durante o webinar. As sessões são gravadas, possibilitando aos participantes assistir às mesmas de forma assíncrona.

**Webinars sobre mercados, setores ou temáticas**

Mercado	Inscrições		Participantes		Taxa	Avaliação
	Entidades	Pessoas	Entidades	Pessoas	Particip.	Média
ABC EUA - Califórnia	120	130	61	65	50%	4,24
ABC Senegal	98	102	50	52	51%	4,47
ABC Polónia	84	86	50	51	59%	4,51
ABC Hong Kong / Macau	108	118	56	56	47%	4,54
Go To Market EUA	20	21	15	15	71%	
TOTAL (5 ações)	430	457	232	239	56%	4,44

Setor	Mercado	Inscrições		Participantes		Taxa	Avaliação
		Entidades	Pessoas	Entidades	Pessoas	Particip.	Média
Agroalimentar e Bebidas	China	68	77	33	41	53%	4,5
Calçado	Polónia e Hungria	43	48	20	22	46%	4,4
Calçado	Rússia	49	60	30	37	62%	4,33
Calçado	Dinamarca	37	41	25	27	66%	4,81
Casa: Hotelaria	EUA	98	106	46	52	49%	4,52
Casa: Mobiliário e Ilumin.	EUA	61	72	29	33	46%	4,65
Materiais de Construção	Irlanda	37	41	20	22	54%	4,47
Vestuário	Canadá	55	62	27	29	47%	4,09
TOTAL (8 ações)		448	507	230	263	53%	4,47

Tema	Inscrições		Participantes		Taxa	Avaliação
	Entidades	Pessoas	Entidades	Pessoas	Particip.	Média
Comunicação B2B nos Mercados Globais	144	173	73	83	48%	4,56
Maturidade Digital - Brand Experience	154	168	67	73	43%	4,77
Maturidade Digital - Media Performance	92	105	49	59	56%	4,4
Maturidade Digital - E-commerce	107	126	51	61	48%	4,4
Maturidade Digital - Customer Experience Management	81	90	37	41	46%	4,56
Maturidade Digital - Data Analytics	66	74	35	40	54%	4,55
Suíça – Aspetos Aduaneiros e Fiscais	118	146	79	91	62%	4,27
Suíça – Sistema Fiscal e Apoios Financeiros Atuais	49	50	18	18	36%	4,83
TOTAL (8 ações)	811	932	409	466	44%	4,54

Maturidade digital: Colaboração com a Merkle Portugal

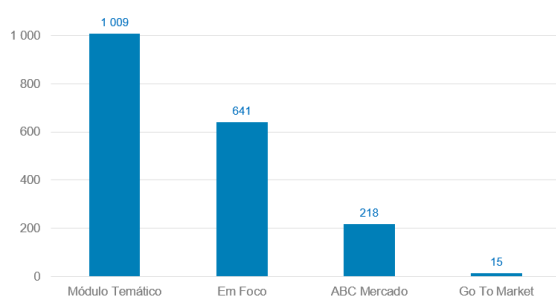


Webinars sobre e-commerce

Webinar	Inscrições		Participantes		Taxa	Aval.
	Entid.	Pessoas	Entid.	Pessoas	Particip	Média
Canadá - E-commerce	118	124	51	54	44%	4,34
China - E-commerce e propriedade intelectual	61	69	35	40	58%	4,33
E-commerce – A Importância da Last Mile	61	75	27	34	45%	4,45
E-commerce Alemanha: Marketplace E-procur. Mercateo	146	160	72	81	51%	4,14
E-commerce Marketplace Calçado <i>Overcube</i>	31	36	12	13	36%	
E-commerce China: Marketplace T-Mall Global	129	153	78	85	56%	4,61
Suíça - E-commerce Agroalimentar e Vinhos	117	128	67	73	57%	4,31
Total (7 ações)	663	745	342	380	49%	4,36

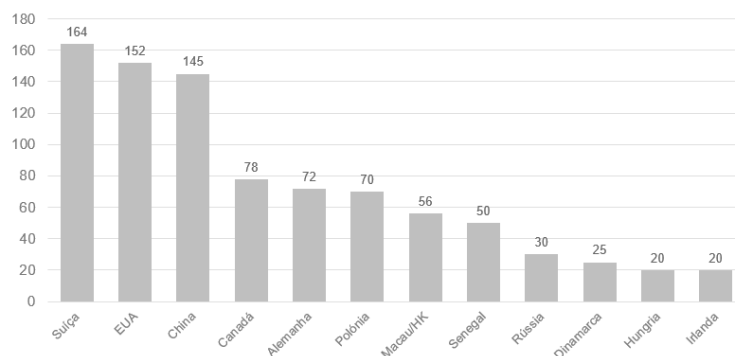
Webinar	Inscrições		Participantes		Taxa
	Entid.	Pess.	Entid.	Pess.	Particip
Aprenda como expandir o seu negócio online através da Amazon			195	217	73%
Aprenda tudo sobre o registo e verificação de uma conta de Vendedor Amazon			174	193	53%
Aprenda como expandir o seu negócio online através da Amazon (2ª ed.)			120	133	69%
Aprenda tudo sobre o registo e verif. de uma conta de Vendedor Amazon (2ª ed.)			146	162	55%
Conheça os benefícios e custos de vender através da Logística da Amazon			152	169	49%
Aumente as vendas online através do canal B2B na Amazon Business			170	189	60%
Aprenda como expandir o seu negócio online com armaz. através do Programa Pan-Europeu			120	133	35%
Aumente a visibilidade e as vendas da sua marca através de anúncios patrocinados			123	137	42%
Total (8 ações)			1 200	1 333	55%

ENTIDADES PARTICIPANTES POR TIPO DE AÇÃO

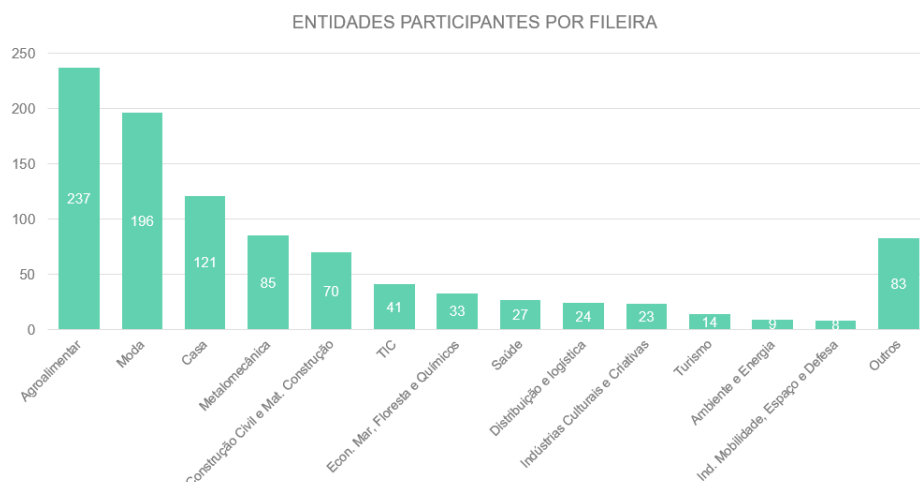


Entidades participantes: 1 883

ENTIDADES PARTICIPANTES POR MERCADO DA AÇÃO



Entidades participantes: 1 883



Entidades participantes: 971

Capacitação Interna

Os produtos de capacitação interna assentam numa componente prática e são desenhados de acordo com as necessidades dos colaboradores da AICEP, tendo em vista o acompanhamento dos clientes da Agência.

PRODUTOS DE CAPACITAÇÃO

CAPACITAÇÃO INTERNA

PRODUTOS	PROGRAMA DE ACOLHIMENTO	PLANO INTERNO DE CAPACITAÇÃO	PROGRAMA CAPACITAÇÃO INTERNA EXPORTAR ONLINE	PLATAFORMA REDE EXTERNA
DESTINATÁRIOS <ul style="list-style-type: none"> • Novos quadros da AICEP • INOVcontacto 	<ul style="list-style-type: none"> • Quadros da AICEP de acordo com temas identificados 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestores de Cliente E-Commerce • Equipa Exportar Online • Outros quadros AICEP 	<ul style="list-style-type: none"> • Delegados • Quadros da Rede externa e sede de acordo com os temas identificados 	
TEMAS <ul style="list-style-type: none"> • Manual do Exportador e vídeos • Tutoriais AICEP (Quem Somos) • Cursos E-commerce da Academia AICEP 	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade • Tecnologias Disruptivas • Caracterização da oferta portuguesa • Fundos europeus e incentivos • Aspectos jurídicos e fiscais • Caracterização setorial do IDE 	<ul style="list-style-type: none"> • E-commerce, E-marketplaces 	<ul style="list-style-type: none"> • Competências técnicas e comportamentais • Organização da AICEP • Relacionamento com Embaixadas/MNE, institucionais, agentes económicos e associações • Liderança 	



Programa Qualificação para a Internacionalização

Em 2021, foi dado um passo significativo para a consolidação da AICEP como entidade formadora nas suas áreas de atuação, com a criação do Programa Qualificação para a Internacionalização em parceria com ANQEP e IIEFP no âmbito do Programa Internacionalizar 2030. O Programa destina-se à qualificação de recursos humanos nos domínios da internacionalização e do comércio internacional, nos termos da Portaria n.º 272/2021, de 29 de novembro. A AICEP é uma das entidades formadoras nas áreas do investimento, internacionalização e marca.



O programa inclui os seguintes percursos de formação, constituídos por Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) a integrar no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), da responsabilidade da ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P, na área da Internacionalização: I. Fundamentos; II. Prospeção, captação e fidelização de clientes; III. Mercado internacional na era do marketing digital; IV. Operações logísticas; V. Tendências e análises de mercado

Em 29 de novembro de 2021 foi lançada a primeira ação de formação, Internacionalização – fundamentos, em Aveiro, pelo IEFP, em parceria com a AICEP e com a ANQEP.

Reforço da rede de parceiros

Foram reforçadas e desenvolvidas novas formas de colaboração de forma proativa com entidades externas, nacionais e internacionais, permitindo ampliar o portfólio da Capacitação da AICEP, alguns exemplos: PBS – Porto Business School; Universidade do Minho; Católica Lisbon; INDEG–ISCTE.

B.1 b) Intelligence externa

A produção de informação a disponibilizar às empresas e aos stakeholders consistiu na elaboração, gestão e disponibilização de conteúdos informativos sobre os mercados externos e Portugal ajustados às necessidades dos clientes (empresas nacionais, potenciais compradores e investidores estrangeiros, associações empresariais e clientes institucionais). No contexto do processo de transformação digital definido no Plano Estratégico, continuou a conceção de novos conteúdos e a otimização dos produtos e serviços já existentes, de modo a ajustá-los ao perfil, características e necessidades dos clientes e às tendências de procura dos mercados internacionais. Por outro lado, perante as circunstâncias extraordinárias de pandemia, esta área de Intelligence participou no esforço coletivo de apoio aos agentes económicos afetados pelos impactos da COVID-19, disponibilizando informação específica sobre um universo alargado de mercados.

A divulgação destes produtos e serviços de informação tem sido efetuada por intermédio das áreas comerciais (gestores de cliente), do website da AICEP e da presença da Agência nas redes sociais Facebook, LinkedIn e Twitter, da newsletter Portugalnews, da revista PortugalGlobal e da plataforma Globalmail.

A atuação da AICEP em matéria de produtos e serviços de informação distribui-se por cinco sub-áreas distintas, mas transversais: (1) Conteúdos técnicos (informação de caráter técnico sobre mercados, setores e produtos), (2) Oportunidades de Negócio, (3) Conteúdos Comunicacionais, (4) Análise Estratégica e Prospetiva e (5) Gestão de Portfólio.

Conteúdos técnicos (Mercados, Setorial, Regulamentar, Estatística)

Por área de atuação, no que respeita aos Mercados, em 2021 deu-se continuidade ao processo de aperfeiçoamento dos produtos existentes, à elaboração de um novo produto e ao alargamento dos mercados abrangidos, com o objetivo de dar resposta às necessidades dos diversos clientes (sobretudo empresas nacionais), com níveis de prestação de serviços adequados a cada um. Pretendeu-se, com este processo, fazer face a dois desafios importantes: por um lado, desenvolver e inovar produtos que representassem um *upgrade* em relação



aos já existentes e, por outro, recorrer a soluções tecnológicas que funcionassem como alavanca na disponibilização de produtos de informação de forma dinâmica, interativa e amigável.

Neste âmbito, o resultado, ao longo do ano, traduziu-se principalmente nas seguintes alterações:

- Melhorias do “Flash de Mercado” e aumento dos mercados abrangidos, num total de 93. Este produto está disponível, por módulos, no portal “Portugal Exporta”, sendo que a aplicação de novas soluções tecnológicas facilitou a atualização e divulgação deste conteúdo;
- Conceção de um novo produto “Ficha Institucional de Mercado”, procurando abordar temáticas mais ajustadas aos interesses expressos pela tutela. Foram elaborados conteúdos sobre dois mercados, Emirados Árabes Unidos e Brasil, no âmbito de grandes eventos de promoção de Portugal nesses países.

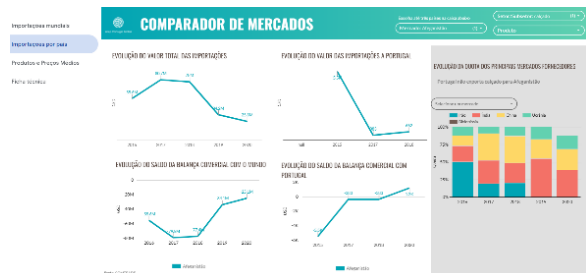


Para além da participação no processo de melhoria de produtos já existentes e conceção de um novo produto, esta área esteve simultaneamente envolvida na produção e disponibilização de outros produtos de informação de negócios sobre mercados externos e sobre Portugal, e na prestação de serviços em resposta a diversas solicitações de âmbito económico. Neste contexto, a atividade centrou-se em três eixos principais:

- Elaboração e atualização de informação geral sobre mercados externos, tendo sido realizados 126 “Flash de Mercado”, 43 “Flash E-commerce”, 43 “Fichas de Mercado”, e duas “Ficha Institucional de Mercado”;
- Produção de informação geral sobre Portugal, com a elaboração do documento “Portugal - Ficha País”;
- Resposta a pedidos diversos sobre mercados externos e sobre Portugal formulados por clientes internos e externos; foram elaboradas respostas a 90 pedidos.

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação geral sobre mercados externos	214	126 “Flash de Mercado”; 43 “Flash E-Commerce” 43 “Ficha de Mercado”; e 2 “Ficha Institucional de Mercado”
Produtos de informação geral sobre Portugal	1	1 “Ficha Portugal”
Resposta a pedidos sobre mercados externos	90	Estes pedidos incidiram sobre 55 mercados de todos os continentes.

Quanto à área Setorial o âmbito de trabalho incidiu na produção e disponibilização de informação passível de



facilitar o conhecimento das características e dinâmicas setoriais em mercados externos bem como permitir monitorizar a evolução de cada setor e fileira, no quadro da oferta portuguesa e das trocas externas de Portugal. A atuação desenvolvida em 2021 englobou quatro vertentes principais:



- Realização de produtos de informação setorial sobre mercados externos em colaboração com a rede externa, num modelo adequado às necessidades dos clientes (Fichas de Produto);
- Reestruturação das Fichas de Produto pelo seu desdobramento num produto de informação interativo de carácter quantitativo que permita às empresas identificar mercados de potencial interesse para a sua internacionalização (*dashboard* Comparador de Mercados), e num outro de natureza mais qualitativa sobre as características específicas de cada mercado em cada setor ou produto (Ficha de Entrada no Mercado), ambos a disponibilizar em 2022;
- Preparação, a pedido, de produtos de informação sobre fileiras em Portugal. Estes levantamentos sistematizam os indicadores mais significativos, e visam ilustrar a dimensão e principais tendências quantitativas da fileira e dos seus componentes;
- Elaboração, à medida, de respostas a pedidos de informação sobre produtos, setores e fileiras em Portugal, bem como em mercados externos.
- Produção automatizada de informação sobre características e desempenho nos mercados internacionais de setores/subsetores da oferta portuguesa “Flash Setor Portugal”.

Síntese quantitativa da atividade desenvolvida pela área de conteúdos setoriais:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação sobre Portugal	23	Foram preparadas 5 sistematizações com informação global de fileira e detalhe por setor e 18 Flashes Setor/Portugal.
Produtos de informação setorial sobre mercados externos – Fichas de produto	8	Foram editados 8 documentos no site da Agência sobre 8 produtos, abrangendo 5 mercados. Reforçou-se o número de mercados com informação setorial disponível (Cabo Verde). A aposta centrou-se em novas publicações.
Prestação de serviços sobre Portugal	23	Pedidos sobre diversos setores, Fileiras e produtos com origem na área comercial, seguida pela Rede, pela revista PortugalGlobal e outras unidades da Agência
Prestação de serviços sobre mercados externos	19	Pedidos sobre setores num leque alargado de mercados com maior incidência nos materiais de construção e moldes, mas, também, saúde e moda. A origem das solicitações provém sobretudo da área comercial.

O conhecimento atualizado da vertente jurídica do negócio internacional, em constante evolução, é uma dimensão fundamental para os diversos *players*, designadamente para as empresas nacionais envolvidas em processos de internacionalização.



As alterações verificadas no contexto da transformação digital em curso implicaram, em 2021, uma forte aposta na continuidade da disponibilização de novos conteúdos (e revisão/atualização dos já existentes) sobre condições legais de acesso aos mercados externos (canais tradicional e online) com vista a apoiar e orientar as tomadas de decisão dos agentes económicos, tendo a equipa de conteúdos regulamentares procurado adaptar-se rapidamente, de forma a responder antecipadamente às necessidades dos clientes da AICEP, nomeadamente no que respeita ao novo modelo de comércio online, para além de continuar a prestar um serviço de consultoria regulamentar às solicitações internas e externas da Agência.

Neste campo, fruto das repercussões económicas e financeiras para os agentes económicos nacionais do Brexit foi necessário providenciar informação robusta e facilmente acessível sobre a temática, o que motivou a criação (e consequente atualização, que perdura até hoje) da página Brexit: Como exportar para o Reino Unido disponível no Portugal Exporta.

Por outro lado, as implicações para as empresas portuguesas resultantes da pandemia COVID-19 continuaram a impor, igualmente, o reforço da abordagem eficaz e assertiva em termos de uma pronta disponibilização de informação atual sobre o enquadramento jurídico (e as múltiplas alterações legislativas) em que as empresas passaram a operar ao longo do ano, com o acompanhamento e atualização no Portal Portugal Exporta do mini sítio COVID-19.

Do trabalho desenvolvido em 2021, destacam-se as seguintes atividades:

- Respostas rápidas e personalizadas aos clientes internos e externos no que respeita às solicitações das empresas exportadoras sobre o BREXIT e sobre a legislação COVID-19 e impactos na sua atividade (ex.: medidas financeiras, fiscais e laborais; exportações e comércio intracomunitário);
- Aumento do acervo de produtos de informação disponibilizados no Portugal Exporta sobre condições legais de abordagem a mercados externos (ex.: “Flash Mercado”, “Flash E-commerce” e “Fichas de Mercado”);
- Acompanhamento da publicação de legislação (nacional, comunitária e de países terceiros) de interesse para a internacionalização das empresas e de matérias relevantes para a atividade da AICEP e sua divulgação interna.

Síntese quantitativa da atividade desenvolvida pela Informação Regulamentar:

Atividades da Área	Total	Obs.
Serviço de consultoria regulamentar (resposta a pedidos)	521	retirados os pedidos de divulgação *
Divulgação de legislação nacional e comunitária relevante	65	e-mail *
Atualizações página BREXIT: Como exportar para o Reino Unido	14	Portugal Exporta
Acompanhamento do mini sítio COVID-19 (com atualização de legislação / FAQs e divulgações com análise)	146	Portugal Exporta/e-mail *
Colaboração no produto Factos & Tendências	11	Revista Portugal Global
“Flash E-Commerce” (Quadro Legal)	26	Portugal Exporta
“Flash Mercado” (Quadro Legal)	45	Portugal Exporta
“Ficha de Mercado/Institucional” (Quadro Legal)	65	sobretudo Portugal Exporta)
“Ficha de Produto” (Quadro Legal)	11	MYAICEP)
Outras interações ao nível de produtos/informação regulamentar	103	Portugal Exporta

Nota: (*) Optou-se por destacar da prestação de serviço consultoria regulamentar, e tratar à parte, os pedidos normais de divulgação de legislação e os relativos à COVID-19, dada a relevância destes últimos durante ao ano de 2021.



A área de Estatística, em 2021, a focou a sua atividade nas seguintes vertentes:

- Produção e disponibilização de produtos de informação estatística padronizados;
- Respostas à medida a pedidos de informação sobre comércio internacional, investimento direto, indicadores macroeconómicos de Portugal e estatísticas de relacionamento económico bilateral;

Em termos globais, esta área, com elevada atividade no âmbito da prestação de informação económica para efeitos da Diplomacia Económica, seja por via de solicitações da Rede Externa, do CA/Assessoria, e da tutela através da DREI, elaborou 683 produtos e prestou 1 140 serviços de informação estatística.

Síntese quantitativa da atividade desenvolvida pela área estatística:

Atividades da Área	Total	Obs.
Produtos de informação estatística sobre mercados externos	525	Repositório de Conhecimento Interno
Produtos de informação estatística sobre Portugal	158	Repositório de Conhecimento Interno
Prestação de serviços de informação estatística	1 140	

Do ponto de vista de procedimentos manteve-se a divulgação via AICEP Report, que consiste no envio, em tempo útil após publicação pela fonte, a um conjunto de destinatários via Whatsapp e E-mail, de informação sobre comércio internacional português, investimento direto de Portugal no exterior e contas nacionais.

Oportunidades de negócio

Em 2021 esta área de Oportunidades de negócio centrou a sua atividade nos seguintes vetores:

- Gestão e acompanhamento dos pedidos de listas de clientes estrangeiros (importadores, fabricantes, distribuidores, entre outros) efetuados por empresas e associações, envolvendo mercados acompanhados pela rede externa da AICEP e mercados cobertos pela rede diplomática portuguesa;
- Elaboração de relatórios mensais e trimestrais com identificação das empresas e associações e do número dos pedidos de listas de clientes estrangeiros efetuados por cada uma;
- Acompanhamento dos créditos consumidos por cada ponto de rede na elaboração das listas de clientes estrangeiros, com recurso à base de dados Kompass;
- Pesquisa e identificação de concursos internacionais, projetos e oportunidades de negócio e sua divulgação diária via Globalmail e no website da AICEP;
- Atualização contínua da base de dados de eventos e feiras no estrangeiro e em Portugal;
- Elaboração e disponibilização de informação sobre empresas exportadoras (INE);
- Manutenção de informação atualizada sobre empresas portuguesas em situação difícil, em situação de dissolução e de cessação de atividade;
- Compilação, em articulação com a rede externa, de informação sobre empresas portuguesas com investimentos no exterior (IDPE).
- Resposta a pedidos de potenciais clientes estrangeiros sobre listas de fabricantes/exportadores portugueses.



Abaixo apresenta-se a síntese quantitativa da atividade desenvolvida pela Gestão de Oportunidades de negócio:

Atividades da Área	Total	Observações
Listas de clientes estrangeiros	4 242	75 Mercados envolvidos, no âmbito da resposta a pedidos de 562 agentes económicos
Oportunidades de negócio divulgadas	9 603	158 Mercados
Nº de Feiras internacionais e em Portugal identificadas e divulgadas	8 987	133 Mercados
Prestação de serviço de informação empresarial (empresas exportadoras INE e IDPE)	562	-
Acessos diretos internos a listas de empresas portuguesas com IDPE	630	intranet
Prestação de serviço de informação empresarial (fabricantes/exportadores)	906	
Prestação de serviço de informação empresarial (atualização de certificações IAPMEI)	482	

Análise estratégica e prospetiva

O objetivo desta nova área consiste na produção de informação sobre variáveis geoeconómicas, geopolíticas e geoestratégicas, megatendências, transformações sociais, políticas e tecnológicas, entre outras e no desenvolvimento de exercícios de cenarização, com vista a reforçar a oferta de produtos dirigidos ao cliente institucional, bem como produzir estudos de natureza estratégica de suporte ao desenho de políticas públicas de investimento e internacionalização.

Desenvolveram-se dois produtos de referência nesta área:

- Análise do Potencial Estratégico
- Bússola AICEP – Transformações e Tendências no Comércio Internacional

O produto de análise estratégica conta com dois desdobramentos: potencial estratégico e prospeção de mercado, ambos dirigidos ao cliente Institucional, e abarcam regiões e mercados que, até ao momento, têm sido acompanhados de forma menos sistemática por parte da Agência.

A Bússola AICEP foi criada com o objetivo de identificar e acompanhar temas e tendências do comércio internacional. Para além de colocar os temas na agenda e no debate da AICEP e dos seus clientes, pretende sistematizar e apresentar informação que possa ser utilizada pela Administração da AICEP nas suas intervenções públicas.



aicep Portugal Global

- Análise do Potencial Estratégico

Num formato de relatório evidencia uma lógica analítica e de sistematização. O exercício analítico começa com o levantamento e análise de mudanças e tendências geopolíticas e geoeconómicas globais e vai reduzindo o enfoque para se centrar num determinado contexto geográfico. A escolha da região é justificada e são apresentadas as razões pelas quais Portugal e as empresas portuguesas devem olhar estrategicamente para esse contexto. Trata-se de uma análise de incidência macro, embora se deem indicações dos impactos a nível meso e micro, numa lógica integrada. Sendo um produto modular e flexível, dá indicações, ainda que genéricas, para contextos sub-regionais que justifiquem um olhar mais atento e serve de ponto de partida e pode dar lugar à elaboração de análises de prospeção de mercados.



- Análises de Prospeção de mercado

Num formato de relatório evidencia as potencialidades e as razões pelas quais as empresas portuguesas devem estar atentas aos desenvolvimentos no mercado. Inclui um resumo das características políticas, económicas e geográficas do país, bem como as perspetivas de crescimento e desenvolvimento que são seguidamente aprofundadas, procurando identificar as maiores vantagens e limitações do mercado em causa e os setores de oportunidade, incluindo a apresentação da estratégia nacional à luz das necessidades do mercado e das áreas de atividade em que as empresas portuguesas podem reconhecer potencialidades e posicionar-se em conformidade. Por último, apresenta alguns casos de empresas portuguesas com experiência no mercado.

- Bússola AICEP – Transformações e Tendências no Comércio Internacional



A Bússola AICEP é um produto modular. Parte de uma apresentação geral dedicada a grandes temas identificados e, a partir destes, desdobra-se em vários subprodutos. Os temas e subtemas são desenvolvidos em diversas apresentações, também em PPT, e relatórios-síntese. As apresentações powerpoint e os relatórios temáticos destinam-se à Administração, e os relatórios-síntese acerca de vários subtemas são destinados às empresas.



B.1 c) *Intelligence* interna

De entre as iniciativas desenvolvidas pela área de *Intelligence* interna destaca-se o projeto de *Business Intelligence*. No âmbito deste projeto foram desenvolvidos dashboard e relatórios orientados para as áreas de front-office. Assim, temos para cada uma das áreas um dashboard com uma overview sobre cada uma das áreas, evidenciando os indicadores que serão depois trabalhados em cada um dos relatórios.

O desenvolvimento dos relatórios analíticos procurou cobrir o relacionamento da AICEP com os seus clientes, bem como as áreas de negócio da AICEP – Internacionalização e Investimento. Em concreto, foram desenvolvidos relatórios que permitem o conhecimento dos clientes em carteira, o perfil dos clientes enquanto empresas exportadoras, empresas exportadoras por mercado, participação dos clientes em ações AICEP, adesão ao MYAicep, interações com os clientes, resposta a pedidos dos clientes, e clientes com projetos de incentivos.

Os relatórios desenvolvidos permitem obter de forma fácil e rápida informação útil, a saber: exportações de Portugal, empresas com interesse no mercado, ações sobre mercados, quota portuguesa, importações mundiais por produto, interações sobre o mercado, pedidos de informação sobre os mercados.

Trata-se de um projeto de continuidade, que evoluirá procurando cobrir o maior número possível de Direções bem como introduzindo melhorias nas áreas já cobertas.



Para a Rede Externa e articulação com entidades institucionais, os relatórios desenvolvidos também permitem obter de forma fácil e rápida informação útil, a saber: exportações de Portugal, empresas com interesse no mercado, ações sobre mercados, quota portuguesa, importações mundiais por produto, interações sobre o mercado, pedidos de informação sobre os mercados.

Trata-se de um projeto de continuidade, que evoluirá procurando cobrir o maior número possível de Direções bem como introduzindo melhorias nas áreas já cobertas.



B.2 Digital e Comunicação

O ano de 2021 foi de incubação de novos projetos digitais e implementação dos que já estavam em curso. Cumpriu-se mais uma etapa da transformação digital, com o desenvolvimento e implementação do Datalake da AICEP: repositório de dados estruturados e não estruturados, captados internamente e de fontes externas, que armazena e organiza dados relevantes para o negócio, servindo de base ao trabalho operacional, analítico e à construção de modelos de Inteligência Artificial, já em teste:

1. Modelo de segmentação de empresas
2. Modelo de recomendação de Mercados e Next Best Action
3. Modelos de Potencial de Exportações
4. Modelo de Forecast de Exportações

A criação do Datalake permitiu iniciar os processos de Qualificação de Dados (Data Quality Assessment), enriquecimento de dados (Data Enrichment em Bolsa de Conhecimento), eficiente pesquisa interna de dados (Relevant Search atualmente a ser testado) e modelo de Data Governance, todos estruturantes para o processo de transformação digital.

Em simultâneo, foi criado e estabilizado o modelo e estrutura de dados do Otimizador de Investimento (SIMPLEX 2018), integrado no Portal do Investimento, também em preparação. Paralelamente foi lançado o projeto Grow Invest em parceria com a CIM-Oeste – Comunidade Inter Municipal, que amplia as valências do Otimizador de Investimento, enriquecendo a informação regional com o levantamento e mapeamento das cadeias de valor, num piloto que servirá como modelo de inteligência de negócio (Business Intelligence) para todas as CIMs, em articulação com a AICEP.

Ainda no âmbito da digitalização e em termos de ferramentas internas da Agência, durante o ano de 2021 foi concluída a transição de conteúdos sobre a Internacionalização do portal da AICEP portugalglobal.pt para o novo portugalexporta.pt.

Manteve-se a divulgação das iniciativas realizadas pela AICEP através de canais de comunicação digital, bem como a gestão das redes sociais da AICEP.

Durante o ano foi disponibilizada uma nova ferramenta de comunicação digital aos colaboradores da AICEP, designada Gestão de Campanhas, para promoção de e-mail marketing para os clientes da agência, através do

PORTUGAL EXPORTA
QUER EXPANDIR O SEU NEGÓCIO NO E-COMMERCE?
A AICEP lançou novos serviços para o ajudar a exportar online.
DIAGNÓSTICO E-COMMERCE CONHECER EXPORTAR ONLINE

COMO O AJUDAMOS A EXPORTAR
A AICEP desenvolveu um ciclo de 4 etapas para apoiar a sua empresa na internacionalização.
CONHECER 4 ETAPAS

1 DIAGNÓSTICO
Faça o Diagnóstico de Internacionalização e ajudemos a compreender a sua empresa, para o apoiarmos da forma mais adequada.

2 SELECIONAR MERCADOS
Com base no perfil da sua empresa, sugerimos os mercados de maior potencial para as suas exportações.



software Mautic. As equipas internas foram formadas na operacionalização da ferramenta, tendo apoiado o lançamento de cerca de 115 campanhas em 2021.

Em resultado desta atividade, cerca de 460 mil utilizadores visitaram o portal portugalglobal.pt, o que corresponde a cerca de 700 mil sessões e mais de 1 milhão de páginas visualizadas. 66% destes utilizadores neste período foram de origem nacional e os restantes provenientes do estrangeiro, sendo de destacar os espanhóis, correspondentes a 6%.

Por sua vez, o portal portugalexporta registou quase 330 mil visitas, realizadas por cerca de 130 mil utilizadores. As áreas mais visitadas nesta plataforma correspondem à Agenda de Eventos (24%) e aos Mercados Internacionais (22%).

A área privada MY AICEP dedicada a empresas em internacionalização contabiliza 3.366 registos, dos quais 2.595 foram angariados em 2021.

REGISTE-SE NA MY AICEP

Na nova área de cliente MY AICEP acede a funcionalidades e conteúdos personalizados para o perfil da sua empresa:

- Oportunidades de negócio internacional
- Sugestão de mercados e e-marketplaces
- Agenda de formações e eventos de promoção internacional
- Estudos de mercado
- Planos de ação para iniciar ou reforçar exportações com apoio da AICEP
- Estado das candidaturas a incentivos da sua empresa

No que diz respeito às redes sociais, no fim de 2021, a AICEP contava com mais de 50 mil seguidores no LinkedIn (+9 mil face a 2020) e quase 39 mil seguidores Facebook (+ mil face a 2020).

Na área de Comunicação da Agência, durante o ano de 2021 manteve-se a partilha e disseminação de conhecimento sobre as áreas de atuação da AICEP como as principais atividades desenvolvidas, a par da criação de material gráfico digital, edição de vídeos e desenvolvimento de suportes digitais que melhor permitem a transmissão desse conhecimento.

Foi organizada a Conferência AICEP.2021 – Exportações & Investimento, com a atribuição dos prémios AICEP Exportação & Investimento, nas categorias Melhor PME Exportadora e Melhor Investimento. A Conferência teve lugar no dia 8 de novembro, no Convento de São Francisco em Coimbra, em formato presencial (também com possibilidade de visualização via *streaming*) e contou com aproximadamente 250 participantes.



Foram publicados 11 números da revista digital Portugalglobal, um meio de informação privilegiado de promoção da internacionalização da economia nacional, do investimento e das empresas exportadoras, cujo número de leitores aumentou cerca de 8% para mais de 7.600 (7.650). Manteve-se igualmente a publicação regular das newsletters Portugalnews (diária), com cerca 7.300 subscritores, e Newsroom (semanal), com 5.670 subscritores.



B.3 Gestão de incentivos

B.3 a) Análise

O ano de 2021 trouxe um enorme desafio à atividade da AICEP em matéria de incentivos, na medida em que correspondeu ao último ano de aprovações de candidaturas ao abrigo do Portugal2020 e, também, do Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento regulado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro.

Apesar de em número global terem registado uma quebra significativa por comparação com os anos anteriores (cerca de 150 candidaturas, que comparam com um número médio da ordem das 1.000 candidaturas nos três anos anteriores), as candidaturas recebidas em 2021 concentraram-se nas Tipologias mais complexas e de maior dimensão, em particular nos Sistemas de Incentivos à Inovação Produtiva e à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) ao abrigo do Regime Contratual de Investimento. Como tal, houve necessidade de adotar um conjunto de medidas que salvaguardasse o cumprimento dos prazos de análise e decisão dos projetos, esforço que foi compensado, não apenas pelo cumprimento dos prazos críticos para a decisão dos projetos, mas sobretudo pelo volume de Investimento contratualizado até 31.12.2021, que atingiu um máximo histórico.

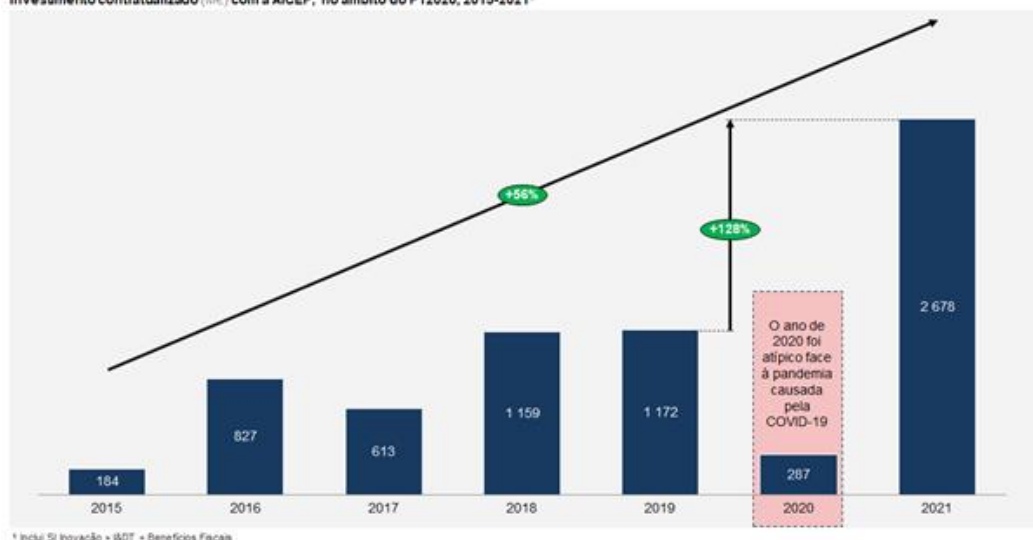
Refira-se que, a par do encerramento do período de programação relativo a 2014-2020, a AICEP foi ainda chamada a participar no lançamento de algumas das Componentes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português, aprovado pelo Conselho da União Europeia em julho de 2021.

Investimento

No ano de 2021 o Investimento contratualizado pela AICEP¹³ atingiu um valor recorde de 2,7 mil milhões de euros, o maior volume de Investimento contratualizado pela Agência desde a sua criação e que mais do que duplicou o registo de 2019, melhor marca anterior. Este registo reflete, por um lado, o retomar da análise e das negociações de diversos projetos/contratos que se mantiveram em *standby* durante 2020 e os primeiros meses de 2021 - período crítico da pandemia associada à doença COVID-19 - e, por outro, o lançamento dos derradeiros Concursos do Portugal2020 (um dos quais, destinado ao Regime Contratual de Investimento, financiado por fundos nacionais - reembolsos de Quadros Comunitários de Apoio anteriores à guarda da AICEP), correspondentes ao fecho do período de programação encerrado a 31.12.2021.

Em termos acumulados e para o período de programação em causa, assinala-se a forte trajetória de crescimento do Investimento contratualizado pela AICEP, culminando com o já sublinhado novo máximo histórico em 2021.

¹³ Inclui projetos contratados ao abrigo do SI Inovação Produtiva, SI I&DT e candidaturas autónomas ao Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento

Investimento contratualizado (M€) com a AICEP, no âmbito do PT2020, 2015-2021¹

Internacionalização

Ao invés, na vertente de Internacionalização, a indisponibilidade de dotações orçamentais dos Programas Operacionais financiadores do Portugal2020 determinou um ano de interregno na receção de novas candidaturas à principal Modalidade de Projetos Individuais (empresas) de Internacionalização, tendo apenas sido lançado um Concurso para Projetos Conjuntos (associações + empresas) de Internacionalização.

Neste âmbito, destaca-se a aprovação de 20 novos Projetos Conjuntos de Internacionalização com um investimento associado da ordem dos 60 milhões de euros e envolvendo cerca de 1.130 empresas em mais de 630 ações de promoção externa da oferta nacional a desenvolver até 30 de junho de 2023.

Plano de Recuperação e Resiliência

No âmbito do PRR, a AICEP integra os Comités Coordenadores e respetivas Comissões de Seleção das Componentes C5 - Capitalização e Inovação Empresarial (Agendas de Inovação), C12 - Bioeconomia Sustentável e C16 - Empresas 4.0. No âmbito da Componente C16 - Empresas 4.0 a AICEP é ainda Entidade Gestora da Medida «Internacionalização via e-commerce». No seu conjunto, estas três Componentes representam uma dotação de 3,7 mil M€ e concentram uma parte significativa dos apoios diretos às empresas previstos no PRR (cerca de 20% do total).

Em 2021, foi lançado o Concurso de Ideias para as Agendas de Inovação, apresentando-se ao Concurso 144 Consórcios. A AICEP foi chamada ao processo de avaliação e seleção destas Manifestações de Interesse, num processo partilhado entre várias áreas da Agência. A decisão sobre as Manifestações de Interesse foi adotada no final de novembro, tendo sido selecionadas 70 Agendas para acesso à Fase seguinte, a decorrer já em 2022.





Relativamente à Componente C12 - Bioeconomia Sustentável, a AICEP esteve representada no seu Comité Coordenador e na respetiva Comissão de Seleção, tendo sido selecionados três Consórcios representativos das Fileiras Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural para a apresentação de propostas finais (planos de trabalhos detalhados) à segunda Fase do Concurso de Ideias (a decorrer já em 2022).

No que diz respeito à Componente C16 - Empresas 4.0, a Medida «Internacionalização via e-commerce» tem o seu foco em duas vertentes: i) Disponibilização de novas valências no âmbito do Programa 'Exportar Online' - desenvolvimento de novos serviços de suporte ao processo de internacionalização das PME; ii) Criação do Programa 'Mais Mercados' - programa de apoio individualizado para a promoção digital orientado à diversificação de mercados para empresas que já tenham experiência internacional consolidada. Esta Medida tem como meta apoiar 1.500 PME até ao final de 2025. Durante o ano de 2021, a AICEP esteve envolvida na preparação do respetivo Regulamento de Execução, assegurando também a articulação com o IAPMEI, Beneficiário Intermediário da Componente C16 do PRR.

A AICEP continuou a assegurar também as renegociações de Contratos de Concessão de Incentivos Financeiros e de Benefícios Fiscais, consubstanciadas em alterações aos Planos de Investimento de projetos já contratados, pedidos de prorrogação de Prazo de Execução e renegociação de Objetivos Contratuais, já formalizadas ou a formalizar através de Aditamentos contratuais.

Iniciou-se ainda a preparação do processo de Notificação à Comissão Europeia (DG Concorrência) de um grande projeto de investimento (657 milhões de euros) aprovado em julho de 2021, ao abrigo do Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento.

B.3 b) Pagamentos

O ano de 2021 foi um ano muito exigente em termos de execução e pagamento do incentivo dos projetos apoiados no âmbito do Portugal2020, pela imposição de uma meta de execução extramente ambiciosa num novo contexto originado pelo quadro pandémico da COVID-19, em que foi necessário continuar a aplicar as novas normas vigentes de um enquadramento mais flexível.

A 31 de Dezembro de 2021, no âmbito do Portugal2020, a AICEP acompanhava a execução de 5.179 projetos, com um Investimento de cerca de 1,9 milhões de euros com Termo de Aceitação assinado e validado. Durante o ano foram emitidas 1.706 Ordens de Pagamento, num montante total de cerca de 155 milhões de euros de incentivo. Relativamente a encerramentos, foram aprovados 794 encerramentos, dos quais 771 SIQPME - Internacionalização e 23 de SI Inovação Produtiva.

De referir que, apesar do contexto de pandemia, foram realizadas 67 Auditorias, muitas via online, fruto do confinamento vivido em 2021. Assim, só do Plano Obrigatório de Visitas de Verificação no âmbito do Portugal2020, foram realizadas 46 auditorias físicas, sendo as restantes 21, auditorias finais no âmbito do SI Inovação Produtiva (17), SI Inovação COVID (1) e 3 SI Inovação RCI.

Relativamente ao anterior Quadro de Apoio QREN, há a relevar que foram concluídos 457 encerramentos de projeto, dos quais 452 SI QPME, 5 SI Inovação Produtiva + SI Inovação (RCI), com cerca de 11 milhões de Euros, pagos em Prémios.



B.4 Programa Inov Contacto

O INOV Contacto é o programa de Estágios Internacionais cofinanciado por fundos europeus, criado pela AICEP Portugal Global para formar talento português, apoiar a internacionalização das empresas e promover a imagem de Portugal no mundo. Destina-se a jovens com formação superior e entidades que queiram reforçar as suas equipas de internacionalização. Um desafio até 9 meses, em qualquer parte do mundo, em que os jovens desenvolvem as suas competências e participam em projetos desafiantes em empresas de referência.

Ao longo da sua existência (desde 1997) esta iniciativa já recebeu cerca de 58.000 candidaturas e proporcionou a integração de 5.885 jovens (tx recrutamento 10%), distribuídos por 1.284 entidades e 82 países nos 5 continentes.

Devido à pandemia de COVID 19, ainda bastante ativa durante o ano de 2021, não foi possível operacionalizar mais uma edição do INOV Contacto, aquela que seria a 25ª. No entanto, a equipa de gestão do programa não esteve parada e desenvolveu uma série de atividades ligadas à comunicação, divulgação, promoção do INOV Contacto, bem como iniciativas de preparação para a edição 25ª.

O ano de 2021 foi ocupado, por um lado, por uma campanha de comunicação e divulgação do Programa e, por outro, pela preparação da 25ª edição.

B.4 a) Campanha de comunicação e divulgação

Cumriu-se um plano de comunicação e divulgação intensivo, ao longo de todo o ano, com enfoque em campanhas nas redes sociais, Paid Media, presença em feiras virtuais de emprego e nas ações de inserção profissional organizadas pelas faculdades, associações estudantis, e outras organizações.

Redes sociais e Paid Media

Foi realizada uma ação permanente de desenvolvimento de conteúdos, publicação, monitorização das Redes Sociais do INOV Contacto e da NetworkContacto, com o objetivo de assegurar *brand awareness* e novos públicos, criando ângulos de abordagem com base em diferentes temas: candidaturas, pessoas INOV, know-how, crescimento, prémios, participação em novos canais (i.e. podcast). Semanalmente foram inseridos blocos de publicações orgânicas nas Redes Sociais (Instagram, LinkedIn e Facebook). Foram ainda utilizados novos canais: desenvolvimento de storytelling para cada abordagem; contacto com podcasts potencialmente relevantes; preparação e acompanhamento de entrevistas (em Lisboa).

Como paid media houve a criação de vários anúncios em simultâneo, otimização da campanha, comunicação de pontos fortes/vantagens.

Presença em feiras virtuais

Durante o período de janeiro a setembro de 2021, a AICEP efetuou diversas divulgações do Programa em meio académico, utilizando eventos organizados pelas Universidades e Politécnicos, Associações estudantis e outras organizações.



Mail marketing

Foi efetuado um mail a potenciais candidatos a informar da abertura das candidaturas e aos *stakeholders*, parceiros, empresas, universidades, faculdades e politécnicos. Também os pontos de rede da AICEP fizeram um mail internacional de divulgação a empresas e organizações, cobrindo 55 mercados.

Newsletters

Foram remetidas newsletters a potenciais candidatos informando das candidaturas e a empresas sobre a abertura das candidaturas às entidades de acolhimento.

Networkcontacto

A AICEP utilizou a sua rede de cerca de 6.000 alumni para divulgar o programa, quer a potenciais estagiários quer a empresas, recorrendo essencialmente ao LinkedIn.

Webinar “Uploading The Future”

Na cerimónia de lançamento da 25ª edição do Programa INOV Contacto, realizada no dia 7 de julho de 2021, foi realizado um webinar, tendo-se inscrito 450 pessoas. O *streaming* foi transmitido em várias plataformas, tendo assistido um total 738 pessoas.

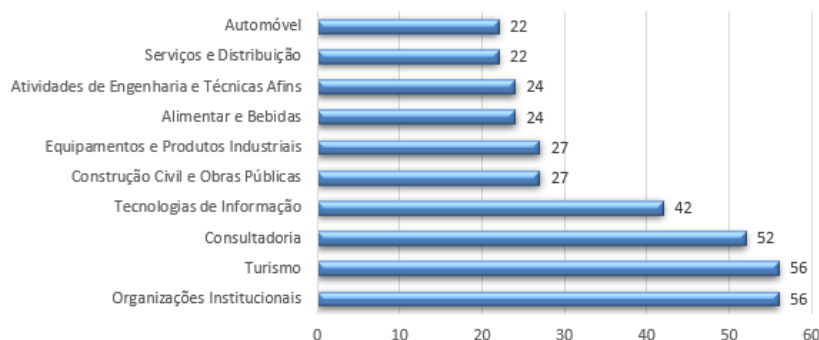
B.4 b) Preparação para a 25ª Edição

A preparação da edição C25 teve subjacente não apenas o contexto de pandemia, mas também as características dos jovens licenciados que elegem o programa INOV Contacto como uma via segura para a entrada no mercado de trabalho e a alavancagem duma carreira internacional. Atentos à mudança das expectativas e interesses das novas gerações, o programa preocupou-se em encontrar soluções inovadoras que respondam às suas aspirações: procedeu-se à atualização do site, melhorando o look&feel, estrutura e conteúdos; apostou-se numa comunicação muito dirigida tanto aos estagiários como às empresas.

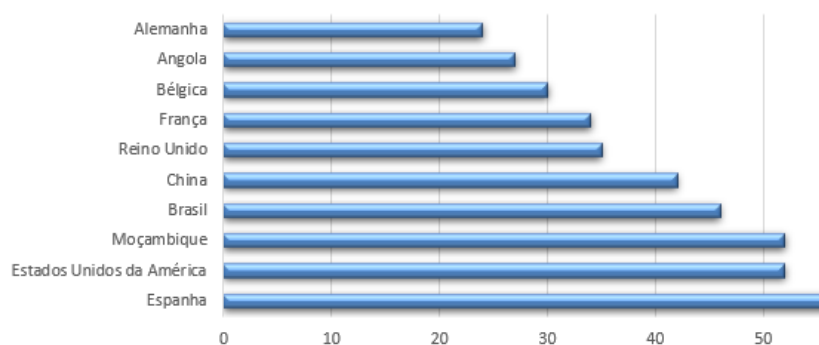
No que se refere às empresas de acolhimento, deram entrada na AICEP 585 pedidos (284 entidades) de 60 países. Por tipo de pedido, 446 são reincidentes e 139 são novas, sendo que, 157 são de entidades estrangeiras, com 260 pedidos de estágio e 127 são portuguesas, com 325 pedidos. Por parte da rede diplomática deram entrada 34 pedidos para estágio (23 AICEPs; 9 Embaixadas; 2 Consulados).



SECTORES UNIFORMIZADO - TOP 10

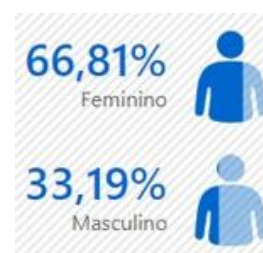


PAÍSES - TOP 10



Em termos de estagiários foram rececionadas 1.214 candidaturas.

ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA



O Campus INOV Contacto, foi desenhado, pela primeira vez desde 1997, para se realizar em formato híbrido (presencial e online), e repartido em dois momentos. Num primeiro momento o Campus Conhecimento (3 dias), dedicado a temas universais – o mundo em mudança (Economia Azul, a Sustentabilidade e a Interculturalidade), as competências do futuro, as ferramentas inovadoras para as abordagens aos problemas e à realização de projetos, tudo com recurso a palestras, painéis de especialistas, dinâmicas em formato *webinars* e encontros



de *networking*. Num segundo momento o Campus Operacional, totalmente online e com sessões curtas mais dedicadas à operacionalização do estágio – acolhimento, informações práticas, reuniões com a rede externa da AICEP. O Campus teve lugar já em 2022.

No que respeita à rede *Networkcontacto* esta continuou a ser dinamizada. Mantiveram-se atividades junto da comunidade de alumni INOV Contacto (cerca de 5.500 pessoas), a qual visa promover oportunidades de emprego e parcerias e facilitar contactos, mas também potenciar a captação de investimento, o aumento das exportações e a internacionalização das empresas, a promoção do talento português e da marca de Portugal a nível internacional. Esta rede inclui os Empreendedores *Networkcontacto* (200 empreendedores, nas mais diversas áreas de atividade), Jobs (listagem de oportunidades de emprego disponibilizada pela *NetworkContacto*, tendo sido divulgadas 64 oportunidades), *Seeking new job* (facilitador do processo de procura e oferta de emprego ao aproximar entidades e Contactos interessados em abraçar um novo desafio profissional) e o *Engagement* (testemunhos de sucesso por parte dos estagiários).



B.5 Projetos de Interesse Nacional (PIN) e Custos de Contexto

Da experiência acumulada da AICEP na vertente de apoio ao investimento, a Agência foi designada para ser a entidade coordenadora da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI), a qual tem como responsabilidade o acompanhamento de projetos de investimento, entre os quais aqueles classificados como sendo de Potencial Interesse Nacional (PIN). Abaixo indica-se o ponto de situação das 255 candidaturas PIN recebidas desde 2015 até ao final de 2021:

- 1 em instrução
- 34 em acompanhamento
- 65 em fim de acompanhamento (99 PINs = 34 + 65)
- 3 suspensos
- 152 arquivado

No que diz respeito a candidaturas a acompanhamento pela CPAI receberam-se 9 candidaturas:

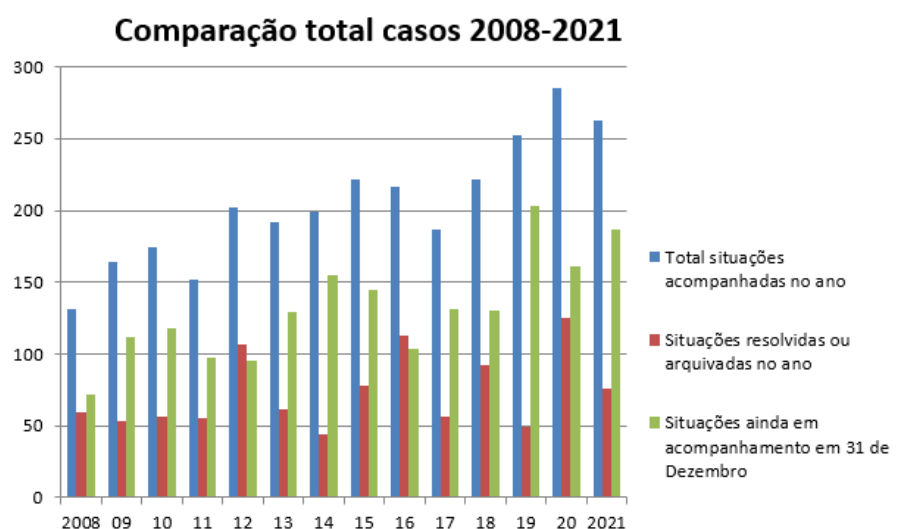
- 1 em instrução
- 2 em acompanhamento
- 3 em fim de acompanhamento
- 3 arquivado

A AICEP foi designada a gestora de 4 novos processos reconhecidos como PIN no decurso de 2021 (de 251 para 255 candidaturas), desempenhando essa função para um total de 24 candidaturas.

No que diz respeito à atuação da AICEP na vertente dos “custos de contexto”, continuou a ser feito o acompanhamento a “clientes externos” - empresas e investidores, tendo em vista a resolução de situações que afetem o normal desenvolvimento da atividade empresarial e do investimento. Foi contabilizado o acompanhamento de 263 situações de “custos de contexto” em 2021 - 161 transitadas dos exercícios anteriores, 102 que deram entrada durante

2021. Durante este ano passaram para a situação de arquivo 76 casos, transitando, assim, para o exercício de 2022, 187 situações em acompanhamento.

O gráfico seguinte permite comparar o decurso da atividade deste ano com os anos anteriores.





Além da componente “reactiva” da atuação contra custos de contexto – o tratamento de situações pontuais colocadas por investidores e empresas - acima resumida, a AICEP prosseguiu este ano na atuação que pode ser descrita como “preventiva”, a procura de identificação de situações recorrentes, transversais à atividade económica em geral ou mais frequentemente de natureza sectorial, constituindo obstáculos permanentes, previsíveis, ao investimento ou à atividade empresarial. A Agência reporta superiormente essas situações, sempre que possível apresentando sugestões de atuação corretiva. Nesse âmbito, destaca-se de entre as situações reportadas no ano, i) a descrição de constrangimentos à instalação ou prossecução de atividades económicas resultante de instrumentos legais de Ordenamento do Território e Ambiente, identificadas no âmbito do acompanhamento de projetos e nas quais se considerou existirem limitações desproporcionadas tendo em conta a finalidade dessa legislação, ou resultando de interpretações desadequadas desses instrumentos legais e/ou da sua aplicação; ii) informação sobre a existência dum vazio legal no licenciamento de pipelines (matéria suscetível sobretudo pelo anunciado grande incremento de importantes projetos implicando a existência de pipelines); iii) as crescentes dificuldades sentidas por sectores de atividade intensivos no consumo de energia (com propostas de possíveis atuações legislativas, regulamentares e de investimento público); iv) identificação de situações diversas negativas (numa abordagem de *benchmarking*) e propostas de atuação, em procedimentos necessários à vinda para Portugal e instalação de cidadãos terceiros, pela afetação negativa dessas situações à captação de talento / mão-de-obra altamente qualificada, importante fator na captação de investimento.

Para além dos projetos PIN e da gestão de custos de contexto, a AICEP foi chamada a participar em 3 grupos de trabalho.

O Grupo de Trabalho “Simplificação dos Licenciamentos”, dentro do âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), pretendeu efetuar um estudo mais imersivo da política licenciante, de modo que se proceda a uma reforma estrutural dos processos e procedimentos que sejam obstáculo à execução de projetos de investimento, podendo ser considerados custos de contexto solucionáveis.

A AICEP esteve ainda presente nas reuniões do projeto promovido pela OCDE e designado “Portugal - TSI | The impact of regulation on international investment in Portugal: opportunities and challenges for structural reforms”. O projeto pretende compreender o porquê da manutenção de níveis baixos de investimento direto estrangeiro, e se os impedimentos regulatórios são a principal razão para essa constante.

A AICEP esteve também presente na criação de um GT com o propósito de elaborar um roteiro de licenciamento de amarração de Cabos Submarinos de Telecomunicação; os trabalhos traduziram-se na elaboração de um guia de orientação que ajude os promotores de futuros projetos.



Recursos humanos

A estrutura orgânica da Aicep Portugal Global conta com uma dimensão de recursos humanos, à data de 31 de dezembro de 2021, de 495 trabalhadores, mantendo-se a tendência de diminuição do número de efetivos:

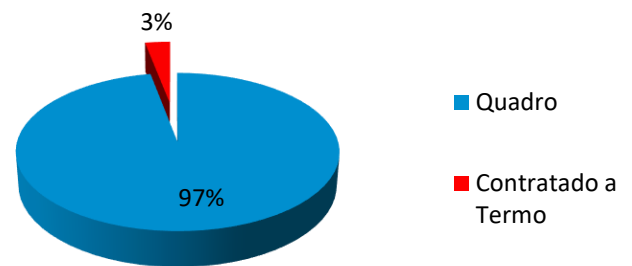
	2020	2021
Portugal	Conselho de Administração	5 a)
	Quadro	
	Carreira Técnica	254 b)
	Carreira de Assistente	61
	Sub-Total (1)	320
	Cedido à AICEP	3
	Contratado a Termo/Comissão de Serviço	17
Sub-Total (2)	20	
Total (1+2)	340	
		335
Rede	Quadro (Comissão de Serviço)	32
	Contratado a Termo (Comissão de Serviço)	11
	Requisitado pela AICEP	3
	Contratado Local	100
	Sub-Total	146
		156
Total (Portugal e Rede)	486	491
Pessoal Pré-Reformado	4	4
Total	490	495

- a) Com vínculo ao quadro da AICEP: 2 Administrador
Licença sem retribuição: 5

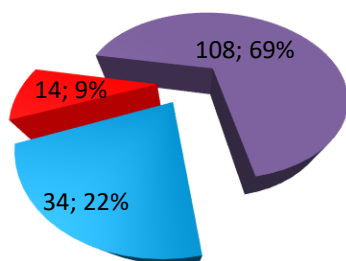


Relação do efetivo Global em Portugal / Contratação a Termo em Portugal

A quase totalidade dos trabalhadores da AICEP integra o quadro de pessoal, regendo-se pelo contrato individual de trabalho.



Relação dos Contratados Locais na Rede Externa/ Destacados

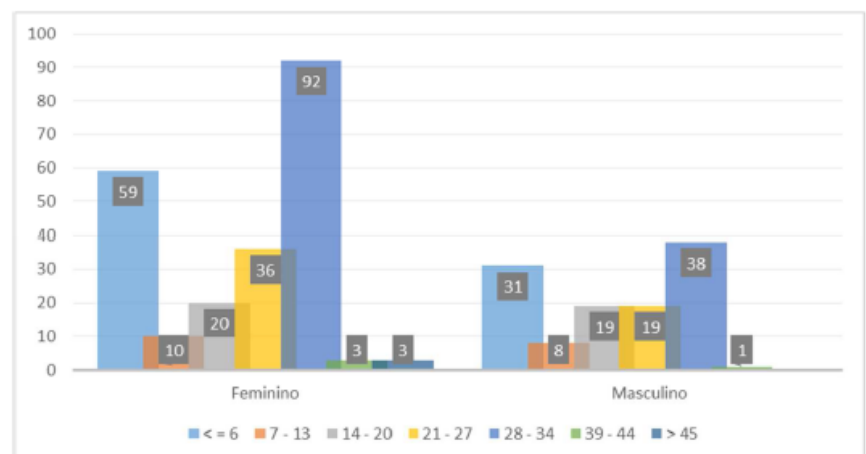


- Quadro (Comissão de Serviço)
- Contratado a Termo (Comissão de Serviço)
- Requisitado pela AICEP
- Contratado Local

No que diz respeito à Rede Externa da AICEP, esta é composta por pessoal do quadro em regime de comissão de serviço e por trabalhadores contratados localmente, regendo-se estes últimos pela lei local, aplicável a cada país.

Efetivo por escalão etário

O escalão etário, 53-58 anos de idade, foi o que teve maior expressão (128 trabalhadores). A média etária do efetivo da AICEP em 2021, é de 49 anos.





A AICEP Global Parques

A AICEP detém uma participação na AICEP Global Parques que ascende a 91.19% do capital. A AICEP Global Parques é uma sociedade anónima, de capitais inteiramente público que se rege pelo Código das Sociedades Comerciais, pelas normas do setor público empresarial, nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e ainda pelos seus estatutos.

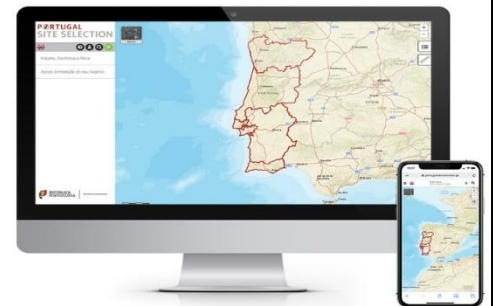
A aicep Global Parques é especialista em gestão de parques empresariais para todos os setores - energia, indústria, logística e serviços - e em localização empresarial.

A aicep Global Parques procura garantir condições de captação, de realização e de acompanhamento de projetos de investimento, nacionais e estrangeiros.

Missão

Garantir que os parques e serviços da aicep Global Parques são infraestruturas para a competitividade da economia portuguesa e instrumentos de objetivos específicos do programa “Internacionalizar 2030”, em articulação com a AICEP e outras entidades:

- disponibilizando espaços infraestruturados e plataformas para localização de empresas e/ou de entidades não empresariais, promovendo o aumento do volume de investimento direto estrangeiro (IDE) produtivo em Portugal;
- no acréscimo do valor acrescentado nacional (VAB) através da Qualificação do Território e especialmente das Áreas de Acolhimento Empresarial, prestando serviços de gestão integrada em parques empresariais;
- na Transição Energética, na perspetiva da descarbonização e na circularidade das indústrias de produção de energia, refinação, petroquímica, química, metalurgia e ainda do setor dos transportes. Com ênfase em gases renováveis, hidrogénio e amónia verdes, bem como novos combustíveis, com foco no Complexo de Sines;
- na Transição Digital, na perspetiva da infraestrutura comercial. Com enfoque nas estações de amarração de cabos submarinos de telecomunicações, centros de computação, processamento e armazenamento de dados, na ZILS.



Valores

Os valores corporativos da aicep Global Parques assentam na melhoria contínua da sua performance de forma a manter-se uma organização:

- Competitiva, eficiente e orientada para o cliente;
- Sustentada na contínua qualificação dos seus colaboradores;
- Institucionalmente articulada com parceiros públicos e privados;
- Financeiramente sustentável;
- Socialmente responsável;
- Reconhecida na sua esfera de atuação.



Modelo de negócio

O modelo de negócio da AICEP Global Parques assenta em quatro pilares essenciais, a saber:

- Desenvolvimento dos ativos sob gestão;
- Desenvolvimento de novos ativos e/ou prestação de serviços em parceria;
- Desenvolvimento de competências em informação e conhecimento da oferta para a localização empresarial e gestão integrada de áreas empresariais;
- Estabelecimento de parcerias com os *stakeholders* para o estabelecimento de sinergias.

Áreas de intervenção



Unidades operativas

A aicep Global Parques apresenta três soluções de localização empresarial de excelência no país: a ZILS Global Parques - Zona Industrial e Logística de Sines, em Sines, o BlueBiz Global Parques - Parque Empresarial da Península de Setúbal, em Setúbal e o Albiz Global Parques - Parque Empresarial de Sintra, em Albarraque, concelho de Sintra.

A empresa presta ainda serviços de *procurement* para a instalação de atividades empresariais no território nacional, apoia a instalação de empresas e promove a capacitação para atração de investimento aos municípios, através da ferramenta e serviços de consultadoria: Portugal Site Selection (www.portugalsiteslection.pt).





1. ZILS Global Parques

1.a) Zona Industrial e Logística de Sines

A ZILS, com 2.375 hectares, é a maior área de acolhimento de unidades industriais e logísticas do país. Localizada a Sul, na costa atlântica de Portugal, a hora e meia por autoestrada de Lisboa e do seu aeroporto internacional, junto a um porto de águas profundas, o Porto de Sines, afirma-se desta forma como uma localização com uma oferta ímpar no país. Para além das acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, que a tornam numa localização única para os mercados europeu e ibérico, posicionando-a como interface industrial e logístico privilegiado com os mercados do Atlântico e do Mediterrâneo, a ZILS dispõe de um conjunto de utilidades que garantem soluções competitivas de instalação



Na ZILS coexistem zonas de instalação de indústria e áreas de serviços, separadas por espaços verdes que garantem um desenvolvimento sustentado no domínio ambiental, económico e social. Desde novembro de 2008 que dispõe de um instrumento de gestão territorial, o PUZILS - Plano de Urbanização da ZILS, o qual veio permitir uma bem definida articulação entre todas as ações presentes na sua gestão, nomeadamente o planeamento do território, a criação das infraestruturas, a instalação de clientes e a sustentabilidade ambiental.

Com o estabelecimento deste referencial de ordenamento, e considerando o conjunto das responsabilidades que decorrem do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, no caso específico de entidades de capital público que administram Zonas e Parques Empresariais e Logísticos, a ZILS tem hoje um quadro de oferta estabilizado, no qual se abrem novas perspetivas de desenvolvimento dos serviços prestados em Sines.



A evolução da procura na ZILS, registada em 2021, induziu a um conjunto de necessidades de instalação que levam a antecipar a revisão do Plano de Urbanização da ZILS, tendo a aicep Global Parques avançado, junto do Município de Sines, no sentido da assinatura de um Contrato de Planeamento em consonância.

A taxa de ocupação da ZILS registou, em termos líquidos, a maior subida anual de sempre no histórico da empresa, de 19% ou 1.520.405 m². Na ZILS, a 31/12/2021 estão ocupados e/ou contratados 9.556.952 m² de uma oferta total de 16.104.109 m².

Taxas de ocupação ZILS a 31 de dezembro de 2021

	Direitos de superfície		
	2019	2020	2021
Área total m ² (a)	23.751.256	23.751.256	23.751.256
Oferta total m ² (b)	13.374.020	13.374.020	13.374.020
Oferta total m ² (b*)			16.104.109
Área ocupada m ² (c)	8.033.788	8.037.270	9.556.952
Taxa de ocupação (c)/(b)	60,07%	60,10%	71,46%
Taxa de ocupação (c)/(b*)			59,34%

*A área total da oferta depende das áreas loteadas ou potencialmente loteadas. No final de 2021, face à elevada procura, realizou-se uma análise mais fina ao território da ZILS que resultou num aumento da oferta de 2.730 089,00 m². Esta nova área situa-se nas diversas Zonas da ZILS, nomeadamente Zona 1, Zona 2 e Zona 10. Desta forma, para se avaliar a evolução com igual perímetro, decidiu-se manter no quadro a taxa de ocupação calculada de acordo com os parâmetros anteriores. Paralelamente, chamamos a atenção para o facto de, no futuro, poderem existir ajustamentos na oferta, fruto do desenvolvimento dos diversos processos com as entidades licenciadoras que podem levar à eventual afetação de novas áreas ao perímetro da ZILS, sob gestão.

A taxa de ocupação da ZILS registou, a perímetro constante de área oferecida, 71,46%, um acréscimo de 11,4 p.p.. Com a atual oferta de terrenos maximizada, a área ocupada representa 59,3%. Sendo que outros cerca de 16,5 p.p. são reservados a atividades logísticas (ZAL Sines), o que reduz a área sobrando disponível para projetos energéticos e industriais para cerca de 23,5% do total, perante novos leads concretos de fábricas de gases renováveis e indústrias que somados superam essa oferta. A taxa de ocupação da ZILS registou, em termos líquidos, a maior subida anual de sempre no histórico da empresa, de 19% ou 1.520.405 m². Na ZILS, a 31/12/2021 estão ocupados e/ou contratados 9.556.952 m² de uma oferta total de 16.104.109 m².

1.b) Centro de Negócios ZILS (CNZILS)

O edifício, com a área total de 16.570 m², dispõe de cerca de 4.000 m² de escritórios climatizados, com segurança diária, salas de reunião e formação, entre outros serviços. Este equipamento permite que empresas de apoio e de manutenção encontrem na zona local para sediar as suas operações de suporte. Por outro lado, as empresas promotoras de investimento encontram um espaço adequado para instalar os seus recursos humanos (e os seus fornecedores), durante a fase de construção das respetivas instalações.

Em 2021, o fluxo de clientes gerou um saldo positivo de 135 m².

**Taxas de ocupação CNZILS a 31 de dezembro de 2021**

	Espaços ocupados		
	2019	2020	2021
Área total m2 (a)	16.570	16.570	16.570
Oferta total m2 (b)	4.054	4.054	4.054
Área ocupada m2 (c)	1.163	1.638	1.773
Taxe de ocupação (c)/(b)	28,69%	40,40%	43,73%

1.c) Apartamentos

A aicep Global Parques tem sob sua gestão um conjunto de 37 apartamentos, localizados em Vila Nova de Santo André, que permitem uma oferta habitacional ao público em geral, e aos novos promotores de investimento em particular, configurando uma solução imediata para um número limitado de recursos humanos e suas famílias.

Taxas de ocupação dos Apartamentos a 31 de dezembro de 2021

	Apartamentos		
	2019	2020	2021
Nº de apartamentos (a)	37	37	37
Oferta total em nº apt. (b)	35	35	35
Nº de apt. ocupados (c)	34	35	35
Taxe de ocupação (c)/(b)	97,14%	100,00%	100,00%
Oferta disponível	1	0	0

1.d) Centro de Negócios da Galiza

O Centro de Negócios da Galiza, antiga sede do Gabinete da Área de Sines, tem uma área total de 29.000 m² e alguns espaços de escritórios. Situado na Galiza, a 2 km de Vila Nova de Santo André, funciona como uma alternativa para a instalação de empresas de serviços.

O imóvel encontra-se vazio, estando em curso o processo de regularização cadastral e tendo sido iniciadas diligências junto de algumas imobiliárias e outros interessados com vista à sua comercialização e rentabilização.

1.e) Inertes e Florestas

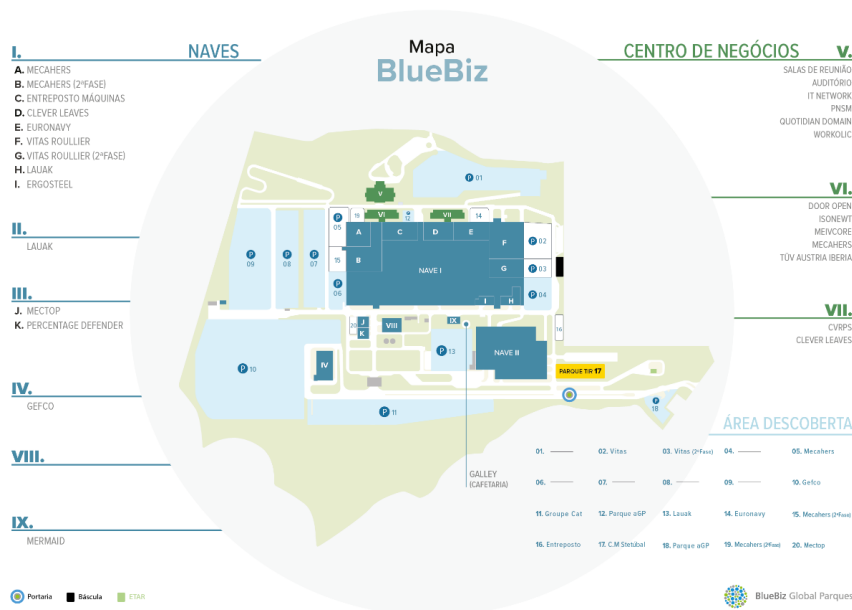
Dada a dimensão e características dos terrenos, a ZILS proporciona outros negócios que lhe garantem rendimentos suplementares, como é o caso da floresta com a venda de madeira, cortiça, resina e pinha.

Em 2020 foi encerrada a atividade de exploração dos areeiros 1 e 2 da ZILS, tendo sido alterado o uso do solo de “Indústria Extrativa” para “Produção Energética”. Em 2021 foi concluído o processo de Alteração Simplificada ao PUZILS que visou a alteração do uso do solo dos areeiros de Indústria Extrativa para Industrial e de Produção Energética. Com a contratualização destes espaços pela Energykeme e pela Repsol Polímeros para instalação, respetivamente, de projetos de produção de hidrogénio por energia fotovoltaica e ainda de produção de energia fotovoltaica em regime de autoconsumo, processar-se-á a verdadeira reafetação destes terrenos para efeito de novas atividades de valor acrescentado económico e ambiental.



2. BlueBiz - Parque Empresarial da Península de Setúbal

O BlueBiz, em Setúbal, dedica-se à localização de empresas industriais, logísticas e de serviços, dispondo de 560.000 m². Trata-se de um Parque Empresarial localizado na Área metropolitana de Lisboa com uma oferta completa de infraestruturas vocacionadas para responder às necessidades do setor industrial, nomeadamente as indústrias químicas e metalúrgicas, que animam a sua promoção comercial. Disponibiliza uma área comercializável de 275 756 m², repartida entre 91.465 m² de área coberta, 176.640 m² de área descoberta e 7.651 m² de escritórios.



Os últimos anos foram marcados por um esforço de requalificação deste parque empresarial indo de encontro às necessidades dos seus clientes. A sua localização, numa das regiões com maior dinâmica populacional em Portugal, servido por excelentes acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, que ligam o Parque ao maior polo consumidor do país, bem como ao mercado espanhol pela A6, faz do BlueBiz uma localização empresarial competitiva para projetos de investimento nacional ou estrangeiro, de média dimensão.

Com uma ligação, em via rápida, ao Porto de Setúbal, que viu em 2021 aumentar a sua capacidade do terminal Ro-Ro, e ao nó rodoviário da A2, a 300 metros de um terminal ferroviário de mercadorias, o BlueBiz é um Parque especialmente vocacionado para a instalação de indústrias ligeiras, nomeadamente dos setores da logística automóvel, metalomecânica de precisão (automóvel e aeronáutico, químico/farmacêutico), com particular relevância para indústrias onde a incorporação de tecnologia e mão-de-obra especializada são requisitos fundamentais.

A especialização económica da Península de Setúbal em torno do setor industrial, onde a estrutura de processo dominante é line flow, e com população residente na região fortemente qualificada, garante o contexto adequado à captação das indústrias acima referidas.



Para além da flexibilidade para customização dos espaços, o BlueBiz oferece: serviços de vigilância e controlo de acessos de pessoas e viaturas 24h por dia, 365 dias por ano; limpeza e manutenção de espaços comuns e de espaços verdes; recolha de resíduos sólidos urbanos; manutenção e iluminação de vias de circulação interna; infraestruturas básicas de energia elétrica em média tensão (MT) e baixa tensão (BT); redes de abastecimento de água industrial e para consumo humano; infraestruturas de comunicação em rede estruturada de voz e dados; infraestruturas de escoamento de águas residuais domésticas, industriais e pluviais; e uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR).

O Parque está dotado de um Plano de Emergência Interno e de um Regulamento Interno, a respeitar pelos clientes no desenvolvimento da sua atividade.

O BlueBiz dispõe, ainda, de uma área de escritórios com cerca de 7.651 m² e de um Centro de Negócios, devidamente equipado, ao dispor de todos os clientes, para realização de ações de formação, reuniões e outros eventos.

Em 2021, com o propósito de atualizar e organizar toda a oferta disponível, procedeu-se à atualização dos quadros de áreas e produtos para oferta. A necessidade desta atualização prende-se essencialmente com o propósito de aumentar o rigor, afetação e clarificação de áreas úteis para instalação de clientes.

Assim, a área coberta disponível foi ajustada em cerca de 1% e com a entrada da Ergosteel e da Clever Leaves, a área ocupada aumentou, estando agora a taxa de ocupação em 53,3%.

As áreas descobertas foram também atualizadas, verificando-se um aumento de 6%. A taxa de ocupação destas áreas, que esteve sempre próxima de 98%, foi reduzida pela não necessidade de estacionamento para buffer logístico do setor automóvel. É também neste produto que se percebe o impacto que a falta de fornecimento de microprocessadores teve no mercado automóvel, atingindo todos os operadores presentes neste mercado.

A normalização desta situação só se prevê que aconteça em meados de 2023.

As áreas de escritórios, que constituem o centro de negócios, viram a sua taxa de ocupação crescer 10,2 p.p. Este crescimento acontece após levantamento exaustivo das áreas disponíveis para oferta, que reduziram em 18%. A área ocupada reduziu 0,4%.

Taxas de ocupação BlueBiz a 31 de dezembro de 2021

	Área coberta industrial			Área descoberta			Área escritórios		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Oferta total m ² (a)	90.204	90.204	91.465	166.492	166.492	176.640	9.350	9.350	7.651
Área ocupada m ² (b)	42.724	47.694	48.751	162.827	162.483	106.177	4.553	4.387	4.370
Taxe de ocupação (b)/(a)	47,36%	52,87%	53,30%	97,80%	97,59%	60,11%	48,70%	46,92%	57,12%



3. Albiz - Parque Empresarial de Sintra

O Albiz é um Parque que acolhe PME em Albarraque, Sintra, dispendo de uma área total de 24.700 m², completamente vedada, com uma área coberta comercializável de 9.012 m², distribuída por 16 edifícios.

Inserido numa região de grande densidade populacional, o Albiz está vocacionado para acolher micro e pequenas empresas logísticas e de serviços, disponibilizando aos seus clientes espaços modulares até 1450 m².

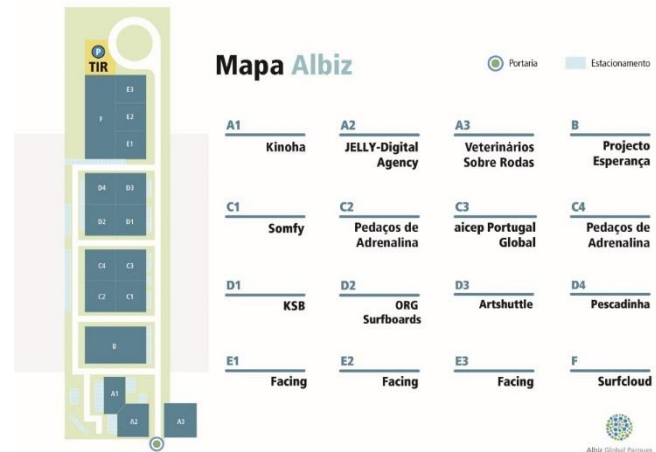
O modelo de negócio utilizado permite aos clientes evitar o esforço financeiro de aquisição e de construção de instalações, dedicando o capital disponível integralmente ao desenvolvimento do seu negócio.

O Parque encontra-se devidamente equipado ao nível de infraestruturas de abastecimento de águas para consumo humano e esgotos domésticos e pluviais, de rede de energia elétrica em baixa tensão (BT), de plano e sistema de segurança contra incêndios e de rede de telecomunicações e de fibra ótica.

O Albiz oferece, ainda, serviços de manutenção, de conservação e de limpeza de áreas comuns, recolha de resíduos sólidos urbanos, manutenção da iluminação dos arruamentos internos, estacionamento de viaturas e serviço de vigilância.

O parque está dotado de um Plano de Emergência Interno e de um Regulamento Interno, a respeitar pelos clientes no desenvolvimento da sua atividade.

Em 2020 o parque atingiu 100% de taxa de ocupação, tendo-se mantido em 2021.



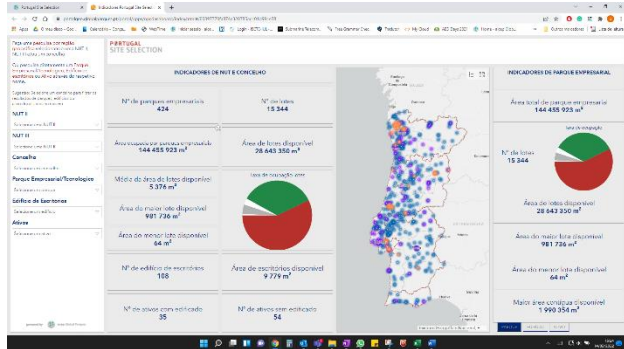
Taxas de ocupação Albiz a 31 de dezembro de 2021

	Área coberta		
	2019	2020	2021
Área total m2 (a)	9.072	9.072	9.072
Oferta total m2 (b)	9.012	9.012	9.012
Área ocupada m2 (c)	7.508	9.012	9.012
Taxa de ocupação (c)/(b)	83,31%	100,00%	100,00%



4. Portugal Site Selection - Serviços de Localização Empresarial

No ano de 2021, realizou-se uma atualização do sistema ARCGIS que suporta a plataforma *Portugal Site Selection* e o alojamento em *cloud* da base de dados. Este desenvolvimento permite uma maior eficiência no contínuo aumento da inserção dos ativos, melhorar a usabilidade pelos seus utilizadores e garantir uma maior segurança da base de dados.



Paralelamente, foi lançado um *dashboard* de indicadores com dados do Portugal Site Selection para estudos analíticos sobre espaços disponíveis no território para a atividade. Trata-se de um instrumento de planeamento e gestão do território que

organiza territorialmente a informação disponível de forma a se conhecer a oferta do território e a reconhecer as regiões com défice de oferta infraestruturada.

Prosseguiu-se à recolha de informação de *office spaces* para o setor dos serviços, e foram realizados inúmeros contactos com diversos *stakeholders* no sentido de alargar o cadastro de ativos, com características *greenfield* e *brownfield* disponíveis para desenvolver atividades industriais e logísticas, devidamente georreferenciado.

A aicep Global Parques continuou o esforço de enriquecimento da informação constante na plataforma, reforçadas essencialmente com ações online, dado o estado pandémico vivido no país.

Neste contexto realizaram-se várias reuniões de análise da situação com as CIM e foi definido um plano de ação com o objetivo de capacitar os municípios na atração de IDE.

Destacam-se as seguintes ações:

- Duas formações de apresentação da plataforma *Portugal Site Selection* com os Delegados da rede externa da AICEP Portugal Global;
- Webinar sobre a “Qualificação e Promoção da Áreas Empresariais no Território Nacional”. O evento contou com as intervenções de S. Exa. a Ministra da Coesão Territorial, Dra. Ana Abrunhosa, S. Exa. o Secretário de Estado da Internacionalização, Professor Eurico Brilhante Dias e do Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios, Manuel Machado;
- Workshop online com toda a rede Key Accounts do IAPMEI para apresentação da plataforma *Portugal Site Selection* e dos Parques Empresarias sob gestão da aicep Global Parques;
- Colaboração com o Ministério da Coesão Territorial no sentido de consolidar a plataforma T-Invest com o *Portugal Site Selection*;





aicep Portugal Global

- Constituição de um grupo de trabalho que reuniu entidades gestoras de parques empresariais a nível nacional, a AICEP, o IAPMEI e a Secretaria de Estado da Internacionalização e que culminou com a constituição e lançamento público da APPE - Associação Portuguesa de Parques Empresariais em dezembro de 2021.

- A Plataforma *Portugal Site Selection* esteve em destaque no programa da conferência internacional, em formato híbrido, do Portugal Air Summit, que decorreu em Ponte de Sor.

Portugal Site Selection Consulting

Em 2021, no âmbito dos serviços de consultoria do *Portugal Site Selection Consulting* e em linha com as orientações do Programa Internacionalizar 2030, nomeadamente no eixo B10, foi concluído o projeto de consultoria ao Município de Alter do Chão, que após análise cuidada sobre a região, as suas infraestruturas, as



PORTUGAL
SITE SELECTION

suas características naturais e geográficas e os seus dados socioeconómicos, identificou as vantagens competitivas e os clusters a apostar. Paralelamente analisou-se a oferta de áreas de localização empresarial existentes no Município, e propôs-se alterações na sua oferta e modelo de gestão. Foi paralelamente elaborado um Dossier do Investidor online inteiramente digital, multilíngue, com uma imagem moderna que promove o investimento no concelho e evidencia as características da região em todas as suas vertentes.

Paralelamente, foram realizados novos contactos para o desenvolvimento de mais projetos de capacitação para o Investimento com os Municípios de Fafe, Lousã, Ponte de Sor e Vila Nova de Poiares.

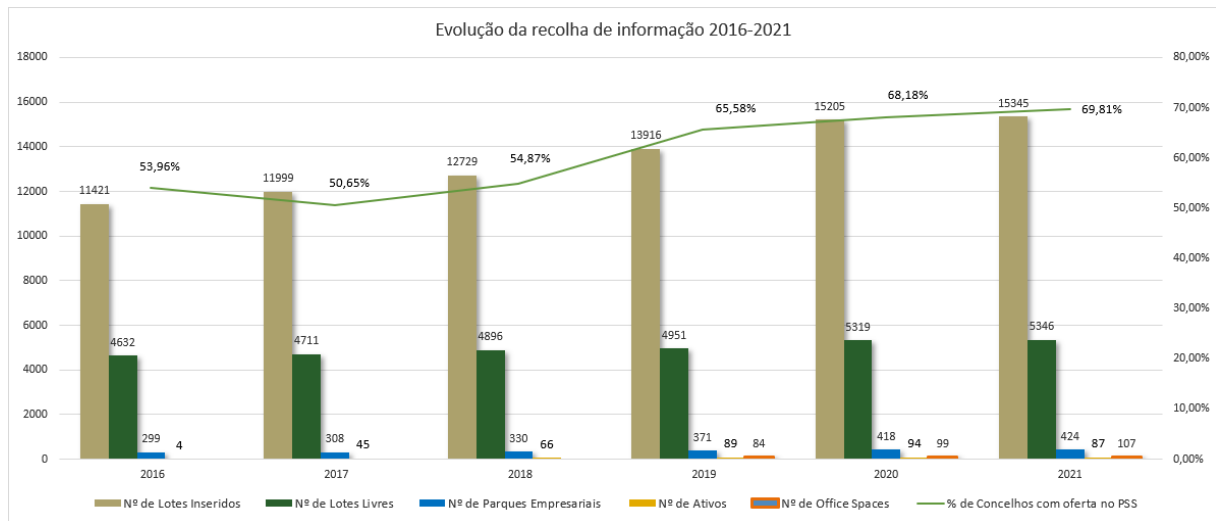
Evolução da Plataforma Portugal Site Selection

Em relação ao aumento da informação presente no *Portugal Site Selection*, aspirando à cobertura total nacional, atuou-se particularmente nas regiões com menor expressão na plataforma ao nível de presença e conteúdos.

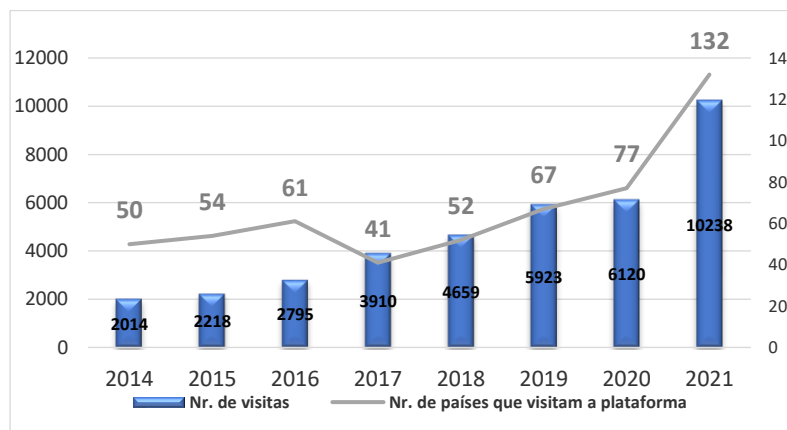
A pandemia limitou de forma decisiva a interação presencial com os municípios, tendo havido, ainda assim, um ligeiro aumento da taxa de cobertura de Concelhos. Existem atualmente 215 municípios com informação disponível no *Portugal Site Selection*, que representam 69,81% do total de municípios portugueses.

Registou-se um ligeiro incremento do total de lotes inseridos (+0,92%). Os resultados desta atividade destacam-se no gráfico abaixo:





A plataforma cresceu 67,2% em número de visitas face ao ano anterior, e cerca de 71% em número de países que a visitaram. Abaixo encontra-se o número de visitas versus o número de países diferentes que visitaram a plataforma:

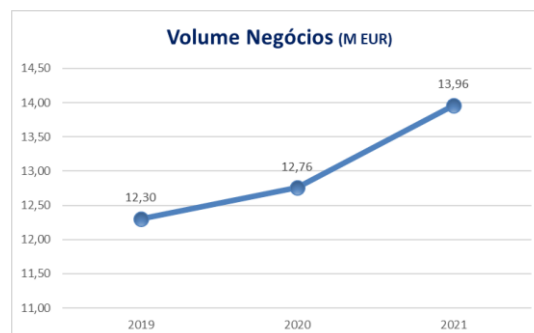
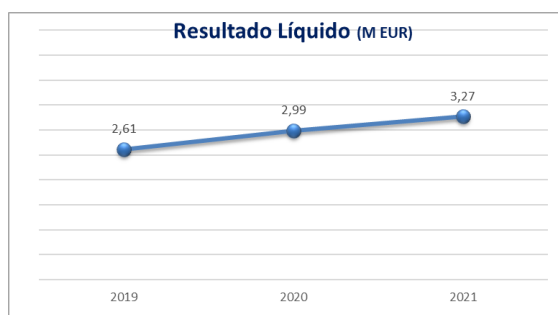
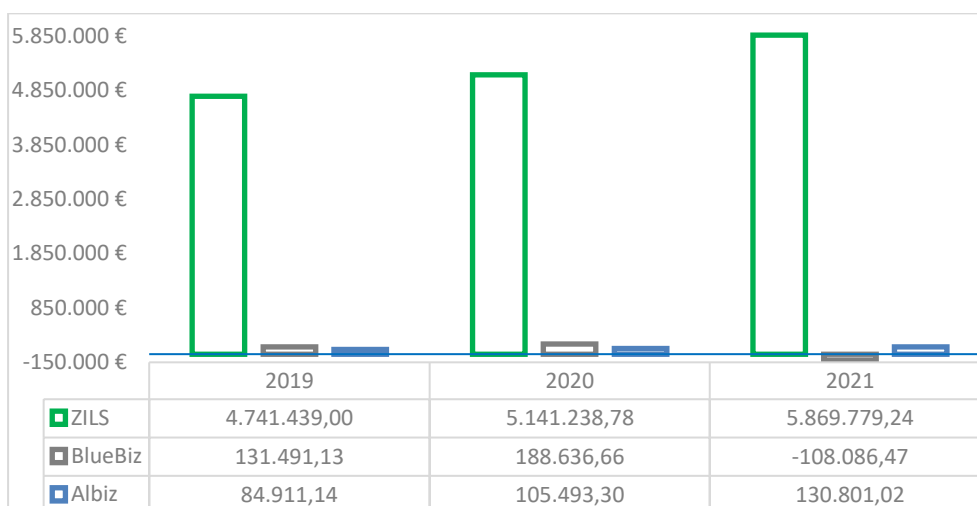


O top dos países que visitaram a plataforma em 2021 foi o seguinte: Portugal, China, EUA, Indonésia, Espanha, Brasil, França, Índia, Reino Unido e Alemanha.

Situação económica e financeira

O exercício de 2021 terminou para a aicep Global Parques com um Resultado Líquido de 3.269.796 EUR, o que representa um acréscimo de 9,5 %, face ao resultado homólogo do exercício de 2020.

Para a formação do Resultado antes de Impostos, com o valor total de 4.327.115 EUR, contribuiu a ZILS com 5.869.779 EUR, o BlueBiz com -108.086 EUR e o Albiz com 130.801 EUR. Os serviços transversais, unidades de suporte como referido anteriormente, representaram -1.565.379 EUR.



INDICADORES ECONÓMICOS	2019	2020	2021	2021/20	
EBITDA (*)	6.061.841	6.368.028	6.731.796	363.768	EUR
Rentabilidade das Vendas (RL/VN)	21,21%	23,40%	23,43%	0,03	pp
Rentabilidade de Capitais Próprios (RL/Capitais Próprios)	9,10%	10,42%	11,25%	0,83	pp
Rentabilidade do Ativo (RL/Ativo Total)	6,49%	7,51%	8,17%	0,66	pp
INDICADORES FINANCEIROS					
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	71,34%	72,08%	72,60%	0,5	pp
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	2,49	2,58	2,65	0,07	

(*) R. Operacional antes de Amortizações, Depreciações, Imparidades e Provisões

Prazo médio de pagamentos

	2020	2021	2021/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	23,20	16,10	-7,10	-31%



Investimentos

O Plano de Investimentos para 2021 previa um valor total de 3.786.924 EUR tendo, contudo, o exercício terminado com uma realização de 537.509 EUR, ou seja, uma percentagem de realização de cerca de 14%. O nível de realização está associado, fundamentalmente, à opção tomada de não se iniciarem em 2021 obras relativas a novos loteamentos industriais e à não realização da requalificação de edifícios prevista para o BlueBiz. No primeiro caso a decisão esteve associada ao facto de se julgar prudente aguardar pela definição dos espaços a intervir, face à procura existente e aos contratos entretanto celebrados. No segundo caso, a grande intervenção prevista estava principalmente associada à continuidade do que tem vindo a acontecer no edifício I do parque, ou seja, a substituição das coberturas de amianto ainda existentes. Contudo, devido às novas ocupações do edifício foi considerado estar atingido o limite para ter que ser repensado o layout do interior do edifício de forma a cumprir as normas de segurança necessárias aos espaços ocupados, o que, ao ser implementado, irá provocar alterações nas coberturas, não fazendo sentido ter sido feita qualquer substituição.

Perspetivas para 2022

A possibilidade de entrada de novos clientes “Energia Sul” no âmbito da transição energética - nomeadamente a produção de hidrogénio e amónia verdes - e da produção industrial descarbonizada, a par de importantes reinvestimentos pelas empresas ‘âncora’ refinadora e petroquímica já instaladas na ZILS, animam as perspetivas de 2022. Não só pelos montantes que podem representar para a empresa os direitos de superfície sobre dezenas de hectares, mas sobretudo porque disponibilizarão em proximidade e primazia, com vantagens de acesso e custo, matérias base às indústrias transformadoras nacionais.

Destaque também para o despontar da “ZAL Sines – Zona de Atividades Logísticas”, impulsionada pela atividade em expansão dos clientes de logística já instalados na ZILS e pelo esforço da empresa na elaboração de um plano de pormenor e a sua promoção comercial.

Perspetivas muito positivas no “Sines Tech – Innovation & Data Center Hub” com o início da concretização do projeto do megacentro de dados START Campus; a amarração de mais cabos submarinos de telecomunicações em acréscimo ao EllaLink; e potenciais novos clientes da computação, processamento e armazenamento de dados.

Para podermos ter as melhores ferramentas de capacitação do território, potenciando-as como fator competitivo na captação de investimento, está em curso, em iniciativa conjunta com a Câmara Municipal de Sines, o processo de revisão do PUZILS ajustando-o às exigências dos novos projetos/investimentos, no sentido de tornar a ZILS mais atrativa desde logo para os agentes da transição digital: novas indústrias 4.0; tecnologias de informação e comunicação, estações de amarração de cabos e centros de dados.

Quanto ao BlueBiz - Parque Empresarial da Península de Setúbal, é provável que em 2022 se assista a uma contração das indústrias de componentes aeronáuticos, ainda que compensada pela entrada de mais clientes de indústrias químicas e para os escritórios.

No Albiz - Parque Empresarial de Sintra, a tendência é para que, não obstante alguma rotação, se mantenha a ocupação total, alimentada sobretudo pelas necessidades logísticas do consumo gerado pela Área Metropolitana de Lisboa.



Cumprimento das orientações legais

1. Cumprimento dos Objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

A AICEP tem cumprido as linhas de atuação genéricas emanadas da tutela que lhe são dirigidas. A Administração da Agência, para cada um dos triénios dos seus mandatos, apresentou um Plano Estratégico que estabelece os objetivos da sua atividade e as métricas de execução da Agência. Em 2020 mantiveram-se as prioridades do anterior Plano Estratégico, dada a situação de pandemia que se viveu. Na sequência da nomeação de um novo mandato do Conselho de Administração, a 29 de dezembro de 2020, foi elaborado o novo Plano Estratégico para o período 2020/2022, o qual foi aprovado a 21 de maio de 2021. Os maiores investimentos centram-se no reforço da rede externa da Agência; manutenção da aposta na transformação digital da AICEP virada para o serviços aos seus clientes; aposta na Marca Portugal com uma definição de atuação a longo prazo; e reforço das capacidades internas para melhor cumprimentos da sua missão. Em termos comerciais pretende-se que a Agência seja um agente económico relevante junto das empresas portuguesas, mostrando ao tecido empreendedor nacional novos mercados de atuação, com presença local de mais-valia. No que respeita ao investidor estrangeiro pretende-se reforçar a atuação da rede de *foreign direct investment scouts* (fdi scouts), com ferramentas e meios que consigam chegar a mais oportunidades de investimento para Portugal. A aposta no digital irá manter-se, pois cada vez mais estes canais serão utilizados em qualquer parte do mundo, sendo por vezes o único canal para chegar ao comprador. As exportações *on-line* estão na ordem do dia e serão uma aposta sem retorno. O enfoque na Marca Portugal será feito em parceria com outros agentes económicos e terá o seu Plano Estratégico próprio.

O Plano Estratégico da AICEP está em linha com a missão que a Agência persegue para o país:

- Aumento do Valor Acrescentado Bruto do País, através do efeito direto de investimentos estruturantes e dos fluxos de comércio internacional;
- Redução do deficit da Balança Comercial, através do crescimento das exportações e pela substituição de importações;
- Dinamização do Emprego, medido pelo efeito na manutenção, criação e qualificação de postos de trabalho.

Os indicadores observados mostram que ao nível das exportações estas têm vindo a apresentar valores crescentes a uma taxa sustentável. Nos últimos anos assistiu-se a um forte aumento das exportações e à eliminação progressiva do défice da balança comercial, atingindo-se, em 2019 o valor de exportações mais elevado de sempre, 93,4 mil milhões de euros, e um excedente comercial de quase um milhão de euros (valores ainda provisórios; dados do Banco de Portugal).

Contudo, o ano 2020 trouxe uma situação totalmente nova e inesperada. A evolução da economia portuguesa foi muito diferente daquilo que se antecipava. A contração foi global, decorrente da situação pandémica que se viveu. O PIB português decresceu 8,4%, tendo as exportações contribuído com 8,1 pontos percentuais negativos, o consumo e o investimento com 4,5 p.p. e 1,0 p.p. negativos, respetivamente. As importações



compensaram esta tendência contribuindo positivamente com 5,2 p.p. As exportações, que apresentaram uma taxa de participação no PIB de 43,5%, a preços correntes, em 2019 (dados do INE), viram o seu contributo, em 2020, situar-se ao nível dos 37,0%. Em termos de exportações globais de bens e serviços, a componente dos serviços de Viagens e Turismo sempre foi a principal exportação de Portugal (19,7% do total em 2019), seguida do grupo de bens Veículos e Outro Material de Transporte (10,4% - 2019). Em 2020 esta situação alterou-se abruptamente. Os serviços de Viagens e Turismo, em 2020, representaram apenas 10,4% do total das exportações (18,3 mil milhões em 2019 para 7,7 mil milhões em 2020), os Veículos e Outro Material de Transporte 10,7% e as Máquinas e Aparelhos 10,6% do total exportado.

O ano de 2021 apresentou já uma situação diferente. A economia portuguesa registou um crescimento do PIB de 4,9%, contribuindo, as exportações, com 5 pontos percentuais (3,1 p.p. em bens e 1,9 p.p. em serviços), a par do consumo (3,8 pontos percentuais) e seguidos do investimento (1,3 pontos percentuais). As exportações apresentaram uma taxa de participação no PIB de 42%, a preços correntes, em 2021, face a 27,1% em 2009. O contributo dos bens para as exportações foi de 69,6% em 2021, cabendo aos serviços o remanescente (30,4%). Os serviços de Viagens e Turismo em 2021 representaram 11,2% do total das exportações, as Máquinas e Aparelhos 10,2% e os Veículos e Outro Material de Transporte 9,4% do total exportado.

O investimento estrangeiro em Portugal registou um montante de 6,8 mil milhões de euros em 2021, valor semelhante ao de 2020, que compara com 10,8 mil milhões de euros no ano pré pandemia de 2019. Os três principais emissores de fluxos de IDE para Portugal, em 2021, foram Espanha, França e Luxemburgo, salientando-se o aumento do ID do Luxemburgo face a 2020. De referir que em 2020 os Países Baixos posicionaram-se como o primeiro investidor, encontrando-se em 2021 na quarta posição.

Em termos de execução do Plano de Atividade e Orçamento (PAO) apresenta-se abaixo a execução da receita e da despesa.

Classificação económica	Receita			
	Orç. Inic.	Orç. ajust. (*)	Exec.	Dif.
	(a)	(b)	(c)	(c)-(b)
Rend. propriedade	2.327,78	2.607,34	2.607,32	-0,02
Transf. correntes	51.339,69	44.981,41	34.035,51	-10.945,89
Venda de bens e serviços	173,05	51,73	51,73	0,00
Outras	400,00	369,12	232,43	-136,69
Vendas bens investimento		13,57	8,86	-4,71
Transferências de capital		6.400,00	6.260,00	
Ativos financeiros e recup. créditos garantidos		4.698,95	4.698,95	0,00
Rep. não abatidas pag.		60,86	60,86	0,00
	54.240,51	59.182,99	47.955,67	-11.087,32

(*) ajustado à execução

mil euros



Classificação económica	Despesa			
	Orç. Inic.	Orç. ajust. (*)	Exec.	Dif.
	(a)	(b)	(c)	(c)-(b)
Despesas com o pessoal	28.329,52	28.329,52	27.085,52	-1.244,00
Aquisição de bens e serviços	19.421,80	23.197,80	12.116,69	-11.081,11
Transferências correntes	3.640,03	1.150,52	139,42	-1.011,10
Outras despesas correntes	191,82	354,40	318,55	-35,84
Aquisição de bens de capital	2.657,34	2.753,82	972,00	-1.781,82
Ativos financeiros		10.000,00	10.000,00	
	54.240,51	65.786,06	50.632,19	-15.153,87
(*) líquido de cativos e com alterações orçamentais				
Receitas – Despesas (utilização saldo gerência)		-6.603,07	-2.676,51	4.066,55

Como já foi referido, o ano de 2020 caracterizou-se por uma situação bastante atípica dada a pandemia COVID 19 que afetou a atividade económica um pouco por todo o mundo, tendo o ano 2021 apresentado já sinais de melhoria. Também a atividade da AICEP foi disso reflexo. O ano de 2021 apresentava ainda bastantes incertezas quanto à atividade promocional que iria ser desenvolvida e às ações de captação de investimento a realizar, tendo ficado aquém do previsto. Uma das iniciativas que em 2021 não se realizou foi a edição anual do Programa Inov Contacto. De referir, contudo, que durante o 2º semestre do ano se notou já alguma retoma económica. Assinale-se a partir de outubro a realização da EXPO no Dubai com impacto ao nível da despesa da Agência e com maior número de ações realizadas. Ao nível da receita esta também ficou aquém do previsto em termos de valores provenientes de fundos comunitários (SAMA e Inov) e de verbas Expo.

O ano de 2021 foi um ano difícil para as empresas e para o tecido económico português em geral, que exigiu da organização uma atitude resiliente e proativa, na busca de respostas e soluções, muitas vezes novas, para quem procura a Agência.

A Agência não tem no seu orçamento projetos. Apresenta-se a repartição das aquisições de bens de capital.

Investimento/ Projeto	PAO 2021	Executado	Desvio	mil euros
				Observações
	(a)	(b)	(b)-(a)	
Aquisição de bens de capital	2.657,34	972,00	-1.685,34	
Transformação digital	1.908,85	650,97	-1.257,88	
Investimentos de substituição e outros	748,49	321,03	-427,46	

A AICEP possui a sua situação regularizada para com a Autoridade Tributária e a Segurança Social.



2. Gestão de risco financeiro

A AICEP não possui financiamentos seja em passivos correntes seja em passivos não correntes.

3. Cumprimento dos limites de crescimento do endividamento definidos no nº 1 do artº 60º da Lei nº 2/2020, de 31 de março (LOE para 2020), retificado pela Lei 27-A/2020, de 24 de julho, apurado nos termos da fórmula disposta no nº 4 do artº 159º do Decreto-Lei nº 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019)

A AICEP não possui financiamentos.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears") conforme definido no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

A AICEP tem procurado encurtar os prazos de pagamento aos seus fornecedores ao longo dos últimos exercícios. A posição a 31 de dezembro é a que abaixo se indica.

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

PMP	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	19	14	5	36%

A 31 de dezembro a AICEP não tinha Pagamentos em Atraso.

Dívidas Vencidas	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	Valor (€)	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias > 360 dias
Aq. de Bens e Serviços					
Aq. de Capital					
Total					

5. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

A última aprovação de contas reporta-se ao exercício de 2017 e é datada de 19 de agosto de 2019. Os termos da aprovação incluem duas recomendações, uma relativa à elaboração do Relatório relativo às remunerações pagas a homens e mulheres, conforme o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março e outra relativa à aplicação do Estatuto do Gestor Público, nomeadamente nos termos dos nºs 3º e 4º do artº 32º e do nº 3 do 33º do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro.

De referir que não foi emitida qualquer reserva na última Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2020.



No que respeita ao Relatório previsto na RCM 18/2014, este foi elaborado em 2020 relativo a 2019. Da sua análise verifica-se que, apurando o valor médio da remuneração mensal auferida pelos trabalhadores da AICEP, o género feminino recebe 1.752,04€ e o género masculino 1.907,41€. Pode-se assim concluir que não existem discrepâncias relevantes entre os valores médios auferidos por homens e por mulheres.

Relativamente ao artº 32º do Estatuto do Gestor Público (EGP), os nºs 3 e 4 referem-se à existência de plafonds para as comunicações dos Gestores, sendo que os gastos com as comunicações da AICEP são feitos em serviço. O nº 3 do artº 33º do EGP determina um montante máximo para a utilização de viaturas dos Gestores. Os veículos da AICEP são geridos em conjunto, sendo utilizados de acordo com as necessidades de serviço.

6. Orientações relativas às remunerações, vigentes em 2021

A AICEP cumpriu o disposto nos diplomas legais relativo às remunerações previstas para os Órgãos Sociais e Auditor Externo, conforme anexo.

7. Disposições relativas ao Estatuto do Gestor Público nos termos do artº 32º e 33º do Decreto-Lei nº. 8/2012, de 18 de janeiro

A Agência aplicou o previsto no artº 32º do Estatuto do Gestor Público relativos à utilização de cartões de crédito e similares, bem como às despesas de representação pessoal.

Relativamente às despesas com comunicações apresentam-se abaixo os valores da Administração da Agência.

Gastos com comunicações

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Luís Castro Henriques	-	733,73	
Madalena Oliveira e Silva	-	586,73	
João Paulo Salazar Dias	-	872,44	
Francisca Guedes de Oliveira	-	445,75	
Rita Lindley Araújo	-	333,63	
		<u>2.972,28</u>	

(*) Os gastos em comunicação de serviço repartem-se pelas atividades de funcionamento e de promoção, em que o peso destas é muito elevado dado que, no âmbito da diplomacia económica decorrente das atribuições e objeto estatutários da AICEP, as deslocações ao estrangeiro são normais e frequentes.



No que se refere ao valor de combustível e portagens, os valores gastos são os que abaixo se indicam.

Gastos associados a viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Comb. e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Luís Castro Henriques	-	3.419,03	836,97	4.256,00	
Madalena Oliveira e Silva	-	-	-	-	
João Paulo Salazar Dias	-	-	28,00	28,00	
Francisca Guedes de Oliveira	-	-	1,10	1,10	
Rita Lindley Araújo	-	-	-	-	
				<u>4.285,10</u>	

As viaturas referidas, sendo predominantemente usadas por cada um dos membros do CA, não lhe estão diretamente afetas, fazendo parte de uma "pool" que é gerida em função das necessidades de serviço. Duas das viaturas são elétricas.

8. Aplicação do disposto no nº 2 do artº 16º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do artº 11º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A Agência tem todas as suas despesas devidamente documentadas.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março

Como referido no ponto 5 deste capítulo, a Agência elaborou em 2020 o relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens relativo ano de 2019. Dos dados apurados conclui-se que não existem discrepâncias relevantes entre os valores médios auferidos por homens e por mulheres.

10. Elaboração e divulgação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho datada de 1 de julho de 2009. Indicação quanto ao cumprimento do dever de comunicação do plano e do relatório ao Conselho de Prevenção da Corrupção

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em vigor foi revisto em 2020 e aprovado pelo Conselho de Administração da Agência no dia 30 de setembro.

A AICEP tem apresentado anualmente um relatório identificativo das ocorrências dos factos relativos a corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, etc. previstos na alínea a) do nº 1 do artº 2º da Lei nº 54/2008, de 4 de setembro. O Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Gestão de Conflitos de Interesses relativo ao exercício de 2019 foi aprovado superiormente a 30 de setembro de 2020. O relatório de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração a 23 de junho de 2021. O relatório de 2021 encontra-se em elaboração para



ser aprovado no 1º semestre de 2022. O Plano está disponível no site da entidade, bem como o último relatório de 2020.

A Agência comunica o plano e o relatório ao Conselho de Prevenção da Corrupção.

11. Orientações sobre as normas da contratação pública

A AICEP tem vindo a cumprir as normas da Contratação Pública, tendo inclusivamente estabelecido procedimentos internos para aplicação das mesmas. Na aplicação das normas da contratação pública a AICEP norteia-se pelos princípios da igualdade, da não discriminação e da transparência.

O Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (9ª alteração ao Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), que introduziu alterações relevantes ao Código dos Contratos Públicos, tendo em vista a transposição de diversas diretivas europeias, entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018. A AICEP adaptou desde então os seus procedimentos internos, nomeadamente através da disponibilização de diversas minutas para os procedimentos de contratação pública preparadas pela área jurídica. Em 2019 foi efetuada nova atualização, tendo em vista garantir adequação à legislação em vigor, a uniformização na aplicação dos mesmos por parte das diversas áreas intervenientes, a celeridade dos processos, o correto registo nas plataformas legalmente exigidas e a possibilidade de os procedimentos existentes serem objeto de auditoria. Os processos aquisitivos da Agência foram, na altura, centralizados na área de compras. Essa centralização foi reforçada em novembro de 2021 com a criação da Central de Compras, tendo-lhe sido atribuídas competências adicionais.

Ao longo do ano 2021 a AICEP publicitou 113 procedimentos na plataforma acinGov ou através de outros meios. Doze dos procedimentos acabaram por, entretanto, serem revogados por exclusão de todos os concorrentes, suspensos ou ficarem sem efeito. Dos restantes 101 procedimentos, 56 foram ajustes diretos, 21 foram consultas prévias, 23 foram concursos públicos (ou internacionais) e um concurso de conceção simplificado. O valor de adjudicação a 31 de dezembro dos procedimentos através de concursos públicos ascende a 5,9 milhões de euros, das consultas prévias ascende a 926 mil de euros e de ajuste direto ascende a 1,17 milhões de euros, todos os valores sem IVA. Alguns procedimentos não foram ainda adjudicados. Nenhum dos contratos foi adjudicado por um valor superior a 5 milhões de euros; foram sujeitos ao visto prévio do Tribunal de Contas dois contratos na sequência de concursos públicos, sendo que foi também sujeito a visto uma adenda ao contrato inicial já visado.

Relativamente ao modo como foram aplicadas as normas nas empresas em que a AICEP participa maioritariamente (AICEP Global Parques), refira-se que a AICEP Global Parques aplica as normas vigentes.

12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A AICEP pode fazer a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas, mas optou por não o fazer tendo, contudo, presente esta possibilidade e adotado sempre uma postura de racionalização dos seus recursos financeiros na aquisição de bens e serviços.



13. Cumprimento das medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais, previstas no artº 158 do Decreto-Lei n. 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019)

No que respeita ao rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, conforme previsto no artº 158 do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (EBITDA para o Setor Empresarial do Estado) foi solicitada autorização para a sua substituição por um novo indicador de Eficiência Operacional dada que aquele não tem significado no caso da AICEP face a natureza da sua atividade. Por despacho favorável do Secretário de Estado do Tesouro, de 3 de julho de 2018, (nº.521/2018-SET) exarado no âmbito aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2018, foi a AICEP autorizada a utilizar um novo indicador para o triénio 2018-2020, que possa medir melhor a eficiência operacional da AICEP. No PAO 2021 foi solicitado o seu prolongamento para o triénio 2021-2023.

O indicador proposto é construído da forma abaixo referida e tem como ano base o ano de 2016:

Indicador de Eficiência = 55% x Indicador de eficiência da Sede + 45% x Indicador de eficiência da Rede

- Indicador de eficiência da Sede

$30\% \times (GOS_n / IA_n) / (GOS_{2016} / IA_{2016}) + 30\% \times (GOS_n / PI_n) / (GOS_{2016} / PI_{2016}) + 40\% \times (1 - TR_n) / (1 - TR_{2016})$

- Indicador de eficiência da Rede

$33\% \times (GOR_n / XR_n) / (GOR_{2016} / XR_{2016}) + 67\% \times (QMR_n) / (QMR_{2016})$

Em que:

GO - Gastos Operacionais (S-Sede; R-Rede)

IA - Investimento em acompanhamento na Agência (ano do contrato)

PI - Investimento de Internacionalização em acompanhamento na Agência (ano do contrato)

TR - Taxa de reembolso

XR - Exportações de bens para mercados da Rede

QMR - Quota de mercado das exportações de bens (mercados da Rede) (em n é n-1)

n - Ano n

Notas:

- Gastos operacionais = FSE + Gastos com Pessoal (sem indemnizações)

- Taxa de reembolso é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores inclusive, ou seja, n, n-1 e n-2

- Quota de mercados das exportações de bens é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores (n-1, n-2, n-3)

- Investimento em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):

- Projetos QREN ainda pendentes – 20%



- Projetos PT 2020 – 70%
- Contratos de benefícios fiscais – 10%
- Investimento dos Projetos de Internacionalização em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):
 - Projetos QREN ainda pendentes – 20%
 - Projetos PT 2020 – 80%

Abaixo apresentam-se os valores para o novo indicador calculado para os anos de 2012 a 2020 e estimado para o ano de 2021 e seguintes, excluindo despesas com EXPO2020DUBAI e promoção do Turismo de Portugal:

Ano	Indicador de eficiência da Sede	Ponderação	Indicador de eficiência da Rede	Ponderação	Indicador de Eficiência total
2012	314%	55%	109%	45%	221,61%
2013	212%	55%	105%	45%	163,41%
2014	168%	55%	100%	45%	137,64%
2015	135%	55%	99%	45%	118,89%
2016	100%	55%	100%	45%	100,00%
2017	89%	55%	98%	45%	92,95%
2018	73%	55%	98%	45%	84,20%
2019	72%	55%	98%	45%	83,48%
2020	62%	55%	101%	45%	79,81%
2021	62%	55%	100%	45%	79,29%
2022	53%	55%	109%	45%	78,40%
2023	48%	55%	103%	45%	72,45%

nota: sem Expo e Turismo

Conforme se pode verificar no quadro acima, o Indicador da Agência apresenta uma ligeira redução quando comparado com o ano anterior (2019 Vs 2020), cumprindo assim o objetivo deste se reduzir todos os anos.

Para cada um dos indicadores da Sede e da Rede, os dados são os seguintes (exclui Expo2020 e Turismo de Portugal).



Indicador de Eficiência da Sede

Ano	Gastos Operacionais na Sede	Investimento em acompanhamento	Investimento em Acompanhamento (QREN pendentes)	Investimento em Acompanhamento (PT 2020)	Investimento em Acompanhamento (BF)	KPI (A)
2012	16.047.078,79	722.388.918,41	3.611.944.592,03	0,00	0,00	270%
2013	15.633.454,29	865.186.119,28	4.325.930.596,39	0,00	0,00	219%
2014	15.374.844,41	1.050.956.410,67	5.254.782.053,35	0,00	0,00	178%
2015	16.205.353,68	1.177.558.535,97	5.254.782.053,35	180.860.179,00	0,00	167%
2016	15.905.537,48	1.931.798.671,54	5.254.782.053,35	997.908.090,58	1.823.065.974,61	100%
2017	14.843.090,19	2.070.938.809,77	4.218.055.839,15	1.490.180.316,46	1.842.014.204,19	87%
2018	15.946.785,78	2.568.263.373,19	3.936.673.190,52	2.236.456.734,38	2.154.090.210,17	75%
2019	17.901.028,00	2.720.190.568,51	3.369.949.353,07	2.586.456.734,38	2.356.809.838,28	80%
2020	16.683.719,17	2.836.832.769,47	2.627.016.577,07	2.936.456.734,38	2.559.097.399,93	71%
2021	19.415.000,00	3.020.940.269,46	2.609.517.487,65	3.286.456.734,38	1.985.170.578,59	78%
2022	24.830.805,00	3.148.202.538,24	2.042.837.461,32	3.636.456.734,38	1.941.153.319,09	96%
2023	21.951.150,00	3.226.215.129,11	1.328.851.456,96	3.986.456.734,38	1.699.251.236,52	83%

Ano	Projetos de Internacionalização Acompanhamento	Projetos Internacionalização Acompanhamento (PT2020)	Projetos Internacionalização Acompanhamento (QREN)	KPI (B)
2012	123.828.689,77	0,00	619.143.448,85	704%
2013	201.241.178,61	0,00	1.006.205.893,04	422%
2014	233.710.191,72	0,00	1.168.550.958,62	357%
2015	477.614.723,70	353.525.289,60	973.972.460,09	184%
2016	863.586.206,23	860.476.958,53	876.023.197,03	100%
2017	1.223.368.464,04	1.354.977.301,06	696.933.115,96	66%
2018	1.574.602.946,03	1.805.358.355,47	651.581.308,29	55%
2019	1.728.696.995,48	2.094.741.528,32	264.518.864,10	56%
2020	1.907.299.760,94	2.384.124.701,18	0,00	47%
2021	2.138.806.299,23	2.673.507.874,03	0,00	49%
2022	2.370.312.837,51	2.962.891.046,89	0,00	57%
2023	2.601.819.375,79	3.252.274.219,74	0,00	46%

Ano	Taxa de reembolso - Média Móvel a 3 anos	KPI (C)	Indicador de Eficiência Eficiência Sede
2012	89%	55%	314%
2013	91%	48%	212%
2014	96%	20%	168%
2015	86%	74%	135%
2016	81%	100%	100%
2017	80%	107%	89%
2018	84%	84%	73%
2019	88%	77%	72%
2020	92%	67%	62%
2021	93%	60%	62%
2022	98%	18%	53%
2023	97%	23%	48%



Indicador de Eficiência da Rede

Ano	Gastos Operacionais na Rede Externa	Exportações de bens - mercados da rede externa (€)	Taxa de crescimento das exportações	KPI A	Quota de mercado de bens	KPI B	Indicador de eficiência da Rede
2012	13.021.810,60	41.222.374.202,00	0%	112%	0,36%	107%	109%
2013	12.682.774,92	43.182.797.260,00	5%	104%	0,37%	105%	105%
2014	11.492.575,96	43.984.958.312,00	2%	92%	0,37%	104%	100%
2015	12.122.879,05	45.620.136.424,00	4%	94%	0,38%	102%	99%
2016	13.045.153,30	46.100.512.638,00	1%	100%	0,39%	100%	100%
2017	13.861.977,88	50.242.412.604,00	9%	98%	0,39%	99%	98%
2018	14.233.895,98	52.624.765.378,00	5%	96%	0,39%	100%	98%
2019	15.092.085,53	54.195.740.822,00	3%	98%	0,40%	98%	98%
2020	14.674.692,52	45.694.048.300,00	-19%	113%	0,41%	95%	101%
2021	15.275.000,00	48.892.631.681,00	7%	110%	0,41%	95%	100%
2022	20.393.746,00	52.315.115.898,67	7%	138%	0,41%	95%	109%
2023	18.694.200,00	55.977.174.011,58	7%	118%	0,41%	95%	103%

Apresenta-se abaixo o indicador de eficiência considerando a totalidade dos gastos, designadamente a Promoção do Turismo e Expo:

Ano	Indicador de eficiência da Sede	Ponderação	Indicador de eficiência da Rede	Ponderação	Indicador de Eficiência total
2012	314%	55%	109%	45%	221,61%
2013	212%	55%	105%	45%	163,41%
2014	168%	55%	100%	45%	137,64%
2015	135%	55%	99%	45%	118,89%
2016	100%	55%	100%	45%	100,00%
2017	89%	55%	98%	45%	92,95%
2018	73%	55%	98%	45%	84,20%
2019	75%	55%	98%	45%	85,59%
2020	71%	55%	105%	45%	85,97%
2021	69%	55%	106%	45%	85,41%
2022	56%	55%	118%	45%	83,99%
2023	45%	55%	110%	45%	74,23%

nota: com Expo e Turismo

De notar o efeito nas exportações previstas para o ano de 2020 resultante do período de pandemia COVID 19. O indicador para os valores efetivos do ano 2021 encontra-se em apuramento dada a sua complexidade.

Através do Despacho Conjunto do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e do Sr. Secretário de Estado da Internacionalização, de 1 de junho de 2021, exarado no âmbito da aprovação do Plano de Atividade e Orçamento de 2021, foram aprovadas as seguintes medidas: incorporação de 10 novos colaboradores; aumento de 1,438 milhões de euros, face ao estimado para 2020, dos gastos com o pessoal, devendo ser considerada ainda a redução decorrente dos termos da autorização anterior; aquisição de viaturas operacionais apenas para substituição das três viaturas que vão ser abatida; aumento do conjunto de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, face a 2020, limitando o aumento a 651 mil euros.



Apresenta-se de seguida o quadro com a evolução dos gastos operacionais:

Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

PRC	2021		2020		2021/2020	
	Exec.	2021 Orç.	Exec.	Exec.	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	3.102	1.604	-1.981	-5.206	5.083	257%
(1) CMVMC	-	-	-	-	-	-
(2) FSE	10.906	19.432	11.228	9.687	-323	-3%
(3) Gastos com o pessoal	26.826	28.295	26.180	25.004	646	2%
i. Indemnizações pagas por rescisão	30	30	6	15	24	422%
ii. Valorizações remuneratórias	0	200	37	0	-37	-
iii. Impacto aplicação dos IRCT	0	0	0	0	0	-
(4) Gastos com o pessoal sem os efeitos i. ii e iii	26.796	28.065	26.138	24.988	658	3%
(5) Impacto da pandemia por Covid 19 nos gastos operacionais ^{a)}	18		63		-45	-71%
(6) Gastos Operacionais p/ efeitos apuram. eficiência op. (1)+(2)+(3)-(5)	37.714	47.727	37.346	34.691	2.655	1%
(7) Volume de negócios (VN)	-	-	-	-	-	-
Subsídios à exploração						
Indemnizações compensatórias						
(8) Perda da receita decorrente da pandemia por Covid 19 ^{a)}						
(9) Volume de negócios para efetivo apuramento da efic. op. (7)+(8)						
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	-	-	-	-	-	-
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	858	2.120	446	1.602	412	92%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	36	92	20	88	16	79%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	51	377	51	70	0	0%
Total = (i) + (ii) + (iii)	946	2.589	518	1.761	428	83%
(10) Encargos contratação de estudos, pareceres, projetos e consult.	660	3.378	774	517	-114	-15%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	495	516	487	470	8	2%
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	5	5	5	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	88	90	81	73	7	9%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	402	421	401	392	1	0%
N.º Trabalhadores/N.º CD	4,57	4,68	4,95	5,37	0	-8%
Nº de viaturas	29	34	30	30	-1	-3%

valores: mil euros

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia Covid 19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos Covid-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável)

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

nota: o volume de negócios não tem significado para a Aicep dada a natureza da prestação de serviços da Agência.

14. Indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no nº 7 do artº 49º do DLEO 2019 relativo à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

As aquisições da AICEP não se encontram abrangidas pelo requisito decorrente do disposto no número 2 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, uma vez que não estamos perante matéria económico-financeira ou jurídica, de natureza eminentemente estratégica, pelo que não carecem de consulta à PARPÚBLICA, S.A.



15. Cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado conforme previsto no artº 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, no artº 160 da Lei n.º 2/2020 de 31 de março (LOE para 2020) e no artº 115 do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO2019)

A quase totalidade das disponibilidades da Agência está depositada no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.).

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	174.989.767,16	166.305.487,33	158.942.002,33	69.844.893,38
Aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	118.000.000,00
Total	174.989.767,16	166.305.487,33	158.942.002,33	187.844.893,38

A AICEP solicitou a dispensa parcial do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, tendo obtido autorização através do ofício do IGCP SGC – 1889/2020, de 31 de dezembro, para 2020 e 2021. As exceções são as contas bancárias das delegações da AICEP no exterior, onde o IGCP não opera; as contas bancárias que tenham a custódia de títulos que não sejam de dívida pública; as garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados; as contas necessárias aos débitos diretos; reforço de um PPR a qual deve sempre apresentar saldo nulo ou igual ao valor da poupança desse mês. A autorização parcial de dispensa foi carregada do SIRIEF.

Abaixo encontra-se quadro com as disponibilidades na banca comercial e os rendimentos obtidos.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Banco Português de Investimento	10,46	64,46	118,46	172,46
Caixa Geral de Depósitos	46.003,48	64.658,11	2.575.609,00	49.566,29
Banca no estrangeiro (várias contas)	2.628.984,49	3.180.898,78	3.332.053,27	2.201.009,27
Total	2.674.998,43	3.245.621,35	5.907.780,73	2.250.748,02
Juros auferidos** / ***				18,44
				18,44

valores em euros

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras.

** Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2021) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

*** devido às contas da rede externa da Agência por vezes se encontrar desfasada das datas de fecho mensal, o montante da entrega dos juros trimestral pode não corresponder ao montante auferido mensal havendo passagem de valores entre meses.



A AICEP entrega ao Estado os juros auferidos no final do exercício, após o encerramento das contas. Os juros auferidos em cada trimestre de 2021 foram depositados no IGCP no dia 31 de março de 2022.

16. Divulgação de recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e respetivo resultado

Em meados de 2018 o Tribunal desencadeou uma auditoria ao Modelo de recuperação de dívidas dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020. Em fase de contraditório, a AICEP teve oportunidade de expor os procedimentos adotados no caso concreto de um projeto cujo beneficiário procedeu à devolução do incentivo e houve necessidade de se efetuar a sua reposição à ADC. No relatório final produzido pelo Tribunal a 28 de novembro de 2018 (Relatório N.º 16/2018-2ª Sessão), foram feitas diversas recomendações à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC) e às Autoridades de Gestão do POCL e dos PO Regionais do Continente (nenhuma dirigida à AICEP).

Em 2018 o Tribunal de Contas iniciou um processo de verificação a dez contratos de aquisição de serviços celebrados nos anos de 2012 a 2016 pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (Relatório N.º 1/2018-ARF-1ª Sessão). O relatório final foi remetido à Agência no final de 2018, tendo a AICEP enviado, no início de 2019, ao Tribunal de Contas observações ao mesmo.

Durante os anos de 2020 e 2021 não ocorreram auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas à AICEP.

17. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

A AICEP respeita o Princípio da Igualdade do Género, conforme n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro. A repartição do seu pessoal é equilibrada entre homens e mulheres; a 31 de dezembro de 2021 o efetivo é no total de 495, em que 197 do género masculino e 298 género feminino. No que respeita às chefias, incluindo a Administração, à mesma data a AICEP possuía 47 do género masculino e 45 do género feminino (o órgão de administração possui 2 membros masculinos e 3 femininos – cumprindo a recomendação da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto). Verifica-se, assim, a existência de uma presença plural de mulheres e de homens em cargos diretivos, resultante da aplicação de uma política interna para a igualdade de género.

O Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, estabelece os procedimentos para a realização das comunicações sobre composição dos órgãos de gestão e fiscalização e planos de igualdade. A AICEP tem respondido ao que lhe é solicitado.

A AICEP possui um Código para a Prevenção e Combate à Prática de Assédio e Discriminação no Trabalho em que se salvaguarda a igualdade de género, prevendo-se que os seus destinatários se devam abster de adotar comportamentos discriminatórios em relação aos demais, sejam colaboradores ou terceiros. Inclui discriminação com base na raça, género, idade, incapacidade física, orientação sexual, opinião, ideologia política e religião. O conselho de administração deve proporcionar um ambiente de trabalho que valorize a inexistência de qualquer tipo de assédio e de discriminação, estimulando a assunção de uma cultura saudável, segura e cordial no local de trabalho.

**18. Elaboração e divulgação da Demonstração não financeira**

A Demonstração não financeira não se apresenta como obrigatória à AICEP dado que a Agência não é uma Entidade de Interesse Público (artº 3.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro - Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria) e o impacto da sua atividade nas questões sociais, ambientais e relativas aos trabalhadores é reduzido.

19. Apresenta-se quadro com a informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado a 31 de dezembro

Informação a constar no Site do Setor Empresarial do Estado	Divulgação	
	S/N/N.A.	Data Atualização
Estatutos	S	08-10-2015
Caracterização da Empresa	S	09-04-2010
Função de tutela e acionista	S	06-12-2019
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	02-08-2019
- Identificação dos órgãos sociais	S	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	
- Identificação das funções e respons. dos membros do Conselho de Administração	S	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	
Esforço Financeiro Público	S	02-08-2019
Ficha Síntese	S	04-09-2019
Informação Financeira histórica e atual	S	04-09-2019
Princípios de Bom Governo	S	04-09-2019
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	
- Outras transações	S	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	
Económico	S	
Social	S	
Ambiental	S	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	
- Código de ética	S	

**Apêndice 1 - Cumprimento das orientações legais – divulgação de informação****Conselho de Administração**Mandatos

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO (2)			N.º Total Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade Origem	Ent. Pag. (O/D)	Data e forma	
2020/22	Presidente	Luís Castro Henriques	Desp.12638-A	29-12-20	Sim	EDP	D	D.12638-A	3
2020/22	Vogal Execut.	Madalena Oliveira e Silva	Desp.12638-A	29-12-20	Sim	AICEP	D	D.12638-A	2
2020/22	Vogal Execut.	João Paulo Salazar Dias	Desp.12638-A	29-12-20	Não			D.12638-A	2
2020/22	Vogal Execut.	Francisca Guedes de Oliveira	Desp.12638-A	29-12-20	Não			D.12638-A	1
2020/22	Vogal Execut.	Rita Lindley Araújo	Desp.12638-A	29-12-20	Sim	AICEP	D	D.12638-A	1

(1) indicar Resolução (R)/Assembleia Geral (AG)/Decisão Unânime por Escrito (DUE)/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP;
indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Aplicação do Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Represent.
Luís Castro Henriques	N	-	5.343,70	1.945,73
Madalena Oliveira e Silva	N	-	5.075,68	1.556,58
João Paulo Salazar Dias	S	B	3.891,46	1.556,58
Francisca Guedes de Oliveira	S	B	3.891,46	1.556,58
Rita Lindley Araújo	N	-	4.040,13	1.556,58

Remunerações auferidas

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remun. (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Luís Castro Henriques	98.154,49		98.154,49	4.692,14	93.462,35
Madalena Oliveira e Silva	89.723,48		89.723,48	4.486,76	85.236,72
João Paulo Salazar Dias	73.159,40		73.159,40	3.657,94	69.501,46
Francisca Guedes de Oliveira	73.208,69		73.208,69	3.657,94	69.550,75
Rita Lindley Araújo	75.290,07		75.290,07	3.762,10	71.527,97
			409.536,13	20.256,90	389.279,23

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Benefícios Sociais auferidos

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identif.	Encargo Anual			Identificar	Valor
Luís Castro Henriques	9,00	1.521,00	SS	22.363,96	748,70	Ac. pess. e Trab.	623,80	
Madalena Oliveira e Silva	9,00	1.836,00	SS	20.448,64	748,70	Ac. pess. e Trab.	572,74	
João Paulo Salazar Dias	4,77	1.068,48	SS	16.506,54	748,70	Ac. pess. e Trab.	472,43	
Francisca Guedes de Oliveira	4,77	954,00	SS	16.574,05	748,70	Ac. pess. e Trab.	472,73	
Rita Lindley Araújo	9,00	1.971,00	SS	17.059,13	748,70	Ac. pess. e Trab.	485,33	
		7.350,48		92.952,32	3.743,50		2.627,03	

Acumulação de funções

Os membros do conselho de administração não exercem, em simultâneo, cargos em outras empresas, com exceção da Dra. Rita Lindley Araújo que, desde 25 de junho de 2021, exerce o cargo de Presidente não Executivo do Conselho de Administração da AICEP Global Parques - Empresa de Gestão de Parques Industriais e Empresariais, empresa participada pela AICEP, cargo não remunerado. Não se verificaram outros casos de acumulação de funções noutras entidades.

Viaturas e encargos

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração Contrato	Valor de referência da viatura	Modali- dade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual Rendas	Prestações Contratuais Remanesc.
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identif.]			[€]	[€]	(N.º)
Luís Castro Henriques	S	N	28.054,05	aquis.	-	-	-	-	-
Madalena Oliveira e Silva	N	N	-	-	-	-	-	-	-
João Paulo Salazar Dias	S	N	30.750,00	aquis.	-	-	-	-	-
Francisca Guedes de Oliveira	S	N	30.750,00	aquis.	-	-	-	-	-
Rita Lindley Araújo	N	N	-	-	-	-	-	-	-

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

As viaturas referidas, sendo predominantemente usadas pelos utilizadores indicados, não lhe estão diretamente afetas, fazendo parte de uma "pool" que é gerida em função das necessidades de serviço.

Gastos com deslocações em serviço

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	Gasto total com viagens (Σ)
Luís Castro Henriques	36.655,56	11.302,23	4.006,09	Refeições	3.292,81	55.256,69
Madalena Oliveira e Silva	20.619,32	5.421,25	1.137,41	Refeições	493,74	27.671,72
João Paulo Salazar Dias	1.076,39	400,43	659,68	Refeições	228,38	2.364,88
Francisca Guedes de Oliveira	18.720,15	5.636,53	2.294,99	Refeições	1.409,08	28.060,75
Rita Lindley Araújo	5.993,21	2.793,06	611,41	Refeições	659,68	10.057,36
						<u>123.411,40</u>

(*) A maioria dos gastos referem-se a deslocações ao estrangeiro relacionadas com a atividade de promoção no âmbito da diplomacia económica, que a AICEP desenvolve com vista à internacionalização da economia portuguesa, de acordo com a missão, objeto e atribuições definidos estatutariamente

**Fiscalização****Conselho Fiscal**Mandatos

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estat. Rem. Fixado Mensal	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2021-23	Presidente	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	Desp. conj.	26-02-2021	1.362,01	1
2021-23	Vogal Efetivo	Maria da Nazaré Mendonça Luis Barbosa Campos Vilar	Desp. conj.	26-02-2021	1.021,51	1
2021-23	Vogal Efetivo	José Manuel Cristóvão Veríssimo	Desp. conj.	26-02-2021	1.021,51	1
2021-23	Vogal Suplente	Abel Cubal Tavares de Almeida	Desp. conj.	26-02-2021	1.021,51	1

Número estatutário de membros: 5

Fiscal ÚnicoMandatos

O fiscal único manteve-se em funções até 16/11/2021, desempenhando funções de revisor oficial de contas da Agência.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		
		Nome	Nº de insc. na OROC	Nº Registo na CMVM
2013-15	Fiscal único	Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus	1338	20160948
2013-15	Fiscal único supl.	António Magalhães e Carlos Santos, SROC	-	-

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Identificação SROC/ROC Nome	Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus	Desp. 711/14	16-01-14	24-05-14	8	8
António Magalhães e Carlos Santos, SROC	Desp. 711/14	16-01-14	-	14	14

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Contrato de prestação de serviços

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus	17.336,40	1.733,64	15.602,76

Nome ROC/FU	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus	N/A			

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, SROC, Lda.	725/966	1122	13-01-22	Exerc. 2021I	15	15

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda.	14.833,33		14.833,33

Nome Auditor Externo	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda.	N/A			

Apêndice 2 - Cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação / Refª Relat.
Objectivos de Gestão	N.A.		
Objetivo de gestão 1 ^(a)			
Objetivo de gestão 2 ^(a)			
Objetivo de gestão 3 ^(a)			
Metas a Atingir constantes no PAO 2021	S	100%	
Investimento			
Nível de endividamento			
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	100%	
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.		
Evolução do PMP a fornecedores	S	5	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	0	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	S		
Recomendação 1			
Recomendação 2			
Reservas emitidas na última CLC	S		
Reservas 1			
Reservas 2			
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	20.257 euros	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A.		
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)	N.A.		
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		



Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação / Refª Relat.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	link (c)	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	nº: 2; 2.624.000	euros (s/ iva)
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	NA		
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Ponto 13	
Contratação de estudo, pareceres, projetos e consultoria (artº 49º do DLEO 2019)	S	Ponto 14	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	0%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	2.250.748,02	euros
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	18,44	euros
		entregue a mar.22	
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)	S		
Recomendação 1			
Recomendação 2			
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	S		
Apresentação da demonstração não financeira	NA		

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

(c) https://www.portugalglobal.pt/PT/sobre-nos/conduta-etica/Documents/RAE_PGRCCI-2020.pdf

Análise às contas do exercício

Situação económica e financeira

Os documentos contabilísticos apresentados no último capítulo deste relatório, designadamente as Demonstrações Financeiras Individuais e respetivos anexo, reportados ao exercício de 2021 apresentam, só por si, uma visão clara, fiel e integral da situação económica e financeira da AICEP e da sua empresa participada. Neste capítulo pretende-se, tão só, apresentar resumidamente os principais movimentos ocorridos durante o ano. Para efeitos de comparação, reproduz-se, de seguida, a estrutura patrimonial da AICEP nos anos de 2021 e 2020.

Estrutura Patrimonial (mil Euros)

	31-12-2021	31-12-2020
ATIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	1.326	1.272
Propriedades de investimento	40	41
Ativos intangíveis	2.970	2.427
Participações financeiras	36.124	35.747
Outros ativos financeiros	27.834	32.207
Outras contas a receber	4	4
ATIVO CORRENTE		
Clientes, contribuintes e utentes	1.515	1.046
Estado e outros entes públicos	93	99
Outras contas a receber	5.710	8.281
Diferimentos	1.368	457
Caixa e depósitos	190.103	182.940
Total do Ativo	267.087	264.521
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património / Capital	114.928	114.928
Prémios de emissão	57.950	57.950
Reservas	-36	-36
Resultados transitados	-53.801	-51.302
Ajustamentos em ativos financeiros	1.849	1.732
Excedentes de revalorização	206	214
Outras variações no património líquido	1.167	735
Resultado líquido do período	2.583	-2.371
Total do Património Líquido	124.178	121.850
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões	4.768	4.510
Passivos por impostos diferidos	19	19
Outras contas a pagar	131.489	131.502
Diferimentos	400	400
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	100	107
Estado e outros entes públicos	1.073	791
Outras contas a pagar	3.202	3.552
Diferimentos	1.190	1.789
Total do Passivo	142.241	142.671
Total do Património Líquido e do Passivo	267.087	264.521



No que se refere ao ativo não corrente há a salientar uma variação negativa sofrida a nível dos investimentos financeiros tal como descrito a seguir.

Embora em sentido contrário é de salientar que a participação de 91,185% na AICEP Global Parques, relevada nas contas por aplicação do método da equivalência patrimonial registou um acréscimo de cerca de 376 mil Euros, pela conjugação do registo positivo de 2.962 mil Euros, correspondente ao resultado líquido da empresa em 2019 ponderado pela percentagem de participação na empresa e redução de 2.586 mil Euros relativos à distribuição, em 2019, de dividendos do exercício de 2018.

Já no que diz respeito aos outros ativos financeiros, houve lugar à redução de capital no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento, que se traduziu numa diminuição de 4.693 mil Euros. Houve ainda ajustamentos às imparidades do valor das U.P. dos fundos de capital de risco detidas pela AICEP que, no seu conjunto, contribuíram com um valor positivo de 303 mil Euros, pelos contributos do ajustamento no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento no valor de cerca de 601 mil Euros e em sentido contrário, reforço da imparidade no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand e no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização, respetivamente no montante de 278 mil Euros e de 20 mil Euros. Note-se que o valor de 27.834 mil Euros, relativo ao saldo dos outros ativos financeiros, em 2021, inclui o valor da participação no FINOVA, no montante de 6.821 mil Euros, que passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta “Outros credores”. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

No ativo corrente importa destacar a diminuição das contas a receber, num total de 2.571 mil Euros, originado fundamentalmente pela redução dos acréscimos de rendimentos correspondentes a candidaturas apresentadas e cofinanciadas no âmbito do Programa INOV Contacto (2.288 mil Euros) e com os projetos próprios – SIAC (636 mil Euros).

Pela sua importância, 71% do total do Balanço, o valor de depósitos bancários e caixa merece também uma explicação. Neste momento a AICEP tem à sua guarda os valores resultantes dos reembolsos e das devoluções das empresas que foram destinatárias de incentivos no âmbito do Sistema de Incentivos PRIME que, em 31 de dezembro de 2021 ascendiam a quase 116 milhões de Euros. O remanescente engloba fundos próprios da AICEP. Tal como pode ser constatado, os depósitos bancários sofreram uma variação positiva de 7.163 mil Euros. Para além dos gastos normais da Agência, contribuíram também pagamentos de incentivos no âmbito do PT2020 num montante de 7 milhões de Euros. Por outro lado, em sentido contrário, destacam-se os recebimentos de 11,5 milhões de Euros do IAPMEI, 11 milhões de Euros do TdP e 6,26 milhões de Euros do FRI – Fundo para as Relações Internacionais (inclui 5 milhões de Euros referente à participação portuguesa na Expo 2020 Dubai) e ainda a recebimento relativo à redução de capital no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento no montante de 4.693 mil Euros.



As rubricas que integram o Património Líquido mantiveram-se estáveis relativamente a 2020, sendo apenas de realçar o montante de 1.167 mil Euros referentes ao registo de subsídios ao investimento no âmbito do SAMA e PRR.

Embora apenas com um peso de menos de 3,5% do passivo não corrente, o valor das provisões aumentou 257 mil Euros. Tal como consta detalhadamente dos documentos anexos às contas, procedeu-se à sua atualização com base nas ocorrências de 2021, passando no final do ano para um total de 4.768 mil Euros.

A restante percentagem do passivo não corrente, corresponde fundamentalmente à expressão, no passivo, da qualidade da AICEP enquanto intermediária na gestão de fluxos financeiros derivados da aplicação do SIPRIME. Assim, as explicações dadas a propósito dos depósitos bancários têm pleno cabimento na análise desta rubrica.

Relativamente aos diferimentos, de salientar que estão registados 400 mil Euros recebidos do MNE correspondente a uma parcela das receitas dos emolumentos cobrados no âmbito das autorizações de residência para atividade de investimento (ARI) destinados a atividades de diplomacia económica envolvendo a rede externa.

No que se refere ao passivo corrente, merecem registo as rubricas de outras contas a pagar e de diferimentos. A redução na primeira rubrica, diz respeito fundamentalmente ao valor pago em 2021 do acréscimo registado em 2020, relacionado com trabalhos de decoração na Expo 2020 Dubai.

Relativamente aos diferimentos, o decréscimo face a 2020 prendeu-se basicamente com o registo de 5.824 mil Euros em rendimentos do exercício, sendo que no corrente ano foram apenas recebidos 5 milhões de Euros do FRI – Fundo para as Relações Internacionais, referentes à participação portuguesa na Expo 2020 Dubai. Em sentido contrário há que salientar o registo do diferimento de 250 mil Euros, conforme se explica adiante.

Refira-se que não se registam alterações significativas no total do balanço. Apresenta-se de seguida quadro resumo com a composição do resultado do grupo:

Composição do Resultado do Grupo AICEP (mil Euros)

	2021	2020
Resultados sem participadas e fundos	-702	-4.276
Resultados relativos às participadas e fundos		
Contribuição da AICEP Global Parques	2.982	2.722
Imparidades de participações financeiras e outros ativos financeiros	303	-817
Resultado Líquido do Grupo	2.583	-2.371

Como se pode constatar no quadro anterior, o resultado da atividade da AICEP foi cerca de 730 mil Euros negativos, o que, após consolidação com o resultado das suas participações financeiras, corresponde a cerca de 2.583 mil Euros positivos.

Interessa, agora, analisar a formação do resultado líquido da AICEP em função da evolução dos respetivos rendimentos e gastos.



Relativamente a 2020, os rendimentos alcançados em 2021 diminuíram em cerca de 7% para um total aproximado de 41,9 milhões de Euros.

A componente fundamental dos rendimentos teve origem nos pagamentos do IAPMEI e do Turismo de Portugal, conforme estabelecido na Lei do Orçamento para 2021 e que contribuíram com cerca de 53% do total. No caso do Turismo de Portugal, foram transferidos para a AICEP 11 milhões de Euros, no entanto, para efeitos de circularização, este instituto referiu que apenas 10.750 mil Euros eram a título de comissão de gestão, sendo os restantes 250 mil Euros uma verba que a AICEP estaria devedora. Dado que a AICEP reconhece qualquer dívida perante o Turismo de Portugal, por uma questão de prudência, foi diferido este montante. Para além destes, a AICEP obteve rendimentos com origem em fontes diversificadas, como sejam, o FRI Fundo para as Relações Internacionais, Turismo de Portugal (Protocolo) e verbas comunitárias.

No que se reporta a gastos, a AICEP incorreu em cerca de 39,2 milhões de euros repartidos, na sua grande parte, por encargos com o pessoal (68%) e fornecimentos e serviços externos (28%).

Por outro lado, relativamente aos gastos operacionais, regista-se um aumento relativamente a 2020 na ordem dos 0,9%, fundamentalmente na categoria de gastos com pessoal (2%). Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, apesar do forte aumento verificado na área de promoção da Agência (mais 1,2 milhões de Euros face ao ano anterior marcado pela pandemia COVID-19), verificou-se uma redução desta rubrica (3%), fundamentalmente pelo decréscimo no valor dos gastos associados à Expo 2020 Dubai (817 mil Euros), nas despesas com funcionamento (510 mil Euros) e nas despesas com a promoção do turismo (menos 179 mil Euros face a 2020).

As contas consolidadas incluem no seu perímetro a AICEP Global Parques, empresa participada pela AICEP em 91,185%, considerada pelo método de Consolidação Integral.

Em termos consolidados manter-se-á, sensivelmente, a estrutura patrimonial do ano anterior, sendo que as alterações operadas são, fundamentalmente, determinadas pelas variações ocorridas na AICEP, E.P.E.

O resultado líquido consolidado apresentará a mesma expressão quantitativa do resultado líquido extraído das contas individuais.



Gestão de riscos da sociedade

A organização possui um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflito de Interesses onde se identificam os principais potenciais riscos de cada uma das áreas de atividade da Agência e respetivas medidas preventivas, estando em vigor a versão aprovada a 30 de setembro de 2020.

Os riscos da Agência foram definidos e classificados em função do grau de gravidade, probabilidade de ocorrência e reversibilidade. A maioria dos riscos foi classificado como “moderado” havendo medidas concretas em aplicação que previnem a sua ocorrência.

Dada a missão da AICEP enquanto entidade privilegiada de interação com o tecido empresarial, encontra-se suscetível a favorecer agentes económicos, negócios, investimentos, capazes de gerar corrupção e outras infrações.

No que respeita em concreto à atribuição de incentivos financeiros apontam-se riscos ao nível do favorecimento indevido dos promotores dos projetos, aplicação indevida da regulamentação e acesso a informação privilegiada e confidencial em benefício próprio. Adotar níveis decisórios sucessivos, sujeitos a controlo e supervisão interna e externa e assegurar o acesso restrito ao Sistema de Gestão Operacional em função dos perfis de utilizador e das respetivas operações são as principais medidas adotadas. Ações de controlo e auditoria internos são igualmente apontados.

A Agência atua ao nível dos custos de contexto e dos projetos classificados como de interesse nacional. A este nível, poderá igualmente existir o risco de favorecimento na qualificação dos projetos e da alteração legislativa em favor de determinado interesse económico. Aponta-se como medida preventiva o reforço do controlo e auditorias internas.

No que respeita à divulgação de informação (confidencial ou outra) detetou-se como potencial risco da sua difusão indevida e o encaminhamento de oportunidades de negócio detetadas para um número restrito de agentes, o que pode ser mitigado pelo estabelecimento de procedimentos relativos à utilização de informação confidencial, assegurar a transparência na difusão de informação e o reforço dos mecanismos de controlo interno.

Ao nível dos procedimento de contratação pública aponta-se o risco de favorecimento na seleção e contratação de fornecedores, que poderá ser reduzido através da implementação de termos de referência e critérios de pontuação nos cadernos de encargos claros, constituição de júris robustos e do reforço do controlo e auditorias internos.

Tendo em vista mitigar o risco de irregularidades identificados em cada uma das áreas de atividade importa em particular destacar a temática da segregação de funções que se tem revelado para a AICEP, com especial preocupação no modelo de gestão dos incentivos. As estruturas de administração executiva e de fiscalização encontram-se claramente segregadas ao nível dos órgãos máximos responsáveis pela gestão da Agência (risco de conflito de interesse). Este modelo é ainda aplicado a outros níveis de decisão. Assim, a distribuição de pelouros pelos membros do conselho de administração salvaguarda a segregação de funções sempre que a natureza das atividades desenvolvidas assim o determina. É o caso, designadamente, da administração dos incentivos a conceder às empresas em que há uma segregação de funções entre a análise e contratação, verificação e pagamento do incentivo (risco de fraude).



De referir ainda que no âmbito da prevenção do risco de conflitos de interesse foi aprovado pelo conselho de administração a 8 de setembro de 2020 uma versão revista do Código de Ética e Conduta da AICEP. Nesta âmbito, a unidade de recursos humanos solicitou a assinatura por parte de todos os colaboradores de uma declaração de aceitação onde se declara que se toma conhecimento do Código e assume o compromisso individual de dar cumprimento aos princípios e normas nele estabelecidos. O código estabelece regras para matérias como o sigilo profissional, proteção de dados pessoais, acesso a documentos, conflitos de interesse e incompatibilidades, ofertas, convites e benefícios similares, relações com entidades externas e proteção do ambiente. Em 2018 já tinha sido despoletada a subscrição de uma “Declaração de existência ou não existência de conflito de interesses”, incluindo a confirmação da leitura e compreensão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Conflito de Interesses. No âmbito das atribuições à AICEP de competências ao nível da gestão de incentivos enquadrados no Compete 2020 foi também solicitado, a todos os colaboradores afetos ao acompanhamento e gestão dos incentivos, a subscrição de uma “Declaração de Aceitação do Código de Ética e Conduta do COMPETE 2020”.

A AICEP tem apresentado anualmente um relatório identificativo das ocorrências dos factos relativos a corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, previstos na alínea a) do nº 1 do artº 2º da Lei nº 54/2008, de 4 de setembro. O Relatório de 2020 relativo ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infração Conexas foi aprovado superiormente a 23 de junho de 2021, como referido no ponto VI.A, cumprindo assim o n.º 1 do art.º 46.º do Decreto-Lei n.º 133/ 2013.

O relatório de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração a 23 de junho de 2021 e conclui que no decurso de 2020, não obstante a necessidade de assegurar o protocolo de segurança de saúde pública adotado no âmbito da situação epidemiológica, a AICEP zelou pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de prevenção dos riscos de corrupção, infrações conexas e de conflitos de interesses. Não se registaram casos associados a corrupção ou conflitos de interesses, nem indícios de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo. A área de Auditoria participou e envolveu outras áreas da Agência em ações de formação sobre estas temáticas, dinamizou ações internas de formação com outras áreas (temas de contratação pública) e, no âmbito do impacto da pandemia covid-19, articulou com outras áreas a divulgação constante de normativos às empresas portuguesas. Procedeu ainda à realização de auditorias internas a projetos com vista à vigilância da legalidade no que respeita à execução de projetos de investimento no âmbito do sistema de incentivos do PT 2020. Foi também realizada uma auditoria a um ponto de rede externa da Agência. Foram acompanhados processos de controlo de operações do COMPETE 2020 e dos Programas Operacionais Regionais, bem como do Tribunal de Contas Europeu (TCE) e IGF – Inspeção Geral de Finanças.

Em termos transversais à AICEP, refira-se que o risco financeiro a que a Agência possa estar sujeita (risco de taxa de juro, risco de crédito, risco cambial) é considerado praticamente inexistente. Em matéria fiscal, a AICEP está sujeita às alterações da legislação em vigor. Neste âmbito procura estar em contacto permanente com



os órgãos de fiscalização da Agência, o Auditor Externo, a Autoridade Tributária, o Ministério das Finanças e demais entidades externas de controlo e supervisão.

Um dos riscos com que a Agência se tem vindo a debater nos últimos anos é o da restrição à capacidade de renovação dos seus recursos humanos (risco de talento), uma vez que jovens colaboradores trazem dinamismo e novas ideias à estrutura e contribuem para a sustentabilidade da Agência enquanto dinamizador do progresso económico e do tecido empresarial português. Na sequência do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), previsto no artigo 25º da Lei do Orçamento do Estado para 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), aplicado a situações do pessoal que desempenhasse funções que correspondessem a necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, de disciplina ou direção e horário completo, sem o adequado vínculo jurídico, os trabalhadores da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado puderam regularizar o seu vínculo laboral com o Estado. Ao abrigo desta prerrogativa, a AICEP integrou 40 novos colaboradores no seu quadro de pessoal a partir do mês de junho de 2018. Em continuidade com esta política, em 2019 foram admitidos 31 novos colaboradores, em 2020 e 2021 foram admitidos, respetivamente, 12 e 14 colaboradores. Assim, considera-se que o risco de talento, nos três últimos anos, reduziu-se de forma considerável.

Em suma, a AICEP possui mecanismos gerais de prevenção ou mitigação de riscos de gestão, entre os quais se assinalam: (a) existência de um Código de Ética e Conduta, no respeitante às regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos Órgãos Sociais e pelos colaboradores no desempenho das funções profissionais que, em cada momento, lhes estejam confiadas; (b) estabelecimento de deveres de segredo profissional definidos nos Estatutos da Agência; (c) existência de um Manual de Procedimentos, assumido como principal suporte do Sistema de Gestão e de Controlo Interno; (d) existência de um acervo de Ordens de Serviço em vigor, que regulam a diversa atividade desenvolvida nas várias áreas, nomeadamente em matéria de património, aquisições de bens, normas de preenchimento e de validação de despesas, procedimentos para contratação pública (no âmbito do CPP) (e) e a existência de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e um relatório anual relativo ao cumprimento do mesmo.



Perímetro de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e da entidade por si controlada (AICEP Global Parques, SA), que apresenta as suas contas individuais em SNC (Sistema de Normalização Contabilística). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades.

A subsidiária é consolidada através do método de consolidação integral.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras da subsidiária, por forma a alinhar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo.

Todas as transações e saldos entre a Empresa e a subsidiária, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são anulados na totalidade no processo de consolidação.

O património líquido e o resultado líquido da subsidiária correspondente a interesses de terceiros (interesses que não controlam ou interesses minoritários) nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica “Interesses que não controlam”.

Os interesses que não controlam são inicialmente mensurados pela correspondente quota-parte no justo valor dos ativos líquidos adquiridos. Subsequentemente são ajustados pela correspondente quota-parte nas variações posteriores no capital próprio das subsidiárias.

Quando os prejuízos aplicáveis aos interesses que não controlam excedem os correspondentes interesses no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte não controlada dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Na redução dos interesses do Grupo em subsidiárias, qualquer diferença entre o justo valor da contraprestação recebida ou a receber e a quota-parte correspondente na quantia escriturada dos ativos líquidos da subsidiária é registada em resultados do período.

À data de 31 de dezembro de 2021 a AICEP apenas detém participação numa empresa subsidiária - AICEP Global Parques, SA (inicialmente designada por Isósceles – Compra e Venda e Exploração de Imóveis, S.A. e depois API Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A.) e apresenta demonstrações financeiras individuais, elaboradas com aplicação do método da equivalência patrimonial no que respeita à valorimetria desta participação e contas consolidadas com aplicação do método de consolidação integral.



Dados financeiros consolidados

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e respetivo anexo, reportados ao exercício de 2021 apresentam, só por si, uma visão clara, fiel e integral da situação económica e financeira do Grupo. Para efeitos de comparação, reproduz-se, de seguida, a estrutura patrimonial da AICEP nos anos de 2021 e 2020.

Estrutura Patrimonial (mil Euros)

	2021	2020
ATIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	26.050	27.732
Propriedades de investimento	90	86
Ativos intangíveis	3.016	2.469
Participações financeiras	9.619	9.619
Outros ativos financeiros	27.856	32.227
Outras contas a receber	4	4
Ativos por Impostos diferidos	601	610
ATIVO CORRENTE		
Clientes, contribuintes e utentes	1.916	1641
Estado e outros entes públicos	1.518	1.439
Outras contas a receber	5.779	8.318
Diferimentos	1.965	1102
Caixa e depósitos	202.237	192.896
Total do Ativo	280.651	278.143
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Capital	114.928	114.928
Prémios de emissão	57.950	57.950
Reservas	-36	-36
Resultados transitados	-53.801	-51.302
Ajustamentos em ativos financeiros	1.849	1.732
Excedentes de revalorização	206	214
Outras variações no Património Líquido	1.167	735
Resultado líquido do período	2.583	-2.371
Interesses que não controlam	2.562	2.526
Total do Património Líquido	127.409	124.376
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões	4.768	4.526
Passivos por impostos diferidos	19	19
Outras contas a pagar	131.489	131.502
Diferimentos	400	400
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	338	323
Estado e outros entes públicos	1.228	991
Fornecedores de investimentos	136	396
Outras contas a pagar	9.935	9.618
Diferimentos	4.929	5.990
Total do Passivo	153.242	153.767
Total do Património Líquido e do Passivo	280.651	278.143



No que se refere ao ativo não corrente há a salientar uma variação negativa sofrida a nível dos investimentos financeiros tal como descrito a seguir.

Embora em sentido contrário é de salientar que a participação de 91,185% na AICEP Global Parques, relevada nas contas por aplicação do método da equivalência patrimonial registou um acréscimo de cerca de 376 mil Euros, pela conjugação do registo positivo de 2.962 mil Euros, correspondente ao resultado líquido da empresa em 2019 ponderado pela percentagem de participação na empresa e redução de 2.586 mil Euros relativos à distribuição, em 2019, de dividendos do exercício de 2018.

Já no que diz respeito aos outros ativos financeiros, houve lugar à redução de capital no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento, que se traduziu numa diminuição de 4.693 mil Euros. Houve ainda ajustamentos às imparidades do valor das U.P. dos fundos de capital de risco detidas pela AICEP que, no seu conjunto, contribuíram com um valor positivo de 303 mil Euros, pelos contributos do ajustamento no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento no valor de cerca de 601 mil Euros e em sentido contrário, reforço da imparidade no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand e no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização, respetivamente no montante de 278 mil Euros e de 20 mil Euros. Note-se que o valor de 27.834 mil Euros, relativo ao saldo dos outros ativos financeiros, em 2021, inclui o valor da participação no FINOVA, no montante de 6.821 mil Euros, que passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta “Outros credores”. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

No ativo corrente importa destacar a diminuição das contas a receber, num total de 2.571 mil Euros, originado fundamentalmente pela redução dos acréscimos de rendimentos correspondentes a candidaturas apresentadas e cofinanciadas no âmbito do Programa INOV Contacto (2.288 mil Euros) e com os projetos próprios – SIAC (636 mil Euros).

Pela sua importância, 72% do total do Balanço, o valor de depósitos bancários e caixa merece também uma explicação. Neste momento a AICEP tem à sua guarda os valores resultantes dos reembolsos e das devoluções das empresas que foram destinatárias de incentivos no âmbito do Sistema de Incentivos PRIME que, em 31 de dezembro de 2021 ascendiam a quase 116 milhões de Euros. O remanescente engloba fundos próprios da AICEP. Tal como pode ser constatado, os depósitos bancários sofreram uma variação positiva de 7.163 mil Euros. Para além dos gastos normais da Agência, contribuíram também pagamentos de incentivos no âmbito do PT2020 num montante de 7 milhões de Euros. Por outro lado, em sentido contrário, destacam-se os recebimentos de 11,5 milhões de Euros do IAPMEI, 11 milhões de Euros do TdP e 6,26 milhões de Euros do FRI – Fundo para as Relações Internacionais (inclui 5 milhões de Euros referente à participação portuguesa na Expo 2020 Dubai) e ainda a recebimento relativo à redução de capital no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento no montante de 4.693 mil Euros.



As rubricas que integram o Património Líquido mantiveram-se estáveis relativamente a 2020, sendo apenas de realçar o montante de 1.167 mil Euros referentes ao registo de subsídios ao investimento no âmbito do SAMA e PRR.

Embora apenas com um peso de menos de 2% do passivo não corrente, o valor das provisões aumentou 242 mil Euros. Tal como consta detalhadamente dos documentos anexos às contas, procedeu-se à sua atualização com base nas ocorrências de 2021, passando no final do ano para um total de 4.768 mil Euros.

A restante percentagem do passivo não corrente, corresponde fundamentalmente à expressão, no passivo, da qualidade da AICEP enquanto intermediária na gestão de fluxos financeiros derivados da aplicação do SIPRIME. Assim, as explicações dadas a propósito dos depósitos bancários têm pleno cabimento na análise desta rubrica.

Relativamente aos diferimentos, de salientar que estão registados 400 mil Euros recebidos do MNE correspondente a uma parcela das receitas dos emolumentos cobrados no âmbito das autorizações de residência para atividade de investimento (ARI) destinados a atividades de diplomacia económica envolvendo a rede externa.

No que se refere ao passivo corrente, merecem registo as rubricas de outras contas a pagar e de diferimentos. A redução na primeira rubrica, diz respeito fundamentalmente ao valor pago em 2021 do acréscimo registado em 2020, relacionado com trabalhos de decoração na Expo 2020 Dubai.

Relativamente aos diferimentos, o decréscimo face a 2020 prendeu-se basicamente com o registo de 5.824 mil Euros em rendimentos do exercício, sendo que no corrente ano foram apenas recebidos 5 milhões de Euros do FRI – Fundo para as Relações Internacionais, referentes à participação portuguesa na Expo 2020 Dubai. Em sentido contrário há que salientar o registo do diferimento de 250 mil Euros, conforme se explica adiante.

Refira-se que não se registam alterações significativas no total do balanço.

O resultado líquido do Grupo ascendeu a 2.583 mil Euros positivos. Comparativamente com o ano anterior, o resultado antes de depreciações e resultados financeiros sofreu um aumento de quase 5,1 milhões de Euros.

A componente fundamental dos rendimentos teve origem nos pagamentos do IAPMEI e do Turismo de Portugal, conforme estabelecido na Lei do Orçamento para 2021 e que contribuíram com cerca de 53% do total. No caso do Turismo de Portugal, foram transferidos para a AICEP 11 milhões de Euros, no entanto, para efeitos de circularização, este instituto referiu que apenas 10.750 mil Euros eram a título de comissão de gestão, sendo os restantes 250 mil Euros uma verba que a AICEP estaria devedora. Dado que a AICEP reconhece qualquer dívida perante o Turismo de Portugal, por uma questão de prudência, foi diferido este montante. Para além destes, a AICEP obteve rendimentos com origem em fontes diversificadas, como sejam, o FRI Fundo para as Relações Internacionais, Turismo de Portugal (Protocolo) e verbas comunitárias. Do lado da AICEP Global Parques, os rendimentos são maioritariamente originados pela cedência de direitos de superfície e pelo aluguer de instalações.

No que se reporta a gastos, a AICEP incorreu em cerca de 48,6 milhões de euros repartidos, na sua grande parte, por encargos com o pessoal (58%) e fornecimentos e serviços externos (32%).



Evolução da atividade do Grupo

Em 2021 o Grupo AICEP manteve a sua atividade enquadrada nas políticas e objetivos definidos pela Tutela setorial, consubstancializados no Programa Internacionalizar 2030, ainda que parte da atividade tenha sido adaptada dadas as vicissitudes decorrentes da pandemia da COVID-19. O Grupo manteve o foco na promoção e captação de investimento estrangeiro, bem como na gestão dos parques industriais infraestruturados que tem na sua esfera de atuação, tendo disso sido dada informação detalhada nos capítulos anteriores.

Cumprir destacar a atividade do Grupo em termos de iniciativas na área da internacionalização e angariação de investimento, envolvendo quase cinquenta mercados externos. A Europa concentra a maioria das ações desencadeadas ao longo do ano de 2021, envolvendo cerca de 30 mercados. Na área do investimento foram organizadas diversas missões de angariação a mercados externos, com maior incidência no espaço europeu.

De fazer referência ainda à transformação digital operada pelo Grupo, tendo em vista a resposta mais adequada às solicitações dos seus clientes. A implementação de um datalake e estabilizado o modelo e estrutura de dados do Otimizador de Investimento integrado no Portal do Investimento, foram dois marcos importantes para a AICEP Portugal. Por sua vez a AICEP Parques continuou o esforço de enriquecimento da informação constante na plataforma Portugal Site Selection. Neste contexto realizaram-se várias reuniões de análise da situação com as CIM e foi definido um plano de ação com o objetivo de capacitar os municípios na atração de IDE.

O Grupo AICEP irá continuar a trabalhar ao lado das empresas nacionais no caminho para a captação de investimento estruturante e a internacionalização da economia.



Proposta de aplicação de resultados

O Conselho da Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, positivo em 2.583.104,67 Euros, seja distribuído da seguinte forma: 2.453.949,44 Euros transferidos para a conta de Resultados Transitados e 129.155,23 Euros, equivalente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, sejam transferidos para reforço da Reserva Legal. Subsequentemente a componente positiva de 149.078,43 Euros relativa aos resultados positivos apropriados segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques, SA, e ainda não distribuídos, seja transferida para a conta de Ajustamentos em Ativos Financeiros.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



aicep Portugal Global

Relatório e Contas 2021

Parte II - Demonstrações Financeiras e orçamentais



Parte II – Demonstrações Financeiras e Orçamentais

Contas Individuais

Demonstração Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Demonstração Orçamentais

Contas Consolidadas

Demonstração Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Demonstração Orçamentais



aicep Portugal Global

Contas individuais

Demonstrações Financeiras

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.****BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Montantes expressos em euros)*

Rubricas	Notas	31 dezembro 2021	31 dezembro 2020
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	1.326.480	1.272.174
Propriedades de investimento	6	39.790	40.972
Ativos intangíveis	5	2.970.169	2.426.639
Participações financeiras	7	36.123.711	35.746.869
Outros ativos financeiros	7	27.834.084	32.207.167
Outras contas a receber	10	4.143	4.143
		<u>68.298.376</u>	<u>71.697.964</u>
ATIVO CORRENTE:			
Clientes, contribuintes e utentes	10	1.515.140	1.046.338
Estado e outros entes públicos	15	92.761	99.087
Outras contas a receber	10	5.740.951	8.280.807
Diferimentos	11	1.367.970	457.114
Caixa e depósitos	4/10	190.102.770	182.939.403
		<u>198.819.593</u>	<u>192.822.749</u>
Total do Ativo		<u>267.117.969</u>	<u>264.520.713</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	12	114.927.980	114.927.980
Prémios de emissão	12	57.950.052	57.950.052
Reservas	12	(36.170)	(36.170)
Resultados transitados	12	(53.801.035)	(51.301.642)
Ajustamentos em ativos financeiros	12	1.849.014	1.731.775
Excedentes de revalorização	12	206.476	213.860
Outras variações no Património Líquido	12	1.166.914	734.988
Resultado líquido do período		<u>2.583.105</u>	<u>(2.370.811)</u>
Total do Património Líquido		<u>124.846.336</u>	<u>121.850.032</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	4.767.761	4.510.396
Passivos por impostos diferidos	9	18.583	19.247
Outras contas a pagar	14	131.489.355	131.502.398
Diferimentos	16	400.000	400.000
		<u>136.675.699</u>	<u>136.432.041</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	100.375	106.379
Estado e outros entes públicos	15	1.073.118	791.096
Fornecedores de investimentos	14	-	322
Outras contas a pagar	14	3.232.364	3.551.639
Diferimentos	16	1.190.077	1.789.205
		<u>5.595.934</u>	<u>6.238.640</u>
Total do Passivo		<u>142.271.633</u>	<u>142.670.681</u>
Total do Património Líquido e Passivo		<u>267.117.969</u>	<u>264.520.713</u>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.****DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Montantes expressos em euros)*

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas	17	49.707	-
Prestação de serviços	17	22.253.348	22.005.500
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	7	2.981.564	2.722.102
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(16.297)	-
Fornecimentos e serviços externos	19	(10.905.861)	(11.228.368)
Gastos com o pessoal	20	(26.826.062)	(26.180.266)
Transferências e subsídios concedidos	18	(10.000)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	42.610	(2.706.686)
Provisões (aumentos/reduções)	13	(667.769)	(390.140)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7	303.067	(816.632)
Outros rendimentos	22	16.241.996	18.796.475
Outros gastos	23	(344.014)	(4.182.846)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		3.102.289	(1.980.862)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	21	(395.623)	(375.709)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		2.706.666	(2.356.571)
Juros e rendimentos similares obtidos	24	1.130	28.635
Juros e gastos similares suportados	25	(46.706)	-
Resultado antes de impostos		2.661.090	(2.327.936)
Imposto sobre o rendimento	9	(77.985)	(42.875)
Resultado líquido do período		2.583.105	(2.370.811)

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em euros)

Património líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe														
Notas	Capital / Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	[1]	114.927.980	-	57.950.052	(36.170)	(51.901.642)	1.731.775	213.860	734.988	(2.370.811)	121.850.032	-	121.850.032	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:														
Primeira adoção do novo referencial contabilístico											-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas											-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização											-	-	-	
Excedentes de revalorização e respetivas variações					(128.581)	135.965	(7.383)				-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido								431.925	2.370.811	2.802.737			2.802.737	
Resultado Líquido					(2.370.811)	(18.726)				(2.389.538)			(2.389.538)	
	[2]	-	-	-	-	117.238	(7.383)	431.925	2.370.811	413.199	-		413.199	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	[3]				(2.499.393)				2.583.105	2.583.105			2.583.105	
RESULTADO INTEGRAL	[4] = [2]+[3]								4.953.916	2.996.304			2.996.304	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património											-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas											-	-	-	
Outras operações											-	-	-	
	[5]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	[6] = [1]+[2]+[3]+[5]	12	114.927.980	-	57.950.052	(36.170)	(53.801.035)	1.849.014	206.476	1.166.914	2.583.105	124.846.336	-	124.846.336

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.****DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Montantes expressos em euros)*

Rubricas	Notas	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		124.378	11.062
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		34.035.514	32.438.559
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		(12.274.977)	(11.744.832)
Pagamentos ao pessoal		(25.911.128)	(25.459.260)
Pagamentos a contribuintes/utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		(139.420)	2.623.802
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		(4.165.632)	(2.130.669)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(31.887)	(95.845)
Outros recebimentos / pagamentos		(1.192.853)	(5.128.309)
Fluxos das atividades operacionais [a]		(5.390.371)	(7.354.823)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(441.285)	(1.487.697)
Ativos intangíveis		(547.808)	
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			(2.400.360)
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			2.177
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		4.693.293	9.855.916
Propriedades de investimento			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital		6.260.000	2.013.181
Juros e rendimentos similares		3.542	4.354
Dividendos		2.585.997	2.732.227
Fluxos das atividades de investimento [b]		12.553.738	10.719.797
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos das atividades de financiamento [c]		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes [a]+[b]+[c]		7.163.367	3.364.974
Efeito das diferenças de câmbio		(126.591)	(122.569)
Caixa e seus equivalentes no início do período		182.939.403	179.696.998
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	190.102.770	182.939.403

**CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA**

Caixa e seus equivalentes no início do período	182.939.403	179.696.998
- Equivalentes a caixa no início do período		-
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	-	-
- Variações cambiais de caixa no início do período	-	-
= Saldo de Gerência anterior	<u>182.939.403</u>	<u>179.696.998</u>
De execução orçamental	67.041.783	64.319.851
De operações de tesouraria	<u>115.897.620</u>	<u>115.377.147</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	190.102.770,07	183.061.973
- Equivalentes a caixa no fim do período	(118.000.000)	(100.000.000)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		(122.569)
- Variações cambiais de caixa no fim do período		
= Saldo de Gerência anterior	<u>72.102.770</u>	<u>82.939.403</u>
De execução orçamental	64.365.270,88	67.041.783
De operações de tesouraria	<u>7.737.499</u>	<u>15.897.620</u>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Contas individuais

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais



Contas Individuais

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Nota introdutória – Identificação da Sociedade

1. A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. ("Empresa" ou "AICEP") foi criada mediante o n.º 1 do Art.º 1º do Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho. A AICEP sucedeu à Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E. ("API"), criada pelo Decreto-Lei n.º 225/2002, de 30 de outubro, diploma entretanto revogado. De acordo com o disposto na alínea i) da alínea b), do número 18 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 30 de março de 2006, publicada no Diário da República, I Série B, de 21 de abril, foi definida a criação da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., integrando as atribuições do ICEP Portugal, I.P. (ICEP - Instituto das Empresas para os Mercados Externos) e as da Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E..
2. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 244/2007, de 25 de junho de 2007, foi extinto o ICEP Portugal, I.P., com referência à data de 30 de junho de 2007. Em resultado da coordenação deste diploma com o disposto no Decreto-Lei n.º 245/2007, também de 25 de junho, com efeitos a 1 de julho de 2007, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. sucede à Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E. e integra o património e atribuições do ICEP Portugal, I. P..
3. A AICEP, que mantém a personalidade jurídica da anterior API, é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e ainda dos poderes de autoridade pública administrativa inerentes à prossecução do seu objeto, quando atua em representação do Estado, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º. 203/2003, de 10 de setembro (n.ºs 1 e 2 do Art.º 1.º dos Estatutos).
4. No âmbito da orgânica do anterior Governo, o Decreto-Lei n.º 119/2013 de 21 de agosto, que republica o DL 86-A/2011 de 12 de julho, refere no seu Art.º 10º, ponto 4, a integração da AICEP na Presidência do Conselho de Ministros, o departamento central do Governo. Por Despacho n.º 11299-A/2013 de 30 de agosto, publicado na IIª série do DR n.º 167, o Primeiro-Ministro delegou os poderes que detinha na AICEP, no Vice-Primeiro-Ministro, com a faculdade de subdelegação no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e no Ministro da Economia.

Pelo Despacho n.º 15794/2013 de 4 de dezembro, no Diário da República n.º 235, IIª série, o Vice-Primeiro-Ministro define a tutela da AICEP dentro de um quadro global de gestão, em que sob a sua superintendência, é assegurada a coordenação e articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em matéria da diplomacia económica, na estreita colaboração entre a rede consular e a rede externa da AICEP, assim como com o Ministério da Economia, na definição estratégica das políticas e em ações que visam a promoção das exportações de bens e serviços, a criação de um ambiente favorável à captação de investimento nacional e estrangeiro, e o reforço da internacionalização e competitividade das empresas portuguesas. No mesmo diploma, subdelega no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE) e no Ministro da Economia (ME) as superintendência e tutela das ações a desenvolver pela AICEP no âmbito das suas atribuições estatutárias relacionadas com as respetivas áreas de intervenção. Assim, foi subdelegada no MENE a superintendência das ações de diplomacia económica, de internacionalização e



promoção externa de produtos, de empresas e da economia portuguesas, assim como as de cooperação internacional no domínio da economia e do setor empresarial. No ME está delegada a superintendência das atividades relacionadas com a captação de investimento nacional e estrangeiro, de apoio à internacionalização das empresas portuguesas, a gestão, negociação de fundos de apoio ao investimento e internacionalização das empresas no âmbito dos sistemas fiscais e financeiros em vigor, assim como a recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercado.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro de 2015, é confirmada, no seu Art.º 12º, n.º 3, a integração da AICEP no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros exerce, em coordenação com o Ministro da Economia, a superintendência e tutela da AICEP que, nos termos do disposto no n.º 1 do Art.º 25º, tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento dirigidas ao crescimento da economia, da competitividade, da inovação, de internacionalização das empresas e de promoção do comércio, da indústria e do investimento. Refere ainda no n.º 5 do Art.º 13º que compete à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa a promoção de reuniões de coordenação de assuntos económicos e de investimento, visando favorecer a concretização célere de projetos de investimento relevantes, em coordenação com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, com o Ministro-adjunto e com o Ministro da Economia.

5. O Decreto-Lei n.º 229/2012 de 26 de outubro aprovou os Estatutos da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. e revoga o Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho. Em conformidade com o Art.º 2º dos seus Estatutos, a AICEP rege-se por estes mesmos, pelos seus regulamentos internos e, subsidiariamente, pelo regime jurídico das entidades públicas empresariais, o que significa que está sujeita às normas de direito privado nas suas relações com terceiros, aplicando-se aos atos e contratos por si praticados ou celebrados o previsto na alínea a) do Art.º 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.
6. No Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro procedeu-se à primeira alteração dos Estatutos da AICEP, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, incluindo nas respetivas atribuições a organização da participação portuguesa em exposições universais e internacionais.
7. O Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro procedeu à segunda alteração dos Estatutos da AICEP, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro, para adaptação do modelo de fiscalização.
8. A AICEP tem por objeto, nos termos do Art.º 5º dos Estatutos, "o desenvolvimento e a execução de políticas estruturantes e de apoio à internacionalização da economia portuguesa".
9. As atribuições da AICEP estão descritas no Art.º 6º dos Estatutos do modo seguinte:
"Com vista à realização do seu objeto, são atribuições da AICEP:
 - a) Contribuir para a competitividade das empresas portuguesas através da sua internacionalização, da promoção e aumento das exportações e do investimento direto estrangeiro no País;
 - b) Participar na conceção, aplicação e avaliação das políticas de apoio e desenvolvimento das estratégias empresariais de investimento nacional e internacional;
 - c) Contribuir para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, internacionalização das empresas portuguesas e aumento das exportações;



- d) Promover condições favoráveis à captação de investimento estrangeiro para Portugal, em parceria com os vários agentes públicos e privados;
 - e) Apoiar, coordenar e estimular o desenvolvimento de ações de cooperação externa no domínio do sector empresarial;
 - f) Apoiar, coordenar e estimular iniciativas de divulgação e promoção no estrangeiro das competências, produtos e serviços das empresas nacionais, incluindo as referentes à participação portuguesa em exposições universais e internacionais;
 - g) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento, caso a caso, de apoios ao investimento em Portugal e às empresas portuguesas no exterior, no âmbito dos sistemas de incentivos em vigor;
 - h) Gerir e negociar programas de apoio relacionados com a promoção das marcas portuguesas e com a promoção da internacionalização da economia portuguesa;
 - i) Gerir fundos de apoio ao investimento constituídos pelas verbas provenientes dos reembolsos dos incentivos financeiros atribuídos ou a atribuir a projetos de investimento, que nos termos da lei possam ser atribuídos à AICEP, E. P. E.;
 - j) Acompanhar projetos de investimento em Portugal e projetos de internacionalização no exterior, nos termos previstos no artigo anterior;
 - k) Conceber e propor acordos de cooperação económica empresarial em colaboração com outras entidades oficiais, participando na sua negociação e execução;
 - l) Promover, constituir e participar em empresas ou outras formas de associação que tenham por objeto o reforço da competitividade e da imagem de Portugal nos mercados externos e a internacionalização das atividades dessas empresas;
 - m) Constituir ou participar em entidades de direito privado e participar direta ou indiretamente na gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial;
 - n) Colaborar, em articulação estratégica com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), no desenvolvimento da cooperação económica externa, bilateral, regional e multilateral;
 - o) Promover o fortalecimento da diplomacia económica de forma unificada com os serviços periféricos externos do MNE;
 - p) A recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercados.”
10. No que respeita à rede externa, esta articula-se com as várias áreas de intervenção da Agência, podendo igualmente prestar "serviços para a realização de ações de promoção da oferta portuguesa em áreas de atividade não abrangidas pelo seu objeto", conforme previsto no Art.º 7.º dos Estatutos. A atividade da rede externa da AICEP deverá ser articulada com os órgãos e serviços do Estado no estrangeiro, particularmente com a rede diplomática e consular, com vista ao aumento da eficácia da representação de Portugal no exterior. Pelo Art.º 8.º dos seus Estatutos, a AICEP está incumbida de promover as ações necessárias junto das autoridades públicas, com vista à eficiência e competitividade propícias à internacionalização da economia portuguesa.
11. O modo como o ICEP se encontrava organizado no estrangeiro, determinou particulares relacionamentos com a rede diplomática donde resultou que a organização tivesse sido suportada por recurso a processos não completamente formalizados em nome daquele Instituto e com a respetiva identificação fiscal, o que tem implicado que nem toda a documentação esteja em nome da AICEP - por exemplo, aquisição de bens e serviços, abertura de contas bancárias, contratos com pessoal. A AICEP solicitou ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças autorização para a continuação daquela prática, tendo obtido respostas negativas. Dada a complexidade do problema, o Conselho de Administração da AICEP tem promovido o



seu estudo e a implantação das práticas corretas, com a finalidade de extinguir estes procedimentos. Apesar das dificuldades, têm-se resolvido todas as questões, restando neste momento um pequeno número que se encontra em vias de sanção.

12. Quanto à gestão e negociação de sistemas de incentivos ao investimento, através do Art.º 9.º dos Estatutos, é atribuído à AICEP o papel de "organismo responsável pela administração e gestão dos sistemas de apoios e incentivos que lhe sejam atribuídos pela lei, respeitantes a projetos de investimento, à internacionalização das empresas e à promoção externa das marcas portuguesas", podendo, excecionalmente, tais incentivos "incluir específicas contrapartidas para atenuar custos de contexto". A AICEP deve ainda "propor ao membro do Governo responsável pelo sistema de incentivos em causa novos sistemas e melhorias aos sistemas de incentivos vigentes, dentro da cabimentação prevista, em função da avaliação que faça quanto às necessidades de cumprimento do seu objeto e aproveitando as melhores práticas de países concorrentes" (n.º 4. do Art.º 9.º dos Estatutos). Releva referir que a AICEP dispõe, em exclusivo, do regime contratual de investimento, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 191/2014 de 31 de dezembro.
13. No que respeita ao capital de risco e de desenvolvimento, a AICEP, nos termos Art.º 10.º dos Estatutos, "pode ser titular de unidades de participação de fundos de capital de risco e similares e deter participações em entidades gestoras desses fundos, em sociedades de capital de risco ou similares e em sociedades gestoras de participações sociais ou similares, desde que qualquer desses fundos ou sociedades seja instrumental para o seu objeto".
14. Na atribuição referente à localização empresarial, a AICEP poderá, em conformidade com o Art.º 11.º dos Estatutos, "participar em entidades especializadas na gestão de parques empresariais ou em sociedades gestoras de áreas de localização empresarial de modo a dispor de instrumentos que facilitem a disponibilização de espaços infraestruturados para a implantação física de investimentos".
15. O capital estatutário da AICEP foi estabelecido, nos termos do n.º 1 do Art.º 4º dos Estatutos, no valor inicial de 110 milhões de Euros, tendo sido aumentado durante o exercício de 2008 em 4,9 milhões de Euros, conforme determinado por Despacho Conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e Inovação. O Capital é detido integralmente pelo Estado. Com o início da atividade da API, o capital de 110.000.000 Euros foi realizado pelo montante de 162.840.541 Euros, com um prémio de emissão de 52.840.541 Euros. No exercício de 2008 o aumento de capital de 4.927.980 Euros foi realizado pela conversão de créditos do Estado nos montantes de 2.212.992 Euros e 1.633.749 Euros e pela cessão de crédito detido pelo Estado no montante de 1.081.239 Euros.
16. A indicada realização do capital estatutário inicial de 110 milhões de Euros consistiu, nos termos do Despacho Conjunto da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Economia, na entrega de meios de investimento em entidades adstritas a atividades consonantes com a gestão e negociação de apoios de capital de risco e com a gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial, estatutariamente contempladas, a saber:
Investimentos em entidades ligadas ao capital de risco e de desenvolvimento:
- ações representativas da totalidade ou de parte de capitais sociais:
 - o inteiro capital social de IPE - Estudos e Projetos Internacionais, S.A. (entretanto extinto);
 - 86% do capital social de IPE Capital - Sociedade de Investimento, S.A. (posteriormente designada por AICEP Capital Global, atualmente extinta);



- 40% do capital social do FIEP Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, S.A. ("FIEP") (entretanto extinto).
- unidades de participação nos fundos:
 - 45% do capital do FRIE IPE Capital I;
 - 92% do capital do FCR IPE Capital Tecnologia;
 - 7% do capital do FRIE IPE Capital Retex/Paiep.
- Investimentos em entidade de gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial:
 - ações representativas da totalidade do capital social de Isósceles - Compra, Venda e Exploração de Imóveis, S.A. (atualmente designada por AICEP Global Parques);
 - empréstimo a esta sociedade.

17. Sobre o regime patrimonial e financeiro da AICEP, estabelece o Art.º 22.º dos Estatutos que são receitas desta entidade, no exercício dos poderes de autoridade pública administrativa:

- a) Uma comissão de gestão devida pelo Estado por serviços prestados, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, incidente sobre o saldo do investimento acompanhado pela AICEP, entendendo-se como tal o somatório dos valores efetivamente investidos que hajam sido objeto de apoios e incentivos de qualquer natureza contratados, e que estejam em acompanhamento pela AICEP;
- b) Uma comissão de gestão resultante da ação da Agência, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, calculada sobre o contributo da AICEP, para as exportações de bens e serviços e o seu valor acrescentado;
- c) Comissões de gestão devidas por entidades participadas maioritariamente pela AICEP.

São igualmente receitas da AICEP, de acordo com o n.º 2 do Art.º 22.º:

- a) Juros ativos;
- b) Dividendos e remunerações de capital;
- c) Dotações do OE para projetos especiais a cargo da AICEP;
- d) Remunerações por serviços prestados a empresas, por solicitação destas, institutos ou outras entidades que se situem para além do âmbito corrente dos serviços da AICEP;
- e) Receitas, designadamente pelo produto da venda de publicações e outros documentos;
- f) Rendimentos provenientes da gestão do seu património mobiliário e imobiliário e de outros bens próprios e do produto da sua alienação e da constituição de direitos sobre eles, designadamente os montantes de empréstimos ou outras operações financeiras que seja, nos termos legais, autorizada a contrair;
- g) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, ato ou contrato ou lhe possam advir do exercício das suas atribuições.

18. A atividade da AICEP desenvolve-se, em decorrência do exposto, nas seguintes vertentes, com interesse para a sua caracterização económica, financeira e contabilística e, imediatamente, para a compreensão das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício de 2021:



- Realização das ações inerentes à contribuição para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, à gestão e negociação de sistemas de incentivos ao investimento e ao acompanhamento de grandes projetos de investimento já realizados ou em curso de realização, mediante ações que têm implicado reduzidos investimentos em ativos e que envolvem gastos operacionais significativos, proporcionando rendimentos consubstanciados em “Comissão de gestão” a pagar pelo Estado (cf. Art.º 22º dos Estatutos);
 - Gestão dos investimentos em participações em capitais de sociedades e em fundos de investimento, com assinalável incidência no balanço da situação patrimonial, dada a elevada importância dos ativos associados, e com os reflexos nos resultados da AICEP decorrente dos resultados das sociedades participadas e da valia das unidades de participação em fundos;
 - Execução de iniciativas de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas em Portugal, nomeadamente no comércio de bens e serviços; apoio a projetos de internacionalização das empresas; e promoção da imagem de Portugal e das marcas portuguesas no exterior com impacto nas exportações e internacionalização e captação do investimento, em colaboração com as entidades competentes.
19. Em 2009, ano de encerramento do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III), foram pagas todas as verbas dos incentivos atribuídas aos projetos de investimento que se candidataram e foram objeto dos apoios financeiros previstos no programa PRIME, onde a AICEP desempenhou o papel de entidade gestora e pagadora das verbas destinadas aos projetos acompanhados por si. Essas verbas do Programa PRIME eram canalizadas pelo IAPMEI para a AICEP que, por seu lado, fazia a sua entrega aos promotores dos investimentos após a aprovação, pelas diversas entidades envolvidas, da análise e avaliação efetuadas pelos seus Técnicos à concretização dos referidos projetos. Tendo sido esgotadas as verbas atribuídas no âmbito do QCA III, e apesar do seu término, este facto não significou que o acompanhamento desses projetos tenha cessado, visto que os efeitos decorrentes dos contratos assinados com os seus Promotores se prolongam para além do prazo do programa, nomeadamente o acompanhamento do cumprimento dos planos de reembolsos dos incentivos que é efetuado por intermédio da AICEP. Em 2021 continuaram a ser recebidos reembolsos no âmbito do QCA III.

No final de 2007, teve início o novo programa comunitário QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, que vigorou entre 2007 e 2013, tendo a AICEP intervenção em diversos programas operacionais como entidade gestora na atribuição e acompanhamento dos incentivos a projetos de investimentos na esfera das suas atribuições, mas não como entidade pagadora dos incentivos financeiros. Tal como no quadro anterior, o acompanhamento dos projetos de investimento manter-se-á para além do final do programa, nos termos dos contratos assinados com cada empresa quanto ao plano de reembolsos aprovado, recebendo a AICEP os respetivos reembolsos.

Em 2014 iniciou-se o novo Quadro Comunitário, designado por Portugal2020, que vigorou de 2014 a 2020. A AICEP continuou a assumir neste Quadro o seu papel de organismo especialista na vertente da internacionalização do tecido económico português e de captação de investimento estrangeiro, tendo sido responsável, na área do Sistema de Incentivos, pelos projetos de internacionalização da Medida "Qualificação e Internacionalização" e por diversas tipologias de projetos do Regime Contratual. O ano 2021 correspondeu ao último ano de aprovações de candidaturas ao abrigo do Portugal2020 concentraram-se as candidaturas nas tipologias mais complexas e de maior dimensão, em particular nos Sistemas de Incentivos à Inovação Produtiva e à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) ao abrigo do Regime Contratual de Investimento. Efetivamente, no âmbito dos projetos de investimento o ano ficou marcado pelo retomar da análise e das negociações de diversos projetos/contratos que se



mantiveram em standby durante 2020 e os primeiros meses de 2021 - período crítico da pandemia associada à doença COVID-19 - e, por outro, o lançamento dos derradeiros Concursos do Portugal2020. Manteve a sua atuação ao nível do acompanhamento e verificação da execução dos beneficiários.

Para além deste Quadro Comunitário de Apoio, em 2020 iniciou-se um novo pacote de ajudas com verbas comunitárias, tendo Portugal apresentado o seu PRR - Plano de Recuperação e Resiliência em abril de 2021. Neste âmbito, a AICEP integra os Comités Coordenadores e respetivas Comissões de Seleção de diversas componentes, ao nível de investimentos de internacionalização e investimento estrangeiro, sendo ainda entidade Gestora da Medida "Internacionalização via e-commerce".

De referir que a AICEP também é beneficiária de um conjunto de medidas de apoio comunitário no âmbito do Portugal2020 e do PRR, apoios estes dirigidos à sua atividade promocional, programa Inov Contacto e projeto de Transformação Digital da Agência. Estão envolvidos apoios dos Sistemas de Incentivo SIAC - Ações Coletivas e SAMA - Modernização Administrativa, do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e da Medida de Transformação Digital das entidades tuteladas pelo MNE do PRR.

20. No balanço da AICEP, individual e consolidado, constam, no Ativo, em contas de Depósitos à Ordem, e no Passivo, na conta de Outras contas a pagar, os montantes já recebidos dos promotores, a título de reembolso ou devolução. O total dos montantes de ambas as naturezas, representava em 31 de dezembro de 2021, um saldo de 116.062.215 Euros. Os montantes de incentivo reembolsável e o idêntico montante a devolver ao gestor destes fundos, unicamente após o reembolso por aqueles promotores ascendia, no termo de 2021, a 18.641.039 Euros, não constantes do balanço. Do total dos incentivos reembolsáveis pagos pela AICEP ou pelos organismos anteriores, 4.738.483 Euros estavam vencidos e não cobrados em 31 de dezembro de 2021. Deve assinalar-se que não existe para a AICEP qualquer risco de crédito nos movimentos dos incentivos, uma vez que esta instituição apenas está vinculada, por um lado, a efetuar as correspondentes entregas aos promotores depois da transferência das importâncias pelo IAPMEI e, por outro lado, a devolver as importâncias devidas, posteriormente ao seu reembolso pelos promotores.
21. Em agosto de 2008, por Despacho da Direção Geral do Orçamento, foi dado parecer no sentido de que os saldos do ex-ICEP deverão constituir receita da AICEP. Neste contexto a AICEP passou a registar a utilização daqueles saldos por contrapartida de rendimentos, na medida das necessidades para cobertura dos prejuízos, de modo a apurar um resultado nulo nos exercícios de 2008 a 2010, antes do registo dos ajustamentos em Investimentos financeiros e apuramento do imposto corrente e diferido. Foram utilizados os montantes de 22.330.560, 30.379.790 e 593.583 Euros em despesa de funcionamento nos exercícios de 2008 a 2010, respetivamente, tendo sido registado o rendimento nos mesmos valores com contrapartida em rendimentos diferidos.
22. No exercício de 2021, os rendimentos operacionais da AICEP, no montante total de 41.872.952 Euros, subdividem-se como segue:
 - a) 10.750.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do Turismo de Portugal, pela transferência prevista no n.º 11 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado;
 - b) 11.500.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do IAPMEI, pela transferência prevista no n.º 12 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado;



- c) 3.348 Euros referentes à organização de eventos e inscrições em seminários;
 - d) 49.707 Euros referentes a vendas de produtos na Portugal Concept Store;
 - e) 1.260.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do FRI - Fundo para as Relações Internacionais, pela transferência prevista no n.º 6 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado;
 - f) 5.824.172 Euros para o financiamento dos encargos decorrentes da participação portuguesa da Expo 2020 Dubai, referente a verba recebida do FRI - Fundo para as Relações Internacionais, pela transferência prevista no n.º 13 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado;
 - g) 4.961.024 Euros resultantes da celebração de um Protocolo de cooperação com o Turismo de Portugal de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção do Turismo de Portugal, num total de 7.500.000 Euros, pela transferência prevista no n.º 11 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado;
 - h) 3.840.890 Euros relativos ao recebimento do PT2020 de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
 - i) 49.065 Euros relativos ao recebimento do PRR de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
 - j) 14.432 Euros relativos a inserções publicitárias na revista da AICEP;
 - k) 16.584 Euros relativos ao arrendamento de instalação;
 - l) 45.195 Euros relativos à restituição de impostos na Rede Externa;
 - m) 2.981.5564 Euros relativos à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
 - n) 303.067 Euros relativos à reversão de perdas por imparidade em Fundos de Capital de Risco em que a AICEP participa;
 - o) 42.610 Euros relativos a reversões de perdas por imparidade em dívidas a receber;
 - p) 659 Euros relativos a reversões de provisões;
 - q) 230.635 Euros referentes a outros rendimentos diversos.
23. A AICEP apresenta, relativamente ao exercício de 2021, demonstrações financeiras individuais, elaboradas com aplicação do método da equivalência patrimonial no que respeita à valorimetria dos investimentos financeiros em partes de capital, e contas consolidadas com aplicação do método de consolidação integral conforme se explica na nota 3.6.



O Resultado Líquido do Exercício de 2021, nas contas individuais da AICEP, positivo de 2.583.105 Euros, pode sumariamente discriminar-se como segue:

Resultados da atividade sem participadas	
Gastos	
Transferências e subsídios concedidos	10.000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16.297
Fornecimentos e serviços externos	10.905.861
Gastos com o pessoal	26.826.062
Gastos de depreciação e de amortização	395.623
Perdas por imparidade	-
Provisões do período	668.428
Outros gastos e perdas	344.014
Gastos e perdas de financiamento	46.706
	<hr/>
	39.212.991
Rendimentos	
Vendas e Prestações de serviços e concessões	22.303.055
Reversões	43.269
Outros rendimentos e ganhos	16.241.996
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1.130
Total rendimentos	<hr/>
	38.589.450
	<hr/>
Impostos sobre o rendimento do exercício	77.985
	<hr/>
Resultado antes de resultados na participada	(701.526)
<hr/>	
Resultados relativos às participadas	
Método de equivalência patrimonial	2.981.564
Imparidades relativas às participações financeiras	303.067
Total de Método de Equivalência Patrimonial e Imparidades	3.284.631
<hr/>	
Resultado Líquido do Exercício	2.583.105

24. Os indicados resultados relativos à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial e registo de Ajustamentos, podem ser discriminados, com referência às participações financeiras, como segue:

Método de equivalência patrimonial	
AICEP Global Parques, SA	2.981.564
	<hr/>
	2.981.564
<hr/>	
Imparidade de ativos financeiros – Fundos	
FCR Portugal Ventures GPI	600.900
FCR Portugal Ventures Internacionalização	(19.633)
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	(278.199)
	<hr/>
	303.067



25. Em 2012, como divulgado e detalhado no respetivo Anexo às contas desse ano, no âmbito da reestruturação das empresas e fundos de capital de risco público, a AICEP Capital Global, SA foi extinta e incorporada por fusão, na Portugal Capital Ventures-SCR, SA, da qual, a AICEP passou a deter 1.568.648 ações representativas de 19,41% do seu capital social, e valorizadas no seu balanço por 8.671.434 Euros. Previamente a esta operação de fusão, a AICEP Capital Global, SA sofreu uma redução do seu capital no montante nominal de 18.000.000 Euros, tendo a AICEP E.P.E. recebido, em contrapartida, 9.011.954 Euros em dinheiro e 8.988.945 Euros em unidades de participação (UP's) nos Fundos de Capital de Risco Portugal Ventures GPI (424 UP's) e Portugal Ventures III (9 UP's). Estas unidades de participação foram objeto de uma avaliação independente reportada a 30 de junho de 2012.
26. Também em 2012, aquando da fusão, conforme citado no ponto anterior e de acordo com a metodologia adotada pela AICEP no que respeita aos ajustamentos de justo-valor positivos para o setor do Capital de Risco, a valoração dessas UP's foi objeto de ajustamento face ao seu valor contabilístico em 31 de dezembro de 2011 (incluindo a anulação dos ajustamentos de justo valor positivo), do qual resultou uma desvalorização de 602.289 Euros contabilizada por contrapartida de capital próprio (reserva de fusão).
27. No início de 2013 houve lugar à fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II (FCR PV II) e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III (FCR PV III) por incorporação no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI), mediante integração no seu património, de todos os ativos e passivos dos outros dois fundos com referência a 31 de dezembro de 2012. A fusão operou-se nas seguintes condições:
- a) Transferência da totalidade do ativo e do passivo, bem como deveres legais, do FCR PV II e do FCR PV III para o FCR PV GPI pelos valores inscritos nas respetivas contabilidades, assim como a cessão da posição contratual para o FCR PV GPI em todos os contratos celebrados pelos primeiros;
 - b) Aumento de capital do FCR PV GPI de 65.400.000 Euros para 71.971.504,09 Euros, pela emissão de 336.781 novas unidades de participação ordinárias, com o preço de emissão correspondente ao valor da unidade de participação em 31 de dezembro de 2012 do FCR PV GPI a 19.512,70 Euros resultante da integração dos ativos e passivos do FCR PV II e do FCR PV III;
28. Em junho de 2015 foi efetuada uma operação de cisão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI) para constituir o Fundo de Capital de Risco Portugal Global Ventures I (FCR PGV I). A Cisão foi efetuada e realizada através da transferência de depósitos bancários do FCR PV GPI mantendo-se no novo fundo a mesma estrutura acionista, ou seja, a AICEP mantinha no novo fundo uma participação de 78,22%. Durante o ano de 2019, a AICEP reforçou a subscrição neste FCR, que se passou a designar por Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand (FCR PV G&E), cabendo à Agência 23.380.118,58 Euros correspondentes a 2.661.467,022 unidades de participação, equivalentes a uma participação de 78,69%. No final de 2019 encontravam-se por realizar 2.400.360 Euros, valor este que foi realizado no decorrer de 2020.



29. No âmbito da resolução dos créditos do Estado Português sobre a Qimonda foi constituída a sociedade Nanium, tendo sido atribuídas ao Estado Português 2.682.446 ações, com o valor nominal 1 Euro por ação, no valor total de 2.682.446 Euros, do respetivo capital social. Circunstancialmente aquelas ações ficaram em nome da AICEP e, por determinação tutelar, as mesmas ações ficaram sob gestão da AICEP, não integrando, naturalmente, o seu património. Todavia, acatando as recomendações do acionista Estado, nas notas referentes a aprovação de contas, nomeadamente do ano de 2013, e perspetivando-se a alienação da Nanium, face à oferta de compra entretanto apresentada, a AICEP reconheceu, em 2016, no seu ativo, a participação financeira na Nanium, SA, na conta "Ativos Não Correntes Detidos para Venda", ao valor que a empresa estava a ser avaliada para venda, 478.684 euros e que correspondeu a uma proposta formal e vinculativa em 1 de fevereiro de 2017. Foi também reconhecido o valor de 7.813.887 euros, relacionado com o valor dos incentivos ainda não reembolsados.

A operação de alienação foi autorizada pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, Despacho nº 219/2017-SET, de 8 de maio de 2017, tendo ficado demonstrado o interesse da alienação daquela participação, bem como ficou demonstrado a viabilidade económica e financeira desta operação.

A venda veio a acontecer em maio de 2017, conforme contrato realizado entre a compradora e os acionistas, tendo por base as condições e valores que resultaram do Despacho, proferido em 9 de maio de 2017, pelo Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, no qual se refere que "o Estado Português receberá de imediato 7.183.886 euros associados aos créditos remanescentes em dívida provenientes dos incentivos ainda não reembolsados, acrescidos de 478.684 euros associados aos instrumentos de capital, bem como a quota parte-parte devida dos recebimentos futuros resultantes do processo de insolvência da Qimonda".

30. A partir de 2015 a AICEP entrou no perímetro da consolidação de contas do estado, estando sujeita à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) através do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo por esse facto havido uma mudança de critério, face a exercícios anteriores, nomeadamente no que dizia respeito ao resultado líquido nulo antes de MEP, passando agora a serem reconhecidos como rendimentos a totalidade dos montantes recebidos no ano, via IAPMEI e Turismo de Portugal, dos valores inscritos no Orçamento de Estado.

31. Durante os anos de 2020 e 2021 houve lugar à redução de capital no FCR Portugal Ventures GPI respetivamente nos montantes de 9.855.916 Euros e 4.693.293 Euros, mantendo-se, contudo, a percentagem de participação.

32. Durante o ano de 2020, na sequência do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, foi regulada a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento, S.A. (BPF) e aprovados os respetivos estatutos (cf. n.º 1 do art.º 1.º).

De acordo com o n.º 2 do art.º 1.º, verificou-se a fusão por incorporação da PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A., além de outra, na então SPGM - Sociedade de Investimento, S. A., que passou, exatamente, a denominar-se do Banco Português de Fomento, S.A.

Após esta fusão, a AICEP, que detinha uma participação na PME Investimentos de 1,14%, passou a deter uma participação de 0,278% no BPF, com o valor nominal de 595.815,84 euros, representado por ações com valor nominal unitário de 1 euro, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º 4.º.

Simultaneamente, mas metodologicamente a seguir, e nos termos do n.º 2 do art.º 4.º, foi realizado um aumento de capital do BPF para 255.000.000 euros, representado por igual número de ações, tendo nesse aumento de capital a AICEP realizado uma parcela no montante de 9.023.592 euros, mediante a entrega



espécie da sua participação de 19,41% na Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S. A. (Portugal Ventures).

Para o efeito foi realizada uma avaliação desta participação, nos termos do art.º 28.º do CSC, que atribuiu o valor de 9.022.607 euros, correspondente, na prática, ao referido aumento de capital social no BPF.

Após estas operações, a AICEP fica titular de 3,77% do BPF, correspondente a 9.619.407 ações, com idêntico valor nominal em euros.

A participação da AICEP na Portugal Ventures que foi transmitida ao BPF, tinha o valor contabilístico líquido de 7.705.924 euros.

De acordo com o nº 10 da NCP 18, as ações do BPF adquiridas no aumento de capital, são valoradas pelo justo valor, que é, na prática, o valor do aumento de capital do BPF, realizando-se, então, um resultado positivo, no ano, de 1.317.668 euros.

Por sua vez, adotando idêntico critério, designadamente para igualdade de tratamento e melhor compreensão das demonstrações financeiras, a participação da AICEP no BPF por efeito da fusão, é, também, registada pelo valor nominal da participação recebida.

Deste modo:

- a) Participação final no BPF – 9.619.407,00 euros – valor nominal e registo na contabilidade da AICEP
- b) Participações transmitidas para o BPF
 - i. Por efeito de fusão - 1,14% da PME Investimentos – valor contabilístico de 222.469,95 euros
 - ii. Por efeito de aumento de capital - 19,41% na Portugal Ventures – valor contabilístico, líquido de imparidade no montante de 7.705.924,00 euros

33. Os subsídios SAMA incorporam uma componente que se destina a financiar despesas correntes (exploração) e outra componente para financiar despesas com investimento (ativos intangíveis). Nos últimos anos, tem sido entendimento, não distinguir o subsídio nas suas duas componentes, reconhecendo o financiamento como se apenas de subsídio de exploração se tratasse. Em 2020, decorrente de uma reanálise aos subsídios SAMA, foi decidido que as componentes deveriam ser objeto de reconhecimento em separado, devendo ser reconhecidos como subsídios à exploração apenas aqueles que se destinam ao financiamento de despesas correntes e reconhecido como subsídio ao investimento os que se destinam a financiar despesas de investimento. Nesse sentido, em 2020, foram registados em gastos relativos a correções de exercícios anteriores 954.066 Euros de proveitos associados a subsídios ao investimento reconhecidos em exercícios anteriores, assim como foram contabilizados em património líquido, na rubrica de "Outras variações no património líquido", a crédito, 1.025.055 Euros, pelo valor efetivamente recebido a título de subsídios ao investimento, e a débito, 213.384 Euros, relativo ao valor do passivo por imposto diferido associado. Durante 2020 foram reconhecidos em rendimentos 76.682 Euros de subsídios ao investimento, ficando um valor líquido de 734.988 Euros a serem reconhecidos numa base linear de acordo com as amortizações dos ativos subjacentes àqueles investimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de junho de 2022.



O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas, relativas ao exercício de 2021, foram elaboradas no âmbito do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Este novo referencial contabilístico enquadra-se na reforma da administração financeira do Estado. O ano de 2018 foi o primeiro exercício da aplicação deste novo normativo contabilístico.

De salientar a reexpressão, para efeitos comparativos, da Demonstração de Fluxos de Caixa de 2020 na rubrica de Pagamentos ao pessoal, por contrapartida de Outros recebimentos. Assim apresentam-se de seguida as alterações, não tendo impacto, naturalmente, nos saldos finais.

Demonstração de Fluxos de Caixa	2020 Reexpresso	Reexpressão	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	32.438.559	32.438.559	
Pagamentos ao pessoal	(25.459.260)	(9.360.412)	(16.098.849)
Pagamentos de transferências e subsídios	2.623.802	2.623.802	
Caixa gerada pelas operações	(2.130.669)	25.701.949	(27.832.618)
Outros recebimentos / pagamentos	(5.128.309)	(27.715.130)	22.586.821
Fluxos das atividades operacionais [a]	(7.354.823)	(2.013.181)	(5.341.642)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Transferências de capital	2.013.181	2.013.181	
Fluxos das atividades de investimento [b]	10.719.797	2.013.181	8.706.616
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
- Equivalentes a caixa no fim do período	(100.000.000)	(100.000.000)	-
= Saldo de Gerência anterior	82.939.403	182.939.403	(100.000.000)
De operações de tesouraria	15.897.620	(100.000.000)	115.897.620

Não existiram, no decorrer do exercício, casos excepcionais que implicassem a derrogação de disposições previstas pelo SNC-AP que pudessem inferir na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.



3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública, integradas no SNC-AP.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2 – cadastro e vida útil dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, integrante do SNC-AP.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5-10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8
Outros ativos fixos tangíveis	4-8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.



Os ativos fixos tangíveis correspondentes a terrenos, edifícios e outras construções encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos em funcionamento, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Bem</u>	<u>Anos</u>
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3
Outros Ativos intangíveis	3

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo. Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o custo deduzido de amortizações acumuladas.



Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

As propriedades de investimento são depreciadas à taxa de 2% ao ano, de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no Classificador complementar 2.

Desde 2012 que a AICEP detém apenas uma propriedade de investimento, para a qual foi efetuada avaliação a 31 de dezembro de 2017 por perito externo independente. Uma vez que não existiram grandes variações no mercado imobiliário, em 2021 manteve-se a mesma avaliação, não se verificando qualquer imparidade.

As outras duas propriedades de investimento existentes foram transferidas, em 2012, para os ativos fixos tangíveis por passarem a ser utilizadas por Serviços da AICEP, como instalações próprias, ao valor registado no balanço por não se ter verificado qualquer imparidade após avaliação por entidade externa independente.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa e propriedades de investimento, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Participações financeiras em subsidiárias e outras participações financeiras

Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-



parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

À data de 31 de dezembro de 2021 a AICEP apenas detém uma participação numa empresa subsidiária - AICEP Global Parques, SA.

As contas da AICEP Global Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A. (inicialmente designada por Isósceles – Compra e Venda e Exploração de Imóveis, S.A. e depois API Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A.) foram tratadas segundo o método de equivalência patrimonial nas contas individuais e serão tratadas de acordo com o método de consolidação integral nas contas consolidadas.

Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

A AICEP detinha em 31 de dezembro de 2021 9.619.407 ações do Banco Português de Fomento, SA, correspondendo a uma percentagem de 3,77%.

A AICEP, em 31 de dezembro de 2021, além de participar no capital do Banco Português de Fomento, S.A., detinha Unidades de Participação (UP's) em quatro Fundos de Capital de Risco e num fundo autónomo vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos de financiamento de empresas, em particular, no que se refere às pequenas e médias empresas (PME) e aos projetos com maior grau de inovação (FINOVA). Esta participação passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta "Outros credores". Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

A valoração das participações de Fundos de Capital de Risco da AICEP teve em consideração a política de valoração da carteira da AICEP Capital Global – Sociedade de Capital de Risco, SA, (entretanto extinta por fusão na Portugal Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.), conforme previsto no Regulamento da Comissão



de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 12/2005 de 9 de dezembro, bem como o Regulamento da CMVM n.º 1/2008 de 7 de março. Esta política contabilística de valoração dos investimentos é diferente da utilizada pela AICEP, dado que esta não considera os ajustamentos de valor acima do valor de aquisição. Nesse sentido, foram ajustados, em 2012, os valores das participações atribuídas através do registo de uma reserva de fusão no capital próprio no montante de 602.289 Euros.

Estas participações financeiras são constituídas essencialmente por unidades de participação em fundos de investimento, que são mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas, sendo reforçada ou reduzida a imparidade de acordo com a comparação entre os valores das unidades de participação e os respetivos custos de aquisição, conforme segue:

- i. FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (GPI) - Participação de 78,22%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 55.641.430 Euros. Durante o exercício de 2013 a participação foi aumentada em 1,31%, devido ao processo de fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III por incorporação no FCR PV GPI. Em 2015, em resultado da cisão mencionada na Nota introdutória ponto 28, a participação financeira foi reduzida para 39.762.435 Euros. Em 2021 este fundo efetuou nova redução de capital, tendo devolvido o montante de 4.693.293 Euros, pelo que o seu valor de aquisição passou a 17.391.059 Euros. Verificou-se também no corrente ano uma reversão da imparidade deste fundo no montante de 600.900 Euros, passando o valor acumulado da imparidade no final do ano para o montante de 9.258.019 Euros.
- ii. FCR Portugal Ventures Internacionalização - Participação de 8,55%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 4.000.000 Euros. Este fundo foi constituído em 18 de abril de 2011, encontrando-se no final de 2013 realizado apenas 33,5% do capital. Em 2014, este fundo efetuou uma redução de capital, tendo devolvido o montante de 2.814.000 Euros, pelo que o seu valor de aquisição passou a 1.186.000 Euros. Em 2021, registou-se um reforço da imparidade deste fundo no montante de 19.633 Euros, passando o valor acumulado da imparidade no final do ano para o montante de 898.818 Euros.
- iii. FCR Portugal Ventures Grow and Expand - Participação de 78,69%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 23.380.119 Euros, em resultado na cisão mencionada na Nota introdutória ponto 28. Verificou-se no exercício de 202 um reforço da imparidade deste fundo no montante de 278.199 Euros, sendo o valor acumulado da imparidade no final do ano de 10.849.832 Euros.
- iv. FINOVA - Ao abrigo do Eixo III - Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Por se tratar de uma operação neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço. Contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta "Outros credores". Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.



- v. Banco Português de Fomento, SA - Participação direta de 3,77%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 9.619.407 Euros. Em 2020, no âmbito da criação do Banco através do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, a AICEP passou a deter 9.619.407 ações representativas de 3,77% do capital social do Banco Português de Fomento, através da incorporação no Banco, da percentagem detida na PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A e pela entrada em espécie mediante transmissão para o BPF da participação social detida pela AICEP na Portugal Capital Ventures (cf. ponto 33 da Nota Introdutória). Não foram identificadas situações que colocassem em causa o valor de aquisição.

Nos Fundos (FCR's) referidos nos parágrafos anteriores, a política de valoração das respetivas carteiras (participações sociais ou ativos equiparáveis) é conforme o regime previsto no Regulamento da CMVM n.º 1/2005 (são registados nas respetivas contas os ajustamentos de justo valor positivos acima do valor de aquisição). Passou a ser aplicado, desde 2008, o procedimento, em que não são incluídos os ajustamentos de justo valor positivo no cálculo da valoração dos fundos, uma vez que esta metodologia não é consistente com as políticas contabilísticas utilizadas pela AICEP.

3.7 Outros ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com o critério do custo:

- **Clientes e outras a pagar** - Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo/valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

- **Caixa e depósitos** - Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, sendo estes ativos mensurados ao custo.

- **Fornecedores e outras contas a pagar** - Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. As dívidas a pagar não vencem juros e encontram-se registadas pelo valor nominal.

- **Investimentos financeiros** – estão considerados nesta rubrica, como ativo não corrente, participações financeiras em fundos de capital de risco e outras entidades, conforme nota 7.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.



As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- b) É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- c) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- d) A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de juros e dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

3.9 Julgamentos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



Com base na informação disponível e expectativas futuras, a Agência continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não existe nem intenção nem necessidade de alterar de forma substancial a sua atividade ou níveis operacionais.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Para a conversão para Euros dos itens monetários denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021, foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio:



Moeda	Sigla	Câmbio
DIRHAM DOS E.A.U.	AED	0,24007
KWANZA ANGOLANA	AON	0,00162
PESO ARGENTINO	ARS	0,00859
DÓLAR AUSTRALIANO	AUD	0,63731
REAL BRASILEIRO	BRL	0,15738
DÓLAR CANADIANO	CAD	0,69348
FRANCO SUIÇO	CHF	0,96413
PESO CHILENO	CLP	0,00104
YUAN RENMIMBI DA CHINA	CNY	0,13855
PESO COLOMBIANO	COP	0,00022
ESCUDO CABO VERDIANO	CVE	0,00907
COROA CHECA	CZK	0,04029
COROA DINAMARQUESA	DKK	0,13444
DINAR ARGELINO	DZD	0,00637
LIBRA ESTERLINA	GBP	1,18857
FORINT DA HUNGRIA	HUF	0,00272
NOVO SHEKEL ISRAELITO	NIS	0,28458
RUPÍA INDIANA	INR	0,01185
IENE DO JAPÃO	JPY	0,00766
WON DA COREIA DO SUL	KRW	0,00074
DIRHAM MARROQUINO	MAD	0,09624
PATACA DE MACAU	MOP	0,10979
PESO MEXICANO	MXN	0,04306
METICAL NOVO MOÇAMBICANO	MTN	0,01395
COROA NORUEGUESA	NOK	0,09999
ZLOTY DA POLÓNIA	PLN	0,21789
NOVO LEU DA ROMÉNIA	RON	0,20209
RUBLO RUSSO	RUR	0,01183
COROA SUECA	SEK	0,09713
SINGAPURA DÓLAR	SGD	0,65219
DOBRA DE SÃO TOMÉ	STN	0,04120
BAHT DA TAILÂNDIA	THB	0,02556
DINAR TUNISINO	TND	0,30701
LIRA TURCA	TRY	0,06632
DÓLAR DOS E.U.A.	USD	0,88067
RAND DA ÁFRICA DO SUL	ZAR	0,05566
FRANCO (SENEGAL)	XAF	0,00152
FRANCO OCIDENTAL (GUINÉ)	XOF	0,00152
FRANCO (SENEGAL)	XAF	0,00152

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.



Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, consideram-se caixa e seus equivalentes, numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalham-se conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	7.129	5.273
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	69.844.893	80.360.564
Depósitos bancários à ordem	2.250.748	2.573.566
Depósitos a prazo no Tesouro	<u>118.000.000</u>	<u>100.000.000</u>
	<u>190.102.770</u>	<u>182.939.403</u>

Conforme Nota introdutória ponto 20, a rubrica de depósitos bancários inclui o montante de 116.062.215 Euros que não se encontra disponível para uso da Empresa, uma vez que, no âmbito da função da AICEP de gestão de incentivos, trata-se de montantes já recebidos dos promotores a título de reembolso ou devolução a devolver ao gestor dos fundos.



5. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis

5.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2021							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. Básico	Equipam. de Transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	229.430	1.170.083	251.765	643.566	5.081.925	631.224	8.007.992
Aquisições	-	55.298	3.481	50.815	198.470	13.841	321.905
Alienações	-	-	-	(86.474)	(20.378)	-	(106.852)
Transferências	-	303	37.611	(189)	-30.971	-6.755	-
Abates	-	-	(4.513)	(146)	(142.909)	(7.968)	(155.537)
Saldo final	229.430	1.225.684	288.344	607.571	5.086.137	630.342	8.067.508
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	604.914	198.665	465.167	4.890.587	576.486	6.735.818
Depreciações do exercício	-	26.077	11.047	71.298	149.867	8.891	267.181
Alienações	-	-	-	(86.474)	(20.378)	-	(106.852)
Transferências	-	303	38.019	(189)	(30.153)	(7.562)	418
Abates	-	-	(4.513)	(146)	(142.909)	(7.968)	(155.537)
Saldo final	-	631.294	243.218	449.656	4.847.014	569.847	6.741.028
Ativos líquidos	229.430	594.390	45.126	157.915	239.123	60.495	1.326.480
2020							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. Básico	Equipam. de Transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	229.430	1.170.083	275.364	630.458	5.588.654	631.794	8.525.783
Aquisições	-	-	4.473	34.498	191.525	2.993	233.489
Alienações	-	-	-	(21.390)	-	-	(21.390)
Abates	-	-	(28.073)	-	(698.254)	(3.563)	(729.890)
Saldo final	229.430	1.170.083	251.765	643.566	5.081.925	631.223	8.007.992
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	577.340	215.061	427.069	5.378.416	570.771	7.168.657
Depreciações do exercício	-	27.574	11.533	59.489	210.432	9.279	318.306
Alienações	-	-	-	(21.390)	-	-	(21.390)
Abates	-	-	(27.929)	-	(698.262)	(3.563)	(729.755)
Saldo final	-	604.914	198.665	465.168	4.890.586	576.487	6.735.818
Ativos líquidos	229.430	565.169	53.100	178.398	191.339	54.736	1.272.174



Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Classificador complementar 2.

As depreciações do exercício, no montante de 267.181 Euros (318.306 Euros em 2020), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

O detalhe dos custos históricos de aquisição dos terrenos e edifícios e os correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2021, é o seguinte (cf. nota 12)

	2021		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	108.483	120.946	229.429
Edifícios e outras construções	325.450	362.839	688.289
	433.933	483.785	917.718

Em 31 de dezembro de 2021 a Agência não detinha quaisquer ativos fixos tangíveis escriturados com restrição de titularidade.

5.2 Ativos intangíveis

Durante o exercício de 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, foi o seguinte:

RUBRICAS	2021				
	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período			Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Amortizações do Período	
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Outros	322.997	4.920	-	(127.261)	200.655
Ativos intangíveis em curso	2.103.642	665.872	-	-	2.769.514
Total	2.426.639	670.792	-	(127.261)	2.970.169

RUBRICAS	2020				
	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período			Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período	
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Outros	-	-	379.217	(56.221)	322.997
Ativos intangíveis em curso	1.304.750	1.178.110	(379.217)	-	2.103.642
Total	1.304.750	1.178.110	-	(56.221)	2.426.639



Os ativos intangíveis correspondem a despesas com o processo de transformação digital da Agência, incluído nos Plano Estratégico da AICEP para o triénio de 2017-2019 e de 2020-2022, nomeadamente o desenvolvimento de portais com ferramentas de apoio aos clientes da Agência na área do negócio internacional e do investimento. Estes ativos são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, Classificador complementar 2. O valor desta rubrica diz respeito a um projeto de investimento concluído e 16 ainda em curso.

6. Propriedades de Investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

2021						
RUBRICAS	Quantia	Variações	Quantia	Gastos do período	Rendimentos do Período	
	Líquida	(modelo do custo)	Líquida		Rendas	Outros
	Escriturada	Depreciações do	Escriturada			
	Inicial	Período	Final			
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais	19.698	-	19.698	-	-	-
Edifícios e outras construções	21.274	(1.182)	20.092	2.331	16.584	2.331
Total	40.972	(1.182)	39.790	2.331	16.584	2.331

2020						
RUBRICAS	Quantia	Variações	Quantia	Gastos do período	Rendimentos do Período	
	Líquida	(modelo do custo)	Líquida		Rendas	Outros
	Escriturada	Depreciações do	Escriturada			
	Inicial	Período	Final			
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais	19.698	-	19.698	-	-	-
Edifícios e outras construções	22.456	(1.182)	21.274	2.985	16.584	2.331
Total	42.154	(1.182)	40.972	2.985	16.584	2.331

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens.

As depreciações do exercício, no montante de 1.182 Euros (1.182 Euros em 2020), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

O detalhe dos custos históricos de aquisição das propriedades de investimento e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte (cf. nota 12):



	2021		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	17.588	2.111	19.698
Edifícios e outras construções	52.763	6.332	59.094
	<u>70.350</u>	<u>8.442</u>	<u>78.793</u>

O detalhe da propriedade de investimento registada em 31 de dezembro de 2021 é conforme segue:

	2021	
	Montante registado	Justo valor
Arrendadas:		
Av. da Liberdade, Lisboa (9º piso)	<u>39.790</u>	<u>390.000</u>
	<u>39.790</u>	<u>390.000</u>

O justo valor da propriedade de investimento foi determinado através de avaliação reportada à data de 31 de dezembro de 2017. Uma vez que a evolução do preços no mercado imobiliário foi positiva, e seguindo um critério de prudência, a AICEP optou por em 2021 manter a avaliação considerada àquela data, não se verificando qualquer imparidade.

Tal justo valor foi determinado por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência na localização e tipologia das propriedades de investimento em questão.

7. Participações Financeiras

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte (cf. Nota Introdutória ponto 24):

	2021		
	Método da equiv. patrimonial	Método do Custo	Total
Participações financeiras / Outros ativos financeiros			
Saldo inicial	26.127.462	64.133.153	90.260.615
Aquisições	-	17.142	17.142
Método da equiv. Patrimonial	2.962.838	-	2.962.838
Dividendos	(2.585.997)	-	(2.585.997)
Redução de capital	-	(5.641.442)	(5.641.442)
Saldo final	<u>26.504.304</u>	<u>58.508.854</u>	<u>85.013.157</u>
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	22.306.578	22.306.578
Perdas por imparidade do exercício	-	(1.251.216)	(1.251.216)
Saldo final	-	<u>21.055.363</u>	<u>21.055.363</u>
Ativos líquidos	<u>26.504.304</u>	<u>37.453.492</u>	<u>63.957.794</u>



2020			
	Método da equiv. patrimonial	Método do Custo	Total
Participações financeiras / Outros ativos financeiros			
Saldo inicial	26.146.196	73.246.517	99.392.713
Aquisições	-	9.636.456	9.636.456
Método da equiv. Patrimonial	2.695.329	-	2.695.329
Dividendos	(2.714.063)	-	(2.714.063)
Redução de capital	-	(18.749.820)	(18.749.820)
Saldo final	26.127.462	64.133.153	90.260.615
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	21.489.947	21.489.947
Perdas por imparidade do exercício	-	816.632	816.632
Saldo final	-	22.306.579	22.306.579
Ativos líquidos	26.127.462	41.826.574	67.954.036

O valor de 63.957.794 Euros, no final de 2021, a título de participações financeiras, está evidenciado no balanço, no ativo não corrente, nas rubricas de participações financeiras e outros ativos financeiros, pelos montantes de 36.123.711 euros e 27.834.084 euros, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos valores na coluna de “Método de equivalência patrimonial”, o aumento de 2.962.838 Euros resulta da valoração dos investimentos financeiros da participada AICEP Global Parques, em consequência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

A redução de 2.585.997 Euros resulta da distribuição de dividendos pela AICEP Global Parques, SA.

Relativamente às participações valoradas ao custo, em 2021, o montante na rubrica de aquisições diz respeito à participação da AICEP no Banco Português de Fomento, SA, conforme explanado na Nota introdutória ponto 33.

O montante na rubrica de redução de capital resulta da redução no capital do Fundo Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento no valor de 4.693.293 Euros e da liquidação do Fundo de Capital de Risco Real Change, no valor de 948.148 Euros.

A comparticipação por parte da entidade patronal ao Fundo de Compensação do Trabalho, cumprindo o determinado na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, foi em 2021, de 17.142 Euros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, sendo a percentagem indicada correspondente à grandeza do interesse (produto da percentagem de participação da AICEP na participada direta pela percentagem em que esta participa na sua própria participada):



		2021								
		Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiária:										
	AICEP Global Parques	Setúbal	40.038.957	10.972.452	29.066.505	14.643.881	3.269.796	91,19%	2.981.563	2.962.838
									<u>2.981.563</u>	<u>2.962.838</u>

		2020								
		Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:										
	AICEP Global Parques	Setúbal	39.750.465	11.097.232	28.653.234	13.663.935	2.985.251	91,19%	2.722.101	2.695.329
									<u>2.722.101</u>	<u>2.695.329</u>

Conforme referido na nota 3.6 os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe das outras participações incluindo as respetivas perdas por imparidade, é o seguinte:

Outras Participações	2021				2020		
	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Sociedades:							
Banco Português de Fomento	3,77%	9.619.407	-	9.619.407	9.619.407	-	9.619.407
Spidouro - Soc. Prom. Emp. e Inv. do Douro e T.-os-M.	2,49%	22.446	(22.446)	-	22.446	(22.446)	-
Vitrocristal - Estudos e Proj. de Apoio à Cristalaria, ACE	4,00%	499	(499)	-	499	(499)	-
		<u>9.642.352</u>	<u>(22.945)</u>	<u>9.619.407</u>	<u>9.642.352</u>	<u>(22.945)</u>	<u>9.619.407</u>
Centros/Associações							
Cevalor - Centro Tec. p/ Aproveit. Val. Rochas Orn. e Ind.	n/a	3.990	(3.990)	-	3.990	(3.990)	-
CITEVE - Centro Tec. das Ind. Têxtil e Vest. Portugal	n/a	2.993	(2.993)	-	2.993	(2.993)	-
Suberav - Associação para a Valorização da Cortiça	n/a	998	(998)	-	998	(998)	-
Club Financiero de Vigo	n/a	17.768	(17.768)	-	17.768	(17.768)	-
		<u>25.749</u>	<u>(25.749)</u>	<u>-</u>	<u>25.749</u>	<u>(25.749)</u>	<u>-</u>
		<u>9.668.100</u>	<u>(48.693)</u>	<u>9.619.407</u>	<u>9.668.100</u>	<u>(48.693)</u>	<u>9.619.407</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos outros ativos financeiros incluindo as respetivas perdas por imparidade, é o seguinte:

Outros Ativos Financeiros	2021				2020		
	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Unidades de participação em fundos de investimento:							
Real Change – FCR	0,00%	-	-	-	948.148	(948.148)	-
FCR Portugal Ventures Grandes Proj. de Inv.	78,22%	17.391.059	(9.258.019)	8.133.039	22.084.352	(9.858.919)	12.225.433
FCR Portugal Ventures Internacionalização	8,55%	1.186.000	(898.818)	287.182	1.186.000	(879.185)	306.815
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	78,69%	23.380.119	(10.849.832)	12.530.286	23.380.119	(10.571.633)	12.808.486
Fundo de Compensação de Trabalho	n/a	62.576	-	62.576	45.433	-	45.433
FINOVA	0,70%	6.821.000	-	6.821.000	6.821.000	-	6.821.000
		<u>48.840.753</u>	<u>(21.006.669)</u>	<u>27.834.084</u>	<u>54.465.052</u>	<u>(22.257.885)</u>	<u>32.207.167</u>

O montante bruto do FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento foi deduzido das reservas de fusão, constituídas em 2012, no montante de 502.422 Euros do FCR PV GPI e de 99.867 Euros do FCR Portugal Ventures III no processo de fusão de 2013, conforme Nota introdutória ponto 27.



O montante de 6.821.000 Euros refere-se à participação no FINOVA. Apesar de a AICEP deter a participação desde 2012, considera, no entanto, que não tem qualquer intervenção nesta participação, pois foi meramente um veículo para a aquisição da participação, por orientações do Compete. Por se tratar de uma operação neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço. Contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta de outros credores. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

8. Imparidade de Ativos

A este propósito ver o mencionado nas notas 7 e 10, relativamente à imparidade das participações financeiras e de outros créditos a receber, respetivamente.

9. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes impostos	2.661.090	(2.327.936)
<i>Taxa nominal de imposto</i>	<u>22,50%</u>	<u>22,50%</u>
<i>Imposto teórico calculado</i>	<u>598.745</u>	<u>(523.786)</u>
Gastos não aceites fiscalmente	3.007.968	7.286.897
Rendimentos não tributáveis	<u>(6.968.358)</u>	<u>(6.766.078)</u>
Lucro tributável / Prejuízo fiscal	<u>(1.299.301)</u>	<u>(1.807.117)</u>
Tributação Autónoma	<u>78.649</u>	<u>43.539</u>
Imposto sobre o rendimento corrente	78.649	43.539
Imposto sobre o rendimento diferido	<u>(665)</u>	<u>(665)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>77.985</u>	<u>42.875</u>
Taxa efetiva de imposto	2,9%	-1,8%



Conforme se pode verificar acima, o imposto registado decorre essencialmente do cálculo do imposto sobre o rendimento corrente.

Em 31 de dezembro de 2021 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 10.570.700 Euros, ficando assim este montante para utilizar, sendo que a data-limite de utilização é conforme segue:

	Montante	Data
Gerados em 2016	983.673	utilização até 2030
Gerados em 2017	2.506.262	utilização até 2024
Gerados em 2018	2.606.752	utilização até 2025
Gerados em 2019	2.666.896	utilização até 2026
Gerados em 2020	1.807.117	utilização até 2032
	<u>10.570.700</u>	

Impostos diferidos

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2021	2020
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos

Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	18.583	19.247
	<u>18.583</u>	<u>19.247</u>

Conforme referido na Nota introdutória ponto 34 e na nota 12, no final de 2021 estão registados 338.781 Euros, em Outras variações no Património Líquido, referentes ao valor do passivo por imposto diferido associado a subsídios, conforme segue:

	2021	2020
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Passivos por impostos diferidos - Subsídios	338.781	213.384
	<u>338.781</u>	<u>213.384</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, existiam ainda as seguintes diferenças temporárias dedutíveis relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos por não existirem expectativas razoáveis quanto à geração de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização:



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízos fiscais reportáveis	2.219.847	1.840.352
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:		
Participações financeiras	4.737.457	5.018.980
	<u>6.957.304</u>	<u>6.859.332</u>

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Passivos por	Passivos por
	impostos	impostos
	diferidos	diferidos
Saldo inicial	<u>19.247</u>	<u>19.911</u>
Efeito em resultados:		
Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	<u>(665)</u>	<u>(665)</u>
Saldo final	<u>18.582</u>	<u>19.246</u>

10. Ativos financeiros e outras contas a receber

Categorias de ativos financeiros

As categorias de “ativos financeiros” e de “outras contas a receber” em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no ativo corrente, são detalhadas conforme segue:

ATIVO CORRENTE	<u>2021</u>			<u>2020</u>		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	7.129	-	7.129	5.272	-	5.272
Depósitos bancários	72.095.641	-	72.095.641	82.934.130	-	82.934.130
Depósitos a prazo	118.000.000	-	118.000.000	100.000.000	-	100.000.000
	<u>190.102.770</u>	<u>-</u>	<u>190.102.770</u>	<u>182.939.402</u>	<u>-</u>	<u>182.939.402</u>
Contas a receber						
Clientes, contribuintes e utentes	4.265.140	(2.750.000)	1.515.140	3.796.338	(2.750.000)	1.046.338
	<u>4.265.140</u>	<u>(2.750.000)</u>	<u>1.515.140</u>	<u>3.796.338</u>	<u>(2.750.000)</u>	<u>1.046.338</u>
Outras contas a receber						
Adiantamentos a fornecedores	2.703	-	2.703	972	-	972
Adiantamentos a Pessoal	117.362	-	117.362	109.866	-	109.866
Devedores por acréscimos de rendimentos	5.211.572	-	5.211.572	7.797.750	-	7.797.750
Cauções entregues a terceiros	226.767	-	226.767	226.160	-	226.160
Outros devedores-Outros	-	-	-	69	-	69
Outros devedores	182.547	-	182.547	145.990	-	145.990
	<u>5.740.951</u>	<u>-</u>	<u>5.740.951</u>	<u>8.280.807</u>	<u>-</u>	<u>8.280.807</u>
	<u>200.108.861</u>	<u>(2.750.000)</u>	<u>197.358.861</u>	<u>195.016.548</u>	<u>(2.750.000)</u>	<u>192.266.547</u>



Relativamente à imparidade registada na rubrica de Clientes, contribuinte e utentes, diz respeito a três faturas emitidas ao IAPMEI, equivalentes a três duodécimos dos 11 milhões de Euros do IAPMEI, previstos no Orçamento de Estado para 2020. Apesar de a AICEP ter faturado 11 milhões de Euros ao IAPMEI em 2020, no final de 2021 encontravam-se ainda por receber 2,75 milhões de Euros, pelo que se encontra registada uma imparidade no mesmo montante face à pouca probabilidade de ainda vir a receber essa verba.

O valor em Devedores por acréscimos de rendimento reflete, na sua maioria, a situação dos projetos próprios da Agência para com as entidades financiadoras. Sendo a AICEP cofinanciada por diversos fundos comunitários, no âmbito do PT2020 e do PRR, e até que apresente as prestações de contas junto das entidades financiadoras e seja recebido o respetivo incentivo, é refletido nesta conta a estimativa das verbas que deverá ser ressarcida respeitantes aos custos incorridos até àquela data. De realçar os valores mais elevados com os projetos próprios SIAC e com a Assistência Técnica, no montante de 2,3 milhões de Euros cada.

No ativo não corrente:

ATIVO NÃO CORRENTE	2021			2020		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Outras contas a receber						
Outros devedores-Outros - Realizável a mais de 12 meses	169.583	(165.441)	4.142	212.193	(208.051)	4.142
	<u>169.583</u>	<u>(165.441)</u>	<u>4.142</u>	<u>212.193</u>	<u>(208.051)</u>	<u>4.142</u>

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os rendimentos, relacionados com ativos financeiros, foram juros bancários nos montantes de 1.130 e 4.416 Euros, respetivamente

11. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Rendas	174.540	195.610
Seguros	24.957	31.584
Assinaturas	3.785	7.804
Software	114.025	3.205
Outros	1.050.663	218.911
	<u>1.367.970</u>	<u>457.114</u>

A variação ocorrida na rubrica de “Outros” respeita fundamentalmente com serviços de produção, montagem, manutenção e desmontagem de conteúdos expositivos (696 mil Euros), bem como outro tipo de serviços e trabalhos especializados como concessão da exploração de restauração, participação de diversos artistas, reportagem e divulgação (76 mil Euros), prestados no Pavilhão de Portugal da Expo 2020 Dubai que teve início em outubro de 2021 com término em março de 2022.



12. Património Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no montante de 114.927.980 Euros era detido integralmente pelo Estado Português.

Prémios de emissão

Com o início da atividade da API, o capital de 110.000.000 Euros foi realizado pelo montante de 162.840.541 Euros, com um prémio de emissão de 52.840.541 Euros.

Após a constituição da API, foram realizadas pela AICEP Capital diversas operações que determinaram resultados extraordinários positivos, e que já se encontravam em curso, pelo que foi entendido que o resultado realizado devia ser totalmente imputado ao valor inicial da participação naquela sociedade. A contrapartida deste aumento foi registada numa conta especial denominada Prémios de Emissão Suplementares no montante de 3.952.690 Euros, com o objetivo de registar de forma mais rigorosa o valor entregue efetivamente pelo Estado Português na realização em espécie do Capital estatutário da API.

Na mesma avaliação para a realização em espécie do Capital Estatutário da API, a participação no FIEP foi avaliada com base no capital próprio contabilístico da participada em 31 de dezembro de 2001. Uma vez que a API teve o seu início em 31 de outubro de 2002, àquela participação foi acrescido o montante correspondente a cinco sextos do resultado líquido do ano de 2002. A contrapartida deste aumento foi registada igualmente na conta Prémios de Emissão Suplementares no montante de 1.156.821 Euros.

Assim, o valor global dos prémios de emissão é de 57.950.052 euros.

Revalorizações

O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conforme segue:

	Excedente de revalorização Propr. Invest.	Excedente de revalorização tangíveis	Excedente de revalorização total
Saldo no início do período	4.390	209.470	213.860
Amortizações	(127)	(7.257)	(7.384)
Saldo no final do período	4.263	202.213	206.476

A este propósito confrontar notas 5.1 e 6.



A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro

Como resultado das revalorizações efetuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aumentadas em 7.384 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Ajustamentos em ativos financeiros

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” apresentou o seguinte movimento:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	1.731.775	2.093.206
Lucros não atribuídos	135.965	(334.657)
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	(18.726)	(26.774)
Saldo final	<u>1.849.014</u>	<u>1.731.775</u>

O saldo desta rubrica correspondente ao resultado apropriado segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques deduzido dos dividendos recebidos.

A transferência de Resultados Transitados para Ajustamentos de partes de capital em associadas é, nestes termos, e nas contas da AICEP, correspondente aos ganhos das participadas tal como são evidenciados nas contas destas. Na verdade, é entendimento da AICEP que na conta de Ajustamentos de partes de capital em subsidiárias e associadas deve figurar o lucro da participada que esta possa vir a distribuir, mas sem consideração dos prejuízos que deverão permanecer em Resultados transitados.

O montante registado na rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas” refere-se a um subsídio ao investimento recebido na AICEP Global Parques.

**Subsídios**

Conforme é explicado na Nota introdutória ponto 35 e na sequência do processo de transformação digital da AICEP, foram apresentados projetos ao SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa e ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência para financiamento de despesas correntes e despesas de capital. Os montantes dos subsídios recebidos até 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo por imposto diferido e o montante do rendimento reconhecido no corrente exercício são os seguintes:

	Movimento 2021		Acumulado final 2021	
	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração
Montante recebido				
Projetos SAMA				
22159			235.546	60.687
35425		37.828	177.764	79.918
88	50.879	173.192	142.612	219.059
40221	100.922	21.177	214.090	45.161
40222	226.622	72.562	411.641	102.659
POCI-02-0550-FEDER-043982			108.375	19.001
POCI-05-5762-FSE-000221	22.056	-	36.608	-
POCI-05-5762-FSE-000231	4.249	-	11.235	-
POCI-05-5762-FSE-000249	40.478	7.137	63.275	11.157
POCI-05-5762-FSE-000250	62.590	36.279	131.705	36.279
POCI-05-5762-FSE-000364	7.533	-	7.533	-
POCI-05-5762-FSE-000369	14.038	-	14.038	-
Projetos PRR				
Transformação Digital	96.477	49.065	96.477	49.065
	<u>625.844</u>	<u>397.241</u>	<u>1.650.898</u>	<u>622.988</u>
Passivos por imposto diferido				
Projetos SAMA	103.690	-	317.074	-
Projetos PRR	21.707	-	21.707	-
	<u>125.398</u>	<u>-</u>	<u>338.781</u>	<u>-</u>
Rendimentos reconhecidos				
Projetos SAMA				
22159	68.521	(430)	145.203	60.258
35425	-	37.828	-	79.918
88	-	30.485	-	567.408
40221	-	24.569	-	48.553
40222	-	22.901	-	102.658
POCI-02-0550-FEDER-043982	-	41.808	-	41.808
POCI-05-5762-FSE-000221	-	12.438	-	12.438
POCI-05-5762-FSE-000231	-	2.528	-	2.528
POCI-05-5762-FSE-000249	-	71.086	-	71.086
POCI-05-5762-FSE-000250	-	49.265	-	49.265
POCI-05-5762-FSE-000364	-	15.679	-	15.679
POCI-05-5762-FSE-000369	-	12.202	-	12.202
Projetos PRR				
Transformação Digital	-	49.065	-	49.065
	<u>68.521</u>	<u>369.423</u>	<u>145.203</u>	<u>1.112.866</u>
	<u>431.925</u>	<u>27.819</u>	<u>1.166.914</u>	<u>(489.878)</u>



13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

	2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	683.296	5.158	-	(19.062)	669.392
Outros custos com pessoal	3.482.672	648.510	(659)	(391.341)	3.739.182
Projetos de investimento	316.065	-	-	-	316.065
Outros riscos e encargos	28.362	14.760	-	-	43.122
	<u>4.510.396</u>	<u>668.428</u>	<u>(659)</u>	<u>(410.403)</u>	<u>4.767.761</u>

	2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	685.129	16.966	-	(18.799)	683.296
Outros custos com pessoal	4.086.454	687.777	(314.604)	(976.954)	3.482.673
Projetos de investimento	316.065	-	-	-	316.065
Outros riscos e encargos	28.362	-	-	-	28.362
	<u>5.116.009</u>	<u>704.743</u>	<u>(314.604)</u>	<u>(995.753)</u>	<u>4.510.396</u>

O aumento de 648.510 Euros verificados na conta de provisões relativas a outros custos com pessoal resulta da atualização do valor, face a 2020, das provisões com diuturnidades, com prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP (Sede e Rede Externa), dos colaboradores em pré-reforma e com duas ações interpostas por colaboradores da Sede.

Em 2021 foram utilizados 391.341 Euros de provisões, dos quais 216.883 Euros relacionados com o pagamento de prémios de antiguidade a colaboradores na Rede Externa e 104.391 com pagamentos a colaboradores no estado de pré-reforma.

Relativamente à provisão das diuturnidades, o regulamento do ex-ICEP previa o pagamento de uma diuturnidade por cada cinco anos de tempo de serviço com o limite de cinco diuturnidades, sendo que cada diuturnidade correspondia a 19,95 Euros e desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processadas, cifrando-se a provisão no final de 2021 em 1.826.528 Euros.

Houve ainda lugar a um reforço, por via do estudo atuarial, do valor da provisão já existente para cobrir as indemnizações aos herdeiros de uma ex-colaboradora no montante de 5.158 Euros, tendo sido utilizado no corrente exercício o montante de 19.062 euros, incluindo juros de mora.

A provisão das pré-reformas corresponde ao valor a pagar a quatro ex-colaboradores que assinaram com a AICEP, até ao final de 2021, acordos de pré-reforma, que ascendem a 320.092 Euros.



A provisão relativa aos prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP, cujos contratos de trabalho previam uma compensação pelos anos de trabalho ao serviço do Instituto e que desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processados. Considerando que a AICEP tem vindo a perder vários processos em tribunal relativos ao pagamento de prémios de antiguidade de ex-funcionários, sendo que no final de 2017 a AICEP procedeu ao pagamento dos referidos prémios a 43 colaboradores, mas apenas aos direitos vencidos até ao final de 2010. Desde o ano de 2018 a AICEP continuou a perder processos no mesmo âmbito, tendo pagado, portanto os prémios de antiguidade requeridos. Assim, a provisão já existente correspondente agora à estimativa do montante máximo a pagar de prémios de 2011 a 2021 registando um total de 396.363 Euros, dos quais 76.240 Euros correspondem a juros de mora, relativos a 92 colaboradores, dos quais 1 com direito ao pagamento de três vencimentos, 74 a dois vencimentos e 17 a um vencimento.

Foi reduzida a provisão relativa ao reajuste salarial dos contratados locais no Ponto de Rede da AICEP no Brasil pelo montante de 659 Euros, correspondente à atualização cambial.

A provisão referente a projetos de investimento foi constituída para fazer face à eventualidade de os incentivos recebidos terem de vir a ser devolvidos, caso tal se revele necessário após a auditoria final aos projetos. Durante o ano de 2015 houve lugar à reversão desta provisão no montante de 60.100 Euros, dado os projetos em causa terem terminado e não ter havido lugar a qualquer devolução. Durante o ano 2021 a provisão não sofreu alterações, mantendo-se o montante de 316.065 Euros.

Em 2021 foi ainda constituída uma provisão no montante de 14.760 Euros face ao risco de a AICEP ter de pagar faturas reclamadas por uma empresa face a um contrato supostamente celebrado com a AICEP.

- Conta bancária para caução das seguintes responsabilidades:

Processo judicial - Vanda Boavida	427.054
	<u>427.054</u>



14. Passivos Financeiros e outras contas a pagar

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Outras contas a pagar		
Gestão de incentivos ao investimento	116.066.896	119.054.445
Saldo extinção Ex-IPT	5.031.516	5.031.516
Outros Credores	<u>10.390.943</u>	<u>7.416.437</u>
	<u>131.489.355</u>	<u>131.502.398</u>
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores		
Fornecedores c/c	<u>100.375</u>	<u>106.379</u>
	100.375	106.379
Fornecedores de investimento		
Fornecedores de investimento	<u>-</u>	<u>322</u>
	-	322
Outras contas a pagar		
Remunerações a pagar	-	7.435
Outras operações (Pessoal)	14.177	11.740
Credores por acréscimos de gastos	3.190.448	3.524.499
Outros Credores	<u>27.739</u>	<u>7.965</u>
	<u>3.232.364</u>	<u>3.551.639</u>
	<u>3.332.739</u>	<u>3.658.340</u>
Total de Fornecedores e outros passivos financeiros	<u>134.822.094</u>	<u>135.160.738</u>

As explicações para os saldos mais significativos na rubrica de “outras contas a pagar” são as seguintes:

- a) Gestão de incentivos ao investimento - No âmbito da sua competência, enquanto entidade gestora e pagadora no programa Prime do passado QCA III, conforme é explicado na Nota introdutória ponto 19, os saldos referentes à gestão de verbas de incentivos registados no passivo da AICEP em 31 de dezembro de 2021, referem-se aos reembolsos e devoluções de incentivos entregues pelos Promotores à AICEP e ainda não devolvidos por esta à entidade gestora dos fundos comunitários.

Apesar do ano 2021 ainda ter sofrido algumas perturbações devido à pandemia COVID, já se sentiu alguma normalidade nas entregas que as empresas foram fazendo, num esforço de cumprirmos os planos de reembolsos acordados. Neste sentido, foi registada uma diminuição do saldo em cerca de 2,5 milhões de Euros no decurso de 2021, que resulta fundamentalmente, por um lado, do aumento dos reembolsos, devoluções e juros no âmbito do QCA III, relacionados com o SIME B (0,08 milhões de Euros), SIME C (0,7 milhões de Euros) e SIME D (0,1 milhões de Euros), por outro, pelo decréscimo de reembolsos no montante de 7 milhões de Euros que foram utilizados para pagamento de incentivo no âmbito do PT2020, bem como para devolução feita a um promotor de verba executada indevidamente através da Autoridade Tributária, no âmbito de SIME D e que ascendeu a 0,2 milhões de Euros.



De referir ainda que, durante o ano 2021, a AICEP foi recebendo dos promotores verbas no âmbito do QREN e também do PT2020, a título de reembolsos, devoluções e juros no valor de cerca de 36 milhões de Euros e 28 milhões de Euros, respetivamente. Estas verbas juntamente com as que tinham sido recebidas ainda em 2020, foram sendo mensalmente transferidas para o IAPMEI e AD&C, ficando apenas por transferir saldos residuais relativos ao QREN e PT2020, nos montantes de 1.314.224,33 Euros e 1.065.371,35 Euros, respetivamente.

Durante o ano de 2021, no cumprimento da sua competência como entidade gestora e pagadora de verbas de incentivos comunitários dos programas QCA III e QREN, ocorreram os seguintes movimentos:

	FEDER/OE	FDE	FSE/OSS	Total
Saldo incentivos em 31/12/2020:	118.128.117,41	-0,01	442.962,14	118.571.079,54
Movimentos em 2021:				-
1. Recebimento de verbas de incentivos	-	-	-	-
2. Pagamento aos Promotores	-220.039,32	-	-	-220.039,32
3. Reembolsos de promotores	67.521.172,14	-	-	67.521.172,14
4. Devoluções de promotores	1.232.448,74	-	-	1.232.448,74
5. Transferências	-63.989.693,30	-	-	-63.989.693,30
6. Devoluções de verbas de incentivos	-	-	-	-
7. Pagamento aos Promotores - QREN	-7.052.753,25	-	-	-7.052.753,25
Saldo incentivos em 31/12/2021	115.619.252,42	-0,01	442.962,00	116.062.214,55

NOTA: O saldo de 116.062.215 euros inclui o saldo devedor de 4.682 euros correspondente a Juros de Mora devidos pelos promotores que estão incluídos na rubrica "Outras contas a receber" do Ativo Não Corrente.

- b) Por outro lado, devido ao acordo assinado com o estado português acerca da cedência de créditos e participação relativos à empresa Nanium, foram também registados, em 2016, em contas de fundos comunitários o valor de 8,3 milhões de euros, respeitantes a essa entidade e recebidos pela Aicep em maio de 2017. No final de 2018 apenas existia um saldo de 478.684 euros respeitante ao valor da alienação da participação financeira na Nanium, cujo valor pertence ao estado português, que ainda se mantém em 2021.
- c) Saldo extinção ex-IPT - este valor respeita ao montante apurado em sede de extinção do Instituto em agosto de 1992, que foi integrado nas contas do ICEP. De referir que, em setembro desse ano, foi nomeado um Administrador Liquidatário responsável pelo processo de extinção do IPT, processo esse não formalmente concluído. Os custos do processo de extinção foram suportados pelos ativos do extinto IPT. Em fevereiro de 2008 a Inspeção Geral de Finanças (IGF) fez uma auditoria às contas da extinção do IPT junto da AICEP (Procº n.º 2008/88/A5/31). No seu relatório final remetido à AICEP a 16 de junho de 2008, a IGF propôs que a conclusão do processo de liquidação fosse efetuada pela AICEP no prazo de 90 dias. Em resposta, a Agência informou não ter viabilidade económica e recursos para concluir este processo, entendendo que seja proposto o encerramento das contas do ex-IPT e a sua integração no balanço da AICEP.



- d) Outros credores - os valores mais significativos são:
- Valores provenientes do Fundo para as Relações Internacionais, IP, em 2013, ao abrigo do Art.º 8º da Lei n.º 66-B/2012 do Orçamento de Estado para 2013, que inscreveu no mapa de alterações e transferências orçamentais, a dotação de 750.000 Euros a entregar à AICEP para que esta, no âmbito de um protocolo assinado com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, entregue às Embaixadas portuguesas prémios para utilização em ações de diplomacia económica de sua iniciativa. Foram aprovados superiormente um regulamento e uma comissão de avaliação para a definição das regras de atribuição e utilização do Prémio +DE (Diplomacia Económica). Em finais de 2021, o saldo remanescente é de 223.803 Euros;
 - Passivo por imposto diferido relativo a subsídios ao investimento - aquando do registo dos subsídios ao investimento em capital próprio foi registado o valor imposto diferido que lhe estão associados, no montante de 338.781,41 Euros (cf. Nota 9).
 - Valor a devolver ao Compete - Ao abrigo do Eixo III - Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Este montante encontra-se na rubrica "Outros Credores", dado que se trata de verba a devolver ao Compete.
 - Valores a devolver de Projetos Próprios (ex-ICEP) - 136.891 Euros, valores a devolver de projetos próprios do ex-ICEP resultantes da análise em sede auditoria em que foram considerados indevidos;
- e) No decurso do ano de 2021, a AICEP, no exercício da sua atividade de gestão e acompanhamento de projetos de investimento financiados por fundos comunitários do QREN/PT 2020, entregou ao IAPMEI as verbas QREN resultantes de reembolsos de incentivos efetuados pelos promotores, no montante de 35.850.174 Euros, de devoluções de subsídios recebidos, no valor de 92.171 Euros, e de juros (de mora e contratuais) no montante de 51.713 Euros. Relativamente às verbas PT2020 que resultaram de reembolsos de incentivos no valor de 26.853.443 Euros, de devoluções no montante de 1.140.278 Euros e de juros (de mora) na quantia de 1.914 Euros, a AICEP transferiu estes montantes para a Agência de Desenvolvimento e Coesão (AD&C).
- f) Credores por acréscimos de gastos - Inclui remunerações a liquidar no montante de 3.142.065 Euros e outros acréscimos de gastos, no montante de 48.384 euros, relativos a fornecimentos e serviços externos correntes a pagar em 2022.



15. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	92.761	78.649	99.087	43.539
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	247.932	-	247.378
Imposto sobre o valor acrescentado	-	239.073	-	8.082
Contribuições para a Segurança Social e CGA	-	446.689	-	437.695
Outros Impostos/ FCT	-	60.775	-	54.402
	<u>92.761</u>	<u>1.073.118</u>	<u>99.087</u>	<u>791.096</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam dívidas em mora ao Estado.

16. Diferimentos Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica do passivo “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Comissão de Gestão	250.000	-
ARI - Autorização de Residência para Atividade de Investimento	400.000	400.000
Protocolo Turismo de Portugal	654.332	651.887
FRI - Fundo para as Relações Internacionais (EXPO2020DUBAI)	229.466	1.053.637
PT 2020 - Assistência Técnica	54.898	67.868
Outros	1.382	15.812
	<u>1.590.078</u>	<u>2.189.205</u>

No final de 2021 o Turismo de Portugal, IP transferiu para a AICEP a verba de 11 milhões de Euros, dos quais apenas 10.750.000 Euros a título de comissão de gestão, prevista no n.º 11 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado. Os restantes 250.000 Euros seria uma verba que a AICEP estaria devedora. Dado que a AICEP não reconhece qualquer dívida perante o Turismo de Portugal, estando esta verba em discussão, por uma questão de prudência, foi diferido este montante.

Em dezembro de 2013 o Ministério dos Negócios Estrangeiros transferiu o montante de 400.000 Euros para a AICEP - correspondente a uma parcela das receitas dos emolumentos cobrados no âmbito das autorizações de residência para atividade de investimento (ARI) - destinado a atividades de diplomacia económica envolvendo a rede externa. Neste sentido, este valor foi diferido para utilização em ações promocionais na rede externa a realizar futuramente, encontrando-se registado no passivo não corrente.

O montante de 654.332 Euros diz respeito a duas faturas emitidas para fazer face a gastos com vencimentos de janeiro e fevereiro de 2022 relativos a colaboradores afetos à promoção do turismo, conforme Protocolo de cooperação com o Turismo de Portugal de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção do Turismo de Portugal.



A junho de 2019 foi recebido do FRI – Fundo para as Relações Internacionais, o montante de 7 milhões de Euros para financiamento da Expo 2020 Dubai, conforme previsto no ponto 13 do Mapa de Alterações e Transferências Orçamentais, a que se refere o n.º 8, anexo à Lei do Orçamento do Estado para 2019. Em novembro de 2020 foram recebidos do FRI – Fundo para as Relações Internacionais 753.181 Euros e em 2021 o montante de 5 milhões de Euros.

Dado que a AICEP registou, em 2019, 2020 e 2021 respetivamente, 1.854.125, 4.845.419 e 4.074.172 Euros de gastos com a Expo 2020 Dubai, foi registado em diferimentos a diferença correspondente a 2.697.495 Euros. A este valor foram reduzidos 1,75 milhões de euros relativos à comissão de gestão, conforme Despacho Conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Economia e Transformação Digital, totalizando um diferimento no final de 2021 de 229.466 Euros.

O montante de 54.898 Euros diz respeito ao saldo dos projetos do Compete (2015/2018), nº 17532, que a AICEP terá de devolver à Autoridade de Gestão (na sequência de acertos resultante da contratação à ANI).

O montante inscrito na rubrica “Outros” diz exclusivamente respeito a um mês de arrendamento das instalações.

17. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prestação de serviços	22.253.348	22.005.500
Venda de bens	49.707	-
	<u>22.303.055</u>	<u>22.050.719</u>

Conforme referido na Nota introdutória ponto 22, os montantes mais significativos incluídos na rubrica de prestação de serviços em 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

- 10.750.000 Euros, referente a verba faturada em 2021 do Turismo de Portugal. Este montante foi registado ao abrigo do Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado para 2021;
- 11.500.000 Euros, referente a verba recebida em 2021 do IAPMEI. Este montante foi recebido ao abrigo do Art.º 12.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado para 2021.

De referir apenas a nova rubrica de Vendas, que está relacionada com a inauguração do projeto piloto da Portugal Concept Store, projeto transacional de promoção de marcas portuguesas e Marca Portugal durante a Expo 2020 Dubai.

Sob o conceito de Crafted Sophistication, que traduz a opção por produtos genuínos, que se sofisticaram ao longo do tempo, a Portugal Concept Store inaugurou com um portfólio de 170 produtos representativos de 40 marcas nacionais.

Durante os primeiros três meses de operação, a loja efetuou 1.450 vendas num total de 49.706,73 Euros, sendo que a rubrica de “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, apresenta no final de 2021 um total de 16.297,22 Euros.



18. Transferências e subsídios concedidos

O montante de 10.000 Euros na rubrica de “Transferências e subsídios concedidos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 diz respeito exclusivamente a uma contribuição voluntária para o Fundo Fiduciário das Nações Unidas.

Esta transferência teve como fundamento a participação de Portugal, na qualidade de Estado-membro da Organização das Nações Unidas e subscritor do compromisso para com o multilateralismo efetivo, no Fundo Fiduciário instituído para suportar a participação da ONU na Expo 2020 Dubai, destinada a apoiar a presença e as atividades das Nações Unidas na referida Exposição. Inicialmente prevista na modalidade de pavilhão próprio, foi alterada na sequência da pandemia para uma programação em redor dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de comemoração de dias internacionais e de organização de semanas temáticas, inseridas no Programa da Expo pelos Povos e o Planeta.

19. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

	2021	2020
Trabalhos especializados	4.696.838	6.640.193
Publicidade e propaganda	726.815	302.755
Vigilância e segurança	56.976	45.098
Honorários	427.161	579.838
Conservação e reparação	103.892	116.860
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14.975	8.039
Livros e documentação técnica	187.035	148.865
Material escritório	28.122	25.100
Artigos para oferta e de publicidade e divulgaç	17.819	6.622
Eletricidade	130.175	93.626
Combustíveis e lubrificantes	28.623	22.295
Água	9.678	11.044
Outros consumos	14.860	13.577
Deslocações e estadas	389.052	259.700
Transportes de pessoal	465.822	180.851
Outros associados à deslocação	3.555	5.648
Rendas e alugueres	2.338.564	1.980.554
Comunicações	227.465	252.663
Seguros	48.400	36.476
Royalties	3.457	-
Contencioso e notariado	41.120	49.854
Despesas de representação dos serviços	44.928	24.990
Limpeza higiene e conforto	161.951	192.145
Outros serviços	738.578	231.577
	10.905.861	11.228.368



No detalhe de Fornecimentos e Serviços Externos, temos a destacar as rubricas de Trabalhos Especializados com um peso significativo no total destes gastos e que se explica, pelas diversas despesas como a construção, fiscalização, organização, realização e acompanhamento do maior evento que a AICEP realizou durante o ano 2021, o Pavilhão de Portugal, na Expo 2020, realizada no Dubai. Para além destes, são de realçar ainda os gastos com Rendas e Alugueres, justificados pelas rendas das nossas instalações em Lisboa, bem como dos escritórios dos nossos pontos de rede distribuídos pelos diversos países. Para este montante contribuíram com significado alguns gastos com Alugueres de Espaços, em vários pontos de rede, para algumas ações de promoção de comércio e turismo desenvolvidas pela AICEP.

20. Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	405.404	425.088
Remunerações do pessoal	20.784.138	20.220.196
Benefícios pós-emprego	9.276	9.665
Indemnizações	29.903	5.723
Encargos sobre remunerações	4.732.236	4.685.211
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	97.899	125.993
Outros gastos com o pessoal	52.786	40.156
Outros encargos sociais	<u>714.422</u>	<u>668.234</u>
	<u>26.826.062</u>	<u>26.180.266</u>

O montante relativo a benefícios pós-emprego diz respeito apenas a seguros médicos e de reforma pagos aos contratados locais no Japão e ainda a um PPR a uma colaboradora da sede. Durante os exercícios de 2021 e 2020 o número médio de pessoas foi de 492 e 494, respetivamente

21. Amortizações

A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	26.077	27.574
Equipamento Básico	11.047	11.369
Equipamento de Transporte	71.298	59.489
Equipamento Administrativo	149.867	210.816
Outros Ativos Fixos Tangíveis	8.891	9.059
Propriedades de investimento:		
Edifícios e outras construções	1.182	1.182
Ativos Intangíveis		
Outros	<u>127.261</u>	<u>56.221</u>
	<u>395.623</u>	<u>375.709</u>



22. Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimentos suplementares:		
Cedência do Pessoal	54.523	-
Protocolo com o Turismo de Portugal	4.981.644	5.587.263
Protocolo com o Turismo de Portugal - Programa Inov Contacto	-	18.653
FRI-Fundo para as Relações Internacionais	1.260.000	1.260.000
FRI-Fundo para as Relações Internacionais - EXPO2020DUBAI	5.824.172	4.845.419
Projetos Próprios - PT2020 - Programa Contacto	485.825	2.769.003
Projetos Próprios - PT2020 - SIAC	663.585	922.105
Projetos Próprios - PT2020 - Assistência Técnica	2.302.602	2.211.743
Projetos Próprios - PT2020 - SAMA	388.879	118.463
Projetos Próprios - PRR	49.065	-
Outros rendimentos suplementares	6.878	946
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	25.446	18.874
Outros rendimentos e ganhos - Banco Português de Fomento	-	725.503
Outros	199.377	318.503
	<u>16.241.996</u>	<u>18.796.475</u>

23. Outros Gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos	66.424	13.035
Dívidas incobráveis	-	703
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	221
Outros		
Quotizações	34.532	33.354
Estágios - Programa Contacto	-	2.498.422
Outros Estágios	130.246	117.539
Diferenças de câmbio desfavoráveis	88.355	261.269
Outros	23.754	1.221.189
Juros Tributários e outros juros	703	120
	<u>344.014</u>	<u>4.145.853</u>

O montante de 1.221.189 Euros registado, em 2020, na rubrica Outros, conforme explanado na Nota introdutória ponto 34, está essencialmente relacionado com o facto de terem sido registados em correções de exercícios anteriores (gastos) por um lado, 954.066 Euros de ganhos relativos a subsídios ao investimento reconhecidos em exercícios anteriores, e, por outro, 225.537 euros relativos à correção de um acréscimo e diferimento, registado em 2019, referente a uma NC da ANI.



24. Juros e outros rendimentos similares

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	1.130	4.416
Dividendos obtidos		
Outras entidades	-	24.219
	<u>1.130</u>	<u>28.635</u>

25. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares ocorridos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Juros de Mora	10.776	4.191
Outros juros	<u>35.930</u>	<u>32.803</u>
	<u>46.706</u>	<u>36.994</u>

Os montantes mais significativos incluídos na rubrica de Juros e Gastos similares suportados correspondem maioritariamente a juros de mora devidos por processos judiciais relacionados com gastos com pessoal que foram pagos durante o ano 2021 (10.776 Euros) e despesas bancárias que ocorreram devido às transferências e pagamentos em diversas moedas que a AICEP realiza nos seus vários pontos de rede (35.930 Euros).

25. Partes relacionadas

Conforme anteriormente referido a Empresa é detida em 100% pelo Estado Português. A participação da Empresa na subsidiária em 2021 e 2020 e respetivas transações e saldos são conforme segue:

Subsidiária

Subsidiária	Sede	<u>2021</u>	<u>2020</u>
		Percentagem de participação	Percentagem de participação
AICEP Global Parques, S.A.	Setúbal	91,185%	91,185%

**Transações com partes relacionadas**

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2021:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			18.148				8.419	
			18.148				8.419	

2020:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			18.137				4.950	
			18.137				4.950	

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2021:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias	834			1.200	2.034			
	834			1.200	2.034			

2020:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias				1.200	1.200			
				1.200	1.200			

Relativamente à remuneração do pessoal chave de gestão, para além do mencionado na anterior nota 20, ver o ponto 6 do cumprimento das Orientações Legais e o ponto VII.D. do Relatório de governo societário.

**2021****Conselho de Administração**

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remun. (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Luís Castro Henriques	98.154,49		98.154,49	4.692,14	93.462,35
Madalena Oliveira e Silva	89.723,48		89.723,48	4.486,76	85.236,72
João Paulo Salazar Dias	73.159,40		73.159,40	3.657,94	69.501,46
Francisca Guedes de Oliveira	73.208,69		73.208,69	3.657,94	69.550,75
Rita Lindley Araújo	75.290,07		75.290,07	3.762,10	71.527,97
			409.536,13	20.256,90	389.279,23

Os montantes mais significativos incluídos na rubrica de Juros e Gastos similares suportados correspondem maioritariamente.

26. Divulgações exigidas por diplomas legais e outras**Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas**

Os honorários totais faturados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo anterior Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 14.303 Euros (excluindo o IVA), respeitantes aos honorários referentes às suas funções que cessaram a 17 de novembro de 2021. Nesta data iniciou funções o Conselho Fiscal nomeado por despacho do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e dos Secretários de Estado da Internacionalização e do Tesouro, de 26 de fevereiro de 2021, para o triénio de 2021-2023.

Por despacho dos Negócios Estrangeiros, Finanças e Economia e Mar, de 10 de maio de 2022, para a emissão da certificação legal das contas referente ao exercício de 2021 foi nomeado como Revisor Oficial de Contas efetivo a Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., cujos honorários referentes ao período findo a 31 de dezembro de 2021 ascendem a 7.500 Euros (excluindo o IVA).

Outras informações

Ao abrigo do Eixo III – Financiamento e Partilha do Risco da Inovação – Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade.

Por se tratar de uma operação circunscrita no âmbito referido e neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço, contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas



suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta de outros credores. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo. Apesar desta expressão no seu Balanço, a AICEP considera que não tem qualquer intervenção nesta participação, pois foi meramente um veículo para a aquisição da participação, por orientações do Compete.

Proposta de aplicação dos resultados

O Conselho da Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, positivo em 2.583.104,67 Euros, seja distribuído da seguinte forma: 2.453.949,44 Euros transferidos para a conta de Resultados Transitados e 129.155,23 Euros, equivalente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, sejam transferidos para reforço da Reserva Legal. Subsequentemente a componente positiva de 149.078,43 Euros relativa aos resultados positivos apropriados segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques, SA, e ainda não distribuídos, seja transferida para a conta de Ajustamentos em Ativos Financeiros.

27. Acontecimentos após a data do balanço

A pandemia resultante da COVID-19 continuou a estar presente durante o ano de 2021. Com o começo do levantamento das restrições impostas pelo Governo e também com a vacinação em larga escala da população, estima-se que o impacto na atividade ao longo de 2022 seja diminuto, não colocando em causa a continuidade das operações e a solidez financeira da AICEP.

O desencadeamento da guerra é um evento não ajustável nas demonstrações financeiras no exercício fundo de 2021, dado que a invasão da Ucrânia por parte da Rússia ocorreu já em 2022. Ainda assim, a Agência está a avaliar o potencial impacto a nível das importações e exportações de e para estes países, podendo ter natural impacto a nível da atividade promocional realizada pela AICEP, não sendo ainda possível quantificar neste momento.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



aicep Portugal Global

Contas individuais

Demonstrações Orçamentais



Contas Individuais

Demonstrações Orçamentais

1 Demonstrações previsionais

1.1. Orçamento e plano orçamental plurianual

Receita

Rúbrica	Designação	Orçamento t		Plano orçamental plurianual				
		Períodos anteriores	Período	Total	t+1	t+2	t+3	t+4
	Receita corrente	56.845.884	(2.605.370)	54.240.514	63.633.553	44.160.345	44.435.473	44.710.601
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-
R11	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistema de proteção social e	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-
R4	Redimentos de propriedade	2.058.175	269.602	2.327.777	2.526.720	2.016.600	2.016.600	2.016.600
R5	Transferências e subsídios correntes	54.214.662	(2.874.972)	51.339.690	60.409.545	41.593.745	41.868.873	42.144.001
R51	Transferências Correntes	54.214.662	(2.874.972)	51.339.690	60.409.545	41.593.745	41.868.873	42.144.001
R511	Administrações Públicas	41.700.000	(2.688.933)	39.011.067	38.674.312	31.400.000	31.400.000	31.400.000
R5111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R5112	Administração Central - Outras entidades	41.700.000	(2.688.933)	39.011.067	38.674.312	31.400.000	31.400.000	31.400.000
R5113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R5114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R512	Exterior - EU	12.429.662	(186.039)	12.243.623	21.650.233	10.108.745	10.383.873	10.659.001
R513	Outras	85.000	-	85.000	85.000	85.000	85.000	85.000
R52	Subsídios Correntes	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	173.047	-	173.047	297.288	150.000	150.000	150.000
R7	Outras receitas correntes	400.000	-	400.000	400.000	400.000	400.000	400.000
	Receita de capital	-	-	-	-	-	-	-
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-
R9	Transferências e subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
R91	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-
R911	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R9111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R9113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R9114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R912	Exterior - EU	-	-	-	-	-	-	-
R913	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R92	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	-	-	-	-	-	-	-
	Receita efetiva (1)	56.845.884	(2.605.370)	54.240.514	63.633.553	44.160.345	44.435.473	44.710.601
	Receita não efetiva (2)	-	-	-	-	-	-	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	-	35.000.000	-	-	-
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Receita total (3) = (1)+(2)	56.845.884	(2.605.370)	54.240.514	63.633.553	44.160.345	44.435.473	44.710.601

Despesa

Rúbrica	Designação	Orçamento t			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	t+1	t+2	t+3	t+4
	Despesa corrente	53.371.471	(1.788.298)	51.583.173	57.906.013	44.966.101	44.966.101	44.966.101
D1	Despesa com o pessoal	27.949.950	379.571	28.329.521	28.854.202	27.975.720	27.975.720	27.975.720
D11	Remunerações certas e permanentes	21.835.681	(123.017)	21.712.664	22.181.463	21.350.000	21.350.000	21.350.000
D12	Abonos variáveis ou eventuais	542.610	170.377	712.987	585.832	755.720	755.720	755.720
D13	Segurança Social	5.571.659	332.211	5.903.870	6.086.907	5.870.000	5.870.000	5.870.000
D2	Aquisição de bens e serviços	21.713.101	(2.291.297)	19.421.804	25.040.801	14.287.681	14.287.681	14.287.681
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-
D4	Transferências correntes	3.564.993	75.035	3.640.027	3.815.185	2.556.700	2.556.700	2.556.700
D41	Administrações Públicas	3.564.993	75.035	3.640.027	3.815.185	2.556.700	2.556.700	2.556.700
D411	Administrações Públicas	-	-	-	29.070	-	-	-
D4111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
D4112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D4113	Segurança Social	-	-	-	29.070	-	-	-
D4114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D4115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D412	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-
D413	Famílias	3.564.993	75.035	3.640.027	3.786.115	2.556.700	2.556.700	2.556.700
D414	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D42	Subsídios Correntes	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras despesas correntes	143.428	48.393	191.821	195.825	146.000	146.000	146.000
	Despesa de capital	3.474.413	(817.072)	2.657.341	5.727.540	1.356.724	1.252.000	1.322.000
D6	Investimentos	3.474.413	(817.072)	2.657.341	5.727.540	1.356.724	1.252.000	1.322.000
D7	Transferências e subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D71	Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D711	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D7113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D7114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D7115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D712	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-
D713	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D714	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D72	Subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa efetiva (4)	56.845.884	(2.605.370)	54.240.514	63.633.553	46.322.825	46.218.101	46.288.101
	Despesa não efetiva (5)	-	-	-	-	-	-	-
D9	Despesa com ativos financeiros	-	-	-	35.000.000	-	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa total (6) = (4)+(5)	56.845.884	(2.605.370)	54.240.514	63.633.553	46.322.825	46.218.101	46.288.101
	Saldo total (3)-(6)	(0)	0	-	-	(2.162.480)	(1.782.628)	(1.577.500)
	Saldo global (1)-(4)	(0)	0	-	-	(2.162.480)	(1.782.628)	(1.577.500)
	Despesa primária	56.845.884	(2.605.370)	54.240.514	63.633.553	46.322.825	46.218.101	46.288.101
	Saldo corrente	3.474.413	(817.072)	2.657.341	5.727.540	(805.756)	(530.628)	(255.500)
	Saldo de capital	(3.474.413)	817.072	(2.657.341)	(5.727.540)	(1.356.724)	(1.252.000)	(1.322.000)
	Saldo primário	(0)	0	-	-	(2.162.480)	(1.782.628)	(1.577.500)



2 Demonstração de relato individual

A aplicação da Lei de Orçamento de Estado para 2021 aprovada pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro estabeleceu o Orçamento de Receita e Despesa da AICEP para o ano 2021.

2.1. Demonstração do desempenho orçamental

Esta demonstração permite a análise do desempenho orçamental da AICEP. Pode observar-se que este mapa apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário). Apresenta ainda, informação organizada pela forma de financiamento, e por classificação económica da execução orçamental.



Rúbrica	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					Total	n-1
		Receitas Gerais	Receitas Próprias	Financiamento U.E	Empréstimos	Fundos Alheios		
	Saldo de gestão anterior	676.723	66.365.060	-	-	115.897.620	182.939.403	179.696.998
	Operações orçamentais (1)	676.723	66.365.060	-	-	-	67.041.783	64.319.851
	Restituição do saldo oper. Orçamentais	-	-	-	-	-	-	-
	Operações de tesouraria (A)	-	-	-	-	115.897.620	115.897.620	115.377.147
	Receita corrente	5.993.826	23.916.384	7.016.788	-	-	36.926.998	37.381.102
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-
R11	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistema de proteção social e	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-
R4	Redimentos de propriedade	-	2.607.321	-	-	-	2.607.321	2.760.750
R5	Transferências e subsídios correntes	5.993.826	21.024.901	7.016.788	-	-	34.035.514	34.451.740
R51	Transferências Correntes	5.993.826	21.024.901	7.016.788	-	-	34.035.514	26.552.642
R511	Administrações Públicas	5.993.826	21.020.596	145.542	-	-	27.159.964	26.548.337
R5111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R5112	Administração Central - Outras entidades	5.993.826	21.020.596	145.542	-	-	27.159.964	26.548.337
R5113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R5114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R512	Exterior - EU	-	-	6.871.246	-	-	6.871.246	7.899.098
R513	Outras	-	4.305	-	-	-	4.305	4.305
R6	Venda de bens e serviços	-	51.732	-	-	-	51.732	9.259
R7	Outras receitas correntes	-	232.430	-	-	-	232.430	159.354
	Receita de capital	-	6.268.862	-	-	-	6.268.862	2.177
R8	Venda de bens de investimento	-	8.862	-	-	-	8.862	2.177
R9	Transferências e subsídios de Capital	-	6.260.000	-	-	-	6.260.000	-
R91	Transferências de capital	-	6.260.000	-	-	-	6.260.000	-
R911	Administrações Públicas	-	6.260.000	-	-	-	6.260.000	-
R9111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	-	6.260.000	-	-	-	6.260.000	-
R9113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R9114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R912	Exterior - EU	-	-	-	-	-	-	-
R913	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R92	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	-	60.860	-	-	-	60.860	235.991
	Receita efetiva (2)	5.993.826	30.246.107	7.016.788	-	-	43.256.720	37.619.269
	Receita não efetiva (3)	-	4.698.953	-	-	-	4.698.953	9.855.916
R12	Receita com ativos financeiros	-	4.698.953	-	-	-	4.698.953	9.855.916
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Soma (4) = (1)+(2)+(3)	6.670.549	101.310.120	7.016.788	-	-	114.997.456	111.795.036
	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	72.231.381	72.231.381	33.288.010



Rúbrica	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					n-1	
		Receitas Gerais	Receitas Próprias	Financiamento U.E	Empréstimos	Fundos Alheios		
	Despesa corrente	5.993.826	27.320.216	6.346.143	-	-	39.660.184	40.865.196
D1	Despesa com o pessoal	5.993.826	19.119.343	1.972.351	-	-	27.085.520	27.103.452
D11	Remunerações certas e permanentes	5.993.826	13.373.015	1.587.624	-	-	20.954.465	21.284.144
D12	Abonos variáveis ou eventuais	-	431.027	10.250	-	-	441.277	162.581
D13	Segurança Social	-	5.315.301	374.477	-	-	5.689.778	5.656.727
D2	Aquisição de bens e serviços	-	7.841.339	4.275.351	-	-	12.116.690	10.885.701
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-
D4	Transferências e subsídios correntes	-	127.007	12.412	-	-	139.420	2.623.802
D41	Transferências Correntes	-	127.007	12.412	-	-	139.420	2.623.802
D411	Administrações Públicas	-	16.975	1.211	-	-	18.186	91
D4111	Administração Central - Estado	-	13	-	-	-	13	91
D4112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D4113	Segurança Social	-	16.962	1.211	-	-	18.173	-
D4114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D4115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D412	Entidades no setor não lucrativo	-	10.000	-	-	-	10.000	-
D413	Famílias	-	100.032	11.201	-	-	111.234	2.623.711
D414	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D42	Subsídios Correntes	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras despesas correntes	-	232.527	86.028	-	-	318.555	252.241
	Despesa de capital	-	301.356	670.645	-	-	972.001	1.487.697
D6	Aquisição de bens de capital	-	301.356	670.645	-	-	972.001	1.487.697
D7	Transferências e subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D71	Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D711	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D7113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D7114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D7115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D712	Entidades no setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D713	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D714	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D72	Subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa efetiva (5)	5.993.826	27.621.572	7.016.788	-	-	40.632.185	42.352.894
	Despesa não efetiva (6)	-	10.000.000	-	-	-	10.000.000	2.400.360
D9	Despesa com ativos financeiros	-	10.000.000	-	-	-	10.000.000	2.400.360
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Soma (7) = (5)+(6)	5.993.826	37.621.572	7.016.788	-	-	50.632.185	44.753.253
	Operações de tesouraria (C)	-	-	-	-	180.391.502	180.391.502	32.767.537
	Saldo para a gerência seguinte	676.723	63.688.548	-	-	7.737.499	72.102.770	182.939.403
	Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	676.723	63.688.548	-	-	-	64.365.271	67.041.783
	Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	-	-	-	-	7.737.499	7.737.499	115.897.620
	Saldo global (2)-(5)	-	2.624.535	-	-	-	2.624.535	(4.733.624)
	Despesa primária	5.993.826	27.621.572	7.016.788	-	-	40.632.185	42.352.894
	Saldo corrente	-	(3.403.832)	670.645	-	-	(2.733.187)	(3.484.094)
	Saldo de capital	-	5.967.506	(670.645)	-	-	5.296.861	(1.485.521)
	Saldo primário	-	2.624.535	-	-	-	2.624.535	(4.733.624)
	Receita total (1)+(2)+(3)	6.670.549	101.310.120	7.016.788	-	-	114.997.456	111.795.036
	Despesa total (5)+(6)	5.993.826	37.621.572	7.016.788	-	-	50.632.185	44.753.253



2.2. Demonstração de execução orçamental da receita

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas rúbricas detalhadas. O traçado do layout apresentado para esta demonstração, decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e da informação enviada para o S3CP – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(5)-(7)	(11)	(12)=(8)/(2)*100	(13)=(9)/(1)*100
Receita corrente		48.009.602	4.010.131	37.969.290	613.598	37.540.547	613.549	613.549	1.092.639	35.834.359	36.926.998	4.438.825	27%	75%
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.1	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.2	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R4	Redimentos de propriedade	2.607.339	-	2.607.321	-	2.607.321	-	-	-	2.607.321	2.607.321	-	-	100%
R5	Transferências e subsídios correntes	44.981.409	3.794.042	35.118.931	613.549	34.649.064	613.549	613.549	1.044.042	32.991.472	34.035.514	4.263.910	28%	73%
R5.1	Transferências Correntes	44.981.409	3.794.042	35.118.931	613.549	34.649.064	613.549	613.549	1.044.042	32.991.472	34.035.514	4.263.910	28%	73%
R5.1.1	Administrações Públicas	32.756.609	3.794.042	28.122.976	493.144	27.653.108	493.144	493.144	1.044.042	26.115.921	27.159.964	4.263.910	28%	80%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	32.756.609	3.794.042	28.122.976	493.144	27.653.108	493.144	493.144	1.044.042	26.115.921	27.159.964	4.263.910	28%	80%
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2	Exterior - EU	12.220.495	-	6.991.651	120.405	6.991.651	120.405	120.405	-	6.871.246	6.871.246	-	-	56%
R5.1.3	Outras	4.305	-	4.305	-	4.305	-	-	-	4.305	4.305	-	-	100%
R6	Venda de bens e serviços	51.733	-	51.732	-	51.732	-	-	-	51.732	51.732	-	-	100%
R7	Outras receitas correntes	369.121	216.088	191.305	48	232.430	-	-	48.596	183.834	232.430	174.915	22%	50%
Receita de capital		6.474.434	-	6.334.433	4.710	6.334.433	4.710	4.710	-	6.329.723	6.329.723	-	-	98%
R8	Venda de bens de investimento	13.573	-	13.572	4.710	13.572	4.710	4.710	-	8.862	8.862	-	-	65%
R9	Transferências e subsídios de Capital	6.400.000	-	6.260.000	-	6.260.000	-	-	-	6.260.000	6.260.000	-	-	98%
R9.1	Transferências de Capital	6.400.000	-	6.260.000	-	6.260.000	-	-	-	6.260.000	6.260.000	-	-	98%
R9.1.1	Administrações Públicas	6.400.000	-	6.260.000	-	6.260.000	-	-	-	6.260.000	6.260.000	-	-	98%
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	6.400.000	-	6.260.000	-	6.260.000	-	-	-	6.260.000	6.260.000	-	-	98%
R9.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2	Exterior - EU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.2	Subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	60.861	-	60.860	-	60.860	-	-	-	60.860	60.860	-	-	100%
R12	Receita com ativos financeiros	4.698.954	-	4.698.953	-	4.698.953	-	-	-	4.698.953	4.698.953	-	-	100%
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		67.041.783	-	67.041.783	-	67.041.783	-	-	-	67.041.783	67.041.783	-	-	100%
Total		126.224.773	4.010.131	116.044.459	618.308	115.615.716	618.259	618.259	1.092.639	113.904.818	114.997.456	4.438.825	27%	90%



2.3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas rúbricas detalhadas. O traçado do layout apresentado para esta demonstração, decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e da informação enviada para o S3CP – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

Rúbrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Grau de execução orçamental			
							Períodos anteriores	Período corrente	Total	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Período corrente
							(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Despesa corrente		868.223	53.032.238	641.350	41.873.701	40.548.781	861.222	38.798.962	39.660.184	1.324.920	888.596	2%	73%
D1 Despesa com o pessoal		780.340	28.329.521	-	27.862.593	27.849.883	773.799	26.311.720	27.085.520	12.710	764.363	3%	93%
D1.1 Remunerações certas e permanentes		411.638	21.729.009	-	21.338.623	21.338.623	409.594	20.544.871	20.954.465	-	384.158	2%	95%
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		362	507.972	-	474.496	473.525	362	440.916	441.277	971	32.248	0%	87%
D1.3 Segurança Social		368.341	6.092.540	-	6.049.473	6.037.735	363.844	5.325.934	5.689.778	11.739	347.957	6%	87%
D2 Aquisição de bens e serviços		85.966	23.197.798	641.350	13.549.699	12.237.889	85.506	12.031.184	12.116.690	1.311.810	121.199	0%	52%
D3 Juros e outros encargos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4 Transferências e subsídios correntes		1.917	1.150.521	-	141.974	141.974	1.917	137.503	139.420	-	2.555	0%	12%
D4.1 Transferências Correntes		1.917	1.150.521	-	141.974	141.974	1.917	137.503	139.420	-	2.555	0%	12%
D4.1.1 Administrações Públicas		-	19.601	-	19.599	19.599	-	18.186	18.186	-	1.413	0%	93%
D4.1.1.1 Administração Central - Estado		-	14	-	13	13	-	13	13	-	-	0%	94%
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.3 Segurança Social		-	19.587	-	19.586	19.586	-	18.173	18.173	-	1.413	0%	93%
D4.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.2 Entidades no setor não lucrativo		-	10.000	-	10.000	10.000	-	10.000	10.000	-	-	0%	100%
D4.1.3 Famílias		1.917	1.120.920	-	112.375	112.375	1.917	109.317	111.234	-	1.142	0%	10%
D4.1.4 Outras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.2 Subsídios Correntes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D5 Outras despesas correntes		-	354.398	-	319.435	319.035	-	318.555	318.555	400	480	0%	90%
Despesa de capital		5.496	2.753.818	-	1.433.958	972.001	5.496	966.505	972.001	461.957	-	0%	35%
D6 Aquisição de bens de capital		5.496	2.753.818	-	1.433.958	972.001	5.496	966.505	972.001	461.957	-	0%	35%
D7 Transferências e subsídios de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1 Transferências de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1 Administrações Públicas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.1 Administração Central - Estado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.3 Segurança Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.2 Instituições sem fins lucrativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.3 Famílias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.4 Outras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.2 Subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D8 Outras despesas de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D9 Despesa com ativos financeiros		-	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	-	-	0%	100%
D10 Despesa com passivos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		873.719	65.786.056	641.350	53.307.659	51.520.782	866.718	49.765.467	50.632.185	1.786.877	888.596	1%	76%



2.4. Anexo às demonstrações orçamentais

A informação contida nas demonstrações orçamentais, sendo extremamente relevante, é insuficiente para proporcionar uma visão completa acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das várias fases das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. Assim, o Anexo às demonstrações orçamentais, inclui informação adicional, alguma não financeira, havendo a possibilidade de ser divulgada informação suplementar, em simultâneo com as demonstrações orçamentais com a finalidade de proporcionar uma imagem integral das atividades da entidade durante o período de relato, sendo mesmo incentivadas, vide nº48 da NCP-26, a divulgar informação acerca do cumprimento das leis, regulamentos ou regras impostas externamente.

I. Alterações orçamentais da receita

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da receita ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Rúbricas	Tipo	Receita				Previsões corrigidas	Obs.
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais				
(1)	(2)	(3)	Inscrições / Reforç	Diminuições / Anul	Créditos especiais	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
R4 - Rendimentos de propriedade	P	2.327.777	299.562	20.000	-	2.607.339	
R5 - Transferências e subsídios correntes	P/M	51.339.690	6.268.197	12.772.020	145.542	44.981.409	*
R5.1 - Transferências Correntes	P/M	51.339.690	6.268.197	12.772.020	145.542	44.981.409	*
R5.1.1 - Administrações Públicas	P/M	39.011.067	5.993.875	12.393.875	145.542	32.756.609	*
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	P/M	39.011.067	5.993.875	12.393.875	145.542	32.756.609	*
R5.1.2 - Exterior - U E	P	12.243.623	270.017	293.145	-	12.220.495	
R5.1.3 Outras	P	85.000	4.305	85.000	-	4.305	
R6 - Venda de bens e serviços	P	173.047	57.243	178.557	-	51.733	
R7 - Outras Receitas Correntes	P	400.000	56.059	86.938	-	369.121	
R8 - Venda de bens de investimento	P	-	13.573	-	-	13.573	
R9 - Transferências e subsídios de capital	P	-	6.400.000	-	-	6.400.000	
R9.1 - Transferências de capital	P	-	6.400.000	-	-	6.400.000	
R9.1.1 - Administrações Públicas	P	-	6.400.000	-	-	6.400.000	
R9.1.1.2 - Administração Central - outras entidades	P	-	6.400.000	-	-	6.400.000	
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	P	-	60.861	-	-	60.861	
R12 - Receita com ativos financeiros	M	-	4.698.954	-	-	4.698.954	
R14 - Saldo de gerência anterior - operações orçamentais	M	-	133.406.843	66.365.060	-	67.041.783	
Total		54.240.514	151.261.292	79.422.575	145.542	126.224.773	

* inscrição orçamental dos projetos financiados pelo PRR, no âmbito da gestão flexível da competência do dirigente máximo dos serviços e organismo, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 53-B/2021, de 23 de junho[1].



II. Alterações orçamentais da despesa

À semelhança da demonstração das alterações orçamentais da receita, a demonstração das alterações orçamentais da despesa destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas

Rúbricas	Tipo	Despesa					Dotações corrigidas	Obs.
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais					
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)	
D1 - Despesas Com o Pessoal	P	28.329.521	11.968.687	11.968.687	0	28.329.521		
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	P	21.712.664	10.260.600	10.244.255	0	21.729.009		
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	P	712.987	348.562	553.577	0	507.972		
D1.3 - Segurança social	P	5.903.870	1.359.525	1.170.855	0	6.092.540		
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	19.421.804	15.900.927	12.173.998	49.065	23.197.798	*	
D4 - Transferências e Subsídios Correntes	P	3.640.027	330.091	2.819.597		1.150.521		
D4.1 - Transferências Correntes	P	3.640.027	330.091	2.819.597		1.150.521		
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P	0	14	0	0	14		
D4.1.1.3 - Segurança Social	P	0	19.587	0	0	19.587		
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	P	0	10.000	0	0			
D4.1.3 Famílias	P	3.640.027	300.490	2.819.597	0	1.120.920		
D5 Outras despesas correntes	P	191.821	307.198	144.621	0	354.398		
D6 Aquisição de bens de capital	P/M	2.657.341	755.699	755.699	96.477	2.753.818	*	
D9 Despesa com ativos financeiros	M	0	10.000.000	0	0	10.000.000	**	
Total		54.240.514	39.262.601	27.862.601	145.542	65.786.056		

* inscrição orçamental dos projetos financiados pelo PRR, no âmbito da gestão flexível da competência do dirigente máximo dos serviços e organismo, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 53-B/2021, de 23 de junho[1].

** Autorização do Ministro de Estado e das Finanças para aplicação de Saldos de Gerência em CEDIC's



III. Operações de Tesouraria

Códigos das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1	Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	-	-	-	-
07.1.2.1.1 / 07.2.1.1	Autarquias Locais	-	-	-	-
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2	Entidade Contabilística Estado	-	-	-	-
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3	Região Autónoma Açores	-	-	-	-
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4	Região Autónoma Madeira	-	-	-	-
07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5	Outras entidades beneficiárias	-	-	-	-
07.1.2.2 / 07.2.2.2	Receita não Fiscal	-	-	-	-
07.1.3 / 07.2.3	Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	-	-	458	(458)
07.1.4 / 07.2.4	Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	-	-	-	-
07.1.5 / 07.2.5	Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	-	-	-	-
07.1.6 / 07.2.6	Retenções - Transição para o SNC-AP	-	-	-	-
07.2.8	Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	-	-	-	-
07.1.9 / 07.2.9	Outras receitas/despesas de operações tesouraria	115.897.620	72.231.381	180.391.043	7.737.957,67
Total		115.897.620	72.231.381	180.391.502	7.737.499



IV. Transferências e subsídios

Concedidos

A informação relativa a transferências e subsídios é também de grande importância, dado que permite acompanhar a intervenção do Estado na economia, e que tipos de apoio são concedidos.

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Obs.
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
Transferências correntes									
040301	Nº9 Art. 115º DLEO 2019	Entrega dos rendimentos de depósitos e aplicações financeiras fora do IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e Dívida Pública	13,20	13,20	13,20	-		
040600	ESTÁGIOS	Estágios Profissionais	Segurança Social	18.172,94	18.172,94	18.172,94	-		
040701	CA	Expo2020 - Contributo para o Fundo Fiduciário das Nações Unidas	Fundo Fiduciário das Nações Unidas	10.000,00	10.000,00	10.000,00	-		
040802	ESTÁGIOS	Estágios Profissionais	Vários Estagiários	111.233,64	111.233,64	111.233,64	-		
Total Transferências correntes				139.420	139.420	139.420	-		-
Transferências de capital									
Total Transferências de capital				-	-	-	-		-
Subsídios									
Total Subsídios				-	-	-	-		-



Recebidos

A informação relativa a transferências e subsídios é também de grande importância, dado que permite acompanhar a intervenção do Estado na economia, e que tipos de apoio são recebidos.

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Obs.
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(8)	(9)
Transferências correntes								
060102	N/A	Patrocínios	Banco Comercial Português, S.A.	4.305	4.305	-	-	-
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 75-B/2020)	Promoção de Portugal no exterior, nos termos contratualizados entre as duas entidades	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	14.250.000	11.500.000	2.750.000,00	-	-
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 75-B/2020)	Promoção de Portugal no exterior, nos termos contratualizados entre as duas entidades	Turismo de Portugal, I.P.	11.000.000	11.000.000	-	-	-
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 75-B/2020)	Protocolo de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção entre o Turismo de Portugal, I. P., e a AICEP, E. P. E., a contratualizar entre as duas entidades	Turismo de Portugal, I.P.	6.120.772	5.010.574	1.110.197,73	(496.152)	-
060307	Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho	Financiamento de projetos na medida «Plano de Recuperação e Resiliência»	AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	145.542	145.542	-	-	-
060901	Decreto-Lei n.º 159/2014	Regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	1.920.005	1.920.005	-	-	-
060901	Portaria 97-A/2015	Regulamento específico do domínio da Inclusão Social e Emprego	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	2.773.846	2.773.846	-	-	-
060901	Portaria 57-A/2015	Regulamento Especifico do Dominio da Competitividade e Internacionalização	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	1.758.962	1.758.962	-	-	-
060901	Portaria 57-A/2015	Regulamento Especifico do Dominio da Competitividade e Internacionalização	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	4.249	4.249	-	-	-
060901	Portaria 57-A/2015	Regulamento Especifico do Dominio da Competitividade e Internacionalização	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	414.183	534.589	(120.405,25)	(120.405)	-
Total Transferências correntes				38.391.864	34.652.072	3.739.792	(616.558)	
Transferências de capital								
100308	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 75-B/2020)	Lei do Orçamento do Estado para 2021	FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, IP	6.260.000	6.260.000	-	-	-
Total Transferências de capital				6.260.000	6.260.000	-	-	
Subsídios								
Total Subsídios				-	-	-	-	



V. Contratação administrativa

Situação dos contratos

Entidade		Contrato					Comunicação do contrato ao TC			Visto do TC		Pagamentos no período								
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Início da execução (física) do contrato	MECP	Contratos Adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trab. de serv. / forn. Comp.	Trab. de sup. de erros e	Outros trabalhos
BANA CONSULTING, LDA	507505280	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	24-03-2021	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00	283 dias	24-03-2021						01-04-2021	6.150,00				
PSICOTEC PORTUGAL, LDA	507587693	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	30-10-2020	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00	364 dias	30-10-2020						15-02-2021	3.075,00				
El Naghi Group	E226272717	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	30-09-2021	Ajuste Direto Simplificado	5.105,82	5.105,82	93 dias	30-09-2021						31-10-2021	5.105,82				
Dubox	E226272728	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	18-10-2021	Ajuste Direto Simplificado	5.134,50	5.134,50	75 dias	18-10-2021						28-09-2021	73,04				
Multitem - Middle East	E226218010	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	23-09-2021	Ajuste Direto Simplificado	5.145,00	5.145,00	100 dias	23-09-2021						31-10-2021	1.517,27				
Kenda Tech Contracting LLC	E226273496	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	22-10-2021	Ajuste Direto Simplificado	5.180,93	5.180,93	71 dias	22-10-2021						31-10-2021	5.180,94				
VR & DC - CONSULTING, LDA	509017860	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	25-05-2021	Ajuste Direto	5.320,00	5.320,00	221 dias	25-05-2021						10-08-2021	6.543,60				
MEDIA DRAFT, LDA	515715700	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	22-11-2021	Ajuste Direto	5.400,00	5.400,00	40 dias	22-11-2021						25-11-2021	6.642,00				
CONFIBIT-SOLUCOES TECNOLOGICAS, LDA	513154990	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	31-12-2020	Ajuste Direto	5.565,00	5.565,00	365 dias	31-12-2020						04-02-2021	6.844,95				
IPAI - INSTITUTO PORTUGUÊS DE AUDITORIA INTERNA	502718714	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	02-08-2021	Ajuste Direto Simplificado	5.621,10	5.621,10	152 dias	02-08-2021						30-09-2021	5.621,10				
MOVIELIGHT - PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, LDA.	506398188	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	26-08-2021	Ajuste Direto	5.650,00	5.650,00	128 dias	26-08-2021						23-09-2021	6.949,50				
SECURITAS - SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S	500243719	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	13-04-2020	Ajuste Direto	5.733,00	5.733,00	779 dias	13-04-2020						12-03-2021	4.029,48				
C&C - PREMIER INTERNATIONAL MOVERS LDA.	506851605	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	17-11-2020	Consulta Prévia	5.800,00	5.800,00	70 dias	17-11-2020						02-03-2021	5.800,00				
EarthSpeak Limited	E226272788	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	28-09-2021	Ajuste Direto	5.843,30	5.843,30	95 dias	28-09-2021						13-10-2021	5.938,24				
PAMAFE 2 - SERVICE, LDA	507932196	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	11-08-2021	Ajuste Direto Simplificado	6.067,39	6.067,39	143 dias	11-08-2021						23-09-2021	6.067,39				
ABYLOS TRENDS AND CONSULTING, LDA	513191275	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	26-11-2021	Contratação excluída	6.102,44	6.102,44	36 dias	26-11-2021						02-12-2021	7.506,00				
HYPNOTIC DIGITAL AGENCY	509136818	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	16-11-2021	Ajuste Direto	6.500,00	6.500,00	46 dias	16-11-2021						07-12-2021	4.973,77				
PRIMAVERA - Business Software Solutions, S.A.	503140600	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	12-04-2021	Ajuste Direto	6.600,00	6.600,00	364 dias	12-04-2021						10-08-2021	8.118,00				
PAMAFE 2 - SERVICE, LDA	507932196	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	26-10-2021	Consulta Prévia	7.020,00	7.020,00	67 dias	26-10-2021						15-11-2021	1.480,92				
PLM Middle East Events	E226269639	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	05-08-2021	Consulta Prévia	7.056,36	7.056,36	149 dias	05-08-2021						30-09-2021	24.900,00				
VIA VERDE PORTUGAL,SA	504656767	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	18-02-2021	Ajuste Direto Simplificado	7.073,16	7.073,16	316 dias	18-02-2021						22-02-2021	5.843,16				
BRAINSTORY LAB, LDA	514248092	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	12-05-2021	Ajuste Direto	7.080,00	7.080,00	234 dias	12-05-2021						09-06-2021	8.708,40				
CLIMEX - CONTROLO DE AMBIENTE, S.A.	501891560	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	07-04-2020	Ajuste Direto	7.216,00	7.216,00	633 dias	07-04-2020						18-03-2021	1.723,80				
RELOAD - CONSULTORIA INFORMATICA LDA	506210855	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	29-01-2021	Ajuste Direto	7.394,45	7.394,45	374 dias	20-01-2021						18-03-2021	9.095,17				
PAMAFE 2 - SERVICE, LDA	507932196	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	29-09-2020	Ajuste Direto	7.428,00	7.428,00	365 dias	29-09-2020						18-03-2021	6.852,33				
MASTERLINK-SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	504143603	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	22-04-2021	Ajuste Direto	8.000,00	8.000,00	254 dias	22-04-2021						18-06-2021	9.840,00				
João Manuel Da Costa Atlano	217265421	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	16-12-2020	Ajuste Direto	8.100,00	8.100,00	181 dias	16-12-2020						21-01-2021	9.105,97				
HEWLETT-PACKARD PORTUGAL, LDA	502407697	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	27-01-2021	Ajuste Direto	8.192,25	8.192,25	364 dias	27-01-2021						13-04-2021	10.076,47				
EDNI EMPR.DIST.MATERIAL INFORMÁTICO, LDA	503258121	Aquisição de bens	Bens e serv. - Concursos	10-05-2021	Concurso Público	8.258,78	8.258,78	236 dias	10-05-2021						05-08-2021	10.158,31				
REDENEXO - INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES, LDA.	504129619	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	06-12-2021	Ajuste Direto	8.474,04	8.474,04	26 dias	06-12-2021						22-12-2021	10.423,07				
C&C - PREMIER INTERNATIONAL MOVERS LDA.	506851605	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	17-11-2020	Consulta Prévia	8.687,50	8.687,50	70 dias	17-11-2020						02-03-2021	8.687,50				
SHL OXYGEN - SERVIÇOS DE HIGIENE PROFISSIONAL, LDA.	503972835	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	08-02-2021	Consulta Prévia	9.152,43	9.152,43	326 dias	08-02-2021						18-03-2021	9.059,59				
CLIMEX - CONTROLO DE AMBIENTE, S.A.	501891560	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	08-02-2021	Consulta Prévia	9.219,00	9.219,00	326 dias	08-02-2021						18-03-2021	11.339,37				
CANEIRA & ALMEIDA, LDA.	509617980	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	31-03-2019	Consulta Prévia	9.702,00	9.702,00	730 dias	31-03-2019						18-03-2021	994,46				
Digibéria Information Technologies, S.A	502670355	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	15-12-2021	Ajuste Direto	9.868,05	9.868,05	17 dias	15-12-2021						30-12-2021	12.137,70				
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	506360237	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	15-11-2021	Ajuste Direto	9.984,00	9.984,00	47 dias	15-11-2021						01-04-2021	12.280,32				
Monsters and Company - Soluções de Comunicação Lda	507491076	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	05-05-2021	Ajuste Direto	9.990,00	9.990,00	241 dias	05-05-2021						22-06-2021	12.287,70				
HYPNOTIC DIGITAL AGENCY	509136818	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	16-11-2021	Ajuste Direto	10.000,00	10.000,00	46 dias	16-11-2021						07-12-2021	9.900,00				
C&C - PREMIER INTERNATIONAL MOVERS LDA.	506851605	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	05-08-2021	Ajuste Direto	10.093,42	10.093,42	149 dias	05-08-2021						23-09-2021	12.414,91				
Vanessa Sofia Fanha Barbosa Matias	254412009	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	12-03-2021	Ajuste Direto	10.200,00	10.200,00	295 dias	12-03-2021						22-04-2021	12.546,00				
ONITELECOM - INFOCOMUNICAÇÕES, S.A.	504073206	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	31-07-2020	Ajuste Direto	10.706,93	10.706,93	365 dias	31-07-2020						08-03-2021	9.618,05				
A EQUIPA CREATIVE TALENT-BRANDING E COMUNICAÇÃO, L	510646921	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	26-05-2021	Ajuste Direto	12.090,24	12.090,24	220 dias	26-05-2021						09-06-2021	14.870,70				
BIOSSOM ELECTRO ACÚSTICA APLICADA, LDA.	502724625	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	15-12-2021	Ajuste Direto	12.195,12	12.195,12	17 dias	15-12-2021						30-12-2021	6.000,00				
INVISIBLE CHAPTER - UNIPESSOAL, LDA	513815341	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	05-05-2020	Ajuste Direto	12.500,00	12.500,00	271 dias	05-05-2020						08-02-2021	3.416,66				
UNIVERSAL MUSIC PORTUGAL, S.A.	503501999	Aquisição de serviços	Critérios materiais	20-08-2021	Ajuste Direto	12.750,00	12.750,00	134 dias	20-08-2021						01-09-2021	15.682,50				
DISTANCIA OBLIQUA, LDA	515541737	Realização de obras públicas	Empreitada	05-02-2021	Ajuste Direto	12.838,00	12.838,00	329 dias	05-02-2021						21-04-2021	15.790,74				
Filedoc - Software, Lda	510565710	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	03-05-2021	Ajuste Direto	13.200,00	13.200,00	607 dias	03-05-2021						23-09-2021	6.392,93				
WEST POLE Sociedade Unipessoal Lda	514866721	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	12-05-2021	Ajuste Direto	13.800,00	13.800,00	234 dias	12-05-2021						09-06-2021	16.974,00				
SERVISAN-PRODUTOS DE HIGIENE,S.A	500246530	Aquisição de bens	Bens e serv. - Ajuste direto	28-04-2019	Ajuste Direto	13.800,96	13.800,96	730 dias	28-04-2019						27-04-2021	2.815,65				
MEDEMPRESA - MEDICINA DE EMPRESA, S.A.	502777354	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	01-11-2019	Ajuste Direto	14.000,00	14.000,00	729 dias	01-11-2019						23-03-2021	6.167,70				



Entidade		Contrato					Valor do Contrato		Prazo de Execução	Início da execução (física) do contrato	Comunicação do contrato ao TC		Visto do TC		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Execução		MECP	Contratos Adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1.º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimen	Trabalhos de suprimento	Outros trabalhos, incluindo	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimen	Trabalhos de suprimento	Outros trabalhos, incluindo
CANEIRA & ALMEIDA, LDA.	509617980	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	30-03-2021	Ajuste Direto	14.553,00	14.553,00	277 dias	30-03-2021						13-05-2021	4.972,30					4.972,30				
LEASE PLAN PORTUGAL-COM E ALUGUER DE AUTOMOVEIS E	502167610	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	10-06-2019	Ajuste Direto	15.748,00	15.748,00	916 dias	10-06-2019						11-01-2021	5.936,16					18.011,88				
AD NOVA IMS-ASSOC PARA DESENVOLVIMENTOS DA NOVA IM	502523760	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	20-05-2021	Ajuste Direto	16.000,00	16.000,00	30 dias	20-05-2021						05-08-2021	19.680,00					19.680,00				
GLOBAL MEDIA GROUP	502535369	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	27-10-2021	Consulta Prévia	16.000,00	16.000,00	66 dias	27-10-2021						10-12-2021	19.680,00					19.680,00				
Claranet II Solutions	510728189	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	04-03-2021	Consulta Prévia	16.961,54	16.961,54	573 dias	02-03-2021						01-04-2021	20.862,69					20.862,69				
NOS COMUNICACOES, S.A.	502604751	Aquisição de serviços	Critérios materiais	01-10-2021	Ajuste Direto	17.584,00	17.584,00	92 dias	01-10-2021						14-12-2021	7.103,45					7.103,45				
AMVOS DIGITAL, S.L.	E226228628	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	02-08-2021	Ajuste Direto	18.050,00	18.050,00	152 dias	02-08-2021						07-10-2021	9.025,00					9.025,00				
Marksearch - Estudos de Mercado, Unipessoal, Lda	507510453	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	29-09-2021	Ajuste Direto	18.500,00	18.500,00	94 dias	29-09-2021						22-12-2021	22.755,00					22.755,00				
IVITY BRAND CORP, CRIAÇÃO E GESTÃO DE MARCAS, S.A.	507707818	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	20-10-2021	Ajuste Direto	18.820,33	18.820,33	73 dias	20-10-2021						29-12-2021	11.574,30					11.574,30				
ERNST & YOUNG, S.A.	500912645	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	30-03-2021	Ajuste Direto	19.000,00	19.000,00	277 dias	30-03-2021						06-07-2021	23.370,00					23.370,00				
UPS of Portugal - Transp. Intern. Mercadorias, LDA	504066897	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	29-09-2021	Ajuste Direto	19.000,00	19.000,00	94 dias	29-09-2021						31-10-2021	11.685,00					11.685,00				
ED-ROM-PRODUÇÕES DE CONTEÚDOS MULTIMÉDIA, LDA.	506561054	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	12-04-2021	Ajuste Direto	19.150,00	19.150,00	264 dias	12-04-2021						09-06-2021	8.212,71					8.212,71				
VODAFONE PORTUGAL COMUNICAÇÕES PESSOAS, S.A.	502544180	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	05-08-2021	Ajuste Direto	19.262,50	19.262,50	149 dias	05-08-2021						03-11-2021	11.022,92					11.022,92				
ABECACIS, MOURA MARQUES & ASSOCIADOS-SOCIEDADE DE	510397263	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	01-09-2021	Ajuste Direto	19.500,00	19.500,00	122 dias	01-09-2021						23-09-2021	23.985,00					23.985,00				
WAVEOLOGY, LDA.	510388020	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	26-12-2021	Ajuste Direto	19.530,00	19.530,00	6 dias	26-12-2021						29-12-2021	24.021,90					24.021,90				
BYOUSERLEADERSHIP	515723690	Aquisição de serviços	Bens e serv. - concursos	27-12-2021	Contratação excluída	19.575,00	19.575,00	5 dias	27-12-2021						28-12-2021	24.077,25					24.077,25				
ADSEA - Administradora de Archivos, S.A.U - Sucursal em Portugal	980473187	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	02-08-2021	Consulta Prévia	19.955,28	19.955,28	152 dias	02-08-2021						15-10-2021	2.810,27					2.810,27				
FULLSIX PORTUGAL - MARKETING INTERACTIVO, LDA	505077302	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	17-02-2021	Ajuste Direto	19.970,00	19.970,00	317 dias	17-02-2021						23-03-2021	24.563,10					24.563,10				
PURPLE MIND, LDA.	516038079	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	28-04-2021	Ajuste Direto	19.970,00	19.970,00	248 dias	28-04-2021						09-06-2021	24.563,10					24.563,10				
RICARDO JOSÉ NEVES ALBERTO	275196758	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	22-09-2021	Ajuste Direto	19.980,00	19.980,00	101 dias	22-09-2021						07-10-2021	24.575,40					24.575,40				
E.A.D. - EMPRESA DE ARQUIVO DE DOCUMENTAÇÃO, S.A.	507616944	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	23-07-2019	Ajuste Direto	19.980,00	19.980,00	732 dias	23-07-2019						05-02-2021	8.621,00					8.621,00				
YCONE, PCO, LDA.	513746803	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	07-12-2021	Ajuste Direto	19.984,52	19.984,52	25 dias	07-12-2021						27-12-2021	7.374,29					7.374,29				
EMOTION, Sistemas de Informação Unipessoal, Lda.	507181204	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	17-02-2021	Ajuste Direto	19.990,00	19.990,00	317 dias	17-02-2021						05-08-2021	24.587,70					24.587,70				
CAMPOS FERREIRA SÁ CARNEIRO & ASSOCIADOS	509221351	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	08-10-2021	Ajuste Direto	19.990,00	19.990,00	85 dias	08-10-2021						15-11-2021	12.228,00					12.228,00				
LUIS S.MORAIS, SERGIO G.CABO & ASSOC.SOC.ADVOG.RL	510776701	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	19-10-2020	Ajuste Direto	19.990,00	19.990,00	121 dias	19-10-2020						09-06-2021	7.872,00					24.587,70				
JOAO VASCO MANO MARQUES	195206762	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	13-08-2020	Ajuste Direto	19.991,00	19.991,00	365 dias	13-08-2020						21-01-2021	3.387,37					10.884,01				
ANDREA SOFIA DA CRUZ VALENTE	215024940	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Ajuste direto	14-06-2020	Ajuste Direto	19.999,80	19.999,80	365 dias	14-06-2020						21-01-2021	13.324,88					24.599,77				
ED-ROM-PRODUÇÕES DE CONTEÚDOS MULTIMÉDIA, LDA.	506561054	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	04-02-2020	Consulta Prévia	21.000,00	21.000,00	545 dias	04-02-2020						29-09-2021	9.235,00					25.830,00				
ANI - AGENCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.	503024260	Aquisição de serviços	Bens e serv. - concursos	14-12-2021	Contratação excluída	22.361,58	22.361,58	18 dias	14-12-2021						22-12-2021	27.504,74					27.504,74				
PRIMAVERA - Business Software Solutions, S.A.	503140600	Aquisição de bens	Bens e serv. - Consulta Prévia	03-08-2021	Consulta Prévia	22.624,36	22.624,36	151 dias	03-08-2021						08-09-2021	23.880,66					23.880,66				
Marksearch - Estudos de Mercado, Unipessoal, Lda	507510453	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	02-08-2021	Consulta Prévia	25.000,00	25.000,00	152 dias	02-08-2021						30-12-2021	30.750,00					30.750,00				
VODAFONE PORTUGAL COMUNICAÇÕES PESSOAS, S.A.	502544180	Aquisição de serviços	Critérios materiais	10-02-2021	Ajuste Direto	28.208,04	28.208,04	171 dias	10-02-2021						12-03-2021	34.686,28					34.686,28				
UGURU II PRODUÇÕES, LDA.	506398137	Aquisição de serviços	Critérios materiais	20-08-2021	Ajuste Direto	29.010,00	29.010,00	134 dias	20-08-2021						01-09-2021	35.682,30					35.682,30				
SECURITAS - SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S	500243719	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	30-12-2020	Consulta Prévia	30.102,00	30.102,00	1095 dias	30-12-2020						12-03-2021	12.341,82					12.341,82				
COCUSTOMER, LDA	514039205	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	07-01-2021	Consulta Prévia	30.700,00	30.700,00	359 dias	07-01-2020						06-05-2021	37.761,00					37.761,00				
Filedoc - Software, LDA	510365710	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	07-04-2021	Consulta Prévia	33.000,00	33.000,00	1095 dias	07-04-2021						21-04-2021	13.530,00					13.530,00				
IMOESTATISTICA - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE IMOBILIÁRIO, LDA.	507830369	Aquisição de serviços	Critérios materiais	26-05-2021	Ajuste Direto	34.000,00	34.000,00	220 dias	26-05-2021						07-10-2021	20.910,00					20.910,00				
PRIMAVERA - Business Software Solutions, S.A.	503140600	Aquisição de serviços	Critérios materiais	02-12-2021	Ajuste Direto	34.500,00	34.500,00	30 dias	02-12-2021						30-12-2021	5.205,08					5.205,08				
UPS Supply Chain Solutions (Portugal) - Transitários, Unipessoal, Lda.	504368958	Aquisição de serviços	Bens e serv. - concursos	29-09-2021	Concurso Público Urgente	35.000,00	35.000,00	94 dias	29-09-2021						14-12-2021	28.904,58					28.904,58				
GALP POWER, SA	504723456	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	28-12-2020	Consulta Prévia	35.459,28	35.459,28	307 dias	28-12-2020						05-03-2021	7.760,49					7.760,49				
FADO IN A BOX, LDA.	513487018	Aquisição de serviços	Critérios materiais	02-08-2021	Ajuste Direto	36.620,00	36.620,00	152 dias	02-08-2021						16-08-2021	45.042,60					45.042,60				
RUELA MUSIC MANAGEMENT, LDA	510345956	Aquisição de serviços	Critérios materiais	29-07-2021	Ajuste Direto	36.852,00	36.852,00	156 dias	29-07-2021						30-09-2021	45.328,08					45.328,08				
ACCIONA FACILITY SERVICES, S.A.	503431397	Aquisição de serviços	Bens e serv. - concursos	04-08-2021	Concurso Público	37.516,32	37.516,32	150 dias	04-08-2021						25-10-2021	4.029,48					4.029,48				
ANI - AGENCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.	503024260	Aquisição de serviços	Bens e serv. - concursos	15-10-2021	Contratação excluída	38.783,42	38.783,42	78 dias	15-10-2021						20-10-2021	47.703,61					47.703,61				
BvD ELETRONIC PUBLISHING UNIPessoal, LDA	509359345	Aquisição de serviços	Bens e serv. - concursos	01-09-2021	Concurso Público	39.000,00	39.000,00	122 dias	01-09-2021						25-10-2021	23.985,00					23.985,00				
DITAME GESTÃO DE PESSOAS	507144961	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	13-10-2021	Consulta Prévia	40.000,00	40.000,00	80 dias	13-10-2021						09-11-2021	49.200,00					49.200,00				
EXITUS, SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, LDA.	509117660	Aquisição de bens	Bens e serv. - concursos	07-05-2021	Concurso Público	40.660,00	40.660,00	239 dias	07-05-2021						08-09-2021	50.011,80					50.011,80				
FAMO COMERCIAL - MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO, LDA.	500109036	Aquisição de bens	Bens e serv. - Consulta Prévia	24-11-2021	Consulta Prévia	40.986,60	40.986,60	38 dias	24-11-2021						27-12-2021	62.713,52					62.713,52				
INTEGRITY, S.A.	509072054	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	02-08-2021	Consulta Prévia	41.796,00	41.796,00	152 dias	02-08-2021						03-11-2021	17.137,17					17.137,17				
BHALL - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA.	507117936	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	01-09-2021	Consulta Prévia	43.760,00	43.760,00	122 dias	01-09-2021						28-12-2021	53.824,80					53.824,80				



Entidade		Contrato					Comunicação do contrato ao TC		Visto do TC		Pagamentos no período				Pagamentos acumulados									
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Início da execução (física) do contrato	MECP	Contratos Adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1.º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Outros trabalhos, incluindo	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Outros trabalhos, incluindo	
BDO BDC & Associados - Soc. Rev. Oficiais Contas, L	501340467	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	13-12-2018	Consulta Prévia	44.500,00	44.500,00	972 dias	13-12-2018						10-08-2021	5.473,50								54.735,00
GALP POWER, SA	504723456	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	21-09-2018	Consulta Prévia	47.062,36	47.062,36	894 dias	21-09-2018						04-02-2021	844,52								46.254,30
VODAFONE PORTUGAL COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.	502544180	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	30-06-2019	Concurso Público	48.883,20	48.883,20	730 dias	30-06-2019						08-03-2021	5.589,35								59.784,11
LUSA AGENCIA DE NOTICIAS DE PORTUGAL, SA	503935107	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	07-10-2021	Contratação excluída	49.723,58	49.723,58	86 dias	07-10-2021						30-12-2021	20.386,67								20.386,67
IBERINFORM INTERNACIONAL, S.A. - SUCURSAL EM PORTUGAL	980683823	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	16-12-2021	Concurso Público	50.700,00	50.700,00	16 dias	16-12-2021						27-12-2021	20.787,00								20.787,00
Sociedade de Construções Rapseira, Lda	500780986	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	08-10-2021	Consulta Prévia	55.297,50	55.297,50	85 dias	08-10-2021						25-11-2021	55.297,50								55.297,50
PETROLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A.	500697370	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	23-02-2021	Concurso Público	58.617,00	58.617,00	312 dias	23-02-2021						01-02-2021	6.905,46								67.689,04
108 MANTRAS, LDA	514828625	Aquisição de serviços	Critérios materiais	08-09-2021	Ajuste Direto	61.500,00	61.500,00	115 dias	08-09-2021						30-09-2021	75.645,00								75.645,00
NDS COMUNICACOES, S.A.	502604751	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	31-10-2018	Consulta Prévia	62.505,36	62.505,36	1157 dias	31-10-2018						08-03-2021	25.344,79								77.880,55
ISCTE - IUL INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	501510184	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	13-04-2020	Concurso Público	65.267,95	65.267,95	627 dias	13-04-2020						29-12-2021	52.149,90								79.069,66
TRUEWIND, SISTEMAS DE INFORMACAO, SA	503676985	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	19-07-2020	Concurso Público	68.850,00	68.850,00	273 dias	19-07-2020						23-03-2021	20.664,00								84.685,50
HYPNOTIC DIGITAL AGENCY	509136818	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	25-06-2021	Consulta Prévia	69.998,00	69.998,00	190 dias	25-06-2021						09-07-2021	86.097,54								86.097,54
Timezamo - Sistemas de Informação, S.A.	506360237	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	27-09-2020	Consulta Prévia	70.200,00	70.200,00	541 dias	27-09-2020						15-02-2021	74.405,24								90.174,61
FULLSIX PORTUGAL - MARKETING INTERACTIVO, LDA	505077302	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	11-12-2019	Consulta Prévia	72.144,00	72.144,00	567 dias	11-12-2019						01-06-2021	44.368,56								88.755,12
Luis Filipe Fonseca Verde de Sousa	213861402	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	14-07-2019	Consulta Prévia	74.900,00	74.900,00	597 dias	14-07-2019						27-04-2021	55.276,20								73.701,60
TENFIVE, LDA	515363166	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	13-11-2020	Consulta Prévia	74.900,00	74.900,00	139 dias	13-11-2020						11-03-2021	30.708,68								92.126,04
Dropout, Lda	515485241	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	23-04-2021	Consulta Prévia	74.900,00	74.900,00	253 dias	23-04-2021						06-05-2021	92.127,00								92.127,00
ARVOS DIGITAL, S.L	E226228628	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	14-07-2021	Consulta Prévia	74.950,00	74.950,00	171 dias	14-07-2021						23-09-2021	17.475,00								17.475,00
CANON PORTUGAL, S.A.	507477740	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	09-03-2020	Concurso Público	81.274,40	81.274,40	1727 dias	09-03-2020						04-02-2021	22.799,66								40.337,63
PETROLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S.A.	500697370	Aquisição de bens	Bens e serv. - Concursos	25-06-2021	Concurso Público	84.000,00	84.000,00	190 dias	25-06-2021						30-09-2021	6.184,16								6.184,16
Marketing- Marketing, Comunicação e Vendas, Lda	504719300	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	01-09-2021	Concurso Limitado por Prévia	94.500,00	94.500,00	122 dias	01-09-2021						13-10-2021	23.247,00								23.247,00
KSERVICES LDA	514073284	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	24-07-2019	Concurso Público	97.375,20	97.375,20	737 dias	24-07-2019						05-02-2021	15.954,09								100.792,16
Aveiclean - Limpeza e Conservação, Lda.	504613529	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	04-08-2021	Concurso Público	160.917,12	160.917,12	150 dias	04-08-2021						25-10-2021	17.616,04								17.616,04
ADCLCK, LDA	508113199	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	13-07-2021	Concurso Público	178.920,00	178.920,00	172 dias	13-07-2021						02-12-2021	110.035,80								110.035,80
VITOR HUGO - COORDENAÇÃO E GESTÃO DE PROJECTOS, S.	503040630	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	14-11-2019	Concurso Público	193.550,00	193.550,00	1035 dias	14-11-2019						23-03-2021	87.097,50								218.711,50
MUSEUMS & EXPOS INTERNATIONAL LIMITED	980516340	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Consulta Prévia	29-09-2019	Consulta Prévia	209.000,00	209.000,00	701 dias	29-09-2019						07-10-2021	25.707,00								179.949,00
GHUDE - GESTÃO DE CARREIRAS E CONCEÇÃO DE EVENTOS, UNIP, LDA.	501655603	Aquisição de serviços	Critérios materiais	04-11-2021	Ajuste Direto	210.000,00	210.000,00	58 dias	04-11-2021						27-12-2021	84.000,00								84.000,00
COZINHA DIVINA - PROMOÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS, LDA.	505293943	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	06-07-2021	Concurso Público	226.500,00	226.500,00	179 dias	06-07-2021						07-10-2021	122.000,00								122.000,00
VITOR HUGO - COORDENAÇÃO E GESTÃO DE PROJECTOS, S.	503040630	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	02-08-2021	Concurso Público	295.200,00	295.200,00	152 dias	02-08-2021						12-11-2021	120.000,00								120.000,00
AB-ANTÓNIO BERNARDO & ASSOCIADO - Sociedade de Revi	501267190	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	12-05-2020	Concurso Público	304.900,00	304.900,00	505 dias	12-05-2020						14-12-2021	150.010,80								375.027,00
PRIMAVERA - Business Software Solutions, S.A.	503140600	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	08-01-2020	Concurso Público	333.074,46	333.074,46	1096 dias	08-01-2020						27-04-2021	53.860,96								355.781,21
Claranet II Solutions, S.A.	510728189	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	26-09-2019	Concurso Público	344.787,30	344.787,30	1095 dias	26-09-2019						15-11-2021	141.362,79								424.087,17
PricewaterhouseCoopers - MFAS - Manag. Finance & Acc. Serv. Lda	500479194	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	29-09-2021	Concurso Público	379.200,00	379.200,00	94 dias	29-09-2021						28-12-2021	26.499,35								26.499,35
Verlligue - Corretores de Seguros, S.A.	502358416	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	14-12-2020	Concurso Público	609.532,51	609.532,51	382 dias	14-12-2020						11-01-2021	441.415,38								713.902,33
PJM Plural, S.A.	500864605	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	14-06-2021	Concurso Público	1.199.000,00	1.199.000,00	275 dias	29-07-2021				28550/2021	44405	04-11-2021	440.320,00								440.320,00
RASO - VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	18-02-2019	Concurso Público	1.536.000,00	1.536.000,00	990 dias	16-04-2019						11822/2019	43571	17-05-2021	320.026,10						1.695.619,08
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	504619947	Aquisição de serviços	Bens e serv. - Concursos	05-03-2021	Concurso Público	1.989.740,00	1.989.740,00	391 dias	05-05-2021						17129/2021	44320	30-08-2021	1.408.245,92						1.408.245,92
CASAI - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA	500023875	Entidade de obras públicas	Empreitada - Consulta Prévia	29-07-2019	Consulta Prévia	5.449.000,00	5.449.000,00	374 dias	12-09-2019						28742/2019	43719	21-01-2021	999.257,96	65.000,00					6.770.627,96

Nota: lista dos contratos com preço contratual superior a 5.000 euros. Lista completa na plataforma do TC.

Adjudicação por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por po de procedimento (01-01-2021 até 31-12-2021)										Total	
	Bens e serv. - Concursos		Bens e serv. - Consulta Prévia		Bens e serv. - Ajuste direto		Empreitadas - Ajuste direto		Critérios materiais			
	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Valor
Locação de bens					2	4.866,47					2	4.866,47
Empreitada de obras públicas							2	14.928,16			2	14.928,16
Aquisição de bens	6	137.101,85	2	63.610,96	47	64.164,65					55	264.877,46
Aquisição de serviços	26	4.894.602,56	17	574.766,11	292	801.035,59	1	109,99	10	501.024,04	346	6.771.538,29
Outro					3	1.666,68					3	1.666,68
Total	32	5.031.704,41	19	638.377,07	344	871.733,39	3	15.038,15	10	501.024,04	408	7.057.877,06



2.5. Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos

Com a informação supra, podemos analisar de forma facilitada, se a gestão financeira está a ser feita de forma a gerar sustentabilidade orçamental, e por inerência financeira.

Descrição	Dívida vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em dias) (C)				Exceções (D)	Pagamento em	Total dívida por natureza da despesa		
	Curto prazo (A)	Médio/Longo prazo (B)	<90 dias (1)	[90-180] (2)	[180-365] (3)	>365 dias (4)		atraso E=(2)+(3)+(4)-(D)	Curto Prazo (F)=(A)+(C)	Médio/Longo prazo (G)=(B)	Total (H)=(F)+(G)
Despesas correntes	827.262,64	-	61.333,55	-	-	-	-	-	888.596	-	888.596
Despesas com o pessoal	416.405,96	-	384,96	-	-	-	-	-	416.791	-	416.791
Remunerações certas e permanentes	384.158,09	-	-	-	-	-	-	-	384.158	-	384.158
Abonos variáveis ou eventuais	32.247,87	-	-	-	-	-	-	-	32.248	-	32.248
Segurança Social dos quais:	347.571,95	-	-	-	-	-	-	-	347.572	-	347.572
Encargos com Saúde	1.685,78	-	-	-	-	-	-	-	1.686	-	1.686
ADSE e outros da AP	1.685,78	-	384,96	-	-	-	-	-	2.071	-	2.071
Outros sectores fora da AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições de Segurança Social	343.110,87	-	-	-	-	-	-	-	343.111	-	343.111
CGA	16.197,34	-	-	-	-	-	-	-	16.197	-	16.197
Segurança Social - regime geral	286.559,90	-	-	-	-	-	-	-	286.560	-	286.560
Outras	40.353,63	-	-	-	-	-	-	-	40.354	-	40.354
Outras	2.775,30	-	-	-	-	-	-	-	2.775	-	2.775
Aquisições de Bens e Serviços	60.265,25	-	60.933,97	-	-	-	-	-	121.199	-	121.199
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	2.554,66	-	-	-	-	-	-	-	2.555	-	2.555
Administrações Públicas	1.413,16	-	-	-	-	-	-	-	1.413	-	1.413
Outras transferências correntes	1.141,50	-	-	-	-	-	-	-	1.142	-	1.142
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	464,82	-	14,62	-	-	-	-	-	479	-	479
Despesa de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de Bens de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolsos de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	827.262,64	-	61.333,55	-	-	-	-	-	888.596	-	888.596



Nº Contrato	Contrato								Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual s/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP002/000/2020/19	79341100-7	513815341	156	05-05-2020	12.500,00	12.500,00	31-01-2021	31-01-2021			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-02-2021	3.416,66		11.958,00					
TP002/000/2021/46	92312240-5	509501999	2360	20-08-2021	12.750,00	12.750,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	01-09-2021	15.682,50							
TP002/000/2021/5	45420000-7	515541737	30	05-02-2021	12.838,00	12.838,00	31-12-2021	31-12-2021			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	21-04-2021	15.790,74							
TP002/000/2021/16	72000000-5	510365710	705	03-05-2021	13.200,00	13.200,00	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	23-09-2021	6.392,93	1.725,07		8.118,00				
TP002/000/2021/20	79341100-7	514866721	870	12-05-2021	13.800,00	13.800,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	09-06-2021	16.974,00							
TP002/000/2019/1	33760000-5	500246530	196	28-04-2019	13.810,00	13.800,96	27-04-2021	27-04-2021			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	27-04-2021	2.815,65		14.146,00					
TP002/000/2020/16	38412000-6	502777354	205	01-11-2019	14.000,00	14.000,00	30-10-2021	30-10-2021			RP - Receitas próprias	D1.3 - Segurança Social	23-03-2021	6.167,70	307,50	8.505,00					
TP002/000/2021/10	50730000-1	509617980	386	30-03-2021	14.553,00	14.553,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	13-05-2021	4.972,30	0,02		4.972,27	5.966,73	1.988,91		
TP002/000/2022/6	79212100-4	501340467	10465	30-12-2021	15.000,00	15.000,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	(em branco)		12.915,00		5.555,00				
TP002/000/2019/2	50111100-7	502167610	197	10-06-2019	15.748,00	15.748,00	12-12-2021	12-12-2021			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	11-01-2021	5.936,16		12.076,00					
TP002/000/2021/18	79310000-0	502523760	773	20-05-2021	16.000,00	16.000,00	19-06-2021	19-06-2021			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	05-08-2021	19.680,00							
TP012/000/2021/21	79340000-9	502535369	3395	27-10-2021	16.000,00	16.000,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	10-12-2021	19.680,00							
TP002/000/2021/86	51611100-9	509117660	4880	31-12-2021	16.899,26	16.899,26	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	(em branco)		20.786,09						
TP012/000/2021/4	72267100-0	510728189	70	04-03-2021	19.639,60	16.961,54	26-09-2022	26-09-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	01-04-2021	20.862,69							
TP002/000/2021/68	72317000-0	502604751	4109	01-10-2021	17.584,00	17.584,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	14-12-2021	7.103,45	3.710,71		10.814,16				
TP002/000/2021/37	79415200-8	E226228628	2135	02-08-2021	18.050,00	18.050,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	07-10-2021	9.025,00			9.025,00				
TP002/000/2021/55	79310000-0	507510453	2877	29-09-2021	18.500,00	18.500,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	22-12-2021	22.755,00							
TP002/000/2021/76	79342000-3	507707818	4432	20-10-2021	18.820,33	18.820,33	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	29-12-2021	11.574,30	0,20		11.574,50				
TP002/000/2021/11	79300000-7	500912645	387	30-03-2021	19.000,00	19.000,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	06-07-2021	23.370,00							
TP002/000/2021/54	63111000-0	504066897	2857	29-09-2021	19.000,00	19.000,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	31-10-2021	11.685,00			11.685,00				
TP002/000/2021/13	80420000-4	506561054	456	12-04-2021	19.150,00	19.150,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	09-06-2021	8.212,71			15.341,79				
TP002/000/2021/41	64200000-8	502544180	2189	05-08-2021	19.262,50	19.262,50	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	03-11-2021	11.022,92	7.640,84		4.738,58				
TP002/000/2021/49	79100000-5	510397263	2503	01-09-2021	19.500,00	19.500,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	23-09-2021	23.985,00							
TP002/000/2021/83	31523300-1	510338020	4712	26-12-2021	19.530,00	19.530,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D6 - Aquisição de bens de capital	29-12-2021	24.021,90							
TP009/000/2021/21	80510000-2	515723690	4714	27-12-2021	19.575,00	19.575,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	28-12-2021	24.077,25							
TP002/000/2021/82	32321200-1	503965154	4642	22-12-2021	19.823,12	19.823,12	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	(em branco)			24.382,44					
TP012/000/2021/13	79995100-6	980473187	2141	02-08-2021	19.955,28	19.955,28	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	15-10-2021	2.810,27			8.077,31	8.262,84	5.394,58		
TP002/000/2021/81	72300000-8	502481749	4628	22-12-2021	19.968,00	19.968,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	(em branco)		12.280,32		12.280,32				
TP002/000/2021/15	79342200-5	516038079	704	28-04-2021	19.970,00	19.970,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	09-06-2021	24.563,10							
TP002/000/2021/7	72212780-0	505073202	44	17-02-2021	19.970,00	19.970,00	31-12-2021	31-12-2021			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	23-03-2021	24.563,10							
TP002/000/2019/3	79995100-6	507616944	179	23-07-2019	19.980,00	19.980,00	24-07-2021	24-07-2021			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	05-02-2021	8.621,00		15.507,00					
TP002/000/2021/52	73200000-4	273196758	2738	22-09-2021	19.980,00	19.980,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	07-10-2021	24.575,40							
TP002/000/2021/78	98390000-3	513746803	4587	07-12-2021	19.984,52	19.984,52	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	27-12-2021	7.374,29			17.206,67				
TP002/000/2020/10	79111000-5	510776701	208	19-10-2020	19.990,00	19.990,00	17-02-2021	17-02-2021			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	09-06-2021	7.872,00		16.716,00					
TP002/000/2021/56	79100000-5	509221351	2992	08-10-2021	19.990,00	19.990,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	15-11-2021	12.228,00	12.359,70						
TP002/000/2021/6	72200000-7	507181204	43	17-02-2021	19.990,00	19.990,00	31-12-2021	31-12-2021			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	05-08-2021	24.587,70							
TP002/000/2020/5	79400000-8	195206762	83	13-08-2020	19.992,00	19.992,00	13-08-2021	13-08-2021			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	21-01-2021	3.387,37		7.497,00					
TP002/000/2020/3	79400000-8	215024940	82	14-06-2020	19.999,80	19.999,80	14-06-2021	14-06-2021			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	21-01-2021	13.324,88		11.275,00					
TP004/000/2022/1	72268000-1	510728189	5009	31-12-2021	20.316,24	20.316,24	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	(em branco)				24.988,98				
TP012/000/2020/1	80420000-4	506561054	204	04-02-2020	23.500,00	21.000,00	02-08-2021	02-08-2021			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	23-09-2021	9.225,00		16.605,00					
TP009/000/2021/18	71319000-7	503024260	4357	14-12-2021	22.361,58	22.361,58	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	22-12-2021	27.504,74							
TP012/000/2021/15	48218000-9	503140600	2174	03-08-2021	22.624,36	22.624,36	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	08-09-2021	23.880,66	0,63		3.946,67				
TP012/000/2021/12	79310000-0	507510453	2137	02-08-2021	29.500,00	25.000,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-12-2021	30.750,00							
TP002/000/2021/4	64200000-8	502544180	15	10-02-2021	34.695,89	28.208,04	31-07-2021	31-07-2021			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	12-03-2021	34.686,28							
TP002/000/2021/45	92312240-5	506398137	2359	20-08-2021	29.010,00	29.010,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	01-09-2021	35.682,30							
TP012/000/2020/6	79714000-2	500243719	230	30-12-2020	30.936,00	30.102,00	30-12-2023	30-12-2023			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	12-03-2021	12.341,82			12.341,82	12.341,82			
TP012/000/2021/5	72000000-5	510365710	390	07-04-2021	34.200,00	33.000,00	06-04-2024	06-04-2024			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	21-04-2021	13.530,00			13.530,00	13.530,00			
TP002/000/2021/25	79418000-7	507830369	1146	26-05-2021	34.000,00	34.000,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	07-10-2021	20.910,00			20.910,00				
TP002/000/2021/70	72000000-5	503140600	4123	02-12-2021	34.500,00	34.500,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-12-2021	5.205,08	7.525,42		29.704,50				
TP011/000/2021/1	60000000-8	504368958	2847	29-09-2021	35.000,00	35.000,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	14-12-2021	28.904,58	595,42						



Nº Contrato	Contrato								Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros					
	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual s/IVA	Data de conclusão (Inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes	
TP004/000/2021/23	09310000-5	500697370	4651	28-12-2020	50.000,00	35.459,28	31-12-2023	31-12-2023			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	(em branco)		5.860,31			14.538,30	14.538,30			
TP012/000/2020/5	09310000-5	504723456	231	28-12-2020	50.000,00	35.459,28	31-10-2021	31-10-2021			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	05-03-2021	7.760,49	917,50							
TP002/000/2021/38	92312240-5	513487018	2142	02-08-2021	36.620,00	36.620,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	16-08-2021	45.042,60								
TP002/000/2021/36	92312240-5	510345956	2109	29-07-2021	36.852,00	36.852,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-09-2021	45.328,08								
TP004/000/2021/14	90910000-9	503431397	2181	04-08-2021	37.516,32	37.516,32	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	25-10-2021	4.029,48				12.088,44	12.088,44	8.058,96		
TP009/000/2021/13	71319000-7	503024260	3135	15-10-2021	38.783,42	38.783,42	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	20-10-2021	47.703,61								
TP004/000/2021/15	72320000-4	509359345	2502	01-09-2021	39.000,00	39.000,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	25-10-2021	23.985,00				23.985,00				
TP012/000/2021/19	79635000-4	507144961	3068	13-10-2021	40.000,00	40.000,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	09-11-2021	49.200,00								
TP004/000/2021/3	30230000-0	509117660	814	07-05-2021	40.660,00	40.660,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-09-2021	50.011,80								
TP002/000/2021/67	60400000-2	507449185	4028	26-11-2021	40.687,36	40.687,36	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	(em branco)		25.022,72			25.022,73				
TP012/000/2021/22	39130000-2	500109036	3959	24-11-2021	40.986,60	40.986,60	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D6 - Aquisição de bens de capital	27-12-2021	62.713,52								
TP012/000/2021/14	72910000-2	509072054	2145	02-08-2021	41.796,00	41.796,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	03-11-2021	17.137,17	8.567,37			25.704,54				
TP012/000/2021/17	72810000-1	507117336	2520	01-09-2021	43.760,00	43.760,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	28-12-2021	53.824,80								
TP012/000/2018/2	79212000-3	501340467	81	13-12-2018	44.550,00	44.500,00	11-08-2021	11-08-2021			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	10-08-2021	5.473,50					49.262,00			
TP012/000/2018/3	09310000-5	504723456	172	21-09-2018	60.000,00	47.062,36	03-03-2021	03-03-2021			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-02-2021	844,52					45.410,00			
TP004/000/2019/1	64212700-2	502544180	160	30-06-2019	115.000,00	48.883,20	29-06-2021	29-06-2021			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-03-2021	5.589,35					54.195,00			
TP009/000/2021/12	79341400-0	503935107	2987	07-10-2021	49.723,58	49.723,58	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-12-2021	20.386,67	40.773,33							
TP004/000/2021/21	72320000-4	980683823	4482	16-12-2021	50.700,00	50.700,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	27-12-2021	20.787,00				20.787,00	20.787,00			
TP012/000/2021/18	50800000-3	500780986	2990	08-10-2021	55.297,50	55.297,50	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D6 - Aquisição de bens de capital	25-11-2021	55.297,50								
TP004/000/2018/1	09100000-0	500697370	183	23-02-2021	58.617,00	58.617,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	01-02-2021	6.905,46	51,66			60.784,00				
TP002/000/2021/50	92312240-5	514828625	2547	08-09-2021	61.500,00	61.500,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-09-2021	75.645,00								
TP012/000/2018/1	72317000-0	502604751	202	31-10-2018	73.000,00	62.505,36	31-12-2021	31-12-2021			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-03-2021	25.344,79					52.536,00			
TP004/000/2020/7	79420000-4	501510184	209	13-04-2020	65.267,95	65.267,95	31-12-2021	31-12-2021			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	29-12-2021	52.149,90	5.987,64			26.920,00				
TP004/000/2020/5	72611000-6	503676985	220	19-07-2020	90.000,00	68.850,00	18-04-2021	18-04-2021			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	23-03-2021	20.664,00					64.022,00			
TP012/000/2021/8	72222300-0	509136818	1707	25-06-2021	74.999,00	69.998,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	09-07-2021	86.097,54								
TP012/000/2020/2	72100000-6	506360237	86	27-09-2020	70.200,00	70.200,00	22-03-2022	22-03-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	15-02-2021	74.405,24	1.346,21			15.769,00				
TP012/000/2019/22	79000000-4	505077302	1142	11-12-2019	73.000,00	72.144,00	30-06-2021	30-06-2021			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	01-06-2021	44.368,56				44.387,00				
TP012/000/2022/1	72200000-7	510523919	5165	30-12-2021	74.800,00	74.800,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	(em branco)						92.004,00			
TP012/000/2019/4	79111000-5	213861402	261	14-07-2019	74.990,00	74.990,00	02-03-2021	02-03-2021			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	27-04-2021	55.276,20				18.425,00	18.425,40			
TP012/000/2020/3	79418000-7	515362166	85	13-11-2020	74.950,00	74.900,00	01-04-2021	01-04-2021			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	11-03-2021	30.708,68				61.417,00				
TP012/000/2021/6	79418000-7	515485241	677	23-04-2021	74.950,00	74.900,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	06-05-2021	92.127,00								
TP012/000/2021/9	79413000-2	E226228628	2035	14-07-2021	74.950,00	74.950,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	23-09-2021	17.475,00	7.108,60			67.604,91				
TP002/000/2022/1	79111000-5	510776701	5155	30-12-2021	75.000,00	75.000,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	(em branco)						92.250,00			
TP004/000/2020/1	79800000-2	507477740	171	09-03-2020	87.096,00	81.274,40	30-11-2024	30-11-2024			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-02-2021	22.799,66				17.538,00	21.045,84	19.292,02		
TP011/000/2022/1	64200000-8	502544180	5204	31-12-2021	82.630,56	82.630,56	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	(em branco)					46.582,98	50.817,79	4.234,82		
TP004/000/2021/22	72000000-5	506360237	5086	22-12-2021	83.800,00	83.800,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	(em branco)					101.917,18				
TP004/000/2021/8	09100000-0	500697370	1698	25-06-2021	84.000,00	84.000,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-09-2021	6.184,16	11.035,84			34.440,00	34.440,00	17.220,00		
TP003/000/2021/1	79340000-9	504719300	2513	01-09-2021	94.500,00	94.500,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	13-10-2021	23.247,00				92.988,00				
TP004/000/2019/2	90910000-9	514073284	180	24-07-2019	125.976,00	97.375,20	30-07-2021	30-07-2021			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	05-02-2021	15.954,09				84.838,00				
TP004/000/2021/13	90910000-9	504613529	2180	04-08-2021	160.917,12	160.917,12	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	25-10-2021	17.616,04	0,71			52.850,25	52.850,24	35.233,49		
TP004/000/2021/10	79342200-5	508113199	2030	13-07-2021	178.920,00	178.920,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	02-12-2021	110.035,80				110.035,80				
TP004/000/2019/6	71330000-0	503040630	265	14-11-2019	220.000,00	193.550,00	14-09-2022	14-09-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	23-03-2021	87.097,50	967,75			131.614,00	38.710,00			
TP012/000/2019/3	71200000-0	980516340	262	29-09-2019	220.000,00	209.000,00	30-08-2021	30-08-2021			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	07-10-2021	25.707,00				154.242,00				
TP002/000/2021/59	92312240-5	501655603	3494	04-11-2021	210.000,00	210.000,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	27-12-2021	84.000,00				126.000,00				
TP004/000/2021/9	55000000-0	505293943	1952	06-07-2021	226.500,00	226.500,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	07-10-2021	122.000,00	28.060,00			87.674,80				
TP004/000/2021/12	50000000-5	503040630	2132	02-08-2021	295.200,00	295.200,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	12-11-2021	120.000,00	27.600,00			147.600,00				
TP004/000/2020/2	79420000-4	501267190	87	12-05-2020	349.900,00	304.900,00	29-09-2021	29-09-2021			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	14-12-2021	150.010,80				225.016,00				
TP004/000/2019/3	48200000-0	503140600	232	08-01-2020	334.108,35	333.074,46	08-01-2023	08-01-2023			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	27-04-2021	53.860,96	19,71			301.920,00	53.880,67			
TP004/000/2019/5	72267100-0	510728189	201	26-09-2019	345.000,00	344.787,30	25-09-2022	25-09-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	15-11-2021	141.362,79				282.724,00				
TP004/000/2021/16	79420000-4	500479194	2876	29-09-2021	379.200,00	379.200,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	28-12-2021	26.499,35	66.783,85			373.132,80				</



Nº Contrato	Contrato								Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual s/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP004/000/2021/17	72317000-0	506303810	2898	01-10-2021	487.750,00	487.750,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	(em branco)		19.997,75		299.966,19	279.968,56			
TP004/000/2021/20	66510000-8	502358416	4568	17-12-2021	516.367,66	516.367,66	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D4.1.3 - Famílias	(em branco)				516.367,66				
TP004/000/2020/4	66510000-8	502358416	215	14-12-2020	626.884,00	609.532,51	31-12-2021	31-12-2021			UE - Financiamento da UE	D4.1.3 - Famílias	11-01-2021	441.415,38	2.677,22	272.487,00					
TP004/000/2021/7	79950000-8	500642605	961	14-06-2021	1.400.000,00	1.199.000,00	30-04-2022	30-04-2022	28550/2021	28-07-2021	RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-11-2021	440.320,00	297.065,00		737.385,00				
TP004/000/2018/2	63510000-7	500886113	203	18-02-2019	1.536.000,00	1.536.000,00	17-04-2022	17-04-2022	11822/2019	16-04-2019	UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	17-05-2021	320.026,10	243.927,75	1.375.593,00					
TP013/000/2021/1	72200000-7	515325848	2331	23-08-2021	1.545.437,00	1.545.437,00	06-06-2024	06-06-2024	21333/2022	06-06-2022	UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	(em branco)		442.144,32		1.164.183,91	294.559,28			
TP004/000/2021/1	79950000-8	504615947	61	05-03-2021	2.000.000,00	1.989.740,00	21-06-2022	21-06-2022	17129/2021	04-05-2021	RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-08-2021	1.408.245,92	78.891,08		500.000,00				

Nota: lista dos contratos com preço contratual superior a 5.000 euros. Lista completa na plataforma do TC.



aicep Portugal Global

Contas consolidadas

Demonstrações Financeiras



aicep Portugal Global

AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	31 dezembro 2021	31 dezembro 2020
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	26.049.641	27.731.590
Propriedades de investimento	9	90.108	85.660
Ativos intangíveis	8	3.016.126	2.468.590
Participações financeiras	10	9.619.407	9.619.407
Outros ativos financeiros	10	27.855.638	32.227.141
Outras contas a receber	13	4.143	4.143
Ativos por impostos diferidos	12	600.821	610.058
		<u>67.235.883</u>	<u>72.746.589</u>
ATIVO CORRENTE:			
Clientes, contribuintes e utentes	13	1.915.745	1.640.522
Estado e outros entes públicos	18	1.518.159	1.439.233
Outras contas a receber	13	5.778.502	8.317.568
Diferimentos	14	1.965.442	1.102.154
Caixa e depósitos	6/13	202.236.857	192.896.451
		<u>213.414.705</u>	<u>205.395.928</u>
	Total do Ativo	<u>280.650.589</u>	<u>278.142.517</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	15	114.927.980	114.927.980
Prémios de emissão	15	57.950.052	57.950.052
Reservas	15	(36.170)	(36.170)
Resultados transitados	15	(53.801.035)	(51.301.642)
Ajustamentos em ativos financeiros	15	1.849.014	1.731.775
Excedentes de revalorização	15	206.476	213.860
Outras variações no Património Líquido	17	1.166.914	734.988
Resultado líquido do período		2.583.105	(2.370.811)
Interesses que não controlam	4	2.562.201	2.525.771
	Total do Património Líquido	<u>127.408.537</u>	<u>124.375.804</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	16	4.767.761	4.526.185
Passivos por impostos diferidos	12	18.583	19.247
Outras contas a pagar	17	131.489.355	131.502.398
Diferimentos	19	400.000	400.000
		<u>136.675.699</u>	<u>136.447.831</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Credores por transferências e subsídios concedidos			
Fornecedores	17	337.826	323.399
Estado e outros entes públicos	18	1.228.119	991.342
Fornecedores de investimentos	17	136.072	396.092
Outras contas a pagar	17	9.934.886	9.618.176
Diferimentos	19	4.929.450	5.989.872
		<u>16.566.353</u>	<u>17.318.882</u>
	Total do Passivo	<u>153.242.052</u>	<u>153.766.713</u>
	Total do Património Líquido e Passivo	<u>280.650.589</u>	<u>278.142.517</u>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.****DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020***(Montantes expressos em euros)*

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas		49.707	-
Prestação de serviços	20	36.211.310	34.761.021
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos			-
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	10	-	-
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(16.297)	-
Fornecimentos e serviços externos	21	(15.396.494)	(15.386.780)
Gastos com o pessoal	22	(28.327.168)	(27.636.735)
Transferências e subsídios concedidos		(10.000)	
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(91.053)	(2.844.686)
Provisões (aumentos/reduções)	16	(667.769)	(405.929)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	11	303.067	(816.632)
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	24	16.901.349	19.651.801
Outros gastos e perdas	25	(2.237.795)	(5.794.997)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		6.718.857	1.527.064
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23	(2.666.641)	(2.671.942)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		4.052.216	(1.144.878)
Juros e rendimentos similares obtidos	26	1.130	28.635
Juros e gastos similares suportados		(46.706)	
Resultado antes de impostos		4.006.640	(1.116.243)
Imposto sobre o rendimento	12	(1.135.304)	(991.420)
Resultado líquido do período		2.871.336	(2.107.663)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da Empresa Mãe		2.583.105	(2.370.811)
Interesses que não controlam	4	288.231	263.149
		2.871.336	(2.107.663)

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em euros)

Património líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe														
Notas	Capital / Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	[1]	114.927.980	-	57.950.052	(36.170)	(51.301.642)	1.731.775	213.860	734.988	(2.370.811)	121.850.032	2.525.772	124.375.804	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:														
Primeira adoção do novo referencial contabilístico											-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas											-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização											-	-	-	
Excedentes de revalorização e respetivas variações					7.383		(7.383)				-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido					(135.965)	117.238		431.925		413.199		413.199		
Resultado Líquido					(2.370.811)				2.370.811	-	(251.802)	(251.802)		
	[2]	-	-	-	(2.499.393)	117.238	(7.383)	431.925	2.370.811	413.199	(251.802)	161.397		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	[3]								2.583.105	2.583.105	288.231	2.871.336		
RESULTADO INTEGRAL	[4] = [2]+[3]								4.953.916	2.996.304	36.430	3.032.733		
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património											-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas											-	-	-	
Outras operações											-	-	-	
	[5]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	[6] = [1]+[2]+[3]+[5]	15	114.927.980	-	57.950.052	(36.170)	(53.801.035)	1.849.014	206.476	1.166.914	2.583.105	124.846.336	2.562.201	127.408.537

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		12.898.400	12.682.770
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		34.035.514	32.438.559
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		(18.306.445)	(17.666.464)
Pagamentos ao pessoal		(27.372.116)	(26.891.216)
Pagamentos a contribuintes/utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		(139.420)	2.623.802
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		1.115.934	3.187.451
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		1.255.944	1.140.434
Outros recebimentos / pagamentos		(2.009.421)	(5.809.609)
Fluxos das atividades operacionais [a]		362.457	(1.481.724)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(1.181.087)	(3.802.409)
Ativos intangíveis		(547.808)	
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			(2.400.360)
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis		-	2.177
Investimentos financeiros		4.693.293	9.855.916
Propriedades de investimento			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital		6.260.000	2.013.181
Juros e rendimentos similares		3.542	4.354
Dividendos		-	18.164
Fluxos das atividades de investimento [b]		9.227.940	5.691.023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		(249.991)	(262.372)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos das atividades de financiamento [c]		(249.991)	(262.372)
Varição de caixa e seus equivalentes [a]+[b]+[c]		9.340.406	3.946.927
Efeito das diferenças de câmbio		-	(122.569)
Caixa e seus equivalentes no início do período		192.896.451	189.072.093
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6/13	202.236.857	192.896.451

**CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA**

Caixa e seus equivalentes no início do período	192.896.451	189.072.093
- Equivalentes a caixa no início do período		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		
- Variações cambiais de caixa no início do período		
= Saldo de Gerência anterior	<u>192.896.451</u>	<u>189.072.093</u>
De execução orçamental	67.041.783	64.319.851 *
De operações de tesouraria	<u>6.297.620</u>	<u>115.377.147 *</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	202.236.857	192.896.451
- Equivalentes a caixa no fim do período	(129.800.000)	(109.600.000)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		
- Variações cambiais de caixa no fim do período		(122.569)
= Saldo de Gerência anterior	<u>72.436.857</u>	<u>83.173.882</u>
De execução orçamental	64.365.271	67.041.783 *
De operações de tesouraria	<u>7.737.499</u>	<u>6.297.620 *</u>

* Estes montantes correspondem exclusivamente à AICEP, EPE, uma vez que a AICEP GLOBAL PARQUES, SA utiliza o normativo SNC
Contabilista Certificado O Conselho de Administração



aicep Portugal Global

Contas Consolidadas

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



Contas Consolidadas

Anexo Consolidado

1. Nota introdutória – Identificação da Sociedade

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (“Empresa” ou “AICEP”) é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial e tem a sua sede no Porto.

No exercício de 2021 a AICEP é a empresa-mãe de uma empresa subsidiária, a AICEP Global Parques, S.A., (“Grupo”) em que detém uma participação de 91,19%.

Para um completo enquadramento da atividade da Empresa, repete-se aqui as notas introdutórias do anexo às demonstrações financeiras individuais:

1. A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (“Empresa” ou “AICEP”) foi criada mediante o n.º 1 do Art.º 1º do Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho. A AICEP sucedeu à Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E. (“API”), criada pelo Decreto-Lei n.º 225/2002, de 30 de outubro, diploma entretanto revogado. De acordo com o disposto na alínea i) da alínea b), do número 18 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 30 de março de 2006, publicada no Diário da República, I Série B, de 21 de abril, foi definida a criação da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., integrando as atribuições do ICEP Portugal, I.P. (ICEP - Instituto das Empresas para os Mercados Externos) e as da Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E..
2. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 244/2007, de 25 de junho de 2007, foi extinto o ICEP Portugal, I.P., com referência à data de 30 de junho de 2007. Em resultado da coordenação deste diploma com o disposto no Decreto-Lei n.º 245/2007, também de 25 de junho, com efeitos a 1 de julho de 2007, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. sucede à Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E. e integra o património e atribuições do ICEP Portugal, I. P.
3. A AICEP, que mantém a personalidade jurídica da anterior API, é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e ainda dos poderes de autoridade pública administrativa inerentes à prossecução do seu objeto, quando atua em representação do Estado, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º. 203/2003, de 10 de setembro (n.ºs 1 e 2 do Art.º 1.º dos Estatutos).
4. No âmbito da orgânica do anterior Governo, o Decreto-Lei n.º 119/2013 de 21 de agosto, que republica o DL 86-A/2011 de 12 de julho, refere no seu Art.º 10º, ponto 4, a integração da AICEP na Presidência do Conselho de Ministros, o departamento central do Governo. Por Despacho n.º 11299-A/2013 de 30 de agosto, publicado na IIª série do DR n.º 167, o Primeiro-Ministro delegou os poderes que detinha na AICEP, no Vice-Primeiro-Ministro, com a faculdade de subdelegação no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e no Ministro da Economia.



Pelo Despacho n.º 15794/2013 de 4 de dezembro, no Diário da República n.º 235, IIª série, o Vice-Primeiro-Ministro define a tutela da AICEP dentro de um quadro global de gestão, em que sob a sua superintendência, é assegurada a coordenação e articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em matéria da diplomacia económica, na estreita colaboração entre a rede consular e a rede externa da AICEP, assim como com o Ministério da Economia, na definição estratégica das políticas e em ações que visam a promoção das exportações de bens e serviços, a criação de um ambiente favorável à captação de investimento nacional e estrangeiro, e o reforço da internacionalização e competitividade das empresas portuguesas. No mesmo diploma, subdelega no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE) e no Ministro da Economia (ME) as superintendência e tutela das ações a desenvolver pela AICEP no âmbito das suas atribuições estatutárias relacionadas com as respetivas áreas de intervenção. Assim, foi subdelegada no MENE a superintendência das ações de diplomacia económica, de internacionalização e promoção externa de produtos, de empresas e da economia portuguesas, assim como as de cooperação internacional no domínio da economia e do setor empresarial. No ME está delegada a superintendência das atividades relacionadas com a captação de investimento nacional e estrangeiro, de apoio à internacionalização das empresas portuguesas, a gestão, negociação de fundos de apoio ao investimento e internacionalização das empresas no âmbito dos sistemas fiscais e financeiros em vigor, assim como a recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercado.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro de 2015, é confirmada, no seu Art.º 12º, n.º 3, a integração da AICEP no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros exerce, em coordenação com o Ministro da Economia, a superintendência e tutela da AICEP que, nos termos do disposto no n.º 1 do Art.º 25º, tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento dirigidas ao crescimento da economia, da competitividade, da inovação, de internacionalização das empresas e de promoção do comércio, da indústria e do investimento. Refere ainda no n.º 5 do Art.º 13º que compete à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa a promoção de reuniões de coordenação de assuntos económicos e de investimento, visando favorecer a concretização célere de projetos de investimento relevantes, em coordenação com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, com o Ministro-adjunto e com o Ministro da Economia.

5. O Decreto-Lei n.º 229/2012 de 26 de outubro aprovou os Estatutos da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. e revoga o Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho. Em conformidade com o Art.º 2º dos seus Estatutos, a AICEP rege-se por estes mesmos, pelos seus regulamentos internos e, subsidiariamente, pelo regime jurídico das entidades públicas empresariais, o que significa que está sujeita às normas de direito privado nas suas relações com terceiros, aplicando-se aos atos e contratos por si praticados ou celebrados o previsto na alínea a) do Art.º 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.
6. No Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro procedeu-se à primeira alteração dos Estatutos da AICEP, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, incluindo nas respetivas atribuições a organização da participação portuguesa em exposições universais e internacionais.
7. O Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro procedeu à segunda alteração dos Estatutos da AICEP, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro, para adaptação do modelo de fiscalização.



8. A AICEP tem por objeto, nos termos do Art.º 5º dos Estatutos, "o desenvolvimento e a execução de políticas estruturantes e de apoio à internacionalização da economia portuguesa".
9. As atribuições da AICEP estão descritas no Art.º 6º dos Estatutos do modo seguinte:
- a) "Com vista à realização do seu objeto, são atribuições da AICEP:
 - b) Contribuir para a competitividade das empresas portuguesas através da sua internacionalização, da promoção e aumento das exportações e do investimento direto estrangeiro no País;
 - c) Participar na conceção, aplicação e avaliação das políticas de apoio e desenvolvimento das estratégias empresariais de investimento nacional e internacional;
 - d) Contribuir para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, internacionalização das empresas portuguesas e aumento das exportações;
 - e) Promover condições favoráveis à captação de investimento estrangeiro para Portugal, em parceria com os vários agentes públicos e privados;
 - f) Apoiar, coordenar e estimular o desenvolvimento de ações de cooperação externa no domínio do sector empresarial;
 - g) Apoiar, coordenar e estimular iniciativas de divulgação e promoção no estrangeiro das competências, produtos e serviços das empresas nacionais, incluindo as referentes à participação portuguesa em exposições universais e internacionais;
 - h) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento, caso a caso, de apoios ao investimento em Portugal e às empresas portuguesas no exterior, no âmbito dos sistemas de incentivos em vigor;
 - i) Gerir e negociar programas de apoio relacionados com a promoção das marcas portuguesas e com a promoção da internacionalização da economia portuguesa;
 - j) Gerir fundos de apoio ao investimento constituídos pelas verbas provenientes dos reembolsos dos incentivos financeiros atribuídos ou a atribuir a projetos de investimento, que nos termos da lei possam ser atribuídos à AICEP, E. P. E.;
 - k) Acompanhar projetos de investimento em Portugal e projetos de internacionalização no exterior, nos termos previstos no artigo anterior;
 - l) Conceber e propor acordos de cooperação económica empresarial em colaboração com outras entidades oficiais, participando na sua negociação e execução;
 - m) Promover, constituir e participar em empresas ou outras formas de associação que tenham por objeto o reforço da competitividade e da imagem de Portugal nos mercados externos e a internacionalização das atividades dessas empresas;
 - n) Constituir ou participar em entidades de direito privado e participar direta ou indiretamente na gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial;
 - o) Colaborar, em articulação estratégica com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), no desenvolvimento da cooperação económica externa, bilateral, regional e multilateral;
 - p) Promover o fortalecimento da diplomacia económica de forma unificada com os serviços periféricos externos do MNE;
 - q) A recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercados."
10. No que respeita à rede externa, esta articula-se com as várias áreas de intervenção da Agência, podendo igualmente prestar "serviços para a realização de ações de promoção da oferta portuguesa em áreas de atividade não abrangidas pelo seu objeto", conforme previsto no Art.º 7.º dos Estatutos. A atividade da



rede externa da AICEP deverá ser articulada com os órgãos e serviços do Estado no estrangeiro, particularmente com a rede diplomática e consular, com vista ao aumento da eficácia da representação de Portugal no exterior. Pelo Art.º 8.º dos seus Estatutos, a AICEP está incumbida de promover as ações necessárias junto das autoridades públicas, com vista à eficiência e competitividade propícias à internacionalização da economia portuguesa.

11. O modo como o ICEP se encontrava organizado no estrangeiro, determinou particulares relacionamentos com a rede diplomática donde resultou que a organização tivesse sido suportada por recurso a processos não completamente formalizados em nome daquele Instituto e com a respetiva identificação fiscal, o que tem implicado que nem toda a documentação esteja em nome da AICEP - por exemplo, aquisição de bens e serviços, abertura de contas bancárias, contratos com pessoal. A AICEP solicitou ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças autorização para a continuação daquela prática, tendo obtido respostas negativas. Dada a complexidade do problema, o Conselho de Administração da AICEP tem promovido o seu estudo e a implantação das práticas corretas, com a finalidade de extinguir estes procedimentos. Apesar das dificuldades, têm-se resolvido todas as questões, restando neste momento um pequeno número que se encontra em vias de sanção.
12. Quanto à gestão e negociação de sistemas de incentivos ao investimento, através do Art.º 9.º dos Estatutos, é atribuído à AICEP o papel de "organismo responsável pela administração e gestão dos sistemas de apoios e incentivos que lhe sejam atribuídos pela lei, respeitantes a projetos de investimento, à internacionalização das empresas e à promoção externa das marcas portuguesas", podendo, excecionalmente, tais incentivos "incluir específicas contrapartidas para atenuar custos de contexto". A AICEP deve ainda "propor ao membro do Governo responsável pelo sistema de incentivos em causa novos sistemas e melhorias aos sistemas de incentivos vigentes, dentro da cabimentação prevista, em função da avaliação que faça quanto às necessidades de cumprimento do seu objeto e aproveitando as melhores práticas de países concorrentes" (n.º 4. do Art.º 9.º dos Estatutos). Releva referir que a AICEP dispõe, em exclusivo, do regime contratual de investimento, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 191/2014 de 31 de dezembro.
13. No que respeita ao capital de risco e de desenvolvimento, a AICEP, nos termos Art.º 10.º dos Estatutos, "pode ser titular de unidades de participação de fundos de capital de risco e similares e deter participações em entidades gestoras desses fundos, em sociedades de capital de risco ou similares e em sociedades gestoras de participações sociais ou similares, desde que qualquer desses fundos ou sociedades seja instrumental para o seu objeto".
14. Na atribuição referente à localização empresarial, a AICEP poderá, em conformidade com o Art.º 11.º dos Estatutos, "participar em entidades especializadas na gestão de parques empresariais ou em sociedades gestoras de áreas de localização empresarial de modo a dispor de instrumentos que facilitem a disponibilização de espaços infraestruturados para a implantação física de investimentos".
15. O capital estatutário da AICEP foi estabelecido, nos termos do n.º 1 do Art.º 4.º dos Estatutos, no valor inicial de 110 milhões de Euros, tendo sido aumentado durante o exercício de 2008 em 4,9 milhões de Euros, conforme determinado por Despacho Conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e Inovação. O Capital é detido integralmente pelo Estado. Com o início da atividade da API, o capital de 110.000.000 Euros foi realizado pelo montante de 162.840.541 Euros, com um prémio de



emissão de 52.840.541 Euros. No exercício de 2008 o aumento de capital de 4.927.980 Euros foi realizado pela conversão de créditos do Estado nos montantes de 2.212.992 Euros e 1.633.749 Euros e pela cessão de crédito detido pelo Estado no montante de 1.081.239 Euros.

16. A indicada realização do capital estatutário inicial de 110 milhões de Euros consistiu, nos termos do Despacho Conjunto da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Economia, na entrega de meios de investimento em entidades adstritas a atividades consonantes com a gestão e negociação de apoios de capital de risco e com a gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial, estatutariamente contempladas, a saber:

Investimentos em entidades ligadas ao capital de risco e de desenvolvimento:

- ações representativas da totalidade ou de parte de capitais sociais:
 - o inteiro capital social de IPE – Estudos e Projetos Internacionais, S.A. (entretanto extinto);
 - 86% do capital social de IPE Capital – Sociedade de Investimento, S.A. (posteriormente designada por AICEP Capital Global, atualmente extinta);
 - 40% do capital social do FIEP Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, S.A. ("FIEP") (entretanto extinto).

- unidades de participação nos fundos:
 - 45% do capital do FRIE IPE Capital I;
 - 92% do capital do FCR IPE Capital Tecnologia;
 - 7% do capital do FRIE IPE Capital Retex/Paiep.

- Investimentos em entidade de gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial:
 - ações representativas da totalidade do capital social de Isósceles – Compra, Venda e Exploração de Imóveis, S.A. (atualmente designada por AICEP Global Parques);
 - empréstimo a esta sociedade.

17. Sobre o regime patrimonial e financeiro da AICEP, estabelece o Art.º 22.º dos Estatutos que são receitas desta entidade, no exercício dos poderes de autoridade pública administrativa:

- Uma comissão de gestão devida pelo Estado por serviços prestados, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, incidente sobre o saldo do investimento acompanhado pela AICEP, entendendo-se como tal o somatório dos valores efetivamente investidos que hajam sido objeto de apoios e incentivos de qualquer natureza contratados, e que estejam em acompanhamento pela AICEP;
- Uma comissão de gestão resultante da ação da Agência, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, calculada sobre o contributo da AICEP, para as exportações de bens e serviços e o seu valor acrescentado;
- Comissões de gestão devidas por entidades participadas maioritariamente pela AICEP.

São igualmente receitas da AICEP, de acordo com o n.º 2 do Art.º 22.º:

- Juros ativos;
- Dividendos e remunerações de capital;
- Dotações do OE para projetos especiais a cargo da AICEP;



- Remunerações por serviços prestados a empresas, por solicitação destas, institutos ou outras entidades que se situem para além do âmbito corrente dos serviços da AICEP;
- Receitas, designadamente pelo produto da venda de publicações e outros documentos;
- Rendimentos provenientes da gestão do seu património mobiliário e imobiliário e de outros bens próprios e do produto da sua alienação e da constituição de direitos sobre eles, designadamente os montantes de empréstimos ou outras operações financeiras que seja, nos termos legais, autorizada a contrair;
- Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, ato ou contrato ou lhe possam advir do exercício das suas atribuições.

18. A atividade da AICEP desenvolve-se, em decorrência do exposto, nas seguintes vertentes, com interesse para a sua caracterização económica, financeira e contabilística e, imediatamente, para a compreensão das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício de 2021:

- Realização das ações inerentes à contribuição para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, à gestão e negociação de sistemas de incentivos ao investimento e ao acompanhamento de grandes projetos de investimento já realizados ou em curso de realização, mediante ações que têm implicado reduzidos investimentos em ativos e que envolvem gastos operacionais significativos, proporcionando rendimentos consubstanciados em “Comissão de gestão” a pagar pelo Estado (cf. Art.º 22º dos Estatutos);
- Gestão dos investimentos em participações em capitais de sociedades e em fundos de investimento, com assinalável incidência no balanço da situação patrimonial, dada a elevada importância dos ativos associados, e com os reflexos nos resultados da AICEP decorrente dos resultados das sociedades participadas e da valia das unidades de participação em fundos;
- Execução de iniciativas de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas em Portugal, nomeadamente no comércio de bens e serviços; apoio a projetos de internacionalização das empresas; e promoção da imagem de Portugal e das marcas portuguesas no exterior com impacto nas exportações e internacionalização e captação do investimento, em colaboração com as entidades competentes.

19. Em 2009, ano de encerramento do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III), foram pagas todas as verbas dos incentivos atribuídas aos projetos de investimento que se candidataram e foram objeto dos apoios financeiros previstos no programa PRIME, onde a AICEP desempenhou o papel de entidade gestora e pagadora das verbas destinadas aos projetos acompanhados por si. Essas verbas do Programa PRIME eram canalizadas pelo IAPMEI para a AICEP que, por seu lado, fazia a sua entrega aos promotores dos investimentos após a aprovação, pelas diversas entidades envolvidas, da análise e avaliação efetuadas pelos seus Técnicos à concretização dos referidos projetos. Tendo sido esgotadas as verbas atribuídas no âmbito do QCA III, e apesar do seu término, este facto não significou que o acompanhamento desses projetos tenha cessado, visto que os efeitos decorrentes dos contratos assinados com os seus Promotores se prolongam para além do prazo do programa, nomeadamente o acompanhamento do cumprimento dos planos de reembolsos dos incentivos que é efetuado por intermédio da AICEP. Em 2021 continuaram a ser recebidos reembolsos no âmbito do QCA III.

No final de 2007, teve início o novo programa comunitário QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, que vigorou entre 2007 e 2013, tendo a AICEP intervenção em diversos programas operacionais



como entidade gestora na atribuição e acompanhamento dos incentivos a projetos de investimentos na esfera das suas atribuições, mas não como entidade pagadora dos incentivos financeiros. Tal como no quadro anterior, o acompanhamento dos projetos de investimento manter-se-á para além do final do programa, nos termos dos contratos assinados com cada empresa quanto ao plano de reembolsos aprovado, recebendo a AICEP os respetivos reembolsos.

Em 2014 iniciou-se o novo Quadro Comunitário, designado por Portugal2020, que vigorou de 2014 a 2020. A AICEP continuou a assumir neste Quadro o seu papel de organismo especialista na vertente da internacionalização do tecido económico português e de captação de investimento estrangeiro, tendo sido responsável, na área do Sistema de Incentivos, pelos projetos de internacionalização da Medida "Qualificação e Internacionalização" e por diversas tipologias de projetos do Regime Contratual. O ano 2021 correspondeu ao último ano de aprovações de candidaturas ao abrigo do Portugal2020 concentraram-se as candidaturas nas tipologias mais complexas e de maior dimensão, em particular nos Sistemas de Incentivos à Inovação Produtiva e à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) ao abrigo do Regime Contratual de Investimento. Efetivamente, no âmbito dos projetos de investimento o ano ficou marcado pelo retomar da análise e das negociações de diversos projetos/contratos que se mantiveram em standby durante 2020 e os primeiros meses de 2021 - período crítico da pandemia associada à doença COVID-19 - e, por outro, o lançamento dos derradeiros Concursos do Portugal2020. Manteve a sua atuação ao nível do acompanhamento e verificação da execução dos beneficiários.

Para além deste Quadro Comunitário de Apoio, em 2020 iniciou-se um novo pacote de ajudas com verbas comunitárias, tendo Portugal apresentado o seu PRR - Plano de Recuperação e Resiliência em abril de 2021. Neste âmbito, a AICEP integra os Comités Coordenadores e respetivas Comissões de Seleção de diversas componentes, ao nível de investimentos de internacionalização e investimento estrangeiro, sendo ainda entidade Gestora da Medida "Internacionalização via e-commerce". Para além deste Quadro Comunitário de Apoio, em 2020 iniciou-se um outro pacote de ajudas com verbas comunitárias designado por PRR - Programa de Recuperação de Resiliência. Neste âmbito, a AICEP integra os Comités Coordenadores e respetivas Comissões de Seleção de diversas componentes, ao nível de investimentos de internacionalização e investimento estrangeiro, sendo ainda entidade Gestora da Medida "Internacionalização via e-commerce".

De referir que a AICEP também é beneficiária de um conjunto de medidas de apoio comunitário no âmbito do Portugal2020 e do PRR, apoios estes dirigidos à sua atividade promocional, programa Inov Contacto e projeto de Transformação Digital da Agência. Estão envolvidos apoios dos Sistemas de Incentivo SIAC - Ações Coletivas e SAMA - Modernização Administrativa, do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e da Medida de Transformação Digital das entidades tuteladas pelo MNE do PRR.

20. No balanço da AICEP, individual e consolidado, constam, no Ativo, em contas de Depósitos à Ordem, e no Passivo, na conta de Outras contas a pagar, os montantes já recebidos dos promotores, a título de reembolso ou devolução. O total dos montantes de ambas as naturezas, representava em 31 de dezembro de 2021, um saldo de 116.062.215 Euros. Os montantes de incentivo reembolsável e o idêntico montante a devolver ao gestor destes fundos, unicamente após o reembolso por aqueles promotores ascendia, no termo de 2021, a 18.641.039 Euros, não constantes do balanço. Do total dos incentivos reembolsáveis pagos pela AICEP ou pelos organismos anteriores, 4.738.483 Euros estavam vencidos e não cobrados em 31 de dezembro de 2021. Deve assinalar-se que não existe para a AICEP qualquer risco de crédito nos movimentos dos incentivos, uma vez que esta instituição apenas está vinculada, por um lado, a efetuar



as correspondentes entregas aos promotores depois da transferência das importâncias pelo IAPMEI e, por outro lado, a devolver as importâncias devidas, posteriormente ao seu reembolso pelos promotores.

21. Em agosto de 2008, por Despacho da Direção Geral do Orçamento, foi dado parecer no sentido de que os saldos do ex-ICEP deverão constituir receita da AICEP. Neste contexto a AICEP passou a registar a utilização daqueles saldos por contrapartida de rendimentos, na medida das necessidades para cobertura dos prejuízos, de modo a apurar um resultado nulo nos exercícios de 2008 a 2010, antes do registo dos ajustamentos em Investimentos financeiros e apuramento do imposto corrente e diferido. Foram utilizados os montantes de 22.330.560, 30.379.790 e 593.583 Euros em despesa de funcionamento nos exercícios de 2008 a 2010, respetivamente, tendo sido registado o rendimento nos mesmos valores com contrapartida em rendimentos diferidos
22. No exercício de 2021, os rendimentos operacionais da AICEP, no montante total de 41.872.952 Euros, subdividem-se como segue:
- a) 10.750.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do Turismo de Portugal, pela transferência prevista no n.º 11 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado;
 - b) 11.500.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do IAPMEI, pela transferência prevista no n.º 12 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado;
 - c) 3.348 Euros referentes à organização de eventos e inscrições em seminários;
 - d) 49.707 Euros referentes a vendas de produtos na Portugal Concept Store;
 - e) 1.260.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do FRI - Fundo para as Relações Internacionais, pela transferência prevista no n.º 6 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado;
 - f) 5.824.172 Euros para o financiamento dos encargos decorrentes da participação portuguesa da Expo 2020 Dubai, referente a verba recebida do FRI - Fundo para as Relações Internacionais, pela transferência prevista no n.º 13 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado;
 - g) 4.961.024 Euros resultantes da celebração de um Protocolo de cooperação com o Turismo de Portugal de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção do Turismo de Portugal, num total de 7.500.000 Euros, pela transferência prevista no n.º 11 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado;
 - h) 3.840.890 Euros relativos ao recebimento do PT2020 de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
 - i) 49.065 Euros relativos ao recebimento do PRR de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
 - j) 14.432 Euros relativos a inserções publicitárias na revista da AICEP;
 - k) 16.584 Euros relativos ao arrendamento de instalação;
 - l) 45.195 Euros relativos à restituição de impostos na Rede Externa;
 - m) 2.981.564 Euros relativos à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
 - n) 303.067 Euros relativos à reversão de perdas por imparidade em Fundos de Capital de Risco em que a AICEP participa;
 - o) 42.610 Euros relativos a reversões de perdas por imparidade em dívidas a receber;
 - p) 659 Euros relativos a reversões de provisões;
 - q) 230.635 Euros referentes a outros rendimentos diversos.



23. A AICEP apresenta, relativamente ao exercício de 2021, demonstrações financeiras individuais, elaboradas com aplicação do método da equivalência patrimonial no que respeita à valorimetria dos investimentos financeiros em partes de capital, e contas consolidadas com aplicação do método de consolidação integral conforme se explica na nota 3.6.

O Resultado Líquido do Exercício de 2021, nas contas individuais da AICEP, positivo de 2.583.105 Euros, pode sumariamente discriminar-se como segue:

Resultados da atividade sem participadas	
Gastos	
Transferências e subsídios concedidos	10.000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16.297
Fornecimentos e serviços externos	10.905.861
Gastos com o pessoal	26.826.062
Gastos de depreciação e de amortização	395.623
Perdas por imparidade	-
Provisões do período	668.428
Outros gastos e perdas	344.014
Gastos e perdas de financiamento	46.706
	<hr/>
	39.212.991
Rendimentos	
Vendas e Prestações de serviços e concessões	22.303.055
Reversões	43.269
Outros rendimentos e ganhos	16.241.996
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1.130
Total rendimentos	<hr/>
	38.589.450
	<hr/>
Impostos sobre o rendimento do exercício	77.985
	<hr/>
Resultado antes de resultados na participada	(701.526)
<hr/>	
Resultados relativos às participadas	
Método de equivalência patrimonial	2.981.564
Imparidades relativas às participações financeiras	303.067
Total de Método de Equivalência Patrimonial e Imparidades	3.284.631
	<hr/>
Resultado Líquido do Exercício	2.583.105



24. Os indicados resultados relativos à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial e registo de Ajustamentos, podem ser discriminados, com referência às participações financeiras, como segue:

Método de equivalência patrimonial

AICEP Global Parques, SA	2.981.564
	2.981.564

Imparidade de ativos financeiros – Fundos

FCR Portugal Ventures GPI	600.900
FCR Portugal Ventures Internacionalização	(19.633)
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	(278.199)
	303.067

25. Pode também observar-se que, para além do resultado líquido do exercício ser o mesmo nas contas individuais e nas contas consolidadas, o capital próprio nas contas individuais será igual ao capital próprio nas contas consolidadas, tendo sido objetivo de transparência e de expressão da imagem verdadeira e apropriada que os métodos de consolidação de contas e a aplicação do método da equivalência patrimonial conduzissem àquela igualdade.
26. Em 2012, como divulgado e detalhado no respetivo Anexo às contas desse ano, no âmbito da reestruturação das empresas e fundos de capital de risco público, a AICEP Capital Global, SA foi extinta e incorporada por fusão, na Portugal Capital Ventures-SCR, SA, da qual, a AICEP passou a deter 1.568.648 ações representativas de 19,41% do seu capital social, e valorizadas no seu balanço por 8.671.434 Euros. Previamente a esta operação de fusão, a AICEP Capital Global, SA sofreu uma redução do seu capital no montante nominal de 18.000.000 Euros, tendo a AICEP E.P.E. recebido, em contrapartida, 9.011.954 Euros em dinheiro e 8.988.945 Euros em unidades de participação (UP's) nos Fundos de Capital de Risco Portugal Ventures GPI (424 UP's) e Portugal Ventures III (9 UP's). Estas unidades de participação foram objeto de uma avaliação independente reportada a 30 de junho de 2012.
27. Também em 2012, aquando da fusão, conforme citado no ponto anterior e de acordo com a metodologia adotada pela AICEP no que respeita aos ajustamentos de justo-valor positivos para o setor do Capital de Risco, a valoração dessas UP's foi objeto de ajustamento face ao seu valor contabilístico em 31 de dezembro de 2011 (incluindo a anulação dos ajustamentos de justo valor positivo), do qual resultou uma desvalorização de 602.289 Euros contabilizada por contrapartida de capital próprio (reserva de fusão).
28. No início de 2013 houve lugar à fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II (FCR PV II) e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III (FCR PV III) por incorporação no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI), mediante integração no seu património, de todos os ativos e passivos dos outros dois fundos com referência a 31 de dezembro de 2012. A fusão operou-se nas seguintes condições:
- a) Transferência da totalidade do ativo e do passivo, bem como deveres legais, do FCR PV II e do FCR PV III para o FCR PV GPI pelos valores inscritos nas respetivas contabilidades, assim como a cessão da posição contratual para o FCR PV GPI em todos os contratos celebrados pelos primeiros;



- b) Aumento de capital do FCR PV GPI de 65.400.000 Euros para 71.971.504,09 Euros, pela emissão de 336.781 novas unidades de participação ordinárias, com o preço de emissão correspondente ao valor da unidade de participação em 31 de dezembro de 2012 do FCR PV GPI a 19.512,70 Euros resultante da integração dos ativos e passivos do FCR PV II e do FCR PV III;
29. Em junho de 2015 foi efetuada uma operação de cisão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI) para constituir o Fundo de Capital de Risco Portugal Global Ventures I (FCR PGV I). A Cisão foi efetuada e realizada através da transferência de depósitos bancários do FCR PV GPI mantendo-se no novo fundo a mesma estrutura acionista, ou seja, a AICEP mantinha no novo fundo uma participação de 78,22%. Durante o ano de 2019, a AICEP reforçou a subscrição neste FCR, que se passou a designar por Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand (FCR PV G&E), cabendo à Agência 23.380.118,58 Euros correspondentes a 2.661.467,022 unidades de participação, equivalentes a uma participação de 78,69%. No final de 2019 encontravam-se por realizar 2.400.360 Euros, valor este que foi realizado no decorrer de 2020.
30. No âmbito da resolução dos créditos do Estado Português sobre a Qimonda foi constituída a sociedade Nanium, tendo sido atribuídas ao Estado Português 2.682.446 ações, com o valor nominal 1 Euro por ação, no valor total de 2.682.446 Euros, do respetivo capital social. Circunstancialmente aquelas ações ficaram em nome da AICEP e, por determinação tutelar, as mesmas ações ficaram sob gestão da AICEP, não integrando, naturalmente, o seu património. Todavia, acatando as recomendações do acionista Estado, nas notas referentes a aprovação de contas, nomeadamente do ano de 2013, e perspetivando-se a alienação da Nanium, face à oferta de compra entretanto apresentada, a AICEP reconheceu, em 2016, no seu ativo, a participação financeira na Nanium, SA, na conta "Ativos Não Correntes Detidos para Venda", ao valor que a empresa estava a ser avaliada para venda, 478.684 euros e que correspondeu a uma proposta formal e vinculativa em 1 de fevereiro de 2017. Foi também reconhecido o valor de 7.813.887 euros, relacionado com o valor dos incentivos ainda não reembolsados.
- A operação de alienação foi autorizada pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, Despacho nº 219/2017-SET, de 8 de maio de 2017, tendo ficado demonstrado o interesse da alienação daquela participação, bem como ficou demonstrado a viabilidade económica e financeira desta operação.
- A venda veio a acontecer em maio de 2017, conforme contrato realizado entre a compradora e os acionistas, tendo por base as condições e valores que resultaram do Despacho, proferido em 9 de maio de 2017, pelo Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, no qual se refere que "o Estado Português receberá de imediato 7.183.886 euros associados aos créditos remanescentes em dívida provenientes dos incentivos ainda não reembolsados, acrescidos de 478.684 euros associados aos instrumentos de capital, bem como a quota parte-parte devida dos recebimentos futuros resultantes do processo de insolvência da Qimonda".
31. A partir de 2015 a AICEP entrou no perímetro da consolidação de contas do estado, estando sujeita à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) através do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo por esse facto havido uma mudança de critério, face a exercícios anteriores, nomeadamente no que dizia respeito ao resultado líquido nulo antes de MEP, passando agora a serem reconhecidos como rendimentos a totalidade dos montantes recebidos no ano, via IAPMEI e Turismo de Portugal, dos valores inscritos no Orçamento de Estado.



32. Durante os anos de 2020 e 2021 houve lugar à redução de capital no FCR Portugal Ventures GPI respetivamente nos montantes de 9.855.916 Euros e 4.693.293 Euros, mantendo-se, contudo, a percentagem de participação.

33. Durante o ano de 2020, na sequência do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, foi regulada a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento, S.A. (BPF) e aprovados os respetivos estatutos (cf. n.º 1 do art.º 1.º).

De acordo com o n.º 2 do art.º 1.º, verificou-se a fusão por incorporação da PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A., além de outra, na então SPGM - Sociedade de Investimento, S. A., que passou, exatamente, a denominar-se do Banco Português de Fomento, S.A.

Após esta fusão, a AICEP, que detinha uma participação na PME Investimentos de 1,14%, passou a deter uma participação de 0,278% no BPF, com o valor nominal de 595.815,84 euros, representado por ações com valor nominal unitário de 1 euro, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º 4.º.

Simultaneamente, mas metodologicamente a seguir, e nos termos do n.º 2 do art.º 4.º, foi realizado um aumento de capital do BPF para 255.000.000 euros, representado por igual número de ações, tendo nesse aumento de capital a AICEP realizado uma parcela no montante de 9.023.592 euros, mediante a entrega espécie da sua participação de 19,41% na Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S. A. (Portugal Ventures).

Para o efeito foi realizada uma avaliação desta participação, nos termos do art.º 28.º do CSC, que atribuiu o valor de 9.022.607 euros, correspondente, na prática, ao referido aumento de capital social no BPF.

Após estas operações, a AICEP fica titular de 3,77% do BPF, correspondente a 9.619.407 ações, com idêntico valor nominal em euros.

A participação da AICEP na Portugal Ventures que foi transmitida ao BPF, tinha o valor contabilístico líquido de 7.705.924 euros.

De acordo com o nº 10 da NCP 18, as ações do BPF adquiridas no aumento de capital, são valoradas pelo justo valor, que é, na prática, o valor do aumento de capital do BPF, realizando-se, então, um resultado positivo, no ano, de 1.317.668 euros.

Por sua vez, adotando idêntico critério, designadamente para igualdade de tratamento e melhor compreensão das demonstrações financeiras, a participação da AICEP no BPF por efeito da fusão, é, também, registada pelo valor nominal da participação recebida.

Deste modo:

- Participação final no BPF - 9.619.407,00 euros - valor nominal e registo na contabilidade da AICEP
- Participações transmitidas para o BPF
 - Por efeito de fusão - 1,14% da PME Investimentos - valor contabilístico de 222.469,95 euros
 - Por efeito de aumento de capital - 19,41% na Portugal Ventures - valor contabilístico, líquido de imparidade no montante de 7.705.924,00 euros

34. Os subsídios SAMA incorporam uma componente que se destina a financiar despesas correntes (exploração) e outra componente para financiar despesas com investimento (ativos intangíveis). Nos últimos anos, tem sido entendimento, não distinguir o subsídio nas suas duas componentes, reconhecendo o financiamento como se apenas de subsídio de exploração se tratasse. Em 2020, decorrente de uma reanálise aos subsídios SAMA, foi decidido que as componentes deveriam ser objeto de reconhecimento em separado, devendo ser reconhecidos como subsídios à exploração apenas aqueles



que se destinam ao financiamento de despesas correntes e reconhecido como subsídio ao investimento os que se destinam a financiar despesas de investimento. Nesse sentido, em 2020, foram registados em gastos relativos a correções de exercícios anteriores 954.066 Euros de proveitos associados a subsídios ao investimento reconhecidos em exercícios anteriores, assim como foram contabilizados em património líquido, na rubrica de "Outras variações no património líquido", a crédito, 1.025.055 Euros, pelo valor efetivamente recebido a título de subsídios ao investimento, e a débito, 213.384 Euros, relativo ao valor do passivo por imposto diferido associado. Durante 2020 foram reconhecidos em rendimentos 76.682 Euros de subsídios ao investimento, ficando um valor líquido de 734.988 Euros a serem reconhecidos numa base linear de acordo com as amortizações dos ativos subjacentes àqueles investimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de junho de 2022.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas, relativas ao exercício de 2021, foram elaboradas no âmbito do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Este novo referencial contabilístico enquadra-se na reforma da administração financeira do Estado. O ano de 2018 foi o primeiro exercício da aplicação deste novo normativo contabilístico.

De salientar a reexpressão, para efeitos comparativos, da Demonstração de Fluxos de Caixa de 2020 na rubrica de Pagamentos ao pessoal, por contrapartida de Outros recebimentos /. Assim apresentam-se de seguida as alterações, não tendo impacto, naturalmente, nos saldos finais.



Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidado	2020	Reexpressão	2020
	Reexpresso		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	12.682.770	(46.174)	12.728.943,74
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	32.438.559	32.438.559	-
Pagamentos a fornecedores	(17.666.464)	46.174	(17.712.638)
Pagamentos ao pessoal	(26.891.216)	(9.360.412)	(17.530.804)
Pagamentos de transferências e subsídios	2.623.802	2.623.802	-
Caixa gerada pelas operações	3.187.451	25.701.949	(22.514.498)
Outros recebimentos / pagamentos	(5.809.609)	(27.715.130)	21.905.521
Fluxos das atividades operacionais [a]	(1.481.724)	(2.013.181)	531.457
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Transferências de capital	2.013.181	2.013.181	-
Fluxos das atividades de investimento [b]	5.691.023	2.013.181	3.677.842
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
- Equivalentes a caixa no fim do período	(109.600.000)	(109.600.000)	-
= Saldo de Gerência anterior	83.173.882	(109.600.000)	192.773.882
De operações de tesouraria	6.297.620	(109.600.000)	115.897.620

Não existiram, no decorrer do exercício, casos excepcionais que implicassem a derrogação de disposições previstas pelo SNC-AP que pudessem inferir na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública, integradas no SNC-AP.

3.2 Concentrações de atividades empresariais, princípios de consolidação e outras participações financeiras

a) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e da entidade por si controlada (AICEP Global Parques, SA), que apresenta as suas contas individuais em SNC (Sistema de Normalização Contabilística), pelo que se considera não ser aplicável a preparação de demonstrações orçamentais consolidadas. Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades.

A subsidiária é consolidada através do método de consolidação integral.

O resultado da subsidiária adquirida ou vendida durante o exercício está incluído na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.



Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras da subsidiária, por forma a alinhar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo.

Todas as transações e saldos entre a Empresa e a subsidiária, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são anulados na totalidade no processo de consolidação.

O património líquido e o resultado líquido da subsidiária correspondente a interesses de terceiros (interesses que não controlam ou interesses minoritários) nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica “Interesses que não controlam”.

Os interesses que não controlam são inicialmente mensurados pela correspondente quota-parte no justo valor dos ativos líquidos adquiridos. Subsequentemente são ajustados pela correspondente quota-parte nas variações posteriores no capital próprio das subsidiárias.

Quando os prejuízos aplicáveis aos interesses que não controlam excedem os correspondentes interesses no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte não controlada dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Na redução dos interesses do Grupo em subsidiárias, qualquer diferença entre o justo valor da contraprestação recebida ou a receber e a quota-parte correspondente na quantia escriturada dos ativos líquidos da subsidiária é registada em resultados do período.

À data de 31 de dezembro de 2021 a AICEP apenas detém participação numa empresa subsidiária - AICEP Global Parques, SA (inicialmente designada por Isósceles – Compra e Venda e Exploração de Imóveis, S.A. e depois API Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A.) e apresenta demonstrações financeiras individuais, elaboradas com aplicação do método da equivalência patrimonial no que respeita à valorimetria desta participação e contas consolidadas com aplicação do método de consolidação integral.

A valoração das participações de Fundos de Capital de Risco da AICEP teve em consideração a política de valoração da carteira da Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (sociedade que resultou da fusão da AICEP Global Parques, S.A., entretanto extinta, na Portugal Ventures Sociedade de Capital de Risco, S.A., conforme previsto no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 12/2005 de 9 de dezembro, bem como o Regulamento da CMVM n.º 1/2008 de 7 de março. Esta política contabilística de valoração dos investimentos é diferente da utilizada pela AICEP, dado que esta não considera os ajustamentos de valor acima do valor de aquisição. Nesse sentido foram ajustadas, em 2012, os valores das participações atribuídas através do registo de uma reserva de fusão no capital próprio no montante de 602.289 Euros.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Uma empresa associada é uma entidade relativamente à qual o Grupo tem influência significativa e que não é nem uma subsidiária, nem uma empresa controlada conjuntamente. Por influência significativa entende-se



o poder de participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais da associada, sem que tal resulte em controlo ou controlo conjunto por parte do Grupo.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em empresas associadas são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Grupo nos ativos líquidos das associadas. Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados das associadas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, caso em que reconhece um passivo com o valor correspondente à responsabilidade assumida.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

c) Outras participações financeiras

As outras participações financeiras incluem entidades relativamente às quais o Grupo não tem influência significativa, não existindo assim o poder de participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais das entidades.

Estas participações financeiras são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

É feita uma avaliação dos investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

A AICEP detinha em 31 de dezembro de 2021 9.619.407 ações do Banco Português de Fomento, SA, correspondendo a uma percentagem de 3,77%.

A AICEP, em 31 de dezembro de 2021, além de participar no capital do Banco Português de Fomento, S.A., detinha Unidades de Participação (UP's) em quatro Fundos de Capital de Risco e num fundo autónomo vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos de financiamento de empresas, em particular, no que se refere às pequenas e médias empresas (PME) e aos projetos com maior grau de inovação (FINOVA). Esta participação passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no



ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta “Outros credores”. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

Estas participações financeiras são constituídas essencialmente por unidades de participação em fundos de investimento, que são mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas, sendo reforçada ou reduzida a imparidade de acordo com a comparação entre os valores das unidades de participação e os respetivos custos de aquisição, conforme segue:

- i. FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (GPI) - Participação de 78,22%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 55.641.430 Euros. Durante o exercício de 2013 a participação foi aumentada em 1,31%, devido ao processo de fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III por incorporação no FCR PV GPI. Em 2015, em resultado da cisão mencionada na Nota introdutória 298, a participação financeira foi reduzida para 39.762.435 Euros. Em 2021 este fundo efetuou nova redução de capital, tendo devolvido o montante de 4.693.293 Euros, pelo que o seu valor de aquisição passou a 17.391.059 Euros. Verificou-se também no corrente ano uma reversão da imparidade deste fundo no montante de 600.900 Euros, passando o valor acumulado da imparidade no final do ano para o montante de 9.258.019 Euros.
- ii. FCR Portugal Ventures Internacionalização - Participação de 8,55%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 4.000.000 Euros. Este fundo foi constituído em 18 de abril de 2011, encontrando-se no final de 2013 realizado apenas 33,5% do capital. Em 2014, este fundo efetuou uma redução de capital, tendo devolvido o montante de 2.814.000 Euros, pelo que o seu valor de aquisição passou a 1.186.000 Euros. Em 2021, registou-se um reforço da imparidade deste fundo no montante de 19.633 Euros, passando o valor acumulado da imparidade no final do ano para o montante de 898.818 Euros.
- iii. FCR Portugal Ventures Grow and Expand - Participação de 78,69%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 23.380.119 Euros, em resultado na cisão mencionada na Nota introdutória 298. Verificou-se no exercício de 2021 um reforço da imparidade deste fundo no montante de 278.199 Euros, sendo o valor acumulado da imparidade no final do ano de 10.849.832 Euros.
- iv. FINOVA - Ao abrigo do Eixo III - Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Por se tratar de uma operação neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço. Contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta "Outros credores". Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.



- v. Banco Português de Fomento, SA - Participação direta de 3,77%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 9.619.407 Euros. Em 2020, no âmbito da criação do Banco através do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, a AICEP passou a deter 9.619.407 ações representativas de 3,77% do capital social do Banco Português de Fomento, através da incorporação no Banco, da percentagem detida na PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A e pela entrada em espécie mediante transmissão para o BPF da participação social detida pela AICEP na Portugal Capital Ventures (cf. ponto 333 da Nota Introdutória). Não foram identificadas situações que colocassem em causa o valor de aquisição.

Nos Fundos (FCR's) referidos nos parágrafos anteriores, a política de valoração das respetivas carteiras (participações sociais ou ativos equiparáveis) é conforme o regime previsto no Regulamento da CMVM n.º 1/2005 (são registados nas respetivas contas os ajustamentos de justo valor positivos acima do valor de aquisição). Passou a ser aplicado, desde 2008, o procedimento, em que não são incluídos os ajustamentos de justo valor positivo no cálculo da valoração dos fundos, uma vez que esta metodologia não é consistente com as políticas contabilísticas utilizadas pela AICEP.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2 – cadastro e vida útil dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, integrante do SNC-AP.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5-10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8
Outros ativos fixos tangíveis	4-8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.



O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a terrenos, edifícios e outras construções encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos em funcionamento, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Bem</u>	<u>Anos</u>
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3
Outros Ativos intangíveis	3

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.



3.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo. Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o custo deduzido de amortizações acumuladas.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

As propriedades de investimento são depreciadas à taxa de 2% ao ano, de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no Classificador complementar 2.

Desde 2012 que a AICEP detém apenas uma propriedade de investimento, para a qual foi efetuada avaliação a 31 de dezembro de 2017 por perito externo independente. Uma vez que não existiram grandes variações no mercado imobiliário, em 2021 manteve-se a mesma avaliação, não se verificando qualquer imparidade.

As outras duas propriedades de investimento existentes foram transferidas, em 2012, para os ativos fixos tangíveis por passarem a ser utilizadas por Serviços da AICEP, como instalações próprias, ao valor registado no balanço por não se ter verificado qualquer imparidade após avaliação por entidade externa independente.

3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa e propriedades de investimento, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A



reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.7 Outros ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com o critério do custo:

- Clientes e outras a pagar - Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo/valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.
- Caixa e depósitos - Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, sendo estes ativos mensurados ao custo.
- Fornecedores e outras contas a pagar - Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. As dívidas a pagar não vencem juros e encontram-se registadas pelo valor nominal.
- Investimentos financeiros – estão considerados nesta rubrica, como ativo não corrente, participações financeiras em fundos de capital de risco e outras entidades, conforme nota 10.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.



A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- b) É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- c) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- d) A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de juros e dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

3.9 Julgamentos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a Agência continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não existe nem intenção nem necessidade de alterar de forma substancial a sua atividade ou níveis operacionais.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.



O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.



Para a conversão para Euros dos itens monetários denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021, foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio:

<u>Moeda</u>	<u>Sigla</u>	<u>Câmbio</u>
DIRHAM DOS E.A.U.	AED	0,24007
KWANZA ANGOLANA	AON	0,00162
PESO ARGENTINO	ARS	0,00859
DÓLAR AUSTRALIANO	AUD	0,63731
REAL BRASILEIRO	BRL	0,15738
DÓLAR CANADIANO	CAD	0,69348
FRANCO SUIÇO	CHF	0,96413
PESO CHILENO	CLP	0,00104
YUAN RENMIMBI DA CHINA	CNY	0,13855
PESO COLOMBIANO	COP	0,00022
ESCUDO CABO VERDIANO	CVE	0,00907
COROA CHECA	CZK	0,04029
COROA DINAMARQUESA	DKK	0,13444
DINAR ARGELINO	DZD	0,00637
LIBRA ESTERLINA	GBP	1,18857
FORINT DA HUNGRIA	HUF	0,00272
NOVO SHEKEL ISRAELITO	NIS	0,28458
RUPÍA INDIANA	INR	0,01185
IENE DO JAPÃO	JPY	0,00766
WON DA COREIA DO SUL	KRW	0,00074
DIRHAM MARROQUINO	MAD	0,09624
PATACA DE MACAU	MOP	0,10979
PESO MEXICANO	MXN	0,04306
METICAL NOVO MOÇAMBICANO	MTN	0,01395
COROA NORUEGUESA	NOK	0,09999
ZLOTY DA POLÓNIA	PLN	0,21789
NOVO LEU DA ROMÉNIA	RON	0,20209
RUBLO RUSSO	RUR	0,01183
COROA SUECA	SEK	0,09713
SINGAPURA DÓLAR	SGD	0,65219
DOBRA DE SÃO TOMÉ	STN	0,04120
BAHT DA TAILÂNDIA	THB	0,02556
DINAR TUNISINO	TND	0,30701
LIRA TURCA	TRY	0,06632
DÓLAR DOS E.U.A.	USD	0,88067
RAND DA ÁFRICA DO SUL	ZAR	0,05566
FRANCO (SENEGAL)	XAF	0,00152
FRANCO OCIDENTAL (GUINÉ)	XOF	0,00152
FRANCO (SENEGAL)	XAF	0,00152

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.



Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.14 Locações

As locações existentes são classificadas como operacionais, ou seja, não transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para a empresa. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação.

3.15 Acontecimentos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.



4. Investimentos em Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias:

Subsidiária:	2021								
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
AICEP Global Parques	Setúbal	40.038.957	10.972.452	29.066.505	14.643.881	3.269.796	91,19%	2.981.563	2.962.838
								<u>2.981.563</u>	<u>2.962.838</u>

Subsidiárias:	2020								
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
AICEP Global Parques	Setúbal	39.750.465	11.097.232	28.653.234	13.633.935	2.985.251	91,19%	2.722.101	2.695.329
								<u>2.722.101</u>	<u>2.695.329</u>

Esta subsidiária foi incluída nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2021, o valor do resultado líquido apropriado pelos interesses que não controlam já está considerado no montante do resultado líquido consolidado do período, pelo que o valor dos interesses minoritários apresentado no balanço é de 2.562.201 Euros.

Subsidiária	Saldo em 2020	Dividendos e outras variações capital próprio	Resultado do exercício	Saldo em 2021
	(1)	(2)	(1)+(2)	(1)+(2)+(3)
AICEP Global Parques, S.A.	2.525.772	(251.802)	2.273.970	2.562.201
	<u>2.525.772</u>	<u>(251.802)</u>	<u>2.273.970</u>	<u>2.562.201</u>

Conforme anteriormente referido, a AICEP é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, detida em 100% pelo Estado Português.

As participações da Empresa em subsidiárias e participadas em 2021 e 2020 e respetivas transações e saldos são conforme segue:

Subsidiária

Subsidiária	Sede	2021	2020
		Percentagem de participação	Percentagem de participação
AICEP Global Parques, S.A.	Setúbal	91,185%	91,185%

Na sequência do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, a percentagem que a AICEP detinha na Portugal Capital Ventures passou para o Banco Português de Fomento, conforme explicado na Nota Introdutória 33.



5. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2021:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			18.148				8.419	
			<u>18.148</u>				<u>8.419</u>	

2020:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			18.137				4.950	
			<u>18.137</u>				<u>4.950</u>	

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2021

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias	834			1.200	2.034			
	<u>834</u>			<u>1.200</u>	<u>2.034</u>			

2020:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias				1.200	1.200			
				<u>1.200</u>	<u>1.200</u>			



6. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, consideram-se caixa e seus equivalentes numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	8.309	6.207
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	70.170.044	80.710.127
Depósitos bancários à ordem	2.258.504	2.580.118
Depósitos a prazo no Tesouro	<u>129.800.000</u>	<u>109.600.000</u>
	<u>202.236.857</u>	<u>192.896.451</u>

Conforme Nota introdutória ponto 20, a rubrica de depósitos bancários inclui o montante de 116.062.215 Euros que não se encontra disponível para uso da Empresa, uma vez que, no âmbito da função da AICEP de gestão de incentivos, trata-se de montantes já recebidos dos promotores a título de reembolso ou devolução a devolver ao gestor dos fundos.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	<u>2021</u>							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	2.698.595	48.020.256	518.669	761.779	5.997.383	2.155.077	1.516.447	61.668.207
Aquisições	-	203.969	4.137	57.615	204.836	19.219	344.146	833.922
Alienações	-	-	-	(86.474)	(20.378)	-	-	(106.852)
Transferências	-	442.830	37.611	(189)	(30.971)	(6.755)	(442.526)	-
Abates	-	-	(4.513)	(146)	(142.909)	(8.509)	-	(156.078)
Saldo final	<u>2.698.595</u>	<u>48.667.054</u>	<u>555.905</u>	<u>732.584</u>	<u>6.007.961</u>	<u>2.159.032</u>	<u>1.418.067</u>	<u>62.239.199</u>
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	502.004	24.668.012	445.777	541.197	5.764.690	2.014.936	-	33.936.617
Depreciações do exercício	-	2.188.923	21.589	88.508	167.428	49.004	-	2.515.453
Alienações	-	-	-	(86.474)	(20.378)	-	-	(106.852)
Transferências	-	303	38.019	(189)	(30.153)	(7.562)	-	419
Abates	-	-	(4.513)	(146)	(142.909)	(8.509)	-	(156.078)
Saldo final	<u>502.004</u>	<u>26.857.239</u>	<u>500.872</u>	<u>542.896</u>	<u>5.738.679</u>	<u>2.047.868</u>	<u>-</u>	<u>36.189.558</u>
Ativos líquidos	<u>2.196.591</u>	<u>21.809.816</u>	<u>55.032</u>	<u>189.688</u>	<u>269.283</u>	<u>111.163</u>	<u>1.418.067</u>	<u>26.049.641</u>



2020

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	2.698.595	46.956.468	542.269	751.373	6.488.098	2.140.043	1.349.468	60.926.314
Aquisições	-	48.600	4.473	54.203	207.858	18.598	1.182.167	1.515.899
Alienações	-	-	-	(43.797)	-	-	-	(43.797)
Transferências	-	1.015.188	-	-	-	-	(1.015.188)	-
Abates	-	-	(28.073)	-	(698.573)	(3.563)	-	(730.209)
Saldo final	2.698.595	48.020.256	518.669	761.779	5.997.383	2.155.077	1.516.447	61.668.207
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	502.004	22.475.237	450.521	512.060	6.232.722	1.946.726	-	32.119.269
Depreciações do exercício	-	2.192.776	23.186	72.934	230.548	71.773	-	2.591.217
Alienações	-	-	-	(43.797)	-	-	-	(43.797)
Abates	-	-	(27.929)	-	(698.581)	(3.563)	-	(730.073)
Saldo final	502.004	24.668.012	445.777	541.197	5.764.690	2.014.936	-	33.936.617
Ativos líquidos	2.196.591	23.352.243	72.892	220.582	232.693	140.140	1.516.447	27.731.590

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Classificador complementar 2.

As depreciações do exercício, no montante de 2.515.453 Euros (2.591.217 Euros em 2020), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

Os ativos fixos tangíveis em curso, relativos à AICEP Global Parques, vão sendo capitalizados e transferidos para as respetivas rubricas à medida que vão sendo concluídos. Os principais ativos transferidos são edifícios e outras construções decorrentes de obras de loteamentos, rede viária e de obras de requalificação de edifícios.

8. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2021

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período				Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas à	Amortizações do Período	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Programas de computador e sistemas de informação	41.952	25.491	-	(21.486)	-	45.957
Outros	322.997	4.920	-	(127.261)	-	200.655
Ativos intangíveis em curso	2.103.642	665.872	-	-	-	2.769.514
Total	2.468.590	696.283	-	(148.747)	-	3.016.126



2020

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período				Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas à	Depreciações do Período	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Programas de computador e sistemas de informação	47.000	4.497	12.546	(22.092)	-	41.952
Outros	-	-	379.217	(56.221)	-	322.997
Ativos intangíveis em curso	1.304.750	1.190.656	(12.546)	-	(379.217)	2.103.642
Total	1.351.750	1.195.153	379.217	(78.312)	(379.217)	2.468.590

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Classificador complementar 2.

As amortizações do exercício, no montante de 148.747 Euros (78.312 Euros em 2020), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

9. Propriedades de investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

2021

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo)		Quantia Escriturada Final	Rendimentos do Período		
		Adições	Depreciações do Período		Gastos do período	Rendas	Outros
Propriedades de Investimento							
Terrenos e recursos naturais	31.534	-	-	31.534	-	-	-
Edifícios e outras construções	54.126	6.888	(2.441)	58.573	4.146	24.417	2.331
Total	85.660	6.888	(2.441)	90.108	4.146	24.417	2.331

2020

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo)		Quantia Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do Período	
		Depreciações do Período				Rendas	Outros
Propriedades de Investimento							
Terrenos e recursos naturais	31.534	-	-	31.534	-	-	-
Edifícios e outras construções	56.538	(2.412)		54.126	5.001	24.389	2.331
Total	88.072	(2.412)		85.660	5.001	24.389	2.331

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens.

As depreciações do exercício, no montante de 2.441 Euros (2.412 Euros em 2020), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.



O detalhe das propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2021 é conforme segue:

	2021	
	<u>Montante registrado</u>	<u>Justo valor</u>
Arrendadas:		
Av. da Liberdade, Lisboa (9º piso)	39.790	390.000
Apartamentos Sto. André	50.317	-
	<u>90.107</u>	<u>390.000</u>

O justo valor do imóvel da Av. da Liberdade foi determinado através de avaliações reportadas à data 31 de dezembro de 2017, por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência na localização e tipologia das propriedades de investimento em questão. Uma vez que a evolução do preços no mercado imobiliário foi positiva, e seguindo um critério de prudência, a AICEP optou por em 2021 manter a avaliação considerada àquela data, não se verificando qualquer imparidade.

10. Participações Financeiras

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2021	
	<u>Método do Custo</u>	<u>Total</u>
Participações financeiras / Outros ativos financeiros		
Saldo inicial	64.783.526	64.783.526
Aquisições	18.723	18.723
Redução de capital	(5.641.442)	(5.641.442)
Saldo final	<u>59.160.808</u>	<u>59.160.808</u>
Perdas por imparidade		
Saldo inicial	22.936.978	22.936.978
Perdas por imparidade do exercício	(1.251.216)	(1.251.216)
Saldo final	<u>21.685.763</u>	<u>21.685.763</u>
Ativos líquidos	<u>37.475.045</u>	<u>37.475.045</u>

**2020**

	Método do Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	73.895.331	73.895.331
Aquisições	9.638.015	9.638.015
Redução de capital	(18.749.820)	(18.749.820)
Saldo final	64.783.526	64.783.526
Perdas por imparidade		
Saldo inicial	22.120.347	22.120.347
Perdas por imparidade do exercício	816.632	816.632
Saldo final	22.936.978	22.936.978
Ativos líquidos	41.846.548	41.846.548

O valor de 37.475.045 Euros, no final de 2021 (41.846.548 em 2020), a título de participações financeiras, está evidenciado no balanço, no ativo não corrente, nas rubricas de participações financeiras, pelo valor de 9.619.407 Euros e outros ativos financeiros, no montante de 27.855.638 Euros.

O valor das participações financeiras registadas pelo método do custo, inclui o valor da participação no FINOVA, no montante de 6.821.000 Euros, que passou a estar evidenciado nas contas da AICEP apenas em 2018.

O montante na rubrica de aquisições diz respeito exclusivamente à comparticipação por parte da entidade patronal ao Fundo de Compensação do Trabalho, cumprindo o determinado na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, foi em 2021, de 18.723 Euros. Quanto à redução de capital, resulta, por um lado, da redução no capital do Fundo Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento no valor de 4.693.293 Euros e, por outro, da liquidação do Fundo de Capital de Risco Real Change, no valor de 948.148 Euros.

O montante bruto do FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento foi deduzido das reservas de fusão, constituídas em 2012, no montante de 502.422 Euros do FCR PV GPI e de 99.867 Euros do FCR Portugal Ventures III no processo de fusão de 2013, conforme Nota introdutória ponto 28.



Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe das restantes participações financeiras incluindo as respetivas perdas por imparidade, é o seguinte:

	2021			2020			
	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Unidades de participação em fundos de investimento:							
Real Change – FCR	0,00%	-	-	-	948.148	(948.148)	-
FCR Portugal Ventures Grandes Proj. de Inv.	78,22%	17.391.059	(9.258.019)	8.133.039	22.084.352	(9.858.919)	12.225.433
FCR Portugal Ventures Internacionalização	8,55%	1.186.000	(898.818)	287.182	1.186.000	(879.185)	306.815
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	78,69%	23.380.119	(10.849.832)	12.530.286	23.380.119	(10.571.633)	12.808.486
Fundo de Compensação de Trabalho	n/a	66.166	-	66.166	47.443	-	47.443
FINOVA	0,70%	6.821.000	-	6.821.000	6.821.000	-	6.821.000
		48.844.343	(21.006.669)	27.837.674	54.467.062	(22.257.885)	32.209.177
Sociedades:							
Banco Português de Fomento	3,77%	9.619.407	-	9.619.407	9.619.407	-	9.619.407
PME Investimentos - Soc. Investimento, SA	0,00%	-	-	-	-	-	-
Portugal Capital Ventures	0,00%	-	-	-	-	-	-
Spidouro - Soc. Prom. Emp. e Inv. do Douro e T.-os-M.	2,49%	22.446	(22.446)	-	22.446	(22.446)	-
Vitrocristal - Estudos e Proj. de Apoio à Cristalaria, ACE	4,00%	499	(499)	-	499	(499)	-
Adral,SA	3,60%	17.964	-	17.964	17.964	-	17.964
Recipneu	3,30%	45.375	(45.375)	-	45.375	(45.375)	-
Tecmaia, SA	17,27%	585.025	(585.025)	-	585.025	(585.025)	-
		10.290.716	(653.345)	9.637.371	10.290.716	(653.345)	9.637.371
Centros/Associações							
Cevalor - Centro Tec. p/ Aproveit. Val. Rochas Orn. e Ind.	n/a	3.990	(3.990)	-	3.990	(3.990)	-
CITEVE - Centro Tec. das Ind. Têxtil e Vest. Portugal	n/a	2.993	(2.993)	-	2.993	(2.993)	-
Suberav - Associação para a Valorização da Cortiça	n/a	998	(998)	-	998	(998)	-
Club Financiero de Vigo	n/a	17.768	(17.768)	-	17.768	(17.768)	-
		25.749	(25.749)	-	25.749	(25.749)	-
		59.160.808	(21.685.763)	37.475.045	64.783.526	(22.936.978)	41.846.548

11. Imparidade de Ativos

A este propósito ver o mencionado nas notas 10 e 13, relativamente à imparidade das participações financeiras e de outros créditos a receber, respetivamente.

12. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.



A rubrica de “Imposto sobre o rendimento do período” nos exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

	2021	2020
Imposto corrente	1.126.732	940.822
Imposto diferido	8.572	50.598
	<u>1.135.304</u>	<u>991.420</u>

Conforme se pode verificar acima, o imposto registado decorre essencialmente do cálculo do imposto sobre o rendimento corrente.

Em 31 de dezembro de 2021 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 10.570.700 Euros, os quais dizem respeito unicamente à empresa mãe, ficando assim este montante para utilizar, sendo que a data-limite de utilização é conforme segue:

	Montante	Data
Gerados em 2016	983.673	utilização até 2030
Gerados em 2017	2.506.262	utilização até 2024
Gerados em 2018	2.606.752	utilização até 2025
Gerados em 2019	2.666.896	utilização até 2026
Gerados em 2020	1.807.117	utilização até 2032
	<u>10.570.700</u>	

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2021	2020	2021	2020
Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	-	-	18.583	19.247
Perdas por imparidade - ajustamento transição	301.348	311.326	-	-
Imparidade dívidas a receber	3.422	2.681	-	-
Cobertura de prejuízo de investimentos financeiros	141.840	141.840	-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis	154.211	154.211	-	-
	<u>600.821</u>	<u>610.058</u>	<u>18.583</u>	<u>19.247</u>



O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi como segue:

	2021		2020	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	610.058	19.247	661.320	19.912
Efeito em resultados:				
Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	-	(665)	-	(665)
Imparidade Ativos fixos tangíveis	(9.978)	-	(10.096)	-
Imparidade dívidas de terceiros	741	-	(41.166)	-
Saldo final	<u>600.821</u>	<u>18.583</u>	<u>610.058</u>	<u>19.247</u>

Conforme referido na Nota introdutória ponto 34 e na nota 15, no final de 2021 estão registados 338.781 Euros, em Outras variações no Património Líquido, referentes ao valor do passivo por imposto diferido associado a subsídios, conforme segue:

	2021	2020
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Passivos por impostos diferidos - Subsídios	338.781	213.384
	<u>338.781</u>	<u>213.384</u>



13. Ativos Financeiros e outros créditos a receber

Categorias de ativos financeiros

As categorias de “ativos financeiros” e de “outras contas a receber” em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no ativo corrente são detalhadas conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2021			2020		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	8.309	-	8.309	6.207	-	6.207
Depósitos bancários	72.428.548	-	72.428.548	83.290.245	-	83.290.245
Depósitos a prazo	129.800.000	-	129.800.000	109.600.000	-	109.600.000
	<u>202.236.857</u>	<u>-</u>	<u>202.236.857</u>	<u>192.896.451</u>	<u>-</u>	<u>192.896.451</u>
Contas a receber						
Clientes, contribuintes e utentes	4.665.745	(2.750.000)	1.915.745	4.390.522	(2.750.000)	1.640.522
Clientes cobrança duvidosa	963.821	(963.821)	-	835.391	(835.391)	-
	<u>5.629.565</u>	<u>(3.713.821)</u>	<u>1.915.745</u>	<u>5.225.913</u>	<u>(3.585.391)</u>	<u>1.640.522</u>
Outras contas a receber						
Adiantamentos a fornecedores	2.703	-	2.703	972	-	972
Adiantamentos a Pessoal	117.362	-	117.362	109.866	-	109.866
Devedores por acréscimos de rendimentos	5.211.572	-	5.211.572	7.797.750	-	7.797.750
Cauções entregues a terceiros	259.106	-	259.106	258.499	-	258.499
Outros devedores-Outros	-	-	-	69	-	69
Outros devedores	187.759	-	187.759	150.412	-	150.412
	<u>5.778.502</u>	<u>-</u>	<u>5.778.502</u>	<u>8.317.568</u>	<u>-</u>	<u>8.317.568</u>
	<u>213.644.924</u>	<u>(3.713.821)</u>	<u>209.931.105</u>	<u>206.439.932</u>	<u>(3.585.391)</u>	<u>202.854.541</u>

Relativamente à imparidade registada na rubrica de Clientes, contribuinte e utentes, diz respeito a três faturas emitidas ao IAPMEI, equivalentes a três duodécimos dos 11 milhões de Euros do IAPMEI, previstos no Orçamento de Estado para 2020. Apesar de a AICEP ter faturado 11 milhões de Euros ao IAPMEI em 2020, no final de 2021 encontravam-se ainda por receber 2,75 milhões de Euros, pelo que se encontra registada uma imparidade no mesmo montante face à pouca probabilidade de ainda vir a receber essa verba.

O valor em Devedores por acréscimos de rendimento reflete, na sua maioria, a situação dos projetos próprios da Agência para com as entidades financiadoras. Sendo a AICEP cofinanciada por diversos fundos comunitários, no âmbito do PT2020 e do PRR, e até que apresente as prestações de contas junto das entidades financiadoras e seja recebido o respetivo incentivo, é refletido nesta conta a estimativa das verbas que deverá ser ressarcida respeitante aos custos incorridos até àquela data. De realçar os valores mais elevados com os projetos próprios SIAC e com a Assistência Técnica, no montante de 2,3 milhões de Euros cada.



No ativo não corrente:

ATIVO NÃO CORRENTE	2021			2020		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumulada	Montante líquido
Outras contas a receber						
Outros devedores-Outros - Realizável a mais de 12 meses	212.193	(208.051)	4.142	212.193	(208.051)	4.142
	<u>212.193</u>	<u>(208.051)</u>	<u>4.142</u>	<u>212.193</u>	<u>(208.051)</u>	<u>4.142</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas em créditos a receber no montante de 91.053 Euros (2.844.686 Euros negativo em 2020).

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os rendimentos, relacionados com ativos financeiros, foram juros bancários nos montantes de 1.130 e 4.416 Euros, respetivamente.

14. Diferimentos Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Diferimentos Ativos		
Rendas	174.540	195.610
Seguros	104.253	93.559
Assinaturas	3.785	7.804
Software	114.025	3.205
Outros	1.568.840	801.975
	<u>1.965.442</u>	<u>1.102.154</u>

A variação ocorrida na rubrica de “Outros” respeita a fundamentalmente a serviços de produção, montagem, manutenção e desmontagem de conteúdos expositivos (696 mil Euros), bem como outro tipo de serviços e trabalhos especializados como concessão da exploração de restauração, participação de diversos artistas, reportagem e divulgação (76 mil Euros), prestados no Pavilhão de Portugal da Expo 2020 Dubai que teve início em outubro de 2021 com término em março de 2022. Inclui ainda o fee da DGTF à AICEP Global Parques, no montante de 467.869 Euros, que traduz uma percentagem sobre os rendimentos de direitos de superfície, especializados mensalmente, relevando-se no período os rendimentos e gastos do ano e diferindo os relativos a períodos subsequentes.



15. Património Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no montante de 114.927.980 Euros era detido integralmente pelo Estado Português

Prémios de emissão

Com o início da atividade da API, o capital de 110.000.000 Euros foi realizado pelo montante de 162.840.541 Euros, com um prémio de emissão de 52.840.541 Euros.

Após a constituição da API, foram realizadas pela AICEP Capital diversas operações que determinaram resultados extraordinários positivos, e que já se encontravam em curso, pelo que foi entendido que o resultado realizado devia ser totalmente imputado ao valor inicial da participação naquela sociedade. A contrapartida deste aumento foi registada numa conta especial denominada Prémios de Emissão Suplementares no montante de 3.952.690 Euros, com o objetivo de registar de forma mais rigorosa o valor entregue efetivamente pelo Estado Português na realização em espécie do Capital estatutário da API.

Na mesma avaliação para a realização em espécie do Capital Estatutário da API, a participação no FIEP foi avaliada com base no capital próprio contabilístico da participada em 31 de dezembro de 2001. Uma vez que a API teve o seu início em 31 de outubro de 2002, àquela participação foi acrescido o montante correspondente a cinco sextos do resultado líquido do ano de 2002. A contrapartida deste aumento foi registada igualmente na conta Prémios de Emissão Suplementares no montante de 1.156.821 Euros.

Assim, o valor global dos prémios de emissão é de 57.950.052 euros.

Revalorizações

O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização” no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conforme segue:

	<u>Excedente de revalorização Propr. Invest.</u>	<u>Excedente de revalorização tangíveis</u>	<u>Excedente de revalorização total</u>
Saldo no início do período	4.390	209.470	213.860
Amortizações	<u>(127)</u>	<u>(7.257)</u>	<u>(7.384)</u>
Saldo no final do período	<u>4.263</u>	<u>202.213</u>	<u>206.476</u>



A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de janeiro

Como resultado das revalorizações efetuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aumentadas em 7.384 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Ajustamentos em ativos financeiros

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” apresentou o seguinte movimento:

	2021	2020
Saldo inicial	1.731.775	2.093.206
Lucros não atribuídos	135.965	(334.657)
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	(18.726)	(26.774)
Saldo final	<u>1.849.014</u>	<u>1.731.775</u>

O saldo desta rubrica correspondente ao resultado apropriado segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques deduzido dos dividendos recebidos.

A transferência de Resultados Transitados para Ajustamentos de partes de capital em associadas é, nestes termos, e nas contas da AICEP, correspondente aos ganhos das participadas tal como são evidenciados nas contas destas. Na verdade, é entendimento da AICEP que na conta de Ajustamentos de partes de capital em associadas deve figurar o lucro da participada que esta possa vir a distribuir, mas sem consideração dos prejuízos que deverão permanecer em Resultados transitados.

Subsídios

Conforme é explicado no parágrafo 34 da Nota introdutória e na sequência do processo de transformação digital da AICEP E.P.E, foram apresentadas candidaturas à AMA - Agência para a Modernização Administrativa, IP, para financiamento de despesas correntes e despesas de capital. Os montantes dos subsídios recebidos



até 31 de dezembro de 2021, o valor do passivo por imposto diferido e o montante do rendimento reconhecido no corrente exercício são os seguintes:

Empresa-mãe:

	Movimento 2021		Acumulado final 2021	
	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração
Montante recebido				
Projetos SAMA				
22159			235.546	60.687
35425		37.828	177.764	79.918
88	50.879	173.192	142.612	219.059
40221	100.922	21.177	214.090	45.161
40222	226.622	72.562	411.641	102.659
POCI-02-0550-FEDER-043982			108.375	19.001
POCI-05-5762-FSE-000221	22.056	-	36.608	-
POCI-05-5762-FSE-000231	4.249	-	11.235	-
POCI-05-5762-FSE-000249	40.478	7.137	63.275	11.157
POCI-05-5762-FSE-000250	62.590	36.279	131.705	36.279
POCI-05-5762-FSE-000364	7.533	-	7.533	-
POCI-05-5762-FSE-000369	14.038	-	14.038	-
Projetos PRR				
Transformação Digital	96.477	49.065	96.477	49.065
	<u>625.844</u>	<u>397.241</u>	<u>1.650.898</u>	<u>622.988</u>
Passivos por imposto diferido				
Projetos SAMA	-	-	317.074	-
Projetos PRR	-	-	21.707	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>338.781</u>	<u>-</u>
Rendimentos reconhecidos				
Projetos SAMA				
22159	68.521	(430)	145.203	60.258
35425	-	37.828	-	79.918
88	-	30.485	-	567.408
40221	-	24.569	-	48.553
40222	-	22.901	-	102.658
POCI-02-0550-FEDER-043982	-	41.808	-	41.808
POCI-05-5762-FSE-000221	-	12.438	-	12.438
POCI-05-5762-FSE-000231	-	2.528	-	2.528
POCI-05-5762-FSE-000249	-	71.086	-	71.086
POCI-05-5762-FSE-000250	-	49.265	-	49.265
POCI-05-5762-FSE-000364	-	15.679	-	15.679
POCI-05-5762-FSE-000369	-	12.202	-	12.202
Projetos PRR				
Transformação Digital	-	49.065	-	49.065
	<u>68.521</u>	<u>369.423</u>	<u>145.203</u>	<u>1.112.866</u>
	<u>557.323</u>	<u>27.819</u>	<u>1.166.914</u>	<u>(489.878)</u>



Empresa subsidiária:

	Movimento 2021		Acumulado final 2021	
	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração
Montante recebido				
Projetos				
FEDER-QREN - INALTEJO - PMA ZILS	-	-	283.538	42.687
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>283.538</u>	<u>42.687</u>
Rendimentos reconhecidos				
Projetos				
FEDER-QREN - INALTEJO - PMA ZILS	29.362	-	221.885	42.687
	<u>29.362</u>	<u>-</u>	<u>221.885</u>	<u>42.687</u>
	<u>(29.362)</u>	<u>-</u>	<u>61.653</u>	<u>-</u>

16. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

	2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	683.296	5.158	-	(19.062)	669.392
Outros custos com pessoal	3.482.673	648.510	(659)	(391.341)	3.739.182
Empresas Participadas	-	-	-	-	-
Projetos de investimento	316.065	-	-	-	316.065
Outros riscos e encargos	28.362	14.760	-	-	43.122
Processos judiciais em curso	15.789	-	(15.789)	-	-
	<u>4.526.185</u>	<u>668.428</u>	<u>(16.448)</u>	<u>(410.402)</u>	<u>4.767.761</u>
	2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	685.129	16.966	-	(18.799)	683.296
Outros custos com pessoal	4.086.453	687.777	(314.603)	(976.954)	3.482.673
Projetos de investimento	316.065	-	-	-	316.065
Outros riscos e encargos	28.362	-	-	-	28.362
Processos judiciais em curso	-	15.789	-	-	15.789
	<u>5.116.009</u>	<u>720.532</u>	<u>(314.603)</u>	<u>(995.752)</u>	<u>4.526.185</u>

O aumento de 648.510 Euros verificados na conta de provisões relativas a outros custos com pessoal resulta da atualização do valor, face a 2020, das provisões com diuturnidades, com prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP (Sede e Rede Externa), dos colaboradores em pré-reforma e com duas ações interpostas por colaboradores da Sede.



Em 2021 foram utilizados 391.341 Euros de provisões, dos quais 216.883 Euros relacionados com o pagamento de prémios de antiguidade a colaboradores na Rede Externa e 104.391 com pagamentos a colaboradores no estado de pré-reforma.

Relativamente à provisão das diuturnidades, o regulamento do ex-ICEP previa o pagamento de uma diuturnidade por cada cinco anos de tempo de serviço com o limite de cinco diuturnidades, sendo que cada diuturnidade correspondia a 19,95 Euros e desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processadas, cifrando-se a provisão no final de 2021 em 1.826.528 Euros.

Houve ainda lugar a um reforço, por via do estudo atuarial, do valor da provisão já existente para cobrir as indemnizações aos herdeiros de uma ex-colaboradora no montante de 5.158 Euros, tendo sido utilizado no corrente exercício o montante de 19.062 euros, incluindo juros de mora.

A provisão das pré-reformas corresponde ao valor a pagar a quatro ex-colaboradores que assinaram com a AICEP, até ao final de 2021, acordos de pré-reforma, que ascendem a 320.092 Euros.

A provisão relativa aos prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP, cujos contratos de trabalho previam uma compensação pelos anos de trabalho ao serviço do Instituto e que desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processados. Considerando que a AICEP tem vindo a perder vários processos em tribunal relativos ao pagamento de prémios de antiguidade de ex-funcionários, sendo que no final de 2017 a AICEP procedeu ao pagamento dos referidos prémios a 43 colaboradores, mas apenas aos direitos vencidos até ao final de 2010. Desde o ano de 2018 a AICEP continuou a perder processos no mesmo âmbito, tendo pagado, portanto os prémios de antiguidade requeridos. Assim, a provisão já existente correspondente agora à estimativa do montante máximo a pagar de prémios de 2011 a 2021 registando um total de 396.363 Euros, dos quais 76.240 Euros correspondem a juros de mora, relativos a 92 colaboradores, dos quais 1 com direito ao pagamento de três vencimentos, 74 a dois vencimentos e 17 a um vencimento.

Foi reduzida a provisão relativa ao reajuste salarial dos contratados locais no Ponto de Rede da AICEP no Brasil pelo montante de 659 Euros, correspondente à atualização cambial.

A provisão referente a projetos de investimento foi constituída para fazer face à eventualidade de os incentivos recebidos terem de vir a ser devolvidos, caso tal se revele necessário após a auditoria final aos projetos. Durante o ano de 2015 houve lugar à reversão desta provisão no montante de 60.100 Euros, dado os projetos em causa terem terminado e não ter havido lugar a qualquer devolução. Durante o ano 2021 a provisão não sofreu alterações, mantendo-se o montante de 316.065 Euros.

Em 2021 foi ainda constituída uma provisão no montante de 14.760 Euros face ao risco de a AICEP ter de pagar faturas reclamadas por uma empresa face a um contrato supostamente celebrado com a AICEP.

**- Conta bancária para caução às seguintes responsabilidades:**

Processo judicial - Vanda Boavida	427.054
	<u>427.054</u>

AICEP Global Parques – Uma garantia bancária numa instituição financeira, no montante de 838.782 Euros.

17. Passivos Financeiros e outras contas a pagarFornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Outras contas a pagar		
Gestão de incentivos ao investimento	116.066.896	119.054.445
Saldo extinção Ex-IPT	5.031.516	5.031.516
Outros Credores	10.390.943	7.416.437
	<u>131.489.355</u>	<u>131.502.398</u>
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores		
Fornecedores	337.826	323.399
	<u>337.826</u>	<u>323.399</u>
Fornecedores de investimento		
Fornecedores de investimento	136.072	396.092
	<u>136.072</u>	<u>396.092</u>
Outras contas a pagar		
Remunerações a pagar	-	7.435
Outras operações (Pessoal)	14.177	11.740
Credores por acréscimos de gastos	7.077.217	6.936.860
Credores por subscrições não liberadas	-	-
Outros Credores	2.843.493	2.662.141
	<u>9.934.886</u>	<u>9.618.176</u>
	<u>10.408.783</u>	<u>10.337.668</u>
Total de Fornecedores e outros passivos financeiros	<u>141.898.138</u>	<u>141.840.065</u>



As explicações para os saldos mais significativos na rubrica de “outras contas a pagar” são as seguintes:

a) Gestão de incentivos ao investimento – No âmbito da sua competência, enquanto entidade gestora e pagadora no programa Prime do passado QCA III, conforme é explicado a Nota introdutória ponto 19, os saldos referentes à gestão de verbas de incentivos registados no passivo da AICEP em 31 de dezembro de 2021, referem-se aos reembolsos e devoluções de incentivos entregues pelos Promotores à AICEP e ainda não devolvidos por esta à entidade gestora dos fundos comunitários.

Apesar do ano 2021 ainda ter sofrido algumas perturbações devido à pandemia COVID, já se sentiu alguma normalidade nas entregas que as empresas foram fazendo, num esforço de cumprirem os planos de reembolsos acordados. Neste sentido, foi registada uma diminuição do saldo em cerca de 2,5 milhões de Euros no decurso de 2021, que resulta fundamentalmente, por um lado, do aumento dos reembolsos, devoluções e juros no âmbito do QCA III, relacionados com o SIME B (0,08 milhões de Euros), SIME C (0,7 milhões de Euros) e SIME D (0,1 milhões de Euros), por outro, pelo decréscimo de reembolsos no montante de 7 milhões de Euros que foram utilizados para pagamento de incentivo no âmbito do PT2020, bem como para devolução feita a um promotor de verba executada indevidamente através da Autoridade Tributária, no âmbito de SIME D e que ascendeu a 0,2 milhões de Euros.

De referir ainda que, durante o ano 2021, a AICEP foi recebendo dos promotores verbas no âmbito do QREN e também do PT2020, a título de reembolsos, devoluções e juros no valor de cerca de 36 milhões de Euros e 28 milhões de Euros, respetivamente. Estas verbas juntamente com as que tinham sido recebidas ainda em 2020, foram sendo mensalmente transferidas para o IAPMEI e AD&C, ficando apenas por transferir saldos residuais relativos ao QREN e PT2020, nos montantes de 1.314.224,33 Euros e 1.065.371,35 Euros, respetivamente.

Durante o ano de 2021, no cumprimento da sua competência como entidade gestora e pagadora de verbas de incentivos comunitários dos programas QCA III e QREN, ocorreram os seguintes movimentos:

	FEDER/OE	FDE	FSE/OSS	Total
Saldo incentivos em 31/12/2020:	118.128.117,41	-0,01	442.962,14	118.571.079,54
Movimentos em 2021:				-
1. Recebimento de verbas de incentivos	-	-	-	-
2. Pagamento aos Promotores	-220.039,32	-	-	-220.039,32
3. Reembolsos de promotores	67.521.172,14	-	-	67.521.172,14
4. Devoluções de promotores	1.232.448,74	-	-	1.232.448,74
5. Transferências	-63.989.693,30	-	-	-63.989.693,30
6. Devoluções de verbas de incentivos	-	-	-	-
7. Pagamento aos Promotores - QREN	-7.052.753,25	-	-	-7.052.753,25
Saldo incentivos em 31/12/2021	115.619.252,42	-0,01	442.962,00	116.062.214,55

NOTA: O saldo de 116.062.215 euros inclui o saldo devedor de 4.682 euros correspondente a Juros de Mora devidos pelos promotores que estão incluídos na rubrica “Outras contas a receber” do Ativo Não Corrente.



- b) Por outro lado, devido ao acordo assinado com o estado português acerca da cedência de créditos e participação relativos à empresa Nanium, foram também registados, em 2016, em contas de fundos comunitários o valor de 8,3 milhões de euros, respeitantes a essa entidade e recebidos pela Aicep em maio de 2017. No final de 2018 apenas existia um saldo de 478.684 euros respeitante ao valor da alienação da participação financeira na Nanium, cujo valor pertence ao estado português, que ainda se mantém em 2021.
- c) Saldo extinção ex-IPT - este valor respeita ao montante apurado em sede de extinção do Instituto em agosto de 1992, que foi integrado nas contas do ICEP. De referir que, em setembro desse ano, foi nomeado um Administrador Liquidatário responsável pelo processo de extinção do IPT, processo esse não formalmente concluído. Os custos do processo de extinção foram suportados pelos ativos do extinto IPT. Em fevereiro de 2008 a Inspeção Geral de Finanças (IGF) fez uma auditoria às contas da extinção do IPT junto da AICEP (Procº n.º 2008/88/A5/31). No seu relatório final remetido à AICEP a 16 de junho de 2008, a IGF propôs que a conclusão do processo de liquidação fosse efetuada pela AICEP no prazo de 90 dias. Em resposta, a Agência informou não ter viabilidade económica e recursos para concluir este processo, entendendo que seja proposto o encerramento das contas do ex-IPT e a sua integração no balanço da AICEP.
- d) Outros credores – os valores mais significativos são:
- Valores provenientes do Fundo para as Relações Internacionais, IP, em 2013, ao abrigo do Art.º 8º da Lei n.º 66-B/2012 do Orçamento de Estado para 2013, que inscreveu no mapa de alterações e transferências orçamentais, a dotação de 750.000 Euros a entregar à AICEP para que esta, no âmbito de um protocolo assinado com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, entregue às Embaixadas portuguesas prémios para utilização em ações de diplomacia económica de sua iniciativa. Foram aprovados superiormente um regulamento e uma comissão de avaliação para a definição das regras de atribuição e utilização do Prémio +DE (Diplomacia Económica). Em finais de 2021, o saldo remanescente é de 223.803 Euros;
 - Passivo por imposto diferido relativo a subsídios ao investimento - aquando do registo dos subsídios ao investimento em capital próprio foi registado o valor imposto diferido que lhe estão associados, no montante de 338.781,41 Euros (cf. Nota 12).
 - Valor a devolver ao Compete - Ao abrigo do Eixo III - Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Este montante encontra-se na rubrica “Outros Credores”, dado que se trata de verba a devolver ao Compete.
 - Valores a devolver de Projetos Próprios (ex-ICEP) – 136.891 Euros, valores a devolver de projetos próprios do ex-ICEP resultantes da análise em sede auditoria em que foram considerados indevidos;
 - DGTF – 1.673.969 Euros de Fee à AICEP Global Parques, que se traduz numa percentagem sobre os rendimentos de direitos de superfície;
 - Cauções relativas à AICEP Global Parques num total de 1.110.732 Euros.



e) No decurso do ano de 2020, a AICEP, no exercício da sua atividade de gestão e acompanhamento de projetos de investimento financiados por fundos comunitários do QREN/PT 2020, entregou ao IAPMEI as verbas QREN resultantes de reembolsos de incentivos efetuados pelos promotores, no montante de 20.263.365 Euros, de devoluções de subsídios recebidos, no valor de 278.767 Euros, e de juros (de mora e contratuais) no montante de 17.024 Euros. Relativamente às verbas PT2020 que resultaram de reembolsos de incentivos no valor de 8.557.575 Euros e de devoluções no montante de 300 Euros, a AICEP transferiu estes montantes para a Agência de Desenvolvimento e Coesão (AD&C).

f) Fornecedores de investimento – Ascende a 136.072 Euros exclusivos da AICEP Global Parques referentes a onze fornecedores.

g) Credores por acréscimos de gastos – Inclui remunerações a liquidar no montante de 3.142.607 Euros e outros acréscimos de gastos, no montante de 380.625 euros, relativo à estimativa de IMI e a fornecimentos e serviços externos a pagar em 2021, dos quais se destacam 351.552 Euros relativos a trabalhos associados à construção e decoração de stands.

Relativamente à AICEP Global Parques temos como principais valores:

- IAPMEI – 2.651.252 Euros relativos a rendas da AICEP Global Parques;
- Outros – 202.619 Euros (IMI), 685.382 Euros (Transferência Tecmaia), 198.627 Euros (remunerações a liquidar) e 179.940 Euros de outros acréscimos.

18. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	1.518.159	78.649	1.439.233	247.378
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	283.469	-	81.403
Imposto sobre o valor acrescentado	-	317.023	-	128.184
Contribuições para a Segurança Social e CGA	-	488.054	-	479.834
Outros Impostos/ FCT	-	60.924	-	54.543
	<u>1.518.159</u>	<u>1.228.119</u>	<u>1.439.233</u>	<u>991.342</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam dívidas em mora ao Estado.



19. Diferimentos Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Diferimentos passivos		
ARI - Autorização de Residência para Protocolo Turismo de Portugal	400.000	400.000
PT 2020 - Assistência Técnica	654.332	651.887
Comissão de Gestão	54.898	-
FRI-Fundo para as Relações Internac	250.000	-
Direitos superfície	229.466	1.053.637
Comparticipações de Infra-estrutura	3.119.123	3.573.595
Outros	593.719	605.127
	27.912	105.625
	<u>5.329.450</u>	<u>6.389.872</u>

No final de 2021 o Turismo de Portugal, IP transferiu para a AICEP a verba de 11 milhões de Euros, dos quais apenas 10.750.000 Euros a título de comissão de gestão, prevista no n.º 11 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado. Os restantes 250.000 Euros seria uma verba que a AICEP esta-ria devedora. Dado que a AICEP não reconhece qualquer dívida perante o Turismo de Portugal, estando esta verba em discussão, por uma questão de prudência, foi diferido este montante.

Em dezembro de 2013 o Ministério dos Negócios Estrangeiros transferiu o montante de 400.000 Euros para a AICEP - correspondente a uma parcela das receitas dos emolumentos cobrados no âmbito das autorizações de residência para atividade de investimento (ARI) - destinado a atividades de diplomacia económica envolvendo a rede externa. Neste sentido, este valor foi diferido para utilização em ações promocionais na rede externa a realizar futuramente, encon-trando-se registado no passivo não corrente.

O montante de 654.332 Euros diz respeito a duas faturas emitidas para fazer face a gastos com vencimentos de janeiro e fevereiro de 2022 relativos a colaboradores afetos à promoção do turismo, conforme Protocolo de cooperação com o Turismo de Portugal de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção do Turismo de Portu-gal.

A junho de 2019 foi recebido do FRI – Fundo para as Relações Internacionais, o montante de 7 milhões de Euros para financiamento da Expo 2020 Dubai, conforme previsto no ponto 13 do Mapa de Alterações e Transferências Orçamen-tais, a que se refere o n.º 8, anexo à Lei do Orçamento do Estado para 2019. Em novembro de 2020 foram recebidos do FRI – Fundo para as Relações Internacionais 753.181 Euros e em 2021 o montante de 5 milhões de Euros.

Dado que a AICEP registou, em 2019, 2020 e 2021 respetivamente, 1.854.125, 4.845.419 e 4.074.172 Euros de gastos com a Expo 2020 Dubai, foi registado em diferimentos a diferença correspondente a 2.697.495 Euros. A este valor fo-ram reduzidos 1,75 milhões de euros relativos à comissão de gestão, conforme Despacho Conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Economia e Transformação Digital, totalizando um diferimento no final de 2021 de 229.466 Euros.

O montante de 54.898 Euros diz respeito ao saldo dos projetos do Compete (2015/2018), nº 17532, que a AICEP terá de devolver à Autoridade de Gestão (na sequência de acertos resultante da contratação à ANI).

O montante inscrito na rubrica “Outros” diz exclusivamente respeito a com arrendamento de instalações.



Os valores correspondentes a direitos de superfície e outras prestações de serviços, referem-se a verbas faturadas pela AICEP Global Parques em 2021 e que reportam a períodos futuros, no caso 2022.

20. Rédito

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prestação de serviços	36.211.310	34.761.021
Venda de bens	<u>49.707</u>	<u>-</u>
	<u><u>36.261.017</u></u>	<u><u>34.761.021</u></u>

Conforme referido na Nota introdutória ponto 22, os montantes mais significativos incluídos na rubrica de prestação de serviços em 31 de dezembro de 2021 para a AICEP, são os seguintes:

- 10.750.000 Euros, referente a verba faturada em 2021 do Turismo de Portugal. Este montante foi registado ao abrigo do Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado para 2021;
- 11.500.000 Euros, referente a verba recebida em 2021 do IAPMEI. Este montante foi recebido ao abrigo do Art.º 12.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado para 2021.

No que diz respeito à AICEP Global Parques, as prestações de serviços são essencialmente relativas aos Direitos de superfície (10.461.426 euros), Aluguer de instalações (2.073.482 Euros) e outras prestações (1.423.054 euros).



21. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Trabalhos especializados	7.731.637	9.174.336
Publicidade e propaganda	738.035	306.511
Vigilância e segurança	281.861	270.051
Honorários	442.756	597.751
Comissões	4.352	-
Conservação e reparação	408.245	507.154
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14.975	8.162
Livros e documentação técnica	188.427	149.323
Material escritório	30.600	26.498
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	21.325	9.289
Electricidade	635.650	684.228
Combustíveis e lubrificantes	61.120	50.732
Água	24.300	27.341
Outros consumos	14.860	13.577
Deslocações e estadas	412.188	281.441
Transportes de pessoal	465.822	180.851
Outros associados à deslocação	3.555	5.648
Rendas e alugueres	2.397.880	2.042.844
Comunicações	243.621	277.710
Seguros	222.273	207.002
Royalties	3.457	-
Contencioso e notariado	44.478	53.314
Despesas de representação dos serviços	50.178	30.267
Limpeza, higiene e conforto	203.857	237.966
Outros fornecimentos e serviços	751.046	244.785
	<u>15.396.494</u>	<u>15.386.780</u>

No detalhe de Fornecimentos e Serviços Externos, temos a destacar as rubricas de Trabalhos Especializados com um peso significativo no total destes gastos e que se explica, pelas diversas despesas como a construção, fiscalização, organização, realização e acompanhamento do maior evento que a AICEP realizou durante o ano 2021, o Pavilhão de Portugal, na Expo 2020, realizada no Dubai. Para além destes, são de realçar ainda os gastos com Rendas e Alugueres, justificados pelas rendas das nossas instalações em Lisboa, bem como dos escritórios dos nossos pontos de rede distribuídos pelos diversos países. Para este montante contribuíram com significado alguns gastos com Alugueres de Espaços, em vários pontos de rede, para algumas ações de promoção de comércio e turismo desenvolvidas pela AICEP, bem como os contratos de locação operacional relacionados com oito viaturas ligeiras da AICEP Global Parques, conforme Nota 28.



22. Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	630.559	634.895
Remunerações do pessoal	21.755.296	21.188.117
Benefícios pós-emprego	9.276	9.665
Indemnizações	29.903	5.723
Encargos sobre remunerações	5.005.406	4.953.990
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	104.864	132.639
Outros gastos com o pessoal	77.315	40.156
Outros encargos sociais	714.550	671.549
	<u>28.327.168</u>	<u>27.636.735</u>

O montante relativo a benefícios pós-emprego diz respeito apenas a seguros médicos e de reforma pagos aos contratados locais no Japão e ainda a um PPR a uma colaboradora da sede.

23. Amortizações

A decomposição da rubrica de “Gastos /reversões de depreciação e amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	2.188.923	2.192.776
Equipamento Básico	21.589	23.021
Equipamento de Transporte	88.508	72.934
Equipamento Administrativo	167.428	230.932
Outros Ativos Fixos Tangíveis	49.004	71.554
Propriedades de investimento:		
Edifícios e outras construções	2.441	2.412
Ativos Intangíveis	<u>148.747</u>	<u>78.312</u>
	<u>2.666.641</u>	<u>2.671.942</u>



24. Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimentos suplementares:		
Cedência do Pessoal	54.523	-
Protocolo com o Turismo de Portugal	4.981.644	5.587.263
Protocolo com o Turismo de Portugal - Programa Inov Contacto	-	18.653
FRI-Fundo para as Relações Internacionais	1.260.000	1.260.000
FRI-Fundo para as Relações Internacionais - Expo 2020 Dubai	5.824.172	4.845.419
Projetos Próprios - PT2020 - Programa Contacto	485.825	2.769.003
Projetos Próprios - PT2020 - SIAC	663.585	922.105
Projetos Próprios - PT2020 - Assistência Técnica	2.302.602	2.211.743
Projetos Próprios - PT2020 - SAMA	388.879	118.463
Projetos Próprios - PRR	49.065	
Outros rendimentos suplementares	494.271	607.408
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	34.384	34.260
Outros rendimentos e ganhos - Banco Português de Fomento	-	725.503
Outros	362.401	551.981
	<u>16.901.349</u>	<u>19.651.801</u>

25. Outros Gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos	180.776	133.532
Dívidas incobráveis	-	703
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	221
Outros		
Quotizações	54.360	63.916
Estágios - Programa Contacto	-	2.498.422
Outros Estágios	130.246	117.539
Diferenças de câmbio desfavoráveis	88.355	261.269
Outros	1.783.355	2.682.279
Juros Tributários e outros juros	703	37.113
	<u>2.237.795</u>	<u>5.794.997</u>

O montante de 1.783.355 Euros registado na rubrica “Outros”, inclui 1.569.214 Euros referentes ao fee da DGTF com a promoção e gestão de Sines.



26. Juros e outros rendimentos similares

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	1.130	4.416
Dividendos obtidos		
Outras entidades	-	24.219
	<u>1.130</u>	<u>28.635</u>

27. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares ocorridos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Juros de Mora	10.776	
Outros juros	<u>35.930</u>	
	<u>46.706</u>	-

Os montantes mais significativos incluídos na rubrica de Juros e Gastos similares suportados correspondem maioritariamente a juros de mora devidos por processos judiciais relacionados com gastos com pessoal que foram pagos durante o ano 2021 (10.776 Euros) e despesas bancárias que ocorreram devido às transferências e pagamentos em diversas moedas que a AICEP realiza nos seus vários pontos de rede (35.930 Euros).

28. Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2021, a AICEP Global Parques, S.A. é locatária em contratos de locação financeira com oito viaturas ligeiras, os quais se encontram denominados em euros. O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pagamentos contratualizados	64.769	68.583
	<u>64.769</u>	<u>68.583</u>



29. Divulgações exigidas por diplomas legais e outras

Outras informações

Ao abrigo do Eixo III – Financiamento e Partilha do Risco da Inovação – Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade.

Por se tratar de uma operação circunscrita no âmbito referido e neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço, contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta de outros credores. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo. Apesar desta expressão no seu Balanço, a AICEP considera que não tem qualquer intervenção nesta participação, pois foi meramente um veículo para a aquisição da participação, por orientações do Compete.

30. Acontecimentos após a data do Balanço

A pandemia resultante da COVID-19 continuou a estar presente durante o ano de 2021. Com o começo do levantamento das restrições impostas pelo Governo e também com a vacinação em larga escala da população, estima-se que o impacto na atividade ao longo de 2022 seja diminuto, não colocando em causa a continuidade das operações e a solidez financeira da AICEP.

O desencadeamento da guerra é um evento não ajustável nas demonstrações financeiras no exercício fundo de 2021, dado que a invasão da Ucrânia por parte da Rússia ocorreu já em 2022. Ainda assim, a Agência está a avaliar o potencial impacto a nível das importações e exportações de e para estes países, podendo ter natural impacto a nível da atividade promocional realizada pela AICEP, não sendo ainda possível quantificar neste momento.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Contas consolidadas

Demonstrações Orçamentais



Contas Consolidadas

Demonstrações Orçamentais

1 Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Recebimentos

Rúbrica	RECEBIMENTOS	n	n-1
	Saldo de gerência anterior	182.939.403	179.696.998
	Operações orçamentais (1)	67.041.783	64.319.851
	Restituição do saldo oper. Orçamentais	-	-
	Operações de tesouraria (A)	115.897.620	115.377.147
	Receita corrente	36.926.998	37.381.102
R1	Receita fiscal	-	-
R11	Impostos diretos	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-
R4	Redimentos de propriedade	2.607.321	2.760.750
R5	Transferências e subsídios correntes	34.035.514	34.451.740
R51	Transferências Correntes	34.035.514	26.552.642
R511	Administrações Públicas	27.159.964	26.548.337
R5111	Administração Central - Estado	-	-
R5112	Administração Central - Outras entidades	27.159.964	26.548.337
R5113	Segurança Social	-	-
R5114	Administração Regional	-	-
R5115	Administração Local	-	-
R512	Exterior - EU	6.871.246	7.899.098
R513	Outras	4.305	4.305
R6	Venda de bens e serviços	51.732	9.259
R7	Outras receitas correntes	232.430	159.354
	Receita de capital	6.268.862	2.177
R8	Venda de bens de investimento	8.862	2.177
R9	Transferências e subsídios de Capital	6.260.000	-
R91	Transferências de capital	6.260.000	-
R911	Administrações Públicas	6.260.000	-
R9111	Administração Central - Estado	-	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	6.260.000	-
R9113	Segurança Social	-	-
R9114	Administração Regional	-	-
R9115	Administração Local	-	-
R912	Exterior - EU	-	-
R913	Outras	-	-
R92	Subsídios de capital	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	60.860	235.991
	Receita efetiva (2)	43.256.720	37.619.269
	Receita não efetiva (3)	4.698.953	9.855.916
R12	Receita com ativos financeiros	4.698.953	9.855.916
R13	Receita com passivos financeiros	-	-
	Soma (4) = (1)+(2)+(3)	114.997.456	111.795.036
	Operações de tesouraria (B)	72.231.381	33.288.010

Pagamentos

Rúbrica	PAGAMENTOS	n	n-1
	Despesa corrente	39.660.184	40.865.196
D1	Despesa com o pessoal	27.085.520	27.103.452
D11	Remunerações certas e permanentes	20.954.465	21.284.144
D12	Abonos variáveis ou eventuais	441.277	162.581
D13	Segurança Social	5.689.778	5.656.727
D2	Aquisição de bens e serviços	12.116.690	10.885.701
D3	Juros e outros encargos	-	-
D4	Transferências e subsídios correntes	139.420	2.623.802
D41	Transferências Correntes	139.420	2.623.802
D411	Administrações Públicas	18.186	91
D4111	Administração Central - Estado	13	91
D4112	Administração Central - Outras entidades	-	-
D4113	Segurança Social	18.173	-
D4114	Administração Regional	-	-
D4115	Administração Local	-	-
D412	Entidades no setor não lucrativo	10.000	-
D413	Famílias	111.234	2.623.711
D414	Outras	-	-
D42	Subsídios Correntes	-	-
D5	Outras despesas correntes	318.555	252.241
	Despesa de capital	972.001	1.487.697
D6	Aquisição de bens de capital	972.001	1.487.697
D7	Transferências e subsídios de Capital	-	-
D71	Transferências de Capital	-	-
D711	Administrações Públicas	-	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-
D7113	Segurança Social	-	-
D7114	Administração Regional	-	-
D7115	Administração Local	-	-
D712	Entidades no setor não lucrativo	-	-
D713	Famílias	-	-
D714	Outras	-	-
D72	Subsídios de Capital	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-
	Despesa efetiva (5)	40.632.185	42.352.894
	Despesa não efetiva (6)	10.000.000	2.400.360
D9	Despesa com ativos financeiros	10.000.000	2.400.360
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-
	Soma (7) = (5)+(6)	50.632.185	44.753.253
	Operações de tesouraria (C)	180.391.502	32.767.537
	Saldo para a gerência seguinte	72.102.770	182.939.403
	Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	64.365.271	67.041.783
	Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	7.737.499	115.897.620
	Saldo global (2)-(5)	2.624.535	(4.733.624)
	Despesa primária	40.632.185	42.352.894
	Saldo corrente	(2.733.187)	(3.484.094)
	Saldo de capital	5.296.861	(1.485.521)
	Saldo primário	2.624.535	(4.733.624)
	Receita total (1)+(2)+(3)	114.997.456	111.795.036
	Despesa total (5)+(6)	50.632.185	44.753.253

Nota: Esta demonstração corresponde exclusivamente à AICEP, EPE, uma vez que a AICEP GLOBAL PARQUES, SA utiliza o normativo SNC



2 Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Liquidações

Rúbrica	LIQUIDAÇÕES	n	n-1
	Receita corrente	37.969.290	42.089.137
R1	Receita fiscal	-	-
R11	Impostos diretos	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-
R4	Redimentos de propriedade	2.607.321	2.754.944
R5	Transferências e subsídios correntes	35.118.931	39.220.116
R51	Transferências Correntes	35.118.931	39.220.116
R511	Administrações Públicas	28.122.976	31.321.018
R5111	Administração Central - Estado	-	-
R5112	Administração Central - Outras entidades	28.122.976	31.321.018
R5113	Segurança Social	-	-
R5114	Administração Regional	-	-
R5115	Administração Local	-	-
R512	Exterior - EU	6.991.651	7.899.098
R513	Outras	4.305	-
R6	Venda de bens e serviços	51.732	9.259
R7	Outras receitas correntes	191.305	104.819
	Receita de capital	6.273.572	2.177
R8	Venda de bens de investimento	13.572	2.177
R9	Transferências e subsídios de Capital	6.260.000	-
R91	Transferências de capital	6.260.000	-
R911	Administrações Públicas	6.260.000	-
R9111	Administração Central - Estado	-	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	6.260.000	-
R9113	Segurança Social	-	-
R9114	Administração Regional	-	-
R9115	Administração Local	-	-
R912	Exterior - EU	-	-
R913	Outras	-	-
R92	Subsídios de capital	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	60.860	235.991
	Receita efetiva (2)	44.303.723	42.327.305
	Receita não efetiva (3)	4.698.953	9.855.916
R12	Receita com ativos financeiros	4.698.953	9.855.916
R13	Receita com passivos financeiros	-	-
	Receita total (4) = (2)+(3)	49.002.676	52.183.221

Obrigações

Rúbrica	OBRIGAÇÕES	n	n-1
	Despesa corrente	40.548.781	41.348.688
D1	Despesa com o pessoal	27.849.883	27.500.647
D11	Remunerações certas e permanentes	21.338.623	21.312.565
D12	Abonos variáveis ou eventuais	473.525	162.943
D13	Segurança Social	6.037.735	6.025.140
D2	Aquisição de bens e serviços	12.237.889	10.970.081
D3	Juros e outros encargos	-	-
D4	Transferências e subsídios correntes	141.974	2.625.719
D41	Transferências Correntes	141.974	2.625.719
D411	Administrações Públicas	19.599	91
D4111	Administração Central - Estado	13	91
D4112	Administração Central - Outras entidades	-	-
D4113	Segurança Social	19.586	-
D4114	Administração Regional	-	-
D4115	Administração Local	-	-
D412	Entidades no setor não lucrativo	10.000	-
D413	Famílias	112.375	2.625.627
D414	Outras	-	-
D42	Subsídios Correntes	-	-
D5	Outras despesas correntes	319.035	252.241
	Despesa de capital	972.001	1.493.193
D6	Aquisição de bens de capital	972.001	1.493.193
D7	Transferências e subsídios de Capital	-	-
D71	Transferências de Capital	-	-
D711	Administrações Públicas	-	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-
D7113	Segurança Social	-	-
D7114	Administração Regional	-	-
D7115	Administração Local	-	-
D712	Entidades no setor não lucrativo	-	-
D713	Famílias	-	-
D714	Outras	-	-
D72	Subsídios de Capital	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-
	Despesa efetiva (5)	41.520.782	42.841.881
	Despesa não efetiva (6)	10.000.000	2.400.360
D10	Despesa com ativos financeiros	10.000.000	2.400.360
D11	Despesa com passivos financeiros	-	-
	Despesa total (7) = (5)+(6)	51.520.782	45.242.241

Nota: Esta demonstração corresponde exclusivamente à AICEP, EPE, uma vez que a AICEP GLOBAL PARQUES, SA utiliza o normativo SNC